EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XXXI



Plínio Ferreira Pires

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

31ª ed.

Goiâna-GO
Editora Conhecimento Livre

Copyright© 2026 por Editora Conhecimento Livre

31ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pires, Plínio Ferreira
P638C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Plínio Ferreira Pires. – Goiânia-GO

Editora Conhecimento Livre, 2026

314 f.: il
DOI: 10.37423/2026.edcl1327
ISBN: 978-65-5367-813-2
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Pires, Plínio Ferreira II. Título

CDU: 300

https://doi.org/10.37423/2026.edcl1327

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Conselho Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Dr. Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

Dra. Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Goiânia-GO
2026

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 7
ESVAZIAMENTO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO PAULISTA: RESULTADOS DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS NA DIRETORIA DE ENSINO E REGIÃO DE APIAÍ/SP (2024)
Felipe Reis Munhoz
DOI 10.37423/260711127

CAPÍTULO 2 21
ENTRE ALGORITMOS E APRENDIZAGENS: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO
ROBERTA SANTANA BARROSO
Márcio Luiz Corrêa Vilaça
DOI 10.37423/260711136

CAPÍTULO 3 43
ASPECTO FINANCEIRO E O BEM-ESTAR PSICOLOGICO DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DO PARANÁ
Gilmar Batista Mazurek
Erivelton Fontana de Laat
DOI 10.37423/260711139

CAPÍTULO 4 70
ESCOLA DO FUTURO: COMPETÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DO SÉCULO XXI
Carla sarlo carneiro chrysóstomo
Maria Aparecida Santos e Campos
DOI 10.37423/260711145

CAPÍTULO 5 85
ALIENAÇÃO, LUGAR DE FALA E A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO MÉDICO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
VICTOR FERREIRA SCHUWARTZ TANNUS
CRISÓSTOMO LIMA DO NASCIMENTO
Carlos Henrique Medeiros de Souza
DOI 10.37423/260711147

CAPÍTULO 6 97
EFFECTUATION E TECNOLOGIAS DIGITAIS EM CONTEXTOS DE CRISE: CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO SOCIAL E A RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA
FÁBIO LUCIANO
ELISABETE CASIMIRA
WALLACE CAETANO ESTEVAO
Edmilson de Oliveira Lima
DOI 10.37423/260711158

CAPÍTULO 7 130
A ESTÉTICA DO BELO NA SOCIEDADE DO DESEMPENHO E O APAGAMENTO DOS SENTIDOS DA SAÚDE
Virgilio Magalde de Azevedo
DOI 10.37423/260711159

CAPÍTULO 8 148
AGENDA POLÍTICA PARA DIRETRIZES DE IA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOB A TEORIA DE KINGDON
Celimar Reijane Alves Damasceno Paiva celimar.damasceno
Lilian Isabel Ferreira Amorim
Adriana Martins de Castro
Felipe Froes Couto
Gilmar Ribeiro dos Santos
DOI 10.37423/260711165

CAPÍTULO 9 170
ENTRE A IDENTIDADE E O ESTIGMA: SER GAY E ADOLESCENTE
Mariana Sales Oliveira
Érica Henrique Ribeiro-Andrade
DOI 10.37423/260711186

CAPÍTULO 10 197
CONVIVER NA VELHICE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CONDOMÍNIO PARA PESSOAS IDOSAS
Everly Maltaca Pypcak
Célia Kozak
Nájila Cristina Camargo
Paola Damo Comel
Josiane Rodrigues dos Santos
DOI 10.37423/260711187

CAPÍTULO 11 213
EXTENSÃO RURAL UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO DIALÓGICA E INTERDISCIPLINAR
Paulo Roberto Cardoso da Silveira
Carla Lisiane Ibaldi Carabajal
DOI 10.37423/260711190

CAPÍTULO 12 224
A MÚSICA COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE CULTURAL NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL
Booz Ferreira Ferro
Cristiano Cezar Gomes da Silva
DOI 10.37423/260711191

CAPÍTULO 13 239
DIREITO À REDUÇÃO DE JORNADA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CASOS DE DEPENDENTES PORTADORES DE TEA: APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI 8.112/1990
Vitor Luís de Almeida
Érika Daniella Rodrigues Oliveira Rabelo
José Adélcio da Silva Júnior
DOI 10.37423/260711194

CAPÍTULO 14 252
O LAUDO MÉDICO COM VALIDADE INDETERMINADA PARA PESSOAS COM TEA: AVANÇOS LEGISLATIVOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DESAFIOS À INCLUSÃO
Erika Daniella Rodrigues Oliveira Rabelo
José Adélcio Da Silva Júnior
Vitor Luís de Almeida
DOI 10.37423/260711195

CAPÍTULO 15 266
ESTUDOS CULTURAIS CASA DA CURA: DIÁLOGOS DE SABERES ENTRE AGRICULTORAS DO MST E UNIVERSIDADES DO NORTE DE MINAS GERAIS
Clara Sena Mata Oliveira
Ana Paula Glinfskoi Thé
DOI 10.37423/260811205

CAPÍTULO 16 279
DESINFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: TRAGÉDIA POLÍTICA E PROBLEMA DE COMUNICAÇÃO
Elenildes Dantas
DOI 10.37423/260811206

CAPÍTULO 17 296
CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE RURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE LOCALIZADA EM GUARANI DAS MISSÕES/RS
Gabriela Tonin
Luciana Moro de Souza
Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla
Bruno Becker Paulus
Vitória Frank Gallert
DOI 10.37423/260811208

Capítulo 1

10.37423/260711127

ESVAZIAMENTO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO PAULISTA: RESULTADOS DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS NA DIRETORIA DE ENSINO E REGIÃO DE APIAÍ/SP (2024)

Felipe Reis Munhoz

Universidade Estadual Paulista

RESUMO

Este artigo analisa o processo de esvaziamento da disciplina de Sociologia no Ensino Médio paulista após a implementação da Reforma do Ensino Médio, da BNCC e do Programa Inova Educação. Fundamentado em uma perspectiva crítica, defende que essas políticas educacionais reduziram a carga horária das Ciências Humanas e fortaleceram uma concepção neoliberal baseada no empreendedorismo e nas competências socioemocionais. A pesquisa utilizou análise de conteúdo de questionários aplicados a 40 docentes participantes de Formações em Ciências Sociais na Diretoria de Ensino da Região de Apiaí (SP). Os resultados evidenciaram que as formações ampliaram o letramento sociológico dos professores e reforçaram a importância da disciplina para a formação crítica dos estudantes. Os participantes se manifestaram favorável ao retorno da Sociologia em todos os anos do Ensino Médio, conclui-se que a valorização da formação continuada e a defesa da obrigatoriedade da disciplina são fundamentais para enfrentar os impactos das reformas curriculares e fortalecer o papel da Sociologia na educação pública brasileira.

Palavras-chave: Formação Continuada; Sociologia da Educação; Neoliberalismo; Reforma do Ensino Médio; BNCC.

1 INTRODUÇÃO

A concepção neoliberal de sociedade fundamenta-se na lógica do livre mercado e da concorrência como motores de "desenvolvimento" social, onde supostamente o esforço individual (mérito) define a oportunidade de ascensão material dos sujeitos. Sob este padrão econômico-ideológico, instituições tradicionalmente administradas pelo Estado são substituídas por agências empresariais, modificando o caráter social de políticas públicas como saúde e educação por uma estrutura de serviços direcionada ao interesse lucrativo do mercado (Goulart, 2004).

No estado de São Paulo, O Programa Inova Educação (PIE) se apresentou como política educacional porta-voz e articuladora do processo de transição curricular do 'Currículo São Paulo Faz Escola' para o novo 'Currículo Paulista' a partir de 2019, ou seja, uma agência de disseminação da "nova" linguagem pedagógico-curricular que se universalizou pelas Escolas Estaduais da unidade Federativa de São Paulo (EESP) (Habilidades Socioemocionais, Empreendedorismo, Projeto de Vida etc.). O PIE, a Reforma do Ensino Médio (REM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possibilitaram mudanças radicais nas grades curriculares, diminuindo as Ciências Humanas, de acordo com os interesses ideológicos dos governos de João Dória (2019-2022) e de Tarcísio de Freitas (2023-2026).

Este artigo procura contribuir com o debate acerca da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Básico nacional por meio de métodos, técnicas e categorias teóricas ofertadas neste campo científico, Bourdieu (2004, p. 32) faz a seguinte afirmativa sobre este paradigma: "A luta científica é uma luta armada entre adversários que possuem armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico coletivamente acumulado no e pelo campo".

Nesse aspecto, duas hipóteses devem ser constatadas: Hipótese 1 – Sob uma ótica pedagógica-curricular, a Sociologia absorveu os efeitos neoliberais do golpe parlamentar que destituiu a Presidenta da República Dilma Roussef do executivo em 2016; Hipótese 2 – Os docentes de Sociologia da Diretoria de Ensino Região de Apiaí/SP (DERA) não concordam com a diminuição da carga horária destinada a disciplina nas EESP. O foco principal, no entanto, é correlacionar a disciplina de Sociologia no Ensino Médio paulista com a REM e a BNCC. O suporte de Bardin (2016), Marconi e Lakatos (2010), Thiollent (2011) e outros autores viabilizaram a pergunta problema deste artigo: onde está a Sociologia no Programa Inova Educação?

2 ESVAZIAMENTO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO PAULISTA

Enquanto o liberalismo clássico, do século XVIII e XIX, propôs os direitos do homem e do cidadão, entre os quais, o direito à educação, o neoliberalismo preocupa-se mais com a performance do indivíduo em ser eficiente, produtivo, empreendedor e consumidor, ou seja, o direito deixa de ser um tema de atenção. Esta ideologia, torna-se dominante na América Latina, de fato a partir da década de 1990, quando os EUA saíram vencedores da Guerra Fria, consolidando de forma hegemônica sua matriz econômica em escala global (Anderson, 1995).

Lopes e Cabral (2020) afirmam que políticas educacionais são consolidadas a partir de dispositivos legais que delineiam estratégias, regulações, controles e sistematizações acerca das dinâmicas de governança da educação e que são deflagradas de modo intencional e estabelecidas dentro de um dado projeto de poder. A princípio, constata-se um exponencial avanço do neoliberalismo a partir do "governo Temer, quando foi concluída a BNCC, em função da retomada da ortodoxia neoliberal que concedeu maior abertura aos empresários, via fundações e institutos, para conduzirem a política educacional brasileira" (Ferreira; Moreira; Volsi, 2020, p. 25).

Atualmente no Ensino Médio, a Sociologia se encontra esvaziada e fragmentada, mesmo com a Lei n. 14.945/2024, a qual já possui um conjunto de resoluções e portarias a ela vinculadas. Essa legislação retirou uma pequena (porém relevante) carga horária da formação técnica para "devolver" a geral básica (tradicional), uma reforma da reforma. Por conseguinte, observa-se articulações em defesa da obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia em todo o Ensino Médio, como a consulta popular encabeçada pela Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) (Brasil, 2026).

Em consonância com Papim e Mendonça (2023, p. 39), afirma-se que atualmente "o impacto mais significativo no ensino de Sociologia é a diminuição de seu caráter disciplinar, passando a ser ensinada de maneira diluída entre outros campos de conhecimento". A "guinada curricular" em benefício da educação e cultura da classe trabalhadora brasileira ficou nas primeiras duas décadas do século XXI (Meucci, 2015), atualmente, no estado de São Paulo por exemplo, ainda se observa o que Mendonça (2011) alertava sobre a perda da função social e coletiva da escola.

Silva e Alves Neto (2019) reforçam que a tendência da disciplina de Sociologia ficar esvaziada e fragmentada foi efetivada na última etapa da BNCC, de acordo com os autores, constata-se ações unilaterais (maior participação e peso empresarial nas tomadas de decisões) que estabeleceram a divisão em áreas do conhecimento, aglutinando as disciplinas tradicionais em habilidades ambíguas.

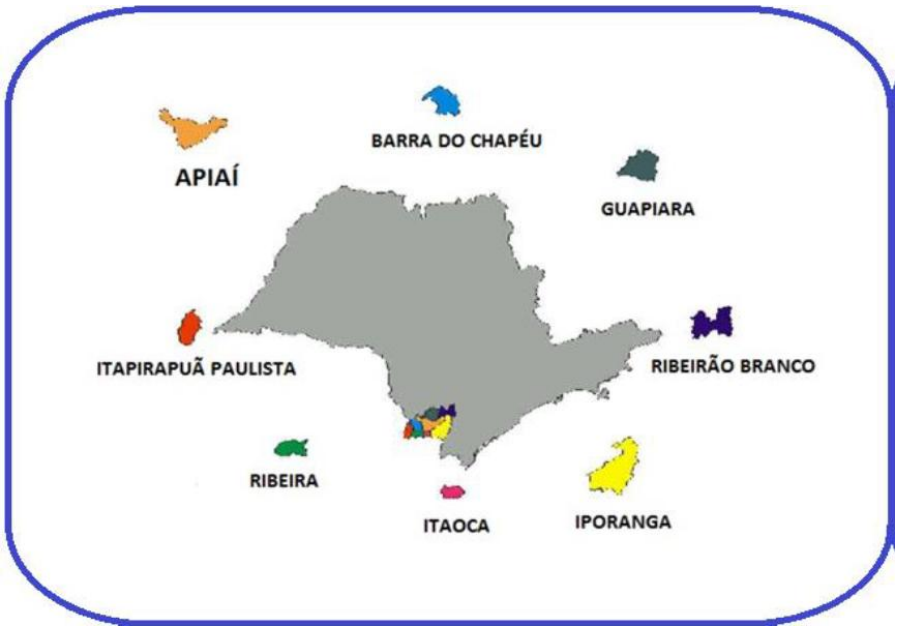
Prática comum entre os governos das unidades federativas na confecção de seus "novos currículos estaduais", apenas reproduziram ações do Ministério da Educação e Cultura de Michel Temer em suas respectivas Secretarias Estaduais de Educação. Começando pela participação massiva de instituições empresariais como o grupo Todos Pela Educação, financiado pelo multimilionário Le Mann, inauguram práticas lobistas que se tornaram frequentes a partir de 2014 e 2015 (Freitas, 2018).

Sendo assim, ao invés de observar pontos positivos na BNCC e na REM, trata-se de um posicionamento sociológico contrário as políticas públicas efetivadas na esteira do governo golpista de Temer. Os docentes de Sociologia, por sua vez, seguem articulando possibilidades de ação, mas o fato é que o campo científico das Ciências Sociais só pode estar razoavelmente inserido no Ensino Básico se a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008 se sobrepor a inconstitucionalidade da BNCC e da REM.

2.1 Formações em Ciências Sociais: coleta de dados, categorização e codificação

A DERA tem sua sede em Apiaí/SP, mas abrange outros sete municípios como demonstrado na figura adiante:

Figura 1 – Municípios da Diretoria de Ensino – Região de Apiaí



Fonte: Munhoz (2025b, p. 26)

Em primeiro lugar, o autor registra seu agradecimento à DERA pela excelente oportunidade de participar como docente palestrante na área de Sociologia em três FCS, contando com um total de quarenta participantes: Formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) EM – Polo Ribeira,

dia 23/08/2024; Formação em CHSA EM – Polo Guapiara, dia 29/08/2024; e Formação em CHSA – EM – Polo Apiaí, dia 04/09/2024.

A partir de sondagens prévias, constatou-se que a maioria dos docentes de Sociologia e Filosofia da DERA possui formação em Geografia ou História, obtida por meio da modalidade de Ensino a Distância (EaD) (Munhoz, 2025b). Diante da limitação notificada acerca do superficial letramento sociológico dos participantes, as contribuições metodológicas de Thiollent (2010, p. 86) adiante tornaram-se fundamentais: “Na reconstrução, a pesquisa está inserida num processo de caráter conscientizador e comunicativo, que não deve ser confundido com a simples propaganda”.

A comunicação retomada com maior ênfase nas FCS está centralizada nos seguintes conteúdos: 1 – Contextualização histórica da Sociologia como disciplina no Ensino Secundário/Médio brasileiro; 2 – A Sociologia na transição do currículo São Paulo Faz Escola e OCNEM ao “novo” Currículo Paulista (2019) e BNCC; 3 – Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de Sociologia; 4 – “Os três porquinhos da Sociologia": conceitos fundamentais de Marx, Durkheim e Weber. Por conseguinte, ao final das FCS, respeitando o anonimato dos docentes participantes, anunciado os fundamentos da ética e pesquisa com seres humanos, realizamos dois questionamentos em um pequeno formulário entregue para cada participante:

1 - Esta apresentação contribuiu com a sua formação na área de Sociologia?

2 - Você acredita que o componente curricular de Sociologia deva voltar ao número de aulas anterior ao Novo Ensino Médio compondo todos os anos?

De acordo com padrões tecnicamente consolidados em Análise de Conteúdo, Bardin (2016) contribui significativamente quando ressalta à liberdade do pesquisador na categorização e codificação de determinada coleta de dados. Em consequência disso, após um aprofundamento analítico nas representações discursivas, constatou-se o êxito das FCS em todas as respostas da questão 1, portanto, a Categoria 1 ‘Formação Eficaz’ foi criada.

Dividiu-se a Categoria 1 em três códigos: Código 1 – ‘Contribuição Exitosa’; Código 2 – História da Sociologia Escolar Brasileira (HSEB); Código 3 – ‘Contribuição Conceitual’. O Código 1 é bem genérico e conectado com sua categoria, pois procurou abranger as respostas mais simples; o Código 2 foi elaborado para abranger os discursos acerca da contextualização histórica da Sociologia; o Código 3

também é genérico pelo fato de acolher respostas que dialogam com autores clássicos e seus conceitos, teorias e categorias apresentado(a)s nas FCS.

Para a Questão 2, a Categoria 2 intitulou-se 'Potenciais da Sociologia no Ensino Médio', proporcionando um ótimo embasamento durante a codificação a seguir: o Código 1 foi intitulado de 'Restauração da Normalidade', pelo fato da Lei federal n. 11.684/2008 não estar sendo efetivada, por sua vez, um código destinado às respostas mais simples, generalizando-as, mas ressaltando suas concordâncias com o retorno da disciplina de Sociologia em todos os anos do Ensino Médio; o Código 2 intitula-se 'Discurso Argumentativo', pois alguns discursos presentes nas respostas demonstraram-se coerentes em suas argumentações; por fim, o Código 3 foi atribuído às representações discursivas de caráter mais realista, no entanto, podem ter sentidos diferentes, ora otimistas, ora pessimistas, a denominação do respectivo código será 'Discurso Realista'.

2.2 Resultados de Orientações Técnicas na Diretoria de Ensino Região de Apiaí/SP

A priori, notou-se que determinados códigos guardam conexão direta com as respectivas categorias, representações discursivas desta natureza mostraram-se frequentes: "(...) foi um momento que ampliou a minha visão. Sobre a sociologia e o os sociólogos mencionados" (Docente 5, Cat-1 Cod-1, Munhoz, 2025b). Procura-se distanciamento do discurso meritocrático de que "o professor não buscou a formação na área em que leciona", pois tal afirmação incidiria no erro de reproduzir o individualismo burguês. Pelo contrário, o objetivo é contribuir significativamente em seu 'Letramento Sociológico' por meio das FCS, conforme se constata nos relatos apresentados no quadro adiante:

Quadro 1 – Letramento Sociológico por meio das FCS

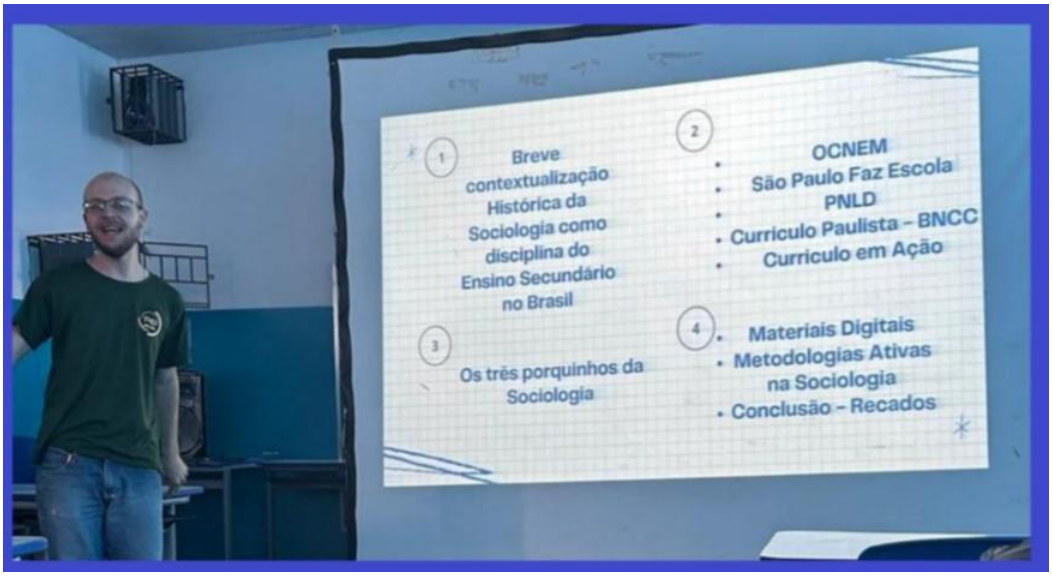
"(...) destacou alguns pontos importantes e apresentou alguma sugestão de livros que auxiliam no repertório das aulas" (Docente 11, Cat-1 Cod-1);
"(...) serviu de incentivo para tentarmos melhorar o ensino aprendizagem dos alunos nossos" (Docente 16, Cat-1 Cod-1);
"(...) estabelece uma conscientização sobre a importância da disciplina enquanto contribuição social" (Docente 22, Cat-1 Cod-1);
"(...) como não sou graduado na área, trouxe valiosa contribuição" (Docente 38, Cat-1 Cod-1).

Fonte: Munhoz (2025b, p. 36)

O próximo código busca constatar uma conscientização do histórico da luta pela obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Secundário e/ou Médio, ele está relacionado com a literatura bibliográfica acerca

da HSEB (Meucci, 2015; Moraes, 2011). Durante as FCS, procurou-se transmitir um panorama da Sociologia nas matrizes (orientações) curriculares ao longo das últimas três décadas, a figura adiante capturou a estrutura dos tópicos da palestra realizada:

Figura 2 –Tópicos das Formações em Ciências Sociais



Fonte: Munhoz (2025b, p. 36)

Em complemento, no quadro adiante, constata-se a relevância de se compreender uma questão tão cara ao campo científico das Ciências Sociais no Brasil que é o seu histórico de luta para permanecer na Educação Básica:

Quadro 2 – Conscientização Histórica da Sociologia Escolar Brasileira

"Revisitar a linha do tempo da sociologia no currículo paulista e a necessidade de manter a sociologia como disciplina obrigatória na escola" (Docente 2, Cat-1 Cod-2);
"(...) trouxe um esboço histórico de explicação do componente de sociologia na educação básica no Brasil" (Docente 23, Cat-1 Cod-2)";
"(...) a explanação do professor Felipe trouxe uma linha do tempo importante, contextualizando a realidade da sociologia no ensino secundário" (Docente 26, Cat-1 Cod-2);
"(...) pude compreender o contexto histórico melhor, esclareceu dúvidas e ideias de como aplicar a sociologia em sala de aula" (Docente 27, Cat-1 Cod-2);
"O professor reforçou a importância da presença da sociologia na Formação Geral Básica, apresentou a perspectiva de diversos sociólogos no decorrer da história" (Docente 28, Cat-1 Cod-2).

Fonte: Munhoz (2025b, p. 37)

Por fim de análise e exposição da Categoria 1 ‘Formação Eficaz’, constatou-se que as contribuições das FCS foram evidenciadas por vários docentes. Adiante, acerca do Código 3 ‘Contribuição Conceitual’, continua-se comprovando ótimas assimilações presentes nas re-presentações discursivas dos participantes, como essas apresentadas adiante:

Quadro 3 – Conscientização dos Conceitos de Autores Clássicos

“Acredito que será bastante relevante para minhas aulas de sociologia, a reflexão sobre os pensadores foi ótima” (Docente 21, Cat-1 Cod-3);
(...) com narrativa bem engajada nos conteúdos e nos conceitos dos autores da sociologia. Seu método de ensino aprendizagem pressupõe uma maneira bem adequada para obtenção de consciências libertadoras (Docente 39, Cat-1 Cod-3);
(...) os conceitos abordados referente a sociologia trouxe uma visão ampla nesse componente. A sociologia é a lógica de todas outras disciplinas. Achei interessantes as indicações de livros e seus conceitos (Docente 40, Cat-1 Cod-3).

Fonte: Munhoz (2025b, p. 37)

Diante dos resultados, torna-se evidente a necessidade de se repensar as práticas de formação continuada aos docentes de Sociologia das Diretorias de Ensino do estado de São Paulo, buscando oferecer um aprofundamento acerca da história do campo científico e seu papel na sociedade brasileira. Nesse aspecto, observa-se os potenciais da Sociologia no Ensi-no Médio em quase todas as respostas da Categoria 2, exceto alguns participantes com com-preensões mais pragmáticas e/ou sensatas:

Quadro 4 – Representações Discursivas Críticas Realistas

“Este governo parece não ter muita vontade. Eles não querem pessoas pensando” (Docente 17, Cat-2 Cod-3);
“Eu acredito que a o governo vai extinguir devido já ter tirado duas séries do Ensino Médio. Acredito que o próximo ano não tenhamos mais a sociologia. Vejo a necessidade de o profissional formado em sociologia procurar formações em outra área para estar prevenido de imprevistos no próximo ano” (Docente 27, Cat-2 Cod-3);
“A sociologia auxilia profundamente nas reflexões como sujeitos que pertence a uma sociedade na qual é construída por todos levando a humanidade a apresentar propostas de melhorias à sociedade. Acredito que o componente curricular de sociologia por ser importante na grade curricular, deve sim aumentar o número de aulas, pois a sociologia é que sustenta uma sociedade e torna crítica” (Docente 40, Cat-2 Cod-3);

Fonte: Munhoz (2025b, p. 38)

Componentes Curriculares Tecnicistas (Itinerários Formativos) como Empreendedo-rismo, Projeto de Vida, Educação Financeira, esses “novos” conhecimentos estão substituin-do as disciplinas tradicionais

e seu campo científico pelo tecnicismo aligeirado da perfor-mance individual. Apresenta-se, adiante, um excerto de uma das representações discursivas obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas no âmbito do estudo de caso da dissertação (Munhoz, 2025a), quando o participante Professor 1 (P1) foi questionado acerca da imple-mentação do PIE:

> Eu acho que na realidade foi implementado sem ter uma estrutura básica, foi uma estrutura muito superficial mesmo. Não teve uma base forte nisso, acho que foi colocado como se isso alterasse alguma coisa, como se tivesse diferença, digamos que a escola regular não tinha esse preparo. Muito pelo contrário, acho que sempre houve projeto de vida, protagonismo juvenil, eletivas, sempre aconteceram, não precisava de uma escola diferenciada para haver isso, acho que sempre houve, só não foi estruturada na escola (P1, questão 5, Munhoz, 2025a, p. 60).

Assim como a representação discursiva acima, os docentes participantes das FCS também consideram superficiais as transformações implementadas por políticas educacio-nais como a REM, portanto, selecionou-se algumas respostas com argumentos relevantes na tentativa de constatação da Hipóteses 2:

Quadro 5 – Representações Discursivas Argumentativas

"Pois a disciplina leva o aluno a disputar pela sua participação na sociedade, levando ele a reflexão, aprofundamento do pensamento crítico e construtivo para uma pessoa melhor e ajudando na transformação da sociedade (Docente 4, Cat-2 Cod-2);
(...) deve voltar como antes. Sociologia/Filosofia pois os estudos das humanas são de grande importância, destaco o senso crítico e buscando a sabedoria, é de extrema importância despertar curiosidade do estudante" (Docente 11, Cat-2 Cod-2);
A redução do número de aulas da disciplina "sociologia", também filosofia, história e geografia estão prejudicando os alunos. Tais disciplinas são fundamentais para o despertar dos alunos e a tornarem mais crítico, sendo assim, o número de aulas deve ser aumentado. (Docente 16, Cat-2 Cod-2);
(...) para entender a disciplina é ideal uma sequência e só vai se conseguir isso com a volta da disciplina desde a primeira série do ensino médio (Docente 30, Cat-2 Cod-2);
(...) deveria voltar e jamais ser retirada e ainda ser ampliada também para o Ensino Fundamental, assim como se faz nos países da América Latina. (Docente 39, Cat-2 Cod-2).

Fonte: Munhoz (2025b, p. 40)

Promover uma conscientização que reitere a vigência da Lei nº 11.645/2008 é fun-damental para o distanciamento das naturalizações em torno das políticas educacionais pós-2016. Tais políticas carregam uma marca antidemocrática e devem ser denunciadas por sua natureza neoliberal de ataque à classe trabalhadora brasileira, a redução da carga horária destinada a disciplina de Sociologia é considerada um elemento de avanço neoliberal, neo-fascista e neoconservador:

Figura 2 – Vigência da Lei 11.645/2008 e Obrigatoriedade da Sociologia



Fonte: Munhoz (2025b, p. 39)

Em momentos oportunos como as FCS, munidos do suporte teórico-metodológico de-senvolvido ao longo desta pesquisa, procura-se argumentar críticas coerentes acerca do ocul-tamento das disciplinas tradicionais no currículo e como a segregação das Ciências Humanas atinge interesses e objetivos de determinado grupo/classe social. Adiante, por meio de um excerto da obra Educação e Poder, de Michael Apple (2024), encontrou-se uma afirmação coerente que nos permite argumentar e pensar a escola como um espaço de reprodução cultural:

> Assim como para Bernstein, Bourdieu e, especialmente, Gramsci, também para mim ficou evidente que as escolas eram instituições culturais, além de econômicas, e examinar a reprodução da divisão social do trabalho não seria suficiente para esgotar a contribuição das escolas para a criação da hegemonia ideológica. Portanto, a forma e o conteúdo do currículo mais uma vez se mostravam de grande importância se quiséssemos compreender como a dominação cultural funciona e como "a unidade é criada". O que os pesquisadores que lidavam quase exclusivamente com o problema da reprodução econômica estavam negligenciando era a cultura preservada, transmitida e rejeitada no interior da instituição. A maneira como o currículo era organizado, os princípios sobre os quais era construído e avaliado, e, finalmente, o conhecimento ele mesmo - tudo isso era de crítica importância se quiséssemos entender como o poder era reproduzido. (Apple, 2024, p. 70)

A partir da análise acima, compreende-se que este é um momento crítico aos docentes de Sociologia das EESP, pois o ano de 2022 foi o último em que o componente curricular esteve em padrões estabelecidos pela Lei nº 11.684/2008. Observa-se em 2023 e 2024 uma diminuição do potencial da disciplina em vários aspectos, o docente por sua vez, acaba compondo jornada de trabalho com poucas aulas no Ensino Médio, ficando dependente da quantidade deste tipo de turma na escola, trabalhando em duas escolas ou complementando com outras disciplinas das Ciências Humanas e/ou técnicas diversificas.

3 CONCLUSÃO

Acredita-se ter constatado as duas hipóteses ao longo deste artigo, portanto, se encaminham as considerações finais no sentido de ressaltar a modificação estrutural mais significativa do PIE, a inserção das disciplinas Eletiva, Tecnologia e Projeto de Vida nas EESP do 6° ano do Ensino Fundamental até o 3° ano do Ensino Médio, produzindo uma universalização de disciplinas técnicas diversificadas por meio de uma mini-REM. As transformações que a BNCC e a REM, viabilizadas pelo PIE, efetivaram à Educação Básica paulista fazem parte de um projeto que busca naturalizar a ideologia meritocrática individualista na sociedade brasileira. O aumento da plataformização corrobora com este modelo neoliberal, padronizando práticas didático-pedagógicas e subordinando o trabalho docente ao interesse de agências internacionais como o Banco Mundial e nacionais como a Fundação Lemann.

Diante disso, torna-se evidente repensar práticas de formação continuada aos professores de Sociologia das EESP, buscando oferecer um aprofundamento sobre a história da disciplina e seu papel na formação cidadã da juventude paulista. Espera-se que estes docentes, ao compreenderem o contexto histórico e social da Sociologia e a relevância de materiais didático-pedagógicos e orientações curriculares com maior credibilidade científica, teórica e metodológica, eles estejam mais preparados para enfrentar os desafios do Ensino de Sociologia na Educação Básica contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

APPLE, Michael. Educação e poder. Tradução de Levindo Pereira. Editora Vozes, 2024.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 106, p. 1, 3 jun. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacio-nal, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvol-vimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Consolidação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015- 2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 14 de jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html. Acesso em: 14 de jul. 2026.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 03 abr. 2026.

BRASIL, Senado Federal. Ofício nº 3/2026/SCOM. Brasília, DF, 12 fev. 2026. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=10159140&disposition=inline. Acesso em: 14 de jul. 2026.

FERREIRA, Gesilaine Mucio; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice França. A educação especial e inclusiva nos documentos do Banco Mundial e da UNESCO pós-crise mundial de 2008: orientações políticas para o Brasil. Série-Estudos, v. 28, n. 62, p. 257-281, 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOULART, Débora Cristina. Entre a denúncia e a renúncia: A APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) frente às reformas na educação pública na gestão Mário Covas (1995-1998)". Dissertação de Mestrado (Departamento de Sociologia - UNICAMP). Campinas, SP, 2004.

LOPES, Wiama de Jesus Freitas; CABRAL, Antônio Neto. Políticas educacionais na América Latina: uma reflexão sobre as suas diretrizes. Revista Educação em Questão, v. 58, n. 56, p. 1-25, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDONÇA, Sueli Guadelupe de Lima. A crise de sentidos e significados na escola: a con-tribuição do olhar sociológico. Cadernos CEDES, v. 31, n. 85, p. 341–357, 2011.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência re-mota e recente. Ciências Sociais Unisinos, v. 51, n. 3, p. 251-260, 2015.

MORAES, Amaury. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Caderno Cedes, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, set. 2011.

MUNHOZ, Felipe Reis. Programa Inova Educação: o caso da Escola Estadual Leopoldo Leme Verneck. 2025a. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP), Marília, 2025.

MUNHOZ, Felipe Reis. Novo Ensino Médio, Sociologia e Juventude: resultados de Orientações Técnicas na Diretoria de Ensino Região de Apiaí (2024). 2025b. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP, Marília, 2025.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; MENDONÇA, Sueli Guadelupe De Lima. O discurso pedagógico para o ensino de sociologia, em três atos: defesa, legitimação e suspensão da obrigatoriedade. Revista Aurora, v. 16, n. 1, p. 25-46, 2023.

SÃO PAULO (Estado). Currículo Paulista: Etapa Anos Finais. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/. Acesso em: 14 de jul. 2026.

SILVA, Ileizi Fiorelli; ALVES NETO, Henrique Fernandes. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a sociologia (2014 a 2018). Revista Espaço do Currículo, v. 13, n. 2, p. 262–283, 2020.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011.

Capítulo 2

10.37423/260711136

ENTRE ALGORITMOS E APRENDIZAGENS: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

ROBERTA SANTANA BARROSO — *Afya Universidade UNIGRANRIO*

Márcio Luiz Corrêa Vilaça — *Afya Universidade UNIGRANRIO*

RESUMO

A presença da Inteligência Artificial generativa (IAG) na educação configura um dos maiores desafios para a educação no século XXI, ao mesmo tempo em que se apresenta como oportunidade para repensar práticas pedagógicas. Este estudo teve como objetivo analisar o uso propedêutico da IAG no ensino básico e superior, considerando suas contribuições e desafios à luz de uma formação crítica orientada pelo letramento digital. A pesquisa fundamentou-se em abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados apontam que a abordagem propedêutica deve contemplar a compreensão técnica, a consciência crítica, a ética digital e a apropriação criativa, articuladas ao desenvolvimento de letramentos digitais. No ensino básico e superior, destacam-se práticas convergentes, como o letramento digital, análise crítica de informações, pesquisa, produção autoral, prototipagem interdisciplinar e reflexão ética sobre autoria, privacidade e impactos sociais. Também foram identificados riscos associados, como dependência cognitiva, reprodução de vieses, erosão da autoria e superficialização do conhecimento, reforçando a necessidade de mediação pedagógica consciente. Conclui-se que o uso propedêutico da IAG, integrado ao letramento digital, constitui um instrumento de emancipação intelectual e cidadania digital, desde que sustentado por políticas institucionais e práticas educativas críticas, éticas e inclusivas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa, Letramento Digital, Educação Básica e Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) vem se consolidando como uma das principais tecnologias disruptivas da contemporaneidade, influenciando diretamente a economia, a comunicação e, crescentemente, a educação. No contexto escolar e acadêmico, a compreensão e utilização da IA de forma propedêutica, ou seja, voltada à introdução de conceitos, habilidades e atitudes necessárias para o uso consciente e eficaz dessa tecnologia representa uma oportunidade estratégica para preparar estudantes para os desafios cognitivos, sociais e éticos da era digital.

Mais do que ensinar a operar ferramentas, o ensino propedêutico da IA propõe integrar essa tecnologia a uma formação crítica, interdisciplinar e voltada para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, tanto no ensino básico quanto no superior, a IA pode servir como ponte para experiências pedagógicas que promovam a autonomia intelectual, a capacidade de resolver problemas e o aprendizado colaborativo, caso haja mediação dos professores e o uso da tecnologia esteja em sintonia com as diretrizes educacionais.

A Educação Básica e o Ensino Superior vivem um momento singular na história da educação. Pela primeira vez, o conhecimento humano convive com uma tecnologia capaz de produzir linguagem, imagens, códigos e ideias de maneira autônoma e em escala, desafiando os próprios fundamentos da autoria, da avaliação e a própria dinâmica entre professores e alunos. A Inteligência Artificial generativa (IAG) é considerada mais uma inovação tecnológica, um salto de paradigma que coloca a linguagem, o raciocínio e a criação sob novas lógicas de mediação.

Falar em uso propedêutico da IAG significa pensar de modo arbitrário como um treinamento operacional imediato, contudo em formação introdutória, reflexiva e crítica, que permita aos estudantes compreenderem a natureza, os alcances e as limitações dessa tecnologia antes de incorporá-la de maneira profunda em suas práticas acadêmicas e profissionais. Tal abordagem, na Educação Básica, pode iniciar pela leitura crítica de conteúdos gerados por IA, análise de suas fontes e discussão sobre credibilidade e autoria. No Ensino Superior, amplia-se para o uso orientado em projetos, pesquisas acadêmicas e experimentações autorais, sempre mediadas por princípios éticos e epistemológicos.

Nesse sentido, essa promessa carrega também tensões: o risco de terceirizar o pensamento, de aceitar respostas prontas sem filtragem crítica e de invisibilizar o papel do professor como mediador da aprendizagem. É justamente nessa tensão que reside a urgência do debate. Assim, este estudo teve

como objetivo central analisar o uso propedêutico da IAG no ensino básico e superior, identificando suas dimensões formativas, contribuições pedagógicas, desafios e riscos, a fim de compreender como essa tecnologia pode ser integrada criticamente aos processos educativos, promovendo letramentos digitais, pensamento crítico, ética digital e apropriação criativa por parte de estudantes e professores.

A metodologia deste estudo fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio da revisão bibliográfica e reflexões críticas sobre o tema. O arcabouço teórico que subsidia a temática desenvolvida na pesquisa está baseado nas abordagens de autores como Lankshear e Knobel (2008), Dudeney, Hockly e Pegrum (2016/2022), Harari (2018), Lee (2019) e Santaella (2021). A investigação buscou compreender como a IAG pode ser inserida no contexto educacional sob uma perspectiva propedêutica, contemplando aspectos conceituais, éticos e criativos. A análise foi organizada a partir da identificação de quatro dimensões principais: compreensão técnica, consciência crítica, ética digital e apropriação criativa, que orientam a interpretação dos dados teóricos levantados. Esse caminho metodológico ofereceu um panorama atualizado e reflexivo, capaz de subsidiar práticas pedagógicas críticas no ensino básico e superior, contribuindo para a formação de estudantes e docentes diante dos desafios da sociedade digital.

Por meio deste estudo, verificou-se que os resultados encontrados apontam que o uso propedêutico da IAG apresenta um duplo caráter: por um lado, potencializa a aprendizagem ao ampliar repertórios informacionais, personalizar percursos formativos, apoiar a autoria e favorecer práticas inclusivas; por outro, evidencia riscos importantes quando aplicado de modo acrítico, como a dependência cognitiva, a reprodução de vieses, a erosão da autoria e a superficialização do conhecimento. As análises evidenciaram que, no ensino básico, a prioridade deve recair sobre o Letramento Digital (LD), a leitura crítica de conteúdos gerados por IA e a discussão ética sobre o uso das tecnologias. Já no ensino superior, destacam-se a pertinência de projetos de pesquisa mediados por IA, a prototipagem interdisciplinar, a escrita acadêmica com reflexão crítica sobre autoria e a análise de casos complexos. Concluiu-se, com este estudo, que os resultados reforçam que a IAG, quando mediada pelos professores em suas práticas pedagógicas conscientes, pode tornar-se um instrumento de emancipação intelectual, todavia exige formação crítica e ética para não se reduzir a mera ferramenta técnica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo propedêutico refere-se a um ensino introdutório ou preparatório, voltado a fornecer bases conceituais e cognitivas que possibilitam aprendizagens mais complexas. Para Saviani (2008, p. 32), trata-se de "um conjunto de saberes que funcionam como mediação indispensável para a apropriação de conhecimentos mais desenvolvidos". Em uma perspectiva contemporânea, marcada pela presença da IA, o ensino propedêutico propicia experiências para mais que a transmissão de pré-requisitos técnicos, sobretudo oferece condições críticas e reflexivas para o estudante compreender os fundamentos, as aplicações e as implicações éticas da tecnologia antes de um uso avançado ou especializado. Assim, o caráter introdutório desse processo revela-se essencialmente formativo e estruturante, ao preparar o sujeito para interações conscientes e responsáveis com os sistemas digitais emergentes.

Conforme o referencial teórico adotado, constata-se que a presença da IA na educação tem se consolidado em diferentes formatos e intensidades. Segundo Luckin et al. (2016), sua aplicação abrange desde sistemas de recomendação de aprendizagem até assistentes virtuais, tutores inteligentes e plataformas adaptativas, capazes de ajustar conteúdos ao perfil e às necessidades dos estudantes. Essa diversidade de usos evidencia que a IA pode atuar tanto como suporte cognitivo, auxiliando na construção do conhecimento, quanto como ferramenta metacognitiva, favorecendo a reflexão sobre o próprio processo de aprendizagem.

No Brasil, políticas educacionais recentes reforçam a relevância desse debate. Na Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018, p. 8) define a competência da Cultura Digital, uma das dez competências gerais, como essencial à formação escolar, ao propor que os estudantes desenvolvam a capacidade de "compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética". Complementarmente, no Ensino Superior, a Política Nacional de Educação Digital (PNED) (Lei nº 14.533/2023) (Brasil, 2023) estabelece diretrizes para ampliar o acesso e a formação em competências digitais, incluindo a compreensão crítica do papel da IA na educação. Esses documentos demonstram que a inserção da IA deve ocorrer de maneira prática ou operacional, fora da formativa e cidadã, em diálogo com os princípios de inclusão e equidade.

A discussão sobre a IA na educação insere-se diretamente no campo dos letramentos digitais, entendidos como práticas sociais que articulam dimensões culturais, comunicativas e éticas, que ultrapassam o simples domínio técnico de ferramentas. Lankshear e Knobel (2008) argumentam que

os letramentos digitais se configuram como novas práticas sociais de leitura e escrita, nas quais o estudante precisa aprender a participar ativamente de contextos mediados digitalmente. Nesse sentido, a formação digital ultrapassa as habilidades de operar dispositivos, exigindo a capacidade de interpretar, problematizar e produzir criticamente no ambiente digital.

Uma linha de pensamento semelhante é a defendida por Santaella (2021) que amplia essa visão ao destacar que, na cultura da cibercultura e da hipermídia, é indispensável desenvolver competências interpretativas que permitam lidar com a multiplicidade de linguagens e com a velocidade da circulação informacional. Tal perspectiva converge com Buckingham (2015), que defende a ideia de LD crítico, no qual o estudante, excluindo o consumo de informações, desenvolva a capacidade de compreensão das condições de sua produção, circulação e os interesses políticos e econômicos que as orientam.

Dessa forma, a IA propedêutica aproxima-se da noção de LD crítico, por ter como finalidade apresentar a tecnologia e, simultaneamente, preparar o estudante para compreendê-la em seu contexto social, cultural e ético, fortalecendo sua autonomia intelectual e sua capacidade de uso responsável e criativo.

Diante das discussões apresentadas, observou-se que o conceito de uso propedêutico, a inserção da IA na educação e os letramentos digitais críticos convergem para um mesmo horizonte formativo: preparar estudantes e docentes para interações conscientes, éticas e criativas com a tecnologia. Essa fundamentação teórica sustenta o objetivo geral da pesquisa ao evidenciar que a IAG, quando trabalhada de forma introdutória e crítica, pode favorecer a ampliação de competências cognitivas e culturais, também fortalecendo a autonomia intelectual e a cidadania digital. Desse modo, compreende-se que a apropriação responsável da IAG requer, acima do domínio técnico, uma reflexão aprofundada sobre seus impactos sociais e epistemológicos, reafirmando a pertinência de uma abordagem propedêutica como caminho para integrar a tecnologia aos processos educativos emancipadoramente.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Uso propedêutico e as tecnologias no ensino da educação básica e superior

O uso das tecnologias digitais no ensino consolidou-se como um dos fundamentos centrais da educação contemporânea. A escola, historicamente marcada por práticas centradas no livro impresso

e na transmissão oral de conteúdos, vem sendo progressivamente reconfigurada pela presença de dispositivos digitais, plataformas virtuais e recursos interativos. As tecnologias digitais não se limitam a atuar como simples ferramentas de apoio, singularmente se configuram como espaços vivos de aprendizagem. Elas criam ambientes dinâmicos que intensificam os processos cognitivos, enriquecem os repertórios informacionais dos estudantes e, ao mesmo tempo, estimulam práticas colaborativas, possibilitando experiências formativas mais significativas e conectadas à realidade contemporânea.

No entanto, a simples presença da tecnologia não garante inovação pedagógica. Como defende Lévy (1999), é necessário compreender que a cibercultura introduz novos modos de conhecimento, sustentados pela inteligência coletiva e pela interconexão em rede. Isso implica que a integração das tecnologias ao ensino deve ser intencional e crítica, orientada por um projeto educativo que valorize a formação integral do estudante, promovendo tanto o desenvolvimento técnico quanto a reflexão ética e cidadã.

Na Educação Básica, o uso propedêutico da IAG deve priorizar o letramento digital e midiático, entendido como a aquisição de competências fundamentais para compreender e interagir com diferentes linguagens e suportes tecnológicos. Kellner e Share (2008) salientam que a educação midiática pode desenvolver competências e habilidades nos estudantes a interpretar criticamente mensagens e produzir significados, situando-se em um horizonte de participação ativa na cultura digital. Essa formação inicial permite que os estudantes aprendam a utilizar as ferramentas ao mesmo tempo, em que desenvolvem sensibilidade ética e discernimento crítico para avaliar as respostas geradas pela IA identificar vieses e compreender os processos de produção, circulação e consumo da informação.

No Ensino Superior, a propedêutica assume contornos ainda mais complexos. O estudante universitário deve ser preparado para utilizar a IAG em projetos de pesquisa, processos de prototipagem e análise de problemas interdisciplinares, transformando a tecnologia em parceria cognitiva e não em substituta do pensamento humano. Como ressalta Siemens (2010), a aprendizagem em rede exige que o sujeito saiba navegar por fluxos de informação, estabelecer conexões significativas e tomar decisões fundamentadas. A IAG, quando integrada de forma crítica, pode contribuir para essa competência, oferecendo simulações, sínteses e modelos que alimentam o raciocínio científico e criativo.

Com base no que dispõem Kenski (2012), ressalta que os recursos digitais provocam mudanças profundas nos modos de ensinar e aprender, uma vez que estimulam linguagens multimodais, ampliam

a comunicação em rede e promovem a aprendizagem em fluxos contínuos. Moran (2015), acrescenta que a tecnologia, quando integrada de maneira pedagógica e intencional, amplia e ressignifica o papel do professor, atribuindo-lhe novas funções como mediador, orientador e curador de informações.

Do ponto de vista pedagógico, o ensino propedêutico deve, portanto, assumir a responsabilidade de orientar os estudantes a utilizar essas tecnologias como ferramentas de criação e análise crítica, favorecendo a construção de uma cultura digital consciente e emancipadora. Essa perspectiva dialoga diretamente com o conceito de letramento digital crítico (Buckingham, 2015), que demanda o uso funcional das ferramentas e a compreensão de seus efeitos sociais e políticos.

Feitas essas observações, o uso propedêutico da IAG nas diferentes etapas da educação configura-se como uma estratégia de iniciação crítica às tecnologias emergentes, ao promover a compreensão conceitual e a formação de sujeitos capazes de interagir de maneira ética, reflexiva e criativa com os recursos digitais. Ao instruir os alunos sobre os princípios, usos e restrições da IA, os ensinos básicos e superiores auxiliam na criação de indivíduos aptos a utilizar a tecnologia de forma ética, ponderada e inovadora, atendendo às necessidades de um mundo caracterizado pela complexidade informacional e pela proeminência da inteligência artificial. Pensando na abordagem propedêutica da IAG estruturada em quatro dimensões complementares, tem-se:

Primeiramente a compreensão técnica, que envolve noções básicas sobre algoritmos, modelos de linguagem e dados de treinamento. Luckin et al. (2016) afirmam que compreender o funcionamento da IA é condição para seu uso educativo eficaz, permitindo reconhecer que o modelo não pensa, mas produz respostas probabilísticas com base em padrões estatísticos, sujeitas a erros e imprecisões.

Em seguida, a consciência crítica, na qual se refere à habilidade de identificar vieses, lacunas e limitações nas respostas. Conforme Buckingham (2015), toda tecnologia é produto de contextos culturais e políticos, carregando valores e ideologias. No ensino, isso demanda atividades de verificação e discussão sobre credibilidade e intencionalidade informacional.

Por sua vez, a ética digital que abrange questões relativas à autoria, privacidade, direitos autorais e responsabilidade no uso da IA. Freire (1996) lembra que toda prática educativa é um ato ético e político; portanto, a incorporação da IAG deve incluir reflexão sobre impactos sociais e jurídicos.

E, finalmente, a apropriação criativa pela qual consiste em utilizar a IA para expandir a capacidade humana de criar e resolver problemas. Santaella (2021) argumenta que, incorporada criticamente, a tecnologia atua como extensão cognitiva, potencializando a inovação em contextos educativos.

Com base nestas quatro dimensões principais: compreensão técnica, consciência crítica, ética digital e apropriação criativa, que orientam a interpretação dos dados teóricos levantados discutidos, torna-se pertinente distinguir as contribuições do uso propedêutico da IAG conforme as especificidades da educação básica e do ensino superior. Para organizar essas diferenças de maneira clara e objetiva, apresenta-se o quadro 1, a sistematização das principais dimensões formativas envolvidas em cada etapa educacional.

Quadro 1: Contribuições do uso propedêutico da Inteligência Artificial generativa na Educação Básica e no Ensino Superior.

Dimensão	Educação Básica	Ensino Superior
Compreensão técnica	Introdução a noções básicas de algoritmos, dados e funcionamento da IA, de forma lúdica e contextualizada.	Aprofundamento em modelos de linguagem, programação e análise de dados aplicados a projetos de pesquisa.
Consciência crítica	Desenvolvimento da capacidade de identificar informações falsas, reconhecer vieses e discutir impactos sociais.	Análise crítica de algoritmos, suas lógicas de funcionamento e implicações epistemológicas e políticas.
Ética digital	Formação para uso responsável da tecnologia, com ênfase em privacidade, cidadania digital e respeito à diversidade.	Debate sobre autoria acadêmica, propriedade intelectual e responsabilidade ética em pesquisas com IA.
Apropriação criativa	Exploração da IA em atividades de escrita, produção de histórias, resolução de problemas cotidianos e trabalhos escolares.	Utilização da IA para prototipagem, experimentação em diferentes áreas do conhecimento e produção científica crítica.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As análises realizadas permitem compreender que o uso propedêutico da IAG constitui uma estratégia essencial para preparar estudantes e professores a interagir de forma consciente, crítica e ética com as tecnologias emergentes. Na Educação Básica, essa abordagem contribui para o LD, a formação cidadã e a introdução a práticas reflexivas sobre informação e tecnologia. Já no Ensino Superior, fortalece a pesquisa, a produção de conhecimento e a experimentação interdisciplinar, ampliando as possibilidades de inovação acadêmica. Em ambos os contextos, evidencia-se que a IAG, quando mediada pedagogicamente, deixa de ser somente recurso instrumental e transforma-se em caminho formativo emancipador.

Continuando esse contraponto, vê-se que é sumamente significativo frisar que, a formação propedêutica deve incluir a discussão sobre responsabilidade, transparência e autoria. Floridi (2014) argumenta que as tecnologias da informação inauguram uma "infosfera" na qual as ações humanas adquirem novos significados e consequências, demandando um ethos voltado à responsabilidade e ao cuidado com o outro. Essa dimensão torna-se central tanto na formação básica, ao estimular a consciência cidadã sobre privacidade e segurança digital, quanto no ensino superior, ao discutir os impactos da automação no trabalho, na ciência e na produção cultural.

A inserção da IAG nos contextos educacionais exige uma compreensão que vá além do domínio instrumental, consolidando-se como uma prática propedêutica que prepara estudantes e docentes para os desafios cognitivos, éticos e sociais da sociedade digital.

Salienta-se, a partir do que dispõe a reflexão de Santaella (2021) ao enfatizar que, na sociedade conectada em rede, "novas competências cognitivas e comunicativas precisam ser desenvolvidas para lidar com a complexidade das linguagens digitais e com a ubiquidade da informação" (Santaella, 2021, p. 45). Nesse sentido, a IAG se apresenta como uma extensão das capacidades humanas em que desafia educadores e estudantes a refletirem sobre os contextos socioculturais no qual o conhecimento é produzido e circula.

Ao mesmo tempo, essa discussão remete a uma dimensão ainda mais ampla: a do LD, que transcende a competência técnica e envolve aspectos culturais, sociais e políticos do uso das tecnologias. Desse modo, a reflexão sobre o ensino propedêutico da IAG abre espaço para aprofundar a análise do LD como base fundamental para compreender e atuar criticamente na sociedade em rede, que será explorado a seguir.

Letramento digital e Inteligência Artificial Generativa: contribuições e desafios à luz de uma formação crítica

A discussão sobre letramentos digitais é central para compreender o papel da IAG na educação, por não se limitar ao domínio instrumental de ferramentas tecnológicas, contudo envolve dimensões cognitivas, culturais, comunicativas e éticas. Nesse sentido, o conceito amplia a noção tradicional de alfabetização, reconhecendo que ler e escrever em ambientes digitais exige novas competências e novas formas de interação social.

O conceito de letramentos digitais, na perspectiva de Lankshear e Knobel (2008), ultrapassa a mera dimensão técnica e envolve práticas sociais mediadas por tecnologias digitais, que demandam competências técnicas, culturais e críticas. Quando aplicado à IAG, esse conceito implica em três eixos fundamentais: compreender o funcionamento básico da ferramenta, analisar o contexto social e político em que ela opera e refletir sobre seus efeitos cognitivos e culturais. Nesse contexto, Buckingham (2015) reforça a utilização de mídias ou tecnologias digitais exige melhor aprofundamento a fim de entender como elas moldam percepções, valores e relações sociais.

Na Educação Básica, essa perspectiva pode ser traduzida em práticas pedagógicas voltadas ao letramento digital e midiático, explorando fenômenos como a desinformação, a autoria compartilhada e a ética digital em atividades acessíveis e contextualizadas. Já no Ensino Superior, a abordagem se amplia para incluir análises críticas de casos reais, pesquisa aplicada e produção acadêmica mediada pela IA, sempre com a exigência de validação humana e clareza na autoria intelectual.

Segundo Dudeney, Hockly e Pegrum (2016), os letramentos digitais devem ser entendidos como um conjunto de práticas sociais e competências multimodais que permitem aos sujeitos interpretar, produzir e compartilhar significados em múltiplos contextos mediados por tecnologia. Em sua proposta de pontos focais de letramentos.digitais, os autores organizam dimensões que vão desde o letramento linguístico e informacional até os letramentos multimodais, colaborativos, interculturais e críticos. Já em estudos mais recentes, Hockly e Pegrum (2022) atualizam esse debate ao enfatizar a necessidade de uma educação digital crítica, voltada para o uso técnico de aplicativos e plataformas e na compreensão de questões como privacidade, poder das big techs e implicações éticas do uso de algoritmos.

No Brasil, autoras como Ana Elisa Ribeiro (2018) e Carla Coscarelli (2016) contribuem para esse debate ao relacionar as práticas de leitura e escrita no meio digital às transformações culturais e pedagógicas. Ribeiro (2018) argumenta que o LD envolve a apropriação de linguagens multimodais e a capacidade de transitar entre diferentes suportes e interfaces, ressaltando que a escola deve integrar essas práticas ao cotidiano dos estudantes, em vez de relegá-las a espaços informais. Coscarelli (2016), por sua vez, destaca que a formação em letramentos digitais deve contemplar a reflexão crítica sobre a autoria, a colaboração e a circulação de sentidos em ambientes virtuais, evitando que os alunos sejam somente consumidores passivos de conteúdos.

Santaella (2021) acrescenta que a cibercultura contemporânea demanda novos modos de atenção, leitura e produção textual, uma vez que a interação com sistemas inteligentes se tornou inevitável. Logo, o uso propedêutico da IAG deve expor o estudante a experiências mediadas e controladas, possibilitando-lhe compreender como a máquina processa linguagem e quais limites existem em sua capacidade de raciocínio. Conforme os estudos de Dudeney, Hockly e Pegrum (2022), com o tempo, os dispositivos digitais estão se tornando mais inteligentes e responsivos graças ao desenvolvimento da IA e seus algoritmos, essencialmente conjuntos de regras baseados, no caso da IA, em aprendizado profundo (de máquina) com base em Big Data, que deram origem a recursos avançados de reconhecimento de imagem, reconhecimento de fala, processamento de linguagem natural, tradução automática e análise de aprendizado.

Em suma, a IA torna os dispositivos inteligentes "inteligentes". Entre as primeiras manifestações mais difundidas dessa IA, além dos robôs, estão os assistentes digitais inteligentes, que estão se tornando acessíveis em uma variedade de dispositivos móveis e não móveis; às vezes também conhecidos como assistentes pessoais ou assistentes de voz, incluem Alexa da Amazon, Siri da Apple, Google Assistant, Cortana da Microsoft e Bixby da Samsung. Se, quando e como essa IA restrita (fraca) (que normalmente é mais capaz do que os humanos em domínios muito específicos) evoluirá para uma IA geral (forte) (que poderia potencialmente superar as capacidades mais generalizadas dos humanos) permanece, por enquanto, um tema de debate. Atualmente, está em andamento uma quantidade considerável de pesquisas sobre a melhor forma de aproveitar as oportunidades educacionais que surgem com a recente proliferação de hardware digital, software e conectividade à internet, incluindo como tornar essas oportunidades disponíveis para o maior número possível de estudantes (Dudeney; Hockly e Pegrum, 2022).

Nessa perspectiva, a relação LD e o uso propedêutico da IAG torna-se evidente. O ensino introdutório da IA precisa ser concebido unicamente como treinamento técnico, porém como oportunidade para desenvolver competências críticas e criativas, alinhadas às práticas sociais contemporâneas de leitura e escrita em rede. A IA, ao gerar textos, imagens e outros conteúdos, pode servir como objeto de análise, discussão e reinterpretação, fortalecendo no estudante a capacidade de compreender como os discursos digitais são produzidos, mediados e ressignificados.

A reflexão sobre os letramentos digitais críticos e o uso propedêutico da IAG encontra respaldo também em documentos normativos recentes no Brasil. A BNCC (Brasil, 2018, p. 9), estabelece a

Cultura Digital como uma de suas competências gerais, orientando que os estudantes aprendam a "compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética". Esse direcionamento indica que a tecnologia deve ser assumida como espaço formativo que promove autonomia intelectual, criatividade e consciência cidadã, reforçando a necessidade de um ensino propedêutico que ofereça condições de compreender os fundamentos, usos e implicações da IAG.

De modo complementar, a PNED (Brasil, 2023), organiza-se em quatro eixos: inclusão digital, educação digital, capacitação e especialização digital, pesquisa e desenvolvimento, orientando sistemas de ensino a favorecer a democratização do acesso, a qualificação docente e a integração da tecnologia como prática social e cultural. Essa perspectiva se alinha à defesa de Dudeney, Hockly e Pegrum (2016), para quem os letramentos digitais abrangem competências técnicas, cognitivas e críticas que precisam ser trabalhadas em todas as etapas da formação. Seguindo essa direção, Hockly e Pegrum (2022) reforçam a importância de uma educação digital crítica no cenário pós-pandêmico, marcada pelo protagonismo da IA e pela centralidade dos algoritmos na circulação de informações.

Nesse ponto, pode-se destacar o olhar de Ribeiro (2018) ressaltando que o LD demanda a apropriação de múltiplas linguagens e a capacidade de transitar entre diferentes suportes, estando diretamente conectado às orientações da BNCC (Brasil, 2018). Da mesma forma, Coscarelli (2016) destaca que as práticas de leitura e escrita digitais devem favorecer a colaboração e a reflexão ética sobre a autoria, aspectos que a PNED (Brasil, 2023) institucionaliza ao propor ações de formação contínua e de estímulo ao pensamento crítico.

Assim, observa-se que tais legislações educacionais reconhecem a importância da tecnologia no processo educativo e propõem caminhos para o desenvolvimento sistemático dos letramentos digitais. Quando articuladas ao uso propedêutico da IAG, essas legislações constituem um alicerce para a formação integral de estudantes e professores, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas, criativas e éticas indispensáveis à vida em uma sociedade permeada pela IA.

As reflexões apresentadas permitem compreender que os letramentos digitais, em suas dimensões técnicas, culturais e críticas, constituem o alicerce para o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas na sociedade digital. Esse cenário abre caminho para aprofundar o debate sobre a IAG, cujo uso já atravessa práticas de leitura, escrita, pesquisa e comunicação. O desafio que se impõe, portanto, é compreender de que forma a IAG pode ser integrada aos processos educativos de maneira responsável e ética, assegurando que sua incorporação contribua para a emancipação intelectual e

para a formação de cidadãos críticos e participativos. Esse será o foco do próximo tópico, em que se discutirá o papel da ética digital e da responsabilidade pedagógica no uso da IAG em ambientes escolares e universitários.

A Inteligência Artificial Generativa ética e responsável nos processos educativos

A incorporação da IAG nos processos educativos amplia o debate para além das dimensões técnicas e pedagógicas, alcançando o campo da ética digital e da responsabilidade social. Ao incorporar a IAG em suas práticas, a escola e a universidade se comprometem a direcionar sua utilização com base em princípios de transparência, equidade, privacidade e autoria intelectual, visando fortalecer a formação integral dos indivíduos.

Freire (1996) já enfatizava que toda prática educativa é também um ato ético e político, por envolver escolhas sobre o que ensinar, como ensinar e com que finalidade. No contexto da IA, isso significa que professores e gestores precisam adotar posturas críticas, compreendendo a tecnologia como fenômeno cultural e social, com impactos diretos nas formas de pensar, aprender e se relacionar.

A partir da visão de Carr (2011), reitera-se que a hiperconectividade e o acesso facilitado à informação podem reduzir a profundidade do raciocínio, estimulando respostas rápidas em detrimento da reflexão. Esse fenômeno pode se intensificar com a IAG, que entrega soluções imediatas e bem estruturadas, desestimulando o esforço intelectual.

De modo semelhante a Byung-Chul Han (2018), ao analisar a sociedade da transparência, aponta que as tecnologias digitais podem ampliar mecanismos de vigilância e exposição, colocando em risco a autonomia crítica dos sujeitos. No campo educacional, esse alerta se torna especialmente pertinente, ao convocar escolas e universidades a equilibrarem inovação tecnológica com a proteção da privacidade e a defesa da liberdade de expressão dos estudantes.

Han (2018) ainda argumenta que a sociedade atual privilegia a velocidade, a transparência e o desempenho, produzindo sujeitos sobrecarregados de informações, mas incapazes de reflexão profunda. A IAG, ao fornecer respostas instantâneas e simplificadas, pode intensificar esse processo de superficialização do saber, afastando o estudante da análise crítica e da pesquisa investigativa. Para enfrentar esse desafio, torna-se imprescindível que o uso da IA seja acompanhado de práticas pedagógicas que valorizem a problematização, o debate e a produção autoral fundamentada.

Salienta Santaella (2021), ao dialogar com estas questões de uma cultura marcada pela hibridização entre produções humanas e maquínicas, tensionando os limites da autoria. Quando textos ou ideias são produzidos por IAG sem clareza sobre a origem, pode-se enfraquecer a noção de autoria intelectual. Freire (1996) lembra que a autoria é ato de criação e afirmação crítica do sujeito sobre o mundo. A erosão da autoria, portanto, pode levar a uma desvalorização da produção individual e a uma homogeneização cultural, caso não haja reflexão ética sobre a relação entre humano e máquina. Ele reforça que a aprendizagem exige problematização e diálogo crítico, e não a simples recepção de respostas prontas. Dessa maneira, o risco da dependência cognitiva está em formar sujeitos que consultam sistemas inteligentes passivamente, fragilizando a autonomia e a capacidade de construir conhecimento com base na análise crítica.

Apoiando-se nos estudos de Bender et al. (2021) que chamam atenção para que modelos de linguagem são treinados em grandes bases de dados, as quais carregam preconceitos, estereótipos e desigualdades sociais. Noble (2018) acrescenta que algoritmos podem reforçar práticas discriminatórias, naturalizando discursos racistas, sexistas e excludentes. No ambiente escolar, esse risco exige a mediação docente para os estudantes compreenderem como os vieses são incorporados aos sistemas e aprendam a questionar as respostas geradas pela IAG, em vez de aceitá-las como neutras ou universais.

As pesquisas empreendidas por Kai-Fu Lee (2019) direcionam a atenção para os riscos que acompanham a expansão acelerada da IA, particularmente no que se refere a questões relacionadas à vigilância, uso indevido de dados, vieses algorítmicos e desigualdades digitais. Esses elementos são fundamentais para uma abordagem educativa que busque compreender as potencialidades, os limites e implicações éticas da integração da IAG nos espaços formativos. A partir dessa perspectiva, torna-se evidente a necessidade de fomentar nos estudantes a capacidade de identificar, interpretar e questionar os mecanismos que operam por trás dos modelos generativos, de modo a evitar práticas de dependência tecnológica ou reprodução acrítica de conteúdos.

Uma visão predominante do referido autor denota que, embora a automação seja capaz de desempenhar operações complexas, permanece imprescindível a valorização de competências humanas insubstituíveis, como empatia, julgamento ético, imaginação, sensibilidade interpretativa e capacidade de produzir sentido. No âmbito da pesquisa acadêmica científica, suas contribuições

indicam que “a velocidade dos avanços na IA também faz com que os pesquisadores compartilhem instantaneamente seus resultados” (Lee, 2019, p. 109).

Desse modo, Lee (2019) evidencia que a IA inaugura um novo regime sociotécnico orientado por dados massivos, algoritmos de aprendizado profundo e sistemas capazes de automatizar tarefas cognitivas de média complexidade, o que transforma os modelos produtivos, as formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento. Nesse cenário, a educação passa a desempenhar papel central na preparação de sujeitos capazes de operar criticamente em ambientes digitais altamente dinâmicos, exigindo o desenvolvimento de letramentos digitais, criatividade, ética e pensamento reflexivo.

Mediante tais reflexões a respeito dos direcionamentos para um uso responsável da IA, a Microsoft (2023) define seis princípios fundamentais que orientam o desenvolvimento e a aplicação ética da IA. Esses princípios configuram o alicerce de sua abordagem de “IA responsável”, buscando garantir que os sistemas de IA sejam confiáveis, seguros e socialmente justos, como apresentado na figura 1, a seguir:

Figura 1: Princípios que orientam o desenvolvimento e o uso responsável de IA da Microsoft (2023).



Fonte: Elaborado pelos autores (2025), baseado no guia de IA responsável da Microsoft (2023).

Perante esses princípios estão: equidade na qual devem tratar todas as pessoas de maneira justa, distribuindo oportunidades, recursos e informações equitativamente; confiabilidade e segurança nos quais devem operar de forma consistente e segura em diferentes contextos, inclusive em situações inesperadas; privacidade e segurança de dados que devem ser seguros por design e respeitar a privacidade dos usuários; inclusividade na qual deve capacitar e acolher todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou origens culturais; transparência que é essencial que as

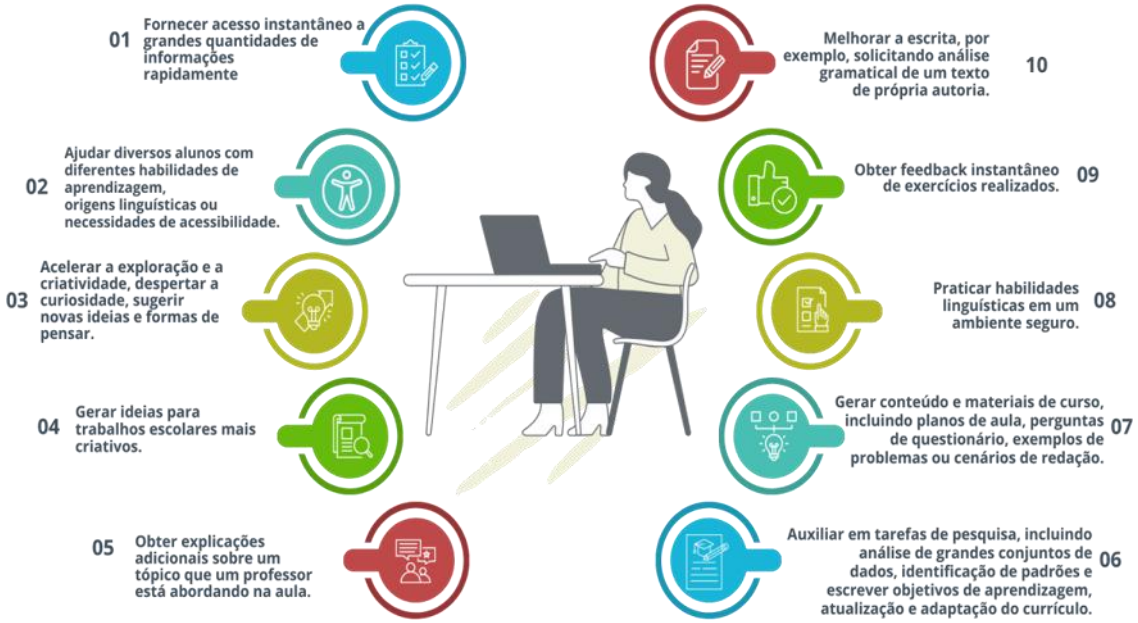
pessoas compreendam corretamente as capacidades e limitações dos sistemas de IA; responsabilização na qual deve haver supervisão humana e mecanismos claros de responsabilidade em relação às ações da IA (Microsoft, 2023).

Assim, tratar da IAG ética e responsável na educação significa concebê-la como instrumento de emancipação intelectual e formação cidadã. Isso exige políticas institucionais claras sobre autoria e uso da IA, capacitação docente para uma prática pedagógica consciente e o desenvolvimento, entre os estudantes, da capacidade de validar informações, refletir sobre impactos sociais e assumir responsabilidade na produção do conhecimento. Em última instância, a educação ética e responsável em IA contribui para formar cidadãos preparados para atuar em uma sociedade hiperconectada, orientada por princípios de justiça, equidade e dignidade humana. Os princípios de "IA responsável" definidos pela Microsoft (2023) contribuem para orientar políticas educacionais que assegurem o uso consciente e ético da tecnologia.

Nesse cenário, a educação assume a tarefa de formar sujeitos capazes de compreender a natureza desses sistemas e de agir eticamente diante de suas potencialidades e limites. Tais diretrizes convergem com o guia da UNESCO (2023) para o uso da IA generativa na educação e na pesquisa, que enfatiza a centralidade da agência humana, a valorização da diversidade cultural e linguística, a inclusão digital e a necessidade de políticas institucionais claras para proteger dados, garantir privacidade e validar pedagogicamente as ferramentas de IA.

De acordo com a UNESCO (2023), a IAG deve ser adotada como recurso capaz de ampliar práticas educativas inclusivas, estimular a inovação e fomentar competências críticas, sempre conforme os princípios de justiça social e direitos humanos. Isso implica a criação de estruturas de governança, o investimento em formação docente contínua e o estabelecimento de processos institucionais para acompanhar, monitorar e avaliar o impacto da tecnologia no ensino. Algumas dessas práticas rumo a uma abordagem centrada no ser humano para o uso de IA generativa na educação e na pesquisa estão dispostas na figura 2, a seguir:

Figura 2: Guia sobre o uso da IA generativa na educação e na pesquisa (UNESCO, 2023).



Fonte: Elaborados pelos autores (2025), traduzido do Guia sobre o uso da IA generativa na educação e na pesquisa (UNESCO, 2023).

A UNESCO (2023) reforça essa perspectiva ao afirmar que o uso da IA na educação deve apoiar-se na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da inclusão, prevenindo desigualdades e promovendo a equidade no acesso ao conhecimento. Embora os sistemas IAG possam ter aplicações aparentemente infinitas na educação, podem carecer da criatividade e originalidade que os educadores humanos oferecem. Isso porque as interfaces de IA são limitadas aos dados que lhes são fornecidos. Portanto, embora a IAG possa ser a próxima grande novidade na educação, deve-se lembrar que os educadores continuam a desempenhar um papel inestimável e insubstituível no processo de aprendizagem.

Nesse contexto, a escola assume papel estratégico ao formar sujeitos que compreendam a lógica dos algoritmos e reflitam sobre suas implicações sociais e culturais. Essa visão dialoga com Freire (1996), ao lembrar que toda prática educativa é também um ato ético e político, e com Han (2018), que alerta para a necessidade de equilibrar inovação tecnológica com a preservação da autonomia crítica e da liberdade dos estudantes.

Assim, a incorporação ética e responsável da IAG na educação significa concebê-la como instrumento de emancipação intelectual e fortalecimento da cidadania digital. Nesse horizonte, Yuval Noah Harari (2018), apresenta princípios fundamentais que podem orientar esse debate. Entre eles, destaca-se a redução das desigualdades, ao considerar que a IA deve servir para ampliar o acesso ao conhecimento e não para intensificar disparidades sociais. O referido autor também enfatiza o foco em habilidades

humanas como criatividade, pensamento crítico e competências socioemocionais que permanecem insubstituíveis pela tecnologia. Ademais, aponta a importância da autonomia e privacidade, assegurando que estudantes mantenham controle sobre suas decisões e dados pessoais, e da educação ética e global, orientada por reflexões críticas acerca dos impactos sociais e políticos da IA. Por fim, ressalta a necessidade de adaptação e aprendizagem contínua, preparando os indivíduos para um mundo em constante transformação tecnológica.

Segundo Harari (2018, p. 72) "a inteligência artificial está nos levando para um futuro onde o que mais importará não é o que sabemos, mas como somos capazes de aprender e nos adaptar". Assim, tais reflexões oferecem um marco teórico relevante para pensar a educação no século XXI, indicando que o papel da IA nunca deve ser o de substituir a ação humana, contudo de fortalecê-la, ampliando as possibilidades de emancipação intelectual, autonomia e equidade social.

CONCLUSÕES

A análise realizada ao longo desta pesquisa evidenciou que o uso propedêutico da IAG constitui um caminho estratégico para integrar tecnologias emergentes aos processos educativos de forma crítica, ética e emancipadora. Partindo do objetivo geral de compreender como a IAG pode ser incorporada ao ensino básico e superior em sua dimensão introdutória, foi possível constatar que a formação propedêutica deve contemplar quatro dimensões essenciais: compreensão técnica, consciência crítica, ética digital e apropriação criativa. Esses elementos permitem que a tecnologia se estabeleça como mediadora da aprendizagem e da cidadania digital, superando a função meramente instrumental.

Na Educação Básica, os resultados apontaram a relevância do letramento digital e midiática, do desenvolvimento de práticas que envolvam análise crítica de informações, reflexão sobre ética digital e exercícios de validação de conteúdos gerados pela IAG. Já no Ensino Superior, a IAG mostra-se promissora em projetos de pesquisa, prototipagem interdisciplinar, escrita acadêmica crítica e análises de casos complexos, desde que seu uso seja orientado por princípios de autoria, responsabilidade e rigor científico.

As contribuições pedagógicas identificadas incluem a ampliação do repertório informacional, a personalização da aprendizagem, o apoio à autoria e a promoção de acessibilidade e inclusão. Contudo, emergem também desafios relevantes, como o risco da dependência cognitiva, a reprodução de vieses algorítmicos, a erosão da autoria intelectual e a superficialização do conhecimento. Tais riscos

confirmam a necessidade de mediação pedagógica constante, capaz de transformar a IAG em aliada da autonomia crítica e não em fator de alienação.

A pesquisa também evidenciou que marcos normativos e referenciais internacionais, como a BNCC (Brasil, 2018), a PNED (Brasil, 2023), as diretrizes da UNESCO (2023) e os princípios de IA responsável da Microsoft (2023), oferecem bases para orientar práticas educacionais que respeitem direitos humanos, diversidade, privacidade e equidade. Além disso, as contribuições teóricas de autores como Lankshear e Knobel (2008), Santaella (2021), Buckingham (2015), Coscarelli (2016), Ribeiro (2018), Dudeney, Hockly e Pegrum (2016/2022), Freire (1996), Han (2018) e Harari (2018) enriquecem o debate ao destacar a centralidade dos letramentos digitais críticos e da formação ética e global.

Conclui-se, portanto, que o uso propedêutico da IAG, quando orientado por referenciais pedagógicos conscientes e por princípios éticos, tem potencial para reduzir desigualdades, fortalecer competências humanas insubstituíveis, preservar a autonomia dos sujeitos e promover uma aprendizagem contínua e adaptativa. A tecnologia, nesse horizonte, deixa de ser fim em si e torna-se instrumento de emancipação intelectual, capaz de preparar estudantes e professores para os desafios de um século marcado pela ubiquidade da informação, pela inteligência artificial e pela necessidade de uma educação comprometida com a justiça social e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BENDER, Emily M. et al. On the dangers of stochastic parrots: Can language models be too big? In: Proceedings of the 2021 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency. New York: ACM, 2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 jan. 2023.

BUCKINGHAM, D. Media education: Literacy, learning and contemporary culture. Cambridge: Polity Press, 2015.

CARR, N. A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

COSCARELLI, C. V. Leitura, escrita e tecnologias digitais. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUDENEY, G.; HOCKLY, N.; PEGRUM, M. Letramentos digitais. Parábola Editorial, São Paulo, 2016.

DUDENEY, G.; HOCKLY, N.; PEGRUM, M. Digital literacies. London: Routledge, 2022.

FLORIDI, L. The Fourth Revolution: How the Infosphere is Reshaping Human Reality. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAN, B-C. Sociedade da transparência. Petrópolis: Vozes, 2018.

HARARI, Y. N. 21 lições para o século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOCKLY, N.; PEGRUM, M. Digital literacies revisited: critical perspectives for the post-pandemic era. ELT Journal, v. 76, n. 4, p. 435–445, 2022.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Digital literacies: Concepts, policies and practices. New York: Peter Lang, 2008.

LEE, Kai-Fu. Inteligência artificial: os superpoderes da China e dos Estados Unidos e o futuro da humanidade. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCKIN, R. et al. Intelligence unleashed: An argument for AI in education. London: Pearson, 2016.

MICROSOFT. Responsible AI: Ethical policies and practices. Disponível em: https://www.microsoft.com/en-us/ai/responsible-ai. Acesso em: 06 set. 2025.

NOBLE, S. U. Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism. New York: New York University Press, 2018.

RIBEIRO, A. El. Letramento digital: práticas sociais de leitura e escrita na cibercultura. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTAELLA, L. Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2021.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. SIEMENS, G. Teaching in the Digital Age: Connectivism and Digital Learning.

International Journal of Instructional Technology & Distance Learning, v. 2, n. 1, 2010.

UNESCO. Guidance for generative AI in education and research. Paris: UNESCO, 2023.

Capítulo 3

10.37423/260711139

ASPECTO FINANCEIRO E O BEM-ESTAR PSICOLOGICO DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DO PARANÁ

Gilmar Batista Mazurek — *Universidade Estadual de POnta Grossa*

Erivelton Fontana de Laat — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*

RESUMO

O estudo investiga a interconexão entre as finanças e o bem-estar psicológico de professores universitários do Paraná, e sua relevância para a transição à aposentadoria. O objetivo foi analisar essa relação, comparando docentes ativos e aposentados. A pesquisa quantitativa de caráter exploratório-descritivo, utilizou um survey com 245 ativos e 37 aposentados. Foram aplicados questionários sobre aspectos financeiros e a Escala de Bem-Estar Psicológico (EBEP), com 36 afirmações. Os dados foram analisados através de estatística descritiva e inferencial. Os resultados mostram que os docentes aposentados têm uma situação financeira mais favorável, com maior renda e patrimônio diversificado. A maioria dos docentes ativos, depende exclusivamente do serviço público. Aposentados também apresentaram maior bem estar psicológico em dimensões como domínio ambiental, relações positivas, propósito de vida e autoaceitação. A segurança financeira dos aposentados influenciou positivamente seu propósito de vida e autonomia, enquanto a dependência dos ativos pode gerar insegurança. O abono de permanência foi identificado como um incentivo importante para a melhoria das finanças. Em conclusão, os achados reforçam a importância do planejamento financeiro para o bem-estar durante a aposentadoria.

Palavras-chave: Docentes; Finanças Pessoais; Bem-estar psicológico

1 INTRODUÇÃO:

O aspecto financeiro é reconhecido como um elemento central para a estabilidade e a qualidade de vida, exercendo influência substancial sobre o bem-estar geral dos indivíduos. Nos docentes do ensino superior, essa relação se torna particularmente relevante, em especial no contexto da transição à aposentadoria, período que exige planejamento e educação financeira. Estudos anteriores, como os de Bressan et al. (2013), Amorim et al. (2017), e Vieira et al. (2023), apontaram as finanças como das principais preocupações para felicidade e bem-estar na aposentadoria, ressaltando a importância do planejamento e da educação financeira.

Nesse cenário, o estudo se justifica pela necessidade de investigar a fundo a interconexão entre aspecto financeiro e bem-estar psicológico (BEP) de docentes, tema pouco explorado. Buscando preencher a lacuna de conhecimento ao analisar as diferenças e semelhanças entre a percepção e as condições financeiras de docentes da ativa e aposentados, bem como sua relação com as dimensões do BEP. Propondo a questão de pesquisa: Em que medida as condições financeiras e a percepção de segurança financeira de docentes ativos e aposentados do ensino superior se relacionam com os indicadores de seu BEP?

E o Objetivo Geral de analisar a relação entre as condições financeiras e o BEP de docentes ativos e aposentados das Instituições de Ensino Superior do estado do Paraná(IEES/PR). De maneira específica descrever e comparar as condições financeiras (renda, forma de obtenção da renda e patrimônio) entre docentes ativos e aposentados; avaliar e comparar o nível de BEP dos docentes ativos e aposentados e suas respectivas dimensões (Autoaceitação, Relações Positivas, Autonomia, Domínio Ambiental, Propósito de Vida e Crescimento Pessoal); e verificar a influência do aspecto financeiro (condições e percepção de segurança) nas dimensões do BEP.

Utilizou-se de abordagem quantitativa de caráter exploratório descritivo, utilizando para obtenção dos dados primários um survey aplicado a 245 docentes ativos e 37 aposentados, com quatro questionamentos sobre o aspecto financeiro, envolvendo valor da renda bruta, fonte e forma de obtenção da renda, valor do patrimônio pessoal e familiar, e percepção de abono de permanência, assim como a aplicação da escala de Bem-estar Psicológico (EBEP) com 36 afirmações em formato likert. Para análise empregou-se estatística descritiva e inferencial, utilizando Teste t de Student e U de Mann-Whitney para comparar as diferenças dos grupos. A pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética da Pesquisa com seres humanos (COMEP) da UNICENTRO/PR, processo CAAE nº

86227225.1.0000.8967. A estrutura deste artigo compreende a apresentação da fundamentação teórica teórico, a metodologia de pesquisa, a discussão dos resultados e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

2.1 O BEP na psicologia positiva

Minayo, Hartz, Buss (2000) tratam a qualidade de vida como percepção individual, e multidimensional com elementos positivos e negativos. Se perfilando a psicologia positiva, no estudo do bem-estar.

O bem-estar não é item solitário, mas o conjunto de vários fatores que emanam da e para pessoa e sociedade, sejam fatores e sensações, realizações de desejos e anseios, ou satisfação de necessidades básicas, estas sensações e fatores são únicos para cada indivíduo e internalizadas durante o caminho de vida, determinando a subjetividade, a psicologia vem buscando entender estas conexões, fatores e sensações que medeiam a formatação dos sujeitos.

Nas obras de Aristóteles (2001), estudando uma vida bem vivida, encontrasse o estudo do “daimon”, em duas partes, o estudo do “hedaimon” e do “eudaimon”, ou hedônico e eudaimónico, onde o primeiro centra-se na realização dos desejos e necessidades pelo indivíduo expressados nas suas emoções, e a Eudaimonia com centralidade nas potencialidades, e capacidades de realização do potencial humano, centrada na autopercepção.

A vertente hedônica considera a percepção de cada sujeito, seus sentimentos positivos ou negativos (Siqueira & Padovam, 2008), a eudamonica, base do BEP, prioriza o florescimento humano por meio da realização de potencialidades (Ryff, 2014). Estudos como Keyes et al. (2002) reforçam a distinção empírica entre Bem- Estar Subjetivo (BES) e BEP, destacando que dimensões como crescimento pessoal e propósito de vida são exclusivas do modelo eudaimónico.

Assim, o significado de bem-estar inicia-se na ideia de qualidade de vida, e perpassa pelas condições de saúde e psicológicas, tendo esta última certa predominância por tratar de percepção, sentido, assim as vertentes hedônicas e eudemônicas, uma tratando o bem-estar em seu aspecto subjetivo, relacionando ao gozo da felicidade e prazeres, e os estímulos positivos e negativos, e a outra indo além, ao potencial humano, o que pensam e sentem.

No século XX estudos foram elaborados para construção de escalas psicométricas do BEP, uma delas surgiu nas buscas de Carol D. Ryff, - Ryff (1989), Ryff e Keyes (1995), Ryff (1995), Ryff e Singer (1998) -, é a Escala do Bem-Estar Psicológico (EBEP) de Ryff (1989), que é subdividida em seis dimensões autoaceitação, relações positivas, autonomia, domínio ambiental, propósito de vida e crescimento pessoal.

Em Ryff (1989), Ryff e Keyes (1995), Ryff e Singer (2006), Ryff e Singer (2008) e Machado et al. (2013) as seis dimensões, mostram que a escala foi desenvolvida com base em uma integração teórica de conceitos propostos por autores como Erikson, Maslow, Rogers e Jahoda, buscando avaliar as dimensões consideradas essenciais para o funcionamento psicológico positivo. Essas subescalas incluem autonomia, como capacidade de autodeterminação e resistência a pressões externas, domínio ambiental como habilidade de gerenciar desafios cotidianos, crescimento pessoal como sensação de evolução contínua, propósito de vida como existência de objetivos e significado existencial, relações positivas com outros como conexões interpessoais satisfatórias, e autoaceitação como atitude positiva em relação a si mesmo. A validade da estrutura de seis fatores foi sustentada por múltiplos estudos confirmatórios, incluindo análises de Ryff e Keyes (1995), Clarke et al. (2001) in Ryff e Singer (2006) e Chen e Chan (2005) in Ryff e Singer (2006), que identificaram o modelo teórico como o melhor ajustado aos dados.

Ryff e Singer (2006) e Ryff e Singer (2008), afirmam que além da validade fatorial, evidências empíricas destacam a utilidade prática das seis dimensões. Estudos longitudinais revelaram padrões distintos de mudança nas subescalas diante de eventos como divórcio, envelhecimento ou problemas de saúde. O domínio ambiental mostrou-se associado a melhores padrões de sono, enquanto a autoaceitação correlacionou-se com resiliência emocional divórcios. Diferenças sociodemográficas foram observadas: o domínio ambiental tende a aumentar com a idade, enquanto propósito de vida e crescimento pessoal declinam. Em intervenções clínicas, como a terapia de bem-estar de Fava e colegas, as seis dimensões foram usadas para reduzir recaídas em depressão, reforçando sua relevância aplicada.

Ryff e Singer (2006-2008), mostram que correlatos biológicos, como níveis mais baixos de cortisol em indivíduos com alto propósito de vida ou ligações entre relações positivas e marcadores de saúde cardiovascular, reforçam a multidimensionalidade do constructo. Apesar das críticas sobre intercorrelações elevadas, Ryff e Singer (2006-2008) enfatizam que a distinção entre as subescalas é

respaldada por sua capacidade de prever ou explicar fenômenos únicos em contextos variados, desde ajustamento marital até respostas neuroendócrinas. Mantendo robustez teórica e empírica,e amplamente adotada em pesquisas e intervenções precisamente por capturar nuances do bem-estar que abordagens unidimensionais negligenciam. Ryff et al. (2004) apontam que o bem-estar eudaimônico está mais consistentemente ligado a indicadores de saúde física, reforçando a ideia de que a realização pessoal e o propósito podem desempenhar um papel único na promoção da resiliência biológica.

O estudo do BEP foi mencionado pela primeira vez no Brasil por Queiroz e Nery (2005). Machado e Bandeira (2012) estudaram os relatos da literatura sobre o BEP e a Escala de Bem-estar psicológico (EBEP) e encontraram vários correlatos psicossociais, sociodemográficos e neurobiológicos positivos dos instrumentos.

Machado et al. (2013) traduziram e adaptaram a EBEP no Brasil, investigando suas propriedades psicométricas e a validade de constructo por meio de análises fatoriais confirmatórias e das relações com indicadores de satisfação de vida, escala de afetos positivos e negativos, e depressão, apresentando alfa (α) de Cronbach entre 0,77 e 0,89, demonstrando a associação positiva com as medidas, e sua utilidade como instrumento de avaliação de intervenções que visem a otimização das dimensões do constructo.

2.2 O aspecto Financeiro na aposentadoria docente

A dimensão financeira é central para o bem-estar, sendo determinante para garantir estabilidade e qualidade de vida. Surgindo a necessidade de planejamento financeiro, sendo que tanto ausência de investimentos específicos quanto dependência excessiva de benefícios públicos comprometem a segurança econômica. Ademais, estabilidade de carreira, nível de renda e mudanças legislativas influenciam significativamente as condições financeiras, reforçando a importância de estratégias para minimizar preocupações e maximizar o bem-estar financeiro.

Cruwys et al. (2019), encontraram relação entre valores da aposentandoria e participação social, e saúde mental, encontrando interconexões entre saúde física e mental e valores do seguro aposentadoria.

Os estudos de Bressam et al. (2013), indicou as finanças como fator importante para o bem-estar na aposentadoria, embora não façam investimentos com esta finalidade. E de Amorim, França e Valentini (2017), com habitantes de zonas urbanas (Belo Horizonte/MG) e zona rural (Abre Campo/MG), encontraram também principal preocupação para a felicidade na aposentadoria as finanças. Reforçando a necessidade de tratar da educação financeira.

Jeong et al. (2023), observou pessoas que iniciaram a carreira mais velhos, demonstram segurança financeira melhor na velhice nos que tiveram carreira em empregos permanentes, ou empregos permanentes e após passaram a autônomos, com maior ocorrência em pessoas com graus de estudo elevado. Observando neste ponto moderadamente a ideia de planejamento financeiro, e a relação da estabilidade financeira durante a vida como fator a ser considerado para o bem-estar futuro.

Os estudos de Vieira et al. (2023), concluíram que a população economicamente ativa está despreparada para aposentadoria, principalmente em função de educação financeira inadequada, e expectativa referente ao benefício de aposentadoria público, ressaltando que a parcela com maior escolaridade, e homens, com renda superior tem maior propensão a planejar as finanças para aposentadoria. Nesta mesma direção Schuabb e França (2020), destacam a importância do planejamento financeiro para aposentadoria, indicando a incapacidade de gestão e educação financeira dos brasileiros como falhas, denotando que as soluções devem ser pelo envolvimento dos entes governamentais e privados para melhorar a educação financeira e minimizar preocupações na aposentadoria.

Esse aspecto fica latente como determinante de muitas condições para um bem-estar adequado, principalmente quando se passa a momentos de vida, onde ter-se-ão maiores dispêndios de saúde, e necessidades de cuidados nas atividades diárias, aumentando o custo do viver, sendo a educação financeira necessária durante o ciclo de vida inteiro, como fator importante para a aposentadoria, a legislação também é fator envolvido como Carneiro et al. (2021), que encontraram como sugestão de temática para plano de preparação o planejamento financeiro, observando a preocupação com as mudanças legislativas como fator motivador.

Os estudos analisados destacam que a saúde financeira é aspecto central para o bem estar na aposentadoria, mas abordam peculiaridades contextuais. Cruwys et al. (2019) vinculam saúde mental e física à participação social e ao valor da aposentadoria. Bressam et al. (2013) e Amorim et al. (2017) enfatizam a relevância financeira, mesmo diante da falta de planejamento específico. Jeong et al.

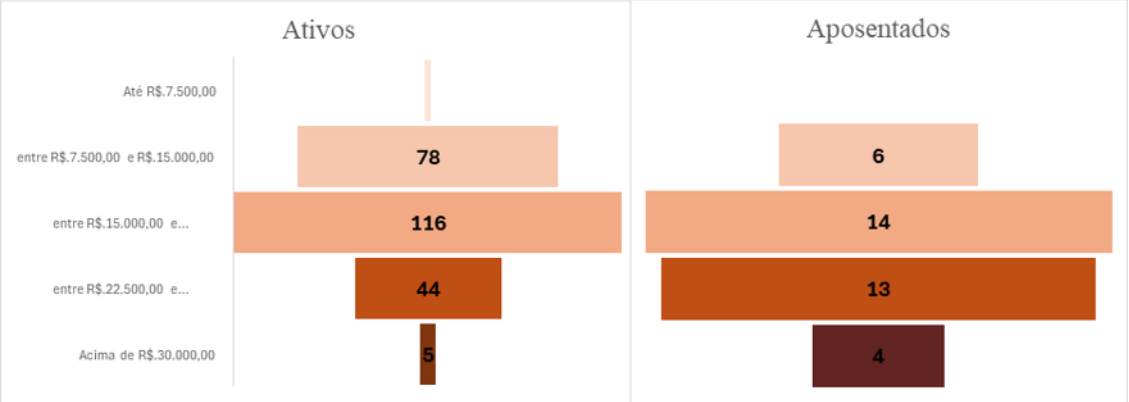
(2023) conectam estabilidade financeira a empregos permanentes e educação superior, enquanto Vieira et al. (2023) e Schuabb e França (2020) apontam déficits em educação financeira e dependência de benefícios públicos. Carneiro et al. (2021) destacam mudanças legislativas como motivação para planejamento.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Resultados e discussões preliminares

Para renda mensal bruta, o t de Student (Tabela 1), apresentou T= -3,7194, com p=0,0002, monstrando diferença estatisticamente relevante entre as faixas de renda, e que a distribuição de faixas dos ativos são menores que dos aposentados. U de Mann Whitney(Tabela 2), apresenta Z= -3,1350 e p=0,0017, com as mesmas tendências apontadas.

GRÁFICO 1 – Comparativo Faixa de Renda Ativos x Aposentados



Fonte: dados da pesquisa 2025

O gráfico 1 mostrou a concentração proporcional de indivíduos com maior renda nos aposentados, percentual de 35% dos aposentados e 18% dos docentes ativos.

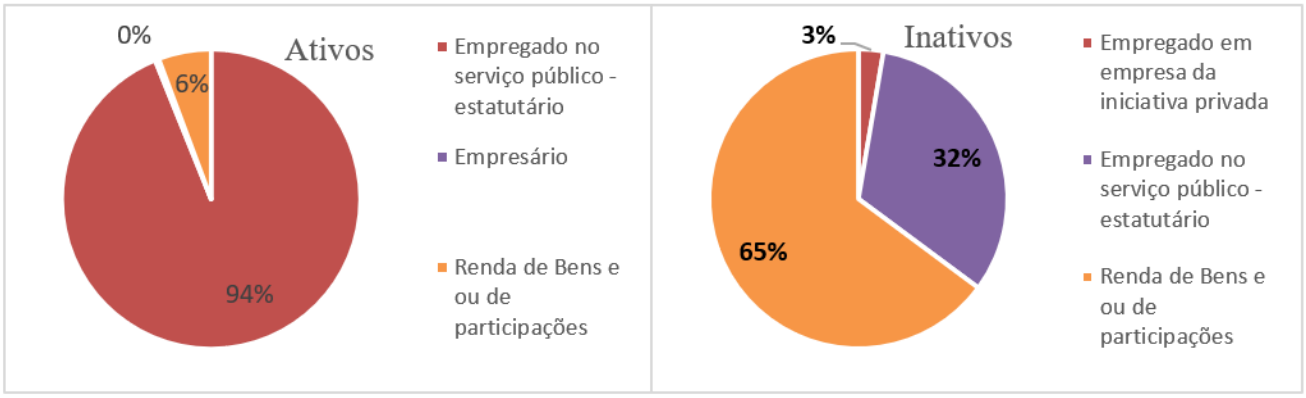
Podendo ser entendido pelas vantagens que o aposentado incorpora na aposentadoria, como paridade e equivalência de reajustes com os da ativa, e o tempo de permanência no mesmo emprego, grau de instrução, se conformando aos estudos de Jeong, Choi e Hawly (2023), que conectam empregos permanentes e educação superior.

Na forma de obtenção da renda, o t de Student foi T= -10,8817, com p=0,0000, os testes de variância indicam F-ratio=3,70009, e pVariance=0,0000, indicando certa fragilidade da comparação, Mann-

Whitney U, apresentou Z = -5,3388, com p=0,0000, e Z-ajustado = -8,8097 com p-ajustado = 0,0000, com significativa diferença estatística.

As diferenças dos testes indicam que dos ativos a maioria tem sua renda decorrente de contrato com o serviço público, 94%, em contrapartida o grupo dos inativos está composto por 65% de indivíduos que tem sua renda advinda além da aposentadoria de renda de bens e participações, observado no gráfico 2.

GRÁFICO 2– Comparativo Forma de obtenção da renda Ativos x Aposentados

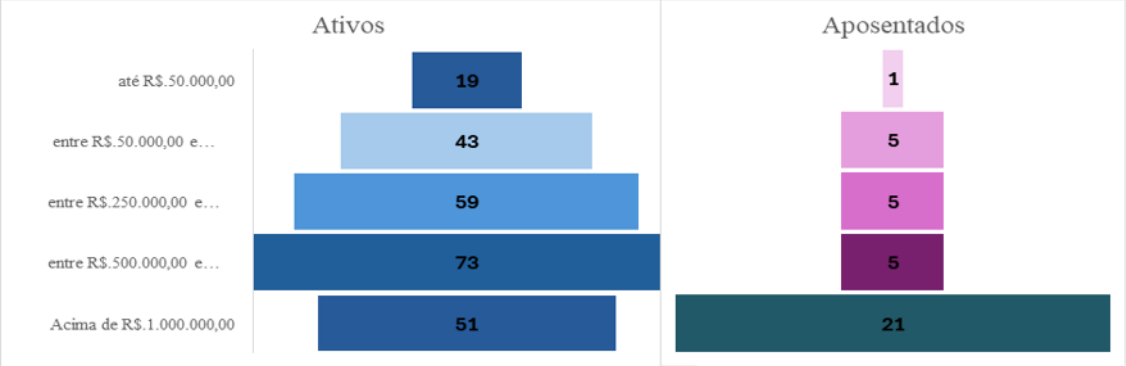


Fonte: dados da pesquisa 2025

Os estudos de Bressam et al. (2013), Amorim(2017), Vieira et al. (2023) e Schuabb e França(2020) caminham no sentido do planejamento e da educação financeira para um bem-estar na aposentadoria, buscando diminuição da dependência dos benefícios e equalização das finanças pessoais com a renda da aposentadoria. Os aposentados mostram menor dependência da renda da aposentadoria, o que no entender dos autores mencionados possibilita uma melhoria de bem-estar.

Quanto ao valor patrimônial, são apontadas diferenças estatisticamente significativa, o t de Student, de T=-3,2491, com p=0,0013, e com dispersão dos valores que garantem sua validade com F-ratio=1,0311 e p-variance=0,8540, no Mann-Whitney U, temos Z= - 3,3177, e p=0,0009, apontando a mesma significância estatísticas, mostrando que oos ativos tem valor de patrimônio menor que os aposentados, conforme gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Comparativo Valor do Patrimônio Ativos x Aposentados



Fonte: dados da pesquisa 2025

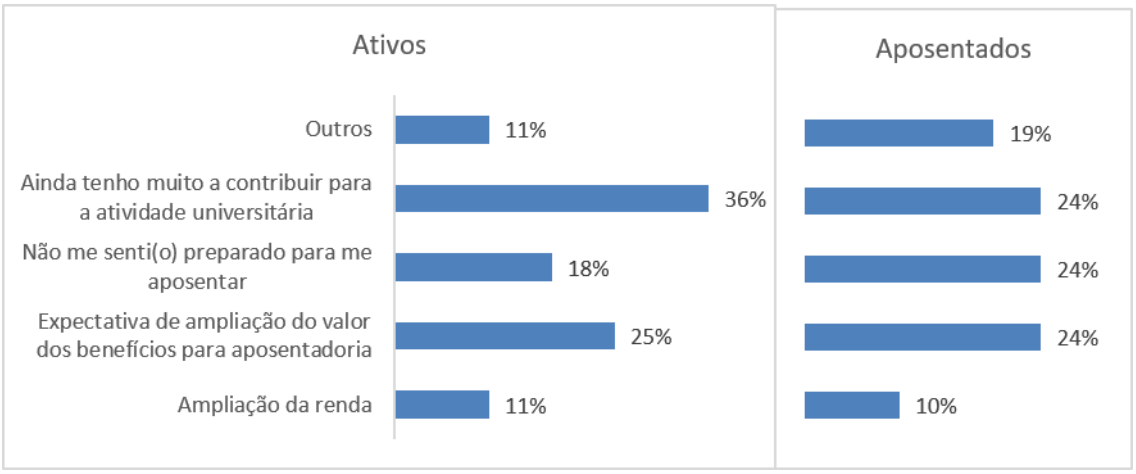
A construção de patrimônio pessoal antes de aposentar-se faz parte do planejamento financeiro, trazendo maior segurança aos aposentados, e diminuindo a dependência do benefício público. Viera, Matheis e Rosenblum (2023), e Schubb e França (2020) destacam a importância da educação e planejamento financeiro para diminuição da dependência dos benefícios públicos, Carneiro, Alves e Silva (2021), propõem temáticas de planejamento financeiro nos PPA´s.

Quanto ao abono permanencia, o t de Student, trouxe T=6,8242, e p=0,0000, e Mann Whitney U, Z=4,2834 e p=0,0000, apontando para significativa diferença estatística, para a pergunta isto seria o esperado, pois a percepção deste só é possível a partir de quando o docente reúna todas as condições para requerer a aposentadoria – idade, tempo de contribuição, e mínimo de tempo de exercício na carreira. Segmentando os dados apenas com os recebem ou receberam o abono de permanência, observa-se que os ativos que recebem tem valor de patrimônio de até R$.250.000,00, com faixa de renda entre R$.22.500,00 e R$.30.000,00, podendo indicar uma busca de ampliação do valor de renda, e investimentos para ampliar o patrimônio, já nos aposentados, a predominância do valor patrimonial é entre R$.500.000,00 e R$.1.000.000,00, e com faixa de renda predominante equivalente aos ativos, podendo demonstrar que a utilização do abono de permanência foi forma de ampliação do patrimônio e dos investimentos.

Questionou-se qual a motivação principal para se manter ativo recebendo o abono permanância, a maioria dos ativos respondeu acreditar que ainda tem muito a contribuir para a atividade universitária, 36%, dos inativos foram 24%; enquanto que a expectativa de ampliação do valor dos benefícios para aposentadoria e ampliação de renda juntas, carregaram 36% das respostas para ativos e 34% para

aposentados, mostrando que parcela significativa buscou com o abono de permanência uma melhoria da condição financeira ao se aposentar, conforme se ilustra no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Motivos de permanência comparação entre Ativos e Aposentados



Os estudos efetivados por França et al. (2022) e Pissinati et al. (2019), buscaram conhecer as alternativas que as pessoas teriam quando chegassem a seus tempos de aposentadoria, e estas pesquisas indicam caminhos semelhantes relativos às finanças, com grande parte dos indivíduos retardando suas aposentadorias em função de ampliação de renda.

TABELA 1– Teste t de Student para Aspectos Financeiros Ativos x Aposentados

Ref	Média 1	Média 2	T-value	df	p	N 1	N2	Dp 1	DP 2	F-RatioVar	p Variance
P5	2,8857	3,4054	-3,7194	280	*0,0002	245	37	0,7757	0,8963	1,3352	0,2129
P6	2,3551	5,4865	-10,8817	280	*0,0000	245	37	1,4056	2,7041	3,7009	0,0000
P7	3,3837	4,0811	-3,2491	280	*0,0013	245	37	1,2146	1,2333	1,0311	0,8540
P8	1,8694	1,4324	6,8242	280	*0,0000	245	37	0,3377	0,5022	2,2124	0,0004

Fonte: dados da pesquisa 2025

Obs.: A coluna Ref, as siglas P5/P6/P7/P8 correspondem às perguntas do formulário

TABELA 2 – Teste de Mann-Whitney para Aspectos Financeiros Ativos x Aposentados

Ref	Soma 1	Soma 2	U	Z	p-level	z ajustado	p-level	N1	N2
P5	33218,00	6685,00	3083,00	-3,1350	*0,0017	-3,3662	0,0008	245	37
P6	32199,00	7704,00	2064,00	-5,3388	*0,0000	-8,8097	0,0000	245	37
P7	33133,50	6769,50	2998,50	-3,3177	*0,0009	-3,4125	0,0006	245	37
P8	36648,00	3255,00	2552,00	4,2834	*0,0000	6,3302	0,0000	245	37

Fonte: dados da pesquisa 2025

Obs.: A coluna Ref, as siglas P5/P6/P7/P8 correspondem às perguntas do formulário

Os resultados da pesquisa demonstram diferença estatisticamente significativa – ($p<0,05$) - nos aspectos financeiros entre ativos e aposentados de IEES públicas. Observou-se que os aposentados tem maiores faixas de renda e patrimônio pessoal. Essa tendência pode ser explicada pelas vantagens que esses docentes acumulam ao longo da carreira para a aposentadoria, como paridade, equivalência de reajustes e tempo de serviço. Em relação à forma de obtenção da renda, a maioria dos ativos depende exclusivamente do serviço público, enquanto a maioria dos aposentados complementa sua renda com bens e participações, indicando menor grau de dependência do benefício previdenciário. O abono de permanência surge como fator relevante, permitindo que docentes da ativa, mesmo elegíveis para aposentadoria, continuem em serviço, buscando ampliação de renda e ampliação de patrimônio, o que é corroborado pela prevalência de maior patrimônio entre aposentados que receberam o abono. Esses achados reforçam a importância do planejamento e da educação financeira para o bem-estar na aposentadoria, e o abono atuando como incentivo para a melhoria das condições financeiras futuras.

3.2 O financeiro na aposentadoria e o bem-estar psicológico

Analisando-se os valores da renda, os grupos demonstram diferenças e preocupações distintas, que são espelhadas pela insegurança jurídica, e desconfiança no sistema previdenciário, especialmente no que concerne aos reajustes dos benefícios ao longo do tempo, que ativos acreditam ser um problema a ser enfrentado, impactando suas finanças, e acentuado pela percepção do sistema previdenciário atual não vir a garantir plenamente sua aposentadoria e vencimentos. (Mazurek, 2025) Considerando os dados obtidos, a maioria dos ativos depende exclusivamente do serviço público para sua renda, potencializando a vulnerabilidade percebida.

Contrastando, parcela significativa entende que o sistema atual garantirá plenamente a aposentadoria e os vencimentos. Além disso, o grupo de aposentados tende a possuir maiores faixas de renda e patrimônio pessoal, e complementando sua renda com bens e participações, com menor grau de dependência do benefício previdenciário.

O abono de permanência é fator relevante, permitindo que ativos, aposentáveis, continuem em serviço, ampliando sua renda e patrimônio, corroborado pela prevalência de maior patrimônio entre aposentados que receberam o abono. Essa dicotomia na percepção da segurança financeira e na realidade da composição da renda estabelece a base para as implicações nas dimensões do BEP.

A percepção de maior segurança financeira e a realidade da composição de renda mais diversificada dos aposentados estão associadas ao aumento na dimensão do BEP, propósito na vida, os aposentados demonstram maior disposição para planejar, com metas e objetivos próprios na aposentadoria, enxergando como um "novo começo". Estabilidade financeira e liberdade, e menor dependência do benefício são fatores cruciais para sentirem-se mais livres ao traçar novos rumos e projetos, alinhando-se com a ideia de que a aposentadoria não é um fim, mas uma transição para novas oportunidades (França, Menezes e Siqueira, 2012). Nos ativos, insegurança financeira e receio de que as modificações legislativas possam afetar os valores de seus benefícios futuros, somado à dependência exclusiva do serviço público, podem inibir essa capacidade de planejamento de longo prazo, afetando negativamente a percepção de propósito na vida.

A maior segurança financeira relativa às condições financeiras da aposentadoria exerce influência no domínio sobre o ambiente, com suas acepções de gestão de desafios, e criação de oportunidades e escolhas beneficiados por segurança financeira, patrimônios mais estabilizados, e fontes de renda não exclusiva observada nos aposentados, integram a influência positiva da dimensão ampliando o BEP, já a preocupação demonstrada com o não reajustamento do valor dos benefícios ao longo do tempo, compartilhada entre ativos e aposentados, é fragilidade para esta dimensão, ampliada para os ativos pela maior dependência do serviço público.

A situação financeira equilibrada, o patrimônio consolidado e a diversificação de fontes de renda, influenciam também outras dimensões proporcionando maior liberdade para tomar decisões sobre tempo, atividades e estilo de vida, sem a pressão financeira. A preocupação com a estabilidade econômica, especialmente entre ativos com dependencia de seus vencimentos, potencializaria o desviar do foco nas relações, enquanto a estabilidade financeira dos aposentados fomentaria maior participação em atividades sociais e comunitárias, contribuindo para relações mais positivas, atuando sobre essa dimensão.

A comparação do BEP, mostra que os grupos tem diferença estatisticamente significativa, observada pelos valores obtido no t de Student, T= -3,2794, com p=0,0012, f-ratio=1,3273 e p-variance=0,2223, com distribuição de valores em patamares superiores para os aposentados. Mann-Whitney U, com valor Z= -3,6356, e p=0,0003, aponta a mesma significância, com intervalos de confiança de 95%, e margem de erro de 5%.

A EBEP, permite pontuações entre 36 e 216, sendo crescente, numa proposição de padrão teórico de resultados efetuada por Machado et al. (2013), comparados com os valores padrões propostos, os grupos estão no nível médio de bem-estar psicológico, que se situa no intervalo de 144 a 187, existindo espaço para ampliação neste indicador.

A EBEP é dividida em seis dimensões que nos auxiliam a interpretar os pontos de atenção para busca de melhores escores, permitindo avaliação que distingue pontos que necessitam atenção na preparação para aposentadoria. Cada dimensão tem variação de 1 a 36.

TABELA 3 – Teste t de Student para Bem-estar Psicológico Ativos X Aposentados

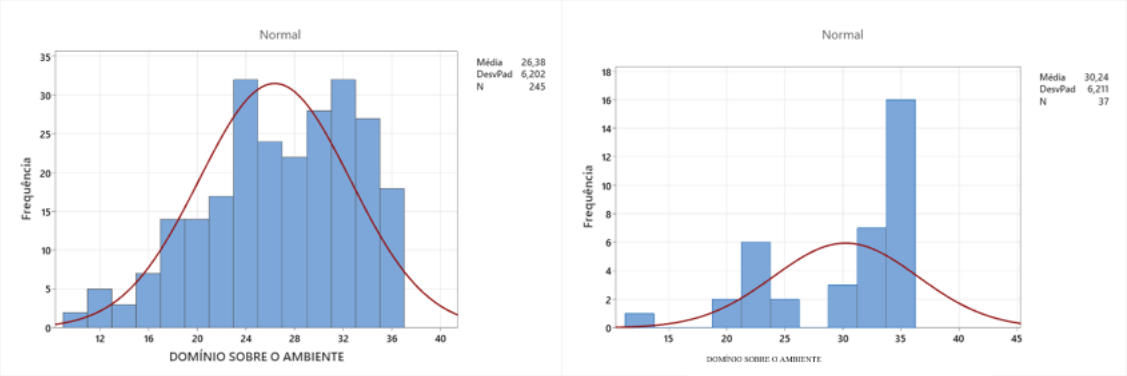
Ref	Média 1	Média 2	T-value	df	p	N 1	N2	Dp 1	DP 2	F-RatioVar	p Variance
RP	26,7714	29,8649	#-2,8655	280	#0,0045	245	37	6,1348	6,0239	1,0372	0,9355
AU	26,0163	27,4595	-1,4421	280	0,1504	245	37	5,4660	6,9186	1,6021	0,0419
DA	26,3755	30,2432	“-3,5351	280	“0,0005	245	37	6,2020	6,2111	1,0029	0,9408
CP	32,8327	33,7027	-1,6752	280	0,0950	245	37	2,9296	3,0447	1,0801	0,7114
PV	31,0408	32,7568	*-2,3049	280	*0,0219	245	37	4,1997	4,3615	1,0785	0,7159
AA	27,5714	28,9189	*-2,2312	280	*0,0265	245	37	3,4284	3,3943	1,0202	0,9870
BEP	**170,608**	**182,945**	**“-3,2794**	**280**	**“0,0012**	**245**	**37**	**20,8952**	**24,0727**	**1,3273**	**0,2223**

Fonte: dados da pesquisa 2025

Obs.: As siglas na coluna Ref representam as dimensões do BEP, são: Relações Pessoais Positivas (RP), Autonomia(AU), Domínio Ambiental(DA), Crescimento Pessoal (CP), Propósito na Vida(PV), Autoaceitação(AA), e Bem-estar Psicológico(BEP). Média 1 – são os valores de Ativos e Média 2 –de aposentados

A dimensão Domínio sobre o ambiente (DA), conforme Tabela 3, apresenta variação estatisticamente significativa, e distribuição homogênea, e tendência de melhora no grupo de aposentados, pelas médias, estes tem valores de 30,2432, enquanto os ativos 26,3755, o gráfico 5, mostra que existem picos na distribuição, observando-se a estatística descritiva dos grupos, os resultados apontaram duas modas, sendo que um grupo está concentrado em torno das modas 24 (ativos) e 35 (aposentados), e outro grupo concentrado ao redor da moda 32 (ativos) e 36 (aposentados), assim a diferença estatística mostra nesta dimensão crescimento após a aposentadoria, sendo um dos fatores marcantes para a melhora do bem-estar psicológico na aposentadoria. O U de Mann-Whitney (Tabela 4) aponta no mesmo sentido, reforçando as diferenças observadas.

GRÁFICO 5 – Histogramas Domínio sobre o ambiente Ativos e Aposentados



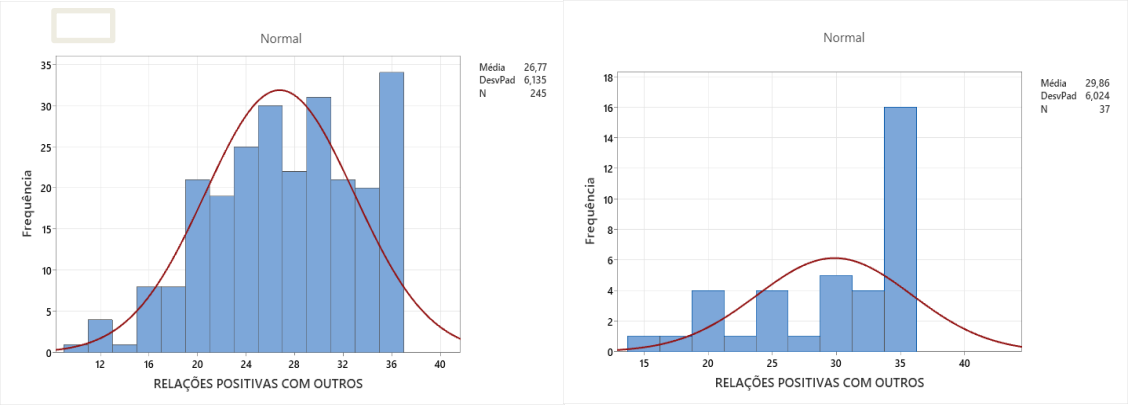
Fonte: dados da pesquisa 2025

Comparando as médias dos grupos com os escores padrão, onde o conceito de BEP médio é atribuído ao intervalo entre 26 – 31, os ativos estão no limite inferior com uma das modas (24) avaliada no nível baixo, e a outra moda (32) no limiar inferior da avaliação de alto BEP, enquanto que os aposentados estão no nível superior, com sua menor moda (35), situada na região de avaliação alta, e sua maior moda (36) no maior valor possível para a dimensão no nível alto.

Dessa forma vê-se melhoria significativa nos elementos de gestão própria dos diversos contextos e oportunidades que se apresentam na vida dos aposentados, podendo ser um fato previsível, pois a diminuição dos horários e regras impostas pela atividade de docente, permite maior liberdade de escolhas e das oportunidades com maior desprendimento, podendo ser identificado nas pesquisa de Zanelli (2020) e De Paula Couto et al. (2022), monstrando a abertura de tempo a outras atividades, sem vinculação às exigências laborais, bem como em Van Den Bogaard e Henkens (2018) que mostram melhoria da saúde mental na aposentadoria em ocupações com alto stress psicológico, encontrada na atividade docente.

A dimensão Relações Positivas com outros (RP) apresentou os valores do t de Student e U de Mann-Whitney, com diferenças estatísticas significativas, e distribuição equivalente não casual nos grupos, com escores superiores nos aposentados, com média de 29,6849, enquanto que os ativos 26,7714, o gráfico 6 mostra semelhanças na dispersão dos dados, com a cauda superior menos pronunciada em ambas as amostras, e no grupo de aposentados o pico de valores maiores na cauda superior, observando os dados descritivos a mediana 28 e moda 35 para os ativos, mediana 32 e moda 34 para os aposentados, mostra crescimento desta dimensão na aposentadoria, não sendo tão acentuado quanto na dimensão anterior.

GRÁFICO 6 – Histogramas Relações Pessoais Positivas Ativos X Aposentados A Apos



Fonte: dados da pesquisa 2025

O quadro teórico padrão aponta escores 25 – 31 como média da dimensão, os dois grupos encontram-se dentro desse espaço, tomando a mediana e a moda, temos que os ativos tem a metade dos indivíduos (mediana 28) avaliado como médio à elevado com moda de 35 que se situa na avaliação Alta, e os aposentados tem metade dos indivíduos (mediana 32) avaliados como alto, e moda 34 avaliada como alta, se mostram muito importantes como distinção entre os grupos.

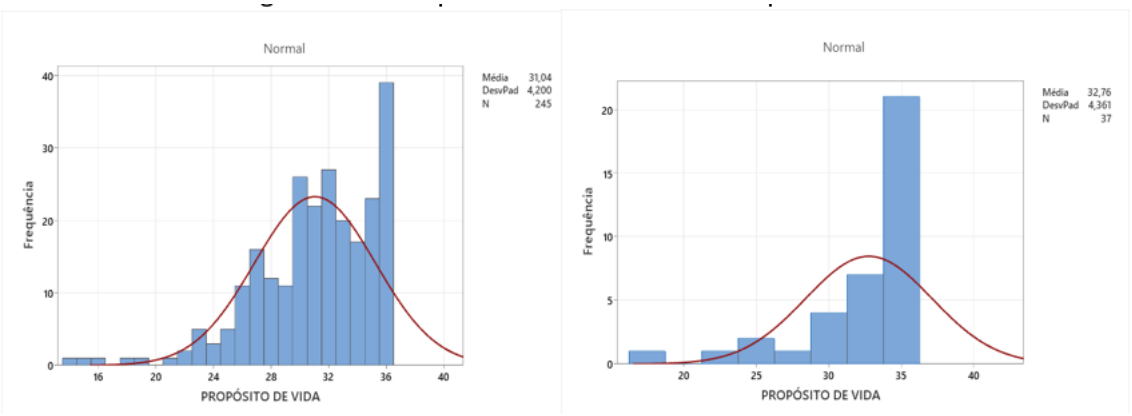
Mostrando-se que os aposentados passam a ter relações com maior profundidade, intimidade e mais proveitosas para o BEP, saindo do ambiente acadêmico deixam de ter colegas de trabalho e passam a sentir os relacionamentos como de maior amizade e intimidade, não forçados ou limitados pelas atividades profissionais.

Neste sentido os estudos de Figueira et al. (2017) e Hoffman e Zille (2017) apontam que as relações sociais tem aspectos ambivalentes podendo ser fator positivo para o bem-estar na aposentadoria como negativas, e quando os fatores de aceitação e bom convívio familiar juntamente com vínculos de amizade fora do ambiente de trabalho se tornam positivos, Tomini et al. (2016) e França (2009) ressaltam que a interpolação de amizades, e convívio familiar salutar promovem maior bem-estar na aposentadoria, nesta dimensão o comportamento dos aposentados se mostra favorável ao BEP na aposentadoria, merecendo ser incentivadas as relações positivas nos ativos.

Na dimensão Propósito na Vida (PV), o t de Student, e Mann-Whitney U, demonstraram significativa diferença estatística, com tendência superior para os aposentados, médias de 32,7568, e ativos 31,0408, no comparativo dos histogramas gráfico 7, a presença de valores elevados na cauda superior com menor amplitude entre a média e o valor máximo, a mediana e moda dos grupos, 32 e 36 para os

ativos, e 35 e 36, para os aposentados, se mostram em valores elevados, mas com tendência mais elevada nos aposentados.

GRÁFICO 7 – Histograma de Propósito de Vida Ativos X Aposentados



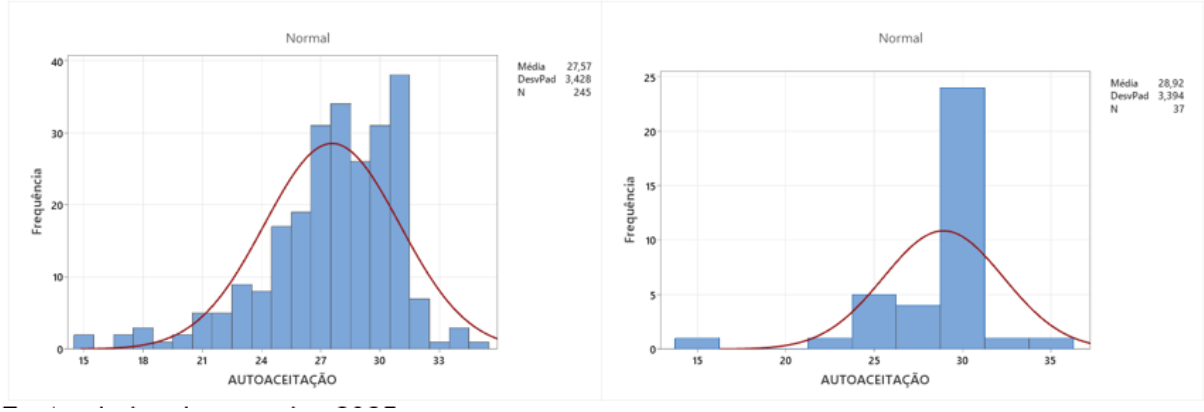
Fonte: dados da pesquisa 2025

O padrão teórico, situa alto ≥31 na dimensão, observadas as amostras 50% dos escores obtidos estão situados neste padrão de avaliação, com saliência maior para o grupo de aposentados, que apresenta mediana próximo ao máximo dos escores, o que demonstra que ambos tem elevado comprometimento e planos para sua vida.

Nessa dimensão demonstrou-se que os grupos tem propósitos na vida muito fortemente enraizados, ampliando-se nos aposentados, mostrando a valorização da vida e do tempo, seja na ativa como na vida amadurecida na aposentadoria, este fator se destaca com relevância pois apresentou escores altos, sendo fator muito favorável para o bem-estar na aposentadoria, concordando com o indicado por Zanelli (2020) e De Paula Couto et al. (2022) que apontam, na aposentadoria existir uma favorecimento a criação de novos objetivos, em especial ligados à lazer, aprendizado e engajamento em questões socias e ambientais, os estudos de Dudley et al. (2020) apontam maiores metas para os aposentados mais recentes, diminuindo à medida do envelhecimento, e Hill e Pfund (2022) demonstram a importância destas metas e planos na aposentadoria. Na Autoaceitação (AA), o t de Student, e Mann-Whitney U, demonstraram distribuições homogêneas e diferença estatisticamente relevante, com tendência de maiores valores para os aposentados, as médias de 27,5714 e 28,9189, respectivamente para ativos e aposentados, confirma esta tendência, ao observar-se o comparativo entre os histogramas no gráfico 8, a frequência maior de valores à direita em ambos os grupos, a mediana e a moda são 28 e 31 para ativos , e 30 e 31 para aposentados, as modas coincidentes mostram que os grupos tem indivíduos com graus de autoaceitação muito parecidos, já as medianas

mostram que 50% dos ativos tem autoaceitação acima de 28 e os aposentados tem um escore de corte maior 30, mostrando melhor desempenho neste item.

GRÁFICO 8 – Histogramas Autoaceitação Ativos X Aposentados



Fonte: dados da pesquisa 2025

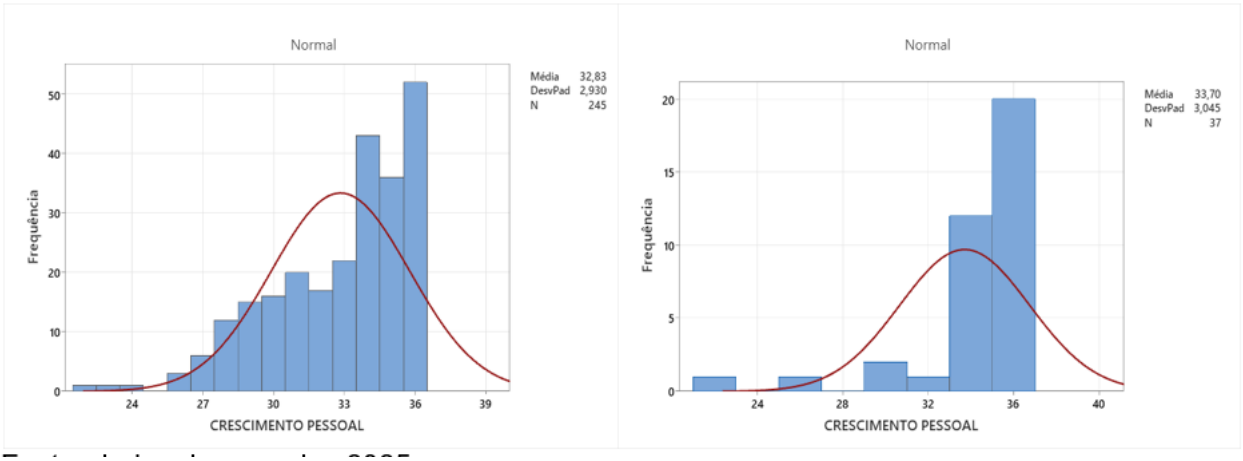
O padrão médio para autoaceitação é 22 – 29, os resultados indicam a avaliação como médio, mas aposentados tem distinção significativa aqui, pois 50% deles estão avaliados no padrão alto, as modas dos dois grupos estão também no padrão alto, mostrando que os aposentados apresentam crescimento neste item, fortalecendo seu BEP com alto escore.

A dimensão mostra que os docentes em média se auto aceitam bem, compreendendo que suas atitudes, e jeito de ser são bons, conscientes de seus limites, e de suas falibilidades, estando cônscios de que suas vidas foram bem conduzidas, e sua realização profissional foi boa, havendo uma ampliação destas percepções na aposentadoria, os estudos de Vo e Phu-Duyen (2023) e Turner et al. (2005) evidenciam que o autocontrole mitiga impactos negativos na aposentadoria e na saúde, assim como Gorry e Slavov (2023) fortalecem que a redução de hábitos prejudiciais se torna crescente com a aposentadoria, Pazzim e Marim (2016) observam que as metas cumpridas na carreira favorece o bem-estar na aposentadoria, e também no sentido apontado por Ryff et al. (2004) que mostra que o propósito de vida como fator para resiliência biológica.

A dimensão Crescimento Pessoal (CP), no t de Student, e em Mann-Whitney U, demonstra nível de significância estatística distinta, t aponta significância para $p<0,10$, e Mann-Whitney U, apresenta esta mesma significância estatística para $p<0,05$, como a natureza das distribuições não se mostra normal em ambos os grupos sob análise a confiabilidade do teste não paramétrico torna-o mais efetivo, apontando-se que há diferença estatística significante entre os grupos, o sinal negativo aponta que os

valores maiores estão concentrados no grupo de aposentados, as médias de 32,8327 e 33,7027, mostram uma diferença pequena, entre os grupos, a mediana e a moda para os ativos é 34 e 36 – a moda teve 52 ocorrências -, e para aposentados 35 e 36, mostrando valores bem elevados em ambos os grupos com pequena diferença para o grupo de aposentados que tem 50% de seus indivíduos com escores de 35 para cima, enquanto que no grupo de ativos essa dimensão está no escore 34, conforme pode ser observado no gráfico 9.

GRÁFICO 9 – Histogramas de Crescimento Pessoal Ativos X Aposentados



Fonte: dados da pesquisa 2025 Obs.: Ativos encontra-se a direita e aposentados a esquerda nos gráficos

O padrão teórico de avaliação do EBEP, demarca como alto se o escore obtido for ≥ 33, pela média os ativos teriam avaliação de médio, no limiar desta escala, e os aposentados teriam avaliação de alto, observando as medianas, se depara que ambos se encontram com mais de 50% dos indivíduos com avaliação alta. A dimensão mostra que os grupos tem níveis elevados de percepção de oportunidades de crescimento e realização de seu potencial, com disposição para melhorias, e valorizando suas experiências, onde França (2009) destaca que um novo projeto de vida, novas habilidades e ocupações são fatores importantes para o bem estar, Magalhães e Brito (2022) da realização profissional como fator positivo para uma transição para aposentadoria, Ghafoori et al. (2021) reforça que a temática de novos desafios e realização profissional são fatores importantes para confiança na aposentadoria, os resultados apontados aqui diferem dos estudos de Ryff e Singer (2006 e 2008) que demonstraram que o crescimento pessoal declina com o aumento da idade, em outro momento Ryff et al. (2004) mostra que a realização pessoal e o propósito desenvolvem a resiliência biológica.

TABELA 4 – Teste de Mann-Whitney U para Bem-estar Psicológico Ativos X Aposentados

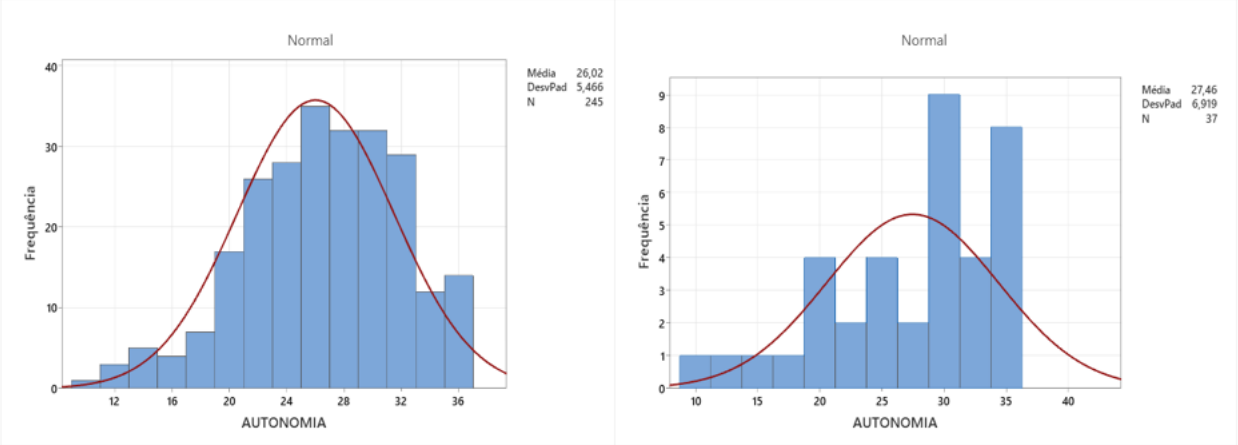
Ref	Soma 1	Soma 2	U	Z	p-level	z ajustado	p-level	N1	N2
RP	33285,00	6618,00	3150,00	#-2,9901	0,0028	-2,9949	0,0027	245	37
AU	33844,50	6058,50	3709,50	-1,7800	0,0751	-1,7828	0,0746	245	37
DA	32893,00	7010,00	2758,00	“-3,8379	0,0001	-3,8431	0,0001	245	37
CP	33744,00	6159,00	3609,00	-1,9973	0,0458	-2,0196	0,0434	245	37
PV	33290,50	6612,50	3155,50	*-2,9782	0,0029	-2,9953	0,0027	245	37
AA	33361,00	6542,00	3226,00	*-2,8257	0,0047	-2,8459	0,0044	245	37
BEP	**32986,50**	**6916,50**	**2851,50**	**“-3,6356**	**0,0003**	**-3,6362**	**0,0003**	**245**	**37**

Fonte: dados da pesquisa 2025

Obs.: As siglas na coluna Ref representam as dimensões do BEP, são: Relações Pessoais Positivas (RP), Autonomia(AU), Domínio Ambiental(DA), Crescimento Pessoal (CP), Propósito na Vida(PV), Autoaceitação(AA), e Bem-estar Psicológico(BEP). Média 1 – são os valores de Ativos e Média 2 –de aposentados

A dimensão Autonomia (AU), o t de Student foi T= -1,4421, com p=0,1504, indicando que não há diferença estatística significativa, mas com F-ratio=1,6021 e p=0,0419, foi violada a característica de variâncias iguais do teste t, enquanto em Mann-Whitney U , os valores Z= -1,7800, com p=0,751, não se pode afirmar que exista diferença estatística significativa observando-se os p>0,05, para T e Z, as médias das duas amostras estão em 26,0163 e 27,4595, para docentes ativos e aposentados respectivamente, mostrando a curva pouco mais tendida para os valores superiores de Autonomia nos aposentados, mediana e moda para os ativos coincidem em 26, e para os aposentados a mediana está em 29 e a moda apresenta dois valores 30 e 36, fica demonstrada a heterogeneidade de distribuições, e a maior concentração de valores elevados nos aposentados, o comparativo dos histogramas no gráfico 10, representa estas diferenças, mostrando que apesar das médias serem próximas, os docentes ativos tem uma distribuição equivalente de valores entre os lados da curva normal, já os aposentados apresentam essa distribuição de valores alterada para uma mediana superior à média, e modas superiores a mediana, mostrando uma maior autonomia.

GRÁFICO 10 – Histogramas Autonomia Ativos x Aposentados



Fonte: dados da pesquisa 2025

Considerando os escores para a dimensão, o padrão médio está no intervalo de 26 – 31, as médias dos grupos estão situadas neste padrão, sendo que quando observamos a mediana e a moda dos ativos, estão dentro da avalição média, enquanto os aposentados tem mediana de 29 e duas modas de 30 e 36, com mais da metade dos indivíduos com avaliação alta.

A dimensão demonstra que os grupos apresentam capacidade de autogestão e independência, típica do perfil de docência, que presa pela liberdade de cátedra, e valoriza suas experiências como proveitosas, tendo opiniões próprias e conduzindo, e funcionado como mediadores para a descoberta da verdade pelas diversas pessoas que convivem no mundo acadêmico e fora dele, a condição de saúde é um fator altamente limitante da autonomia no sentido de independência física, e causa problemas ao BEP, como nos estudos de Conde-Sala et al. (2017), onde as limitações de mobilidade e comprometimento funcionais trazem baixa qualidade de vida, os estudos de Hoffman e Zille (2017) são contraditórios aos dados obtidos, pois os autores encontraram vários problemas de saúde mental em aposentados, também contradizendo as afirmações de Vo e Phu-Duyen (2013) que apontam para redução da saúde mental nos dois primeiros anos de aposentadoria, De Paula Couto et al. (2022) ressaltam que uma visão positiva sobre o envelhecimento é favorável ao bem-estar na aposentadoria.

A análise comparativa entre os grupos de ativos e aposentados para o Bem-estar Psicológico (BEP) e suas dimensões revela padrões complexos e relevos importantes sobre o impacto da aposentadoria na qualidade de vida dos docentes. O BEP total demonstra diferença estatisticamente significativa, com os aposentados apresentando patamares superiores de bem-estar. Essa conclusão é consistentemente apoiada tanto pelo t de Student (T = -3,2794, p = 0,0012) quanto pelo U de Mann Whitney (Z = - 3,6356,

p = 0,0003), indicando que a aposentadoria parece estar associada à melhoria no BEP. Ambos, no entanto, se situam no nível médio BEP (144- 187), sugerindo que há espaço para aprimoramento desse indicador em ambos os estágios da vida.

Ao examinar as dimensões específicas do BEP, observa-se que o Domínio Ambiental (DA) e as Relações Pessoais Positivas (RP) são áreas onde os aposentados mostram melhorias marcantes e estatisticamente significativas. Para o Domínio Ambiental, tanto o Teste t (T = -3,5351, p = 0,0005) quanto o Teste U (Z = -3,8379, p = 0,0001) confirmam diferença robusta, com os aposentados atingindo escores mais altos. Essa melhora pode ser atribuída à maior liberdade e flexibilidade na gestão do tempo e das finanças após a aposentadoria, permitindo melhor adaptação aos desafios e a criação de contextos mais satisfatórios. Também as Relações Pessoais Positivas são significativamente mais elevadas para os aposentados (Teste t: T = -2,8655, p = 0,0045; Teste U: Z = -2,9901, p = 0,0028). Isso sugere que a aposentadoria pode propiciar relações mais profundas e íntimas, menos influenciadas pelas exigências do ambiente de trabalho.

A dimensão Propósito na Vida (PV) também apresenta uma diferença estatisticamente significativa em favor dos aposentados (Teste t: T = -2,3049, p = 0,0219; Teste U: Z = - 2,9782, p = 0,0044). Ambos exibem níveis elevados, mas os aposentados demonstram ligeira tendência ascendente, o que pode estar relacionado à capacidade de estabelecer novos objetivos e projetos de vida após a saída da vida ativa. A Autoaceitação (AA) segue um padrão similar, com os aposentados apresentando escores significativamente mais altos (Teste t: T = -2,2312, p = 0,0265; Teste U: Z = -2,8257, p = 0,0044). Este achado sugere que a aposentadoria pode fortalecer a autoavaliação positiva e a aceitação das próprias conquistas e limitações. No que tange ao Crescimento Pessoal (CP), os resultados são mais matizados. Enquanto o Teste t de Student não aponta uma diferença estatisticamente significativa com $p < 0,05$ (p = 0,0950), o Teste U de Mann-Whitney (Z-ajustado = -2,0196, p = 0,0434) indica uma diferença significativa. Dada a potencial não-normalidade das distribuições e a natureza não paramétrica do teste U, este último resultado sugere que os aposentados tendem a apresentar leve, mas estatisticamente detectável, incremento no crescimento pessoal.

Finalmente, a dimensão Autonomia (AU) é a única que não revela diferença estatisticamente significativa nos testes (Teste t: p = 0,1504; Teste U: p-ajustado = 0,0746). Embora as médias sejam próximas, a análise da variância pelo Teste t indica que as variâncias entre os grupos são significativamente diferentes (F-ratio=1,6021, p=0,0419), o que levanta uma ressalva sobre a aplicação

do Teste t padrão e reforça a validade do Teste U não paramétrico, que também não detectou diferença. Apesar da ausência de significância estatística, observações descritivas indicam que os aposentados exibem uma maior concentração de valores mais altos em Autonomia, sugerindo tendência que, embora não estatisticamente confirmada pelos testes, pode refletir a liberdade inerente à aposentadoria para a autogestão.

Os resultados sugerem que a aposentadoria está associada a uma melhoria geral no BEP, particularmente nas dimensões de Domínio Ambiental, Relações Pessoais Positivas, Propósito na Vida e Autoaceitação. A dimensão Crescimento Pessoal também mostra uma diferença, embora menos pronunciada, e a Autonomia não apresenta diferença estatística robusta entre os grupos. Esses achados enfatizam a importância de programas de preparação para a aposentadoria que incentivem e apoiem o desenvolvimento nessas áreas para otimizar o BEP dos indivíduos.

4 CONCLUSÕES

O objetivo principal foi analisar a relação entre o aspecto financeiro e o BEP de docentes ativos e aposentados de Instituições de Ensino Superior do estado do Paraná. A investigação descreveu e comparou as condições financeiras (renda, forma de obtenção, patrimônio e utilização do abono de permanência), e avaliou a influência desses fatores nas dimensões do BEP dos grupos.

Demonstrando que existe diferença estatisticamente significativa nos aspectos financeiros entre docentes ativos e aposentados. Os aposentados tendem a apresentar faixas de renda e patrimônio pessoal superiores quando comparado aos ativos, essa tendência pode ser explicada pelas vantagens acumuladas ao longo da carreira, como a paridade e tempo de serviço. A análise da forma de obtenção de renda revelou que, enquanto a maioria dos ativos depende exclusivamente do serviço público, parcela considerável dos aposentados complementa sua renda com bens e participações, indicando menor grau de dependência do benefício previdenciário. O abono de permanência emerge como fator relevante, pois incentiva docentes elegíveis à aposentadoria a permanecerem em serviço, para ampliação da renda e patrimônio.

No que se refere ao BEP, a pesquisa revelou diferença estatisticamente significativa, com os aposentados exibindo níveis de BEP superiores aos ativos. A percepção de maior segurança financeira e uma composição de renda mais diversificada estão associadas a um maior senso de Propósito na Vida nos aposentados, que visualizam a aposentadoria como um "novo começo" para novos projetos.

A estabilidade financeira também influencia positivamente outras dimensões do BEP. Em contrapartida, a insegurança financeira e a dependência exclusiva do serviço público, predominantes entre os docentes ativos, podem inibir o planejamento de longo prazo e afetar negativamente o senso de propósito.

Assim a aposentadoria, acompanhada de um planejamento e de segurança financeira consolidada, está associada a melhoria geral no BEP nos docentes. Os achados reforçam a necessidade e a importância da educação financeira e de programas de preparação para a aposentadoria, com o objetivo de apoiar e otimizar o BEP dos indivíduos, preparando-os para as transições e desafios futuros.

REFERÊNCIAS

AMORIM, S. M.; FRANÇA, L. H. DE F. P.; VALENTINI, F. Predictors of happiness among retired from urban and rural areas in Brazil. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 30, 20 mar. 2017

ARISTÓTELES. Ética a Nicomaco. São Paulo: Martin Claret, 2001

BRESSAN, M A L C et al. Bem-estar na aposentadoria: o que significa para os servidores públicos federais. Revista Brasileira de gerontologia. Rio de Janeiro. 2013. 16(2):259-272

CARNEIRO, M.F.C.; ALVES, V.P.; SILVA, H.S. Aposentadoria e planejamento para vida pós-trabalho: um estudo com servidores de um Instituto Federal de Educação. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 24, 21 maio 2021

CONDE-SALA, J. L. et al. Quality of life in people aged 65+ in Europe: associated factors and models of social welfare—analysis of data from the SHARE project (Wave 5). Quality of Life Research, v. 26, n. 4, p. 1059–1070, 2017

CRUWYS, T. et al. Friendships that money can buy: financial security protects health in retirement by enabling social connectedness. BMC Geriatrics, v. 19, p. 319, 21 nov. 2019

DE PAULA COUTO, M. C. P. et al. What will you do with all that time? Changes in leisure activities after retirement are determined by age-related self-views and preparation. Acta Psychologica, v. 231, p. 103795, nov. 2022

DUDLEY, D. et al. Retirees' perceptions of goal setting: a qualitative study. Australasian Journal on Ageing, v. 39, n. 3, set. 2020

FIGUEIRA, D. A. M. et al. Retirement decision-making influenced by family and work relationships. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 20, p. 206–213, abr. 2017

FRANÇA, L. H. D. F. P. et al. Retirement Resources Inventory in Portugal: an adaptation and validation study. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 32, p. e3213, 2022

FRANÇA, L.H.F.P, MENEZES, G.S. e SIQUEIRA, A.R. Planejamento para

aposentadoria: a visão dos garis. Revista brasileira de gerontologia 2012, 15(4): 733-745

GHAFOORI, E. et al. Retirement confidence: development of an index. Inquiry: A Journal of Medical Care Organization, Provision and Financing, v. 58, p. 00469580211035732, 28 set. 2021

GORRY, D.; SLAVOV, S. N. The effect of retirement on health behaviors. Health Economics, v. 32, n. 10, p. 2234–2259, 2023

HILL, P. L.; PFUND, G. N. Purposeful retirement expectations and their associations with retirement planning. Aging & Mental Health, v. 26, n. 9, p. 1882–1888, 2 set. 2022

HOFFMANN, C.D.; ZILLE, L.P. Centralidade do Trabalho, Aposentadoria e seus Desdobramentos Biopsicossociais. REUNA, v. 22, n. 1, p. 83–102, 31 mar. 2017

JEONG, S. J.; CHOI, S. J.; HAWLEY, J. Middle-aged adults' career trajectories and later-life financial security: evidence from Korea. Longitudinal and Life Course Studies, v. 14, n. 4, p. 566–591, 1 out. 2023

KEYES, C. L. M.; SHMOTKIN, D.; RYFF, C. D. Optimizing well-being: The empirical encounter of two traditions. Journal of Personality and Social Psychology, v. 82, n. 6, p. 1007–1022, jun. 2002

MACHADO, W. L.; BANDEIRA, D.R. Bem-estar psicológico: definição, avaliação e principais correlatos. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 29, n. 4, p. 587–595, dez. 2012

MACHADO, W. DE L.; BANDEIRA, D. R.; PAWLOWSKI, J. Validação da Psychological Well-being Scale em uma amostra de estudantes universitários. Avaliação Psicológica, v. 12, n. 2, p. 263–272, ago. 2013.

MAGALHÃES, M D O; BRITO, F D S Ajustamento à aposentadoria: relações com saliência de carreira e realização de carreira. Psico-USF, v. 27, n. 1, p. 143–156, jan. 2022

MAZUREK, G.B. O bem-estas psicológivo e os aspectos realacionados a aposentadoria de docentes do ensino superior das Instituição de Ensino Superior do Paraná. Tese (doutorado) Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, 2025.

MINAYO, M. C. D. S.; HARTZ, Z. M. D. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva, v. 5, n. 1, p. 7–18, 2000.

PAZZIM, T. A.; MARIN, A. H. Programas de preparação para aposentadoria: revisão sistemática da literatura nacional. Revista Brasileira de Orientação Profissional, vol.17, n.1, p. 91. jan-jun de 2016

PISSINATI, P.S.C., et al. Desenvolvimento de um protótipo de web software de apoio ao planejamento da aposentadoria. Revista Latino-Americana de Enfermagem 27 (2019): e3169.

QUEROZ, N. C.; NERI, A. L. Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na meia-idade e na velhice. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 18, n. 2, p. 292–299, ago. 2005.

SIQUEIRA, M.M.M; PADOVAM, V.A.R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 24, p. 201-209, 2008.

RYFF, C. D. Happiness Is Everything, or Is It? Explorations on the Meaning of Psychological Well-Being. Journal of Personality and Social Psychology, v. 57, n. 6, p. 1069–1081, 1989.

RYFF, C. D. Psychological Well-Being Revisited: Advances in the Science and Practice of Eudaimonia. Psychotherapy and Psychosomatics, v. 83, n. 1, p. 10–28, 2014.

RYFF, C. D.; KEYES, C. L. M. The Structure of Psychological Well-Being Revisited. Journal of Personality and Social Psychology, v. 69, n. 4, p. 719–727, 1995.

RYFF, Carol D.; SINGER, Burton H. Best news yet on the six-factor model of well being. Social Science Research, v. 35, n. 4, p. 1103–1119, dez. 2006.

RYFF, Carol D.; SINGER, Burton H. Know Thyself and become what You are: a eudaimonic approach to psychological well-being. Journal of Happiness Studies, v. 9, n. 1, p. 13–39, jan. 2008.

SCHUABB, T. C.; FRANÇA, L. H. DE F. P. Planejamento financeiro para a aposentadoria: uma revisão sistemática da literatura nacional sob o viés da psicologia. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 20, n. 1, p. 73–98, 9 maio 2020.

TOMINI, F.; TOMINI, S. M.; GROOT, W. Understanding the value of social networks in life satisfaction of elderly people: a comparative study of 16 European countries using SHARE data. BMC Geriatrics, v. 16, p. 203, 1 dez. 2016.

TURNER, J. A.; ERSEK, M.; KEMP, C. Self-Efficacy for managing pain is associated aith disability, depression, and pain coping among retirement community residents with chronic pain. The Journal of Pain, v. 6, n. 7, p. 471–479, jul. 2005.

VIEIRA, K. M.; MATHEIS, T. K.; ROSENBLUM, T. O. A. Preparação financeira para aposentadoria: análise multidimensional da percepção dos brasileiros. Revista Contabilidade & Finanças, v. 34, n. 91, p. e1705, 2023.

VO, T. T.; PHU-DUYEN, T. T. Mental health around retirement: evidence of Ashenfelter's dip. Global Health Research and Policy, v. 8, p. 35, 24 ago. 2023.

ZANELLI, J. C. Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre. Artmed, 2020

Capítulo 4

10.37423/260711145

ESCOLA DO FUTURO: COMPETÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DO SÉCULO XXI

Carla sarlo carneiro chrysóstomo

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL IBEROAMERICANA-UNINI

Maria Aparecida Santos e Campos

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL IBEROAMERICANA-UNINI

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral analisar a importância da tecnologia digital como ferramenta pedagógica no Ensino Superior, através de questionário. Com a sociedade do conhecimento as pessoas aprendem em qualquer lugar, destacando que a instituição de ensino não é mais o único meio para desenvolver habilidades cognitivas e competências sociais. O problema envolve o questionamento do porquê os professores do Curso de Pedagogia de uma Instituição Estadual não conseguem desenvolver a tecnologia digital como ferramenta de construção do conhecimento autônomo. As hipóteses se distribuem em: falta de competência e acesso aos recursos digitais; ausência de Formação Continuada e infraestrutura inadequada na instituição, onde ocorre o Curso de Pedagogia. O público alvo são 14 professores do Curso de Pedagogia de uma Instituição estadual localizada no município de Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil. A metodologia caracteriza-se como bibliográfica, qualitativa; quantitativos, por gerar dados numéricos, após a aplicação de questionário e exploratória por aproximar o fenômeno "tecnologia digital" da comunidade científica. Resultados obtidos: 35,7 % dos docentes entrevistados têm dificuldades com a internet.

Palavras-chave: Tecnologia Digital, Competência Pedagógica, Práticas Docentes.

INTRODUÇÃO

O papel das escolas nos dias atuais exige a formação de cidadãos mais preparados e qualificados para uma sociedade técnico-informacional. Libâneo, Oliveira e Toschi (2023, p. 63) explicam que "A tensão em que a escola se encontra não significa, no entanto, seu fim como instituição socioeducativa ou o início de um processo de desescolarização da sociedade".

O objetivo geral desse trabalho, que tem como tema tecnologia digital, é analisar a importância da tecnologia digital como ferramenta pedagógica no Ensino Superior, através de questionário com perguntas abertas.

A exclusão, a segregação e a marginalização social das pessoas com baixo poder aquisitivo tem se intensificado, após a globalização. Libâneo, Oliveira e Toschi (2023, p. 66) afirmam que o "[...] Brasil vem implementando, desde os anos 90 do século XX, suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o país se moderniza, adquire as condições de inserção no mundo globalizado [...]". Portanto, o mesmo justifica-se tornando-se necessário o estudo desse tema.

O problema envolve o questionamento do porquê os professores do Curso de Pedagogia de uma Instituição Estadual não conseguem desenvolver a tecnologia digital como ferramenta de construção do conhecimento autônomo. As hipóteses se distribuem em: falta de competência e acesso aos recursos digitais; ausência de Formação Continuada e infraestrutura inadequada na instituição, onde ocorre o Curso de Pedagogia. O público alvo são 14 professores do Curso de Pedagogia de uma Instituição estadual localizada no município de Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil.

Os objetivos específicos são: explicar o papel da Tecnologia Digital na sociedade moderna e suas implicações; destacar a importância de práticas docentes com competência pedagógica e caracterizar a escola do futuro.

A pesquisa desse trabalho é um recorte da minha tese de doutorado pelo UNINI/UNIVERSIDAD INTERNACIONAL IBEROAMERICANA, pelo México, na área de educação, tendo como linha de pesquisa: Tecnologia Educativa, Inovação Educativas com TIC.

A metodologia caracteriza-se como bibliográfica, por utilizar fontes teóricas; qualitativa, por estar focada em aspectos subjetivos; quantitativos, por gerar dados numéricos, após a aplicação de

questionário e exploratória por aproximar o fenômeno “tecnologia digital” da comunidade científica. Segundo Marconi e Lakatos (2021, p. 198) “A entrevista, que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma verdadeira arte que se aprimora com o tempo, com o treino e com experiência”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A tecnologia digital e suas implicações

A tecnologia digital desempenha um papel fundamental em praticamente todos os aspectos da sociedade moderna, impactando áreas como comunicação, educação, saúde, negócios, entretenimento e muito mais.

Casagrande (2023) destaca a importância para uma aprendizagem que auxilie as novas tecnologias. Portanto,

> A internet possibilitou buscas inteligentes de assuntos globais, 24 horas por dia e instantaneamente. Também possibilitou novas formas de aprendizagem, por meio de janelas interativas, com o auxílio de softwares que ajudam a desenhar, escrever, calcular, entre outras habilidades. E ainda há as redes sociais, os jogos eletrônicos, os áudios e vídeos de alta qualidade, as múltiplas plataformas de aprendizagem, os livros, ar e textos e os hiperlinks que permitem deslocamentos para os diversos lugares e assuntos (Casagrande, 2023, p. 28).

Cabe destacar que os atuais modelos de comunicação são resultados da capacidade de gerar conhecimentos, criatividade e inovação.

Ela traz benefícios no campo da comunicação, pois a tecnologia digital revolucionou a maneira como as pessoas se comunicam, permitindo a troca instantânea de mensagens, vídeo e áudio em qualquer lugar do mundo. Isso torna a comunicação mais eficiente e acessível. Também é relevante no acesso à informação, porque a internet e outras tecnologias digitais fornecem acesso a vastas quantidades de informações. Isso permite que as pessoas aprendam novas habilidades, pesquisem qualquer assunto e se mantenham atualizadas sobre eventos globais.

Quanto a inovação, a tecnologia digital é um motor de inovação, impulsionando novas descobertas e avanços em todas as áreas, desde a medicina até a energia renovável. No campo da eficiência nos negócios, as empresas de todos os tamanhos dependem da tecnologia digital para aumentar a eficiência operacional, melhorar a produtividade e alcançar novos mercados. Ferramentas como

análise de dados, automação e computação em nuvem são essenciais para muitas operações comerciais. Dessa forma,

> É claro que o desenvolvimento humano não se limita ao aspecto biológico. Muitos fatores contribuem para a formação de uma pessoa, como o ambiente em que ela cresceu, suas condições socioeconômicas, os estímulos que recebe, a escola em que estuda, seus relacionamentos, além dos aspectos culturais da sociedade em que está inserida (Borelli, 2022, p. 22).

É necessário refletir sobre algumas práticas que irão favorecer o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes em relação às novas tecnologias.

Em relação a melhoria da qualidade de vida a tecnologia digital tem o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas, seja facilitando o acesso a serviços de saúde, simplificando tarefas do dia a dia ou fornecendo entretenimento acessível. Assim,

> A disseminação dessas novas arquiteturas de interação criou um novo tipo de rede chamada "internet de todas as coisas", a qual, depois de pessoas, objetos, biodiversidade etc., começou a conectar todo tipo de superfície, criando uma nova ecologia planetária inédita (Di Felice, 2021, p. 35).

Essa nova forma de se conectar com a sociedade define uma nova morfologia do comum, em um novo contexto ecológico composto por um protagonismo informativo dos diversos tipos de algoritmos e superfícies de um diálogo fértil de uma nova cultura ecológica.

Um dos maiores benefícios é a inclusão social, onde a tecnologia digital pode ajudar a diminuir as lacunas de acesso e oportunidade, permitindo que pessoas em áreas remotas ou com recursos limitados se conectem ao mundo exterior, acessem educação e oportunidades de emprego. Portanto,

> Esse parâmetro é oposto à resistência, em que o aprendiz aplica o comportamento adquirido em condições que diferem daquela que foi inicialmente observada. Essa é a qualidade de adaptabilidade. Aqui nos referimos à plasticidade da mudança, quando o aprendiz deve responder a tarefas e condições que não mais permitem ou requerem a aplicação do comportamento aprendido com a mesma frequência, propósito ou objetivo (Fuerstein, Fuerstein e Falik, 2023, p. 63).

Os autores acima explicam que é necessário considerar a mudança estrutural que ocorreu com flexibilidade por parte do aluno, sem ficar preso a modelos internalizados sempre da mesma forma, pois as estruturas cognitivas precisam ser estimuladas às mudanças estruturais.

A tecnologia digital capacita as pessoas a expressar suas opiniões, compartilhar suas histórias e influenciar o mundo ao seu redor por meio de plataformas de mídia social, blogs e outras formas de expressão online, em busca de Empoderamento individual. Assim,

> A modernidade se constitui no século XVII ao enunciar o sujeito racional, o sujeito iluminista, capaz de produzir a ciência como um conhecimento que se fundamenta na natureza e no objeto. Como discute Elia (2010), a ciência já nasce moderna, buscando se apartar do próprio sujeito que a constitui, ao mesmo tempo que se afasta de uma episteme considerada antiga, fundamentada no divino (Libâneo e Alves, 2022, p. 153).

A ciência nesse processo acentuada, de críticas no século XX, passou a ter impactos significativos mudando as formas de legitimar o conhecimento questionando a objetividade, o monismo racionalista e o realismo, desconstruindo as bases do conhecimento e reconfigurando a significação do currículo a partir de critérios epistemológicos.

Em relação ao meio ambiente encontra-se o benefício da sustentabilidade, pois a tecnologia digital desempenha um papel crucial na busca por soluções sustentáveis, permitindo o desenvolvimento de energia limpa, transporte eficiente e práticas agrícolas mais sustentáveis. Portanto,

> [...] parece que o sistema cognitivo do ser humano não apenas é modificável, mas também sujeito a mudanças estruturais, ou seja, uma mudança profunda e duradoura, assim como dinâmica e passível de desenvolvimento para além do que foi previamente vivenciado e aprendido (Fuerstein, Fuerstein e Falik, 2023, p. 66).

A tecnologia digital é essencial para o funcionamento da sociedade moderna, moldando a maneira de viver, de trabalhar, de se comunicar e relacionar com o mundo. As mudanças ocorrem a partir da criação de ferramentas e condições prévias necessárias para a mudança, pois os seres humanos são os únicos que transmitem cultura e experiências de uma geração para outra.

Competência Pedagógica nas Práticas Docentes

A educação é uma prática que atua efetivamente na formação e desenvolvimento de seres humanos, tanto em condições socioculturais e institucionais concretas, necessitando de práticas e procedimentos peculiares. Por isso,

> A didática, assim, realiza objetivos e modos de intervenção pedagógicos em situações específicas de ensino e aprendizagem. Tem como objeto de estudo o processo de ensino e aprendizagem em sua globalidade, isto é, suas finalidades sociais e pedagógicas, os princípios, as condições e os meios da direção e organização do ensino e da aprendizagem, pelos quais se assegura a mediação docente de objetivos, conteúdos, métodos, formas de gestão do ensino, tendo em vista a apropriação das experiências humanas social e historicamente desenvolvidas (Libâneo e Alves, 2022, p. 39).

Os referidos autores destacam uma pedagogia de formação humana em contextos que se encontram em processo de globalização e individualização, efetivando práticas pedagógicas formadoras de sujeitos e identidades. É assim, que a escola promove e amplia o desenvolvimento das capacidades

cognitivas, mobilizando ações mentais dos sujeitos, capacidades intelectuais e a formação da personalidade.

A escola do futuro é uma área de especulação e debate, mas geralmente envolve uma visão de um ambiente educacional altamente adaptável, centrado no aluno, tecnologicamente avançado e orientado para o desenvolvimento de habilidades relevantes para o século XXI. Piangers e Borba (2019) destacam algumas características-chave que esperam ver nas escolas do futuro:

1. Personalização da aprendizagem: As escolas do futuro serão capazes de personalizar a experiência de aprendizagem para cada aluno, reconhecendo suas necessidades individuais, interesses e estilos de aprendizagem.

2. Tecnologia como ferramenta de ensino: A tecnologia desempenhará um papel fundamental, não apenas como uma ferramenta de ensino, mas também como um meio de conectar os alunos com recursos educacionais globais e facilitar a colaboração entre escolas e comunidades.

3. Aprendizagem baseada em projetos: As escolas do futuro adotarão uma abordagem mais prática e baseada em projetos, onde os alunos têm a oportunidade de aplicar o que aprendem em contextos do mundo real e resolver problemas reais.

4. Desenvolvimento de habilidades socioemocionais: Além do conhecimento acadêmico, as escolas do futuro se concentrarão no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, colaboração, resiliência e inteligência emocional, reconhecendo sua importância para o sucesso pessoal e profissional.

5. Ambientes de aprendizagem flexíveis e colaborativos: As salas de aula do futuro serão espaços flexíveis e colaborativos, onde os alunos têm a liberdade de explorar, experimentar e trabalhar em equipe, promovendo a criatividade e a inovação.

6. Ênfase no pensamento crítico e resolução de problemas: As escolas do futuro irão priorizar o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de resolver problemas, preparando os alunos para enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo.

7. Valorização do professor como facilitador do aprendizado: Os professores desempenharão um papel mais ativo como facilitadores do aprendizado, orientando e apoiando os alunos em seu processo de descoberta e crescimento.

Essa visão da escola do futuro é uma proposta que reflete uma abordagem centrada no aluno, que reconhece a importância da personalização, tecnologia, habilidades socioemocionais e aprendizagem prática na formação dos cidadãos do século XXI. Eles destacam a necessidade de uma transformação profunda no sistema educacional para atender às demandas e desafios do mundo atual e futuro. Dessa forma,

> A escola é, de forma alguma, a única instituição moderna que tem por finalidade primordial bitolar a visão humana da realidade. O secreto currículo da vida familiar, do recrutamento militar, da assistência médica, do assim chamado profissionalismo, ou dos meios de comunicação de massa têm importante papel na manipulação in stitucional da cosmovisão humana, linguagem e demandas. Mas a escola escraviza mais profunda e sistematicamente, pois unicamente ela está creditada com a função primordial de formar a capacidade crítica e, paradoxalmente, tenta fazê-lo tornando a aprendizagem dos alunos, sobre si mesmos, sobre os outros e sobre a natureza, dependente de um processo pré-empacotado. A escola nos toca tão de perto que ninguém pode esperar ser dela libertado por meio de outra coisa qualquer (Illich, 2020, p. 65 e 66).

A importância da escola do futuro reside em sua capacidade de preparar os alunos não apenas para ter sucesso em exames acadêmicos, mas também para prosperar em uma sociedade complexa e em rápida evolução. Essa abordagem educacional procura equipar os alunos com as habilidades, conhecimentos e mentalidades necessárias para se tornarem cidadãos ativos, inovadores e adaptáveis em um mundo em constante mudança. Além disso, a escola do futuro visa promover a equidade, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade que os capacite a alcançar seu pleno potencial.

Libâneo e Alves (2022) ressaltam as diversas abordagens, teorias e estratégias que permeiam a educação contemporânea, oferecendo insights valiosos sobre como os professores podem desenvolver métodos de ensino mais eficazes e adaptados às necessidades dos alunos. Dessa forma,

> Uma qualidade importante da profissão do professor na escola, na prática da sala de aula, tem a ver com a necessidade de integrar o total das competências e exigências específicas que estão mais separadas nas outras profissões de nossa sociedade, como ocorre nas profissões técnicas em geral, no advogado, no médico. O professor não ensina na escola conhecimentos desconectados, capacidades dissociadas, habilidades desligadas, e sim, prepara os alunos para a vida na sociedade, quer dizer, para uma existência completa e total, sendo necessário que realize na sua prática escolar experiências relacionadas com o todo da sua existência (Libâneo e Alves, 2022, p. 222 e 223).

Os referidos autores explicam que a autenticidade e credibilidade na prática do professor são decisivos no seu trabalho, representando um modelo vivo da união do conhecimento com a atitude pessoal, ou seja, o professor incorpora a função social de conhecimento científico na sua própria personalidade, na razão da incorporação humana.

A escola do futuro reconhece que cada aluno é único, e adapta o currículo, os métodos de ensino e os recursos de acordo com as necessidades individuais de aprendizagem, onde a tecnologia desempenha um papel fundamental, proporcionando ferramentas de aprendizagem interativas, acesso a recursos globais e oportunidades de colaboração online. Assim,

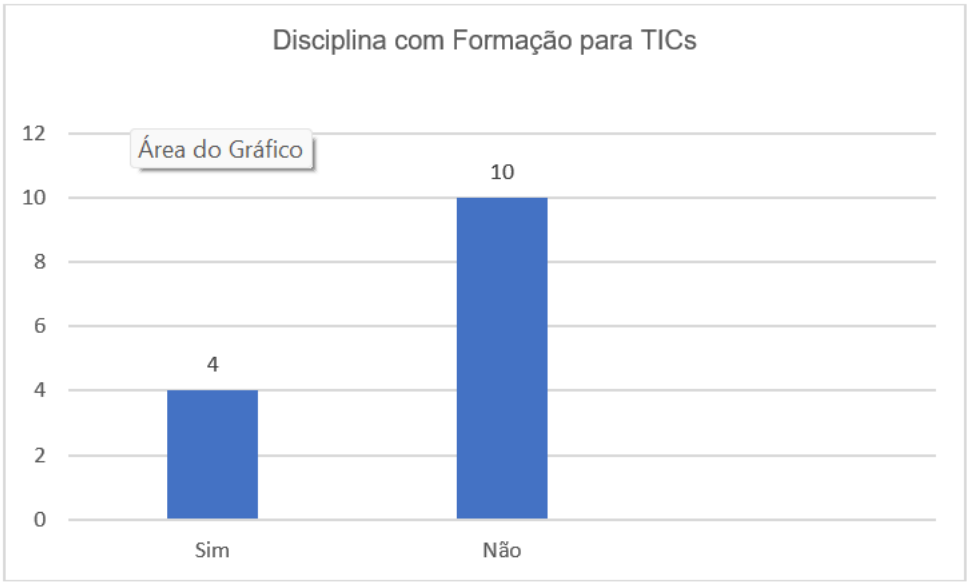
> [...] ao argumentarmos a favor da ideia de operar com o significante conhecimento disciplinarizado como ponto nodal de uma cadeia equivalencial em torno do sentido de escolar, entendemos que este pode articular diferentes demandas democráticas direcionadas ao Currículo que excedem o que é diferencialmente representável dentro dos sistemas discursivos "Campo do Currículo" e "escola democrática" (Libâneo e Alves, 2022, p. 239).

Os autores acima ressaltam que o papel da escola pública está interligado ao pensar político no campo do currículo associada à função de socialização e à democratização do acesso ao conhecimento escolar, desafiando as cadeias discursivas hegemônicas.

Pesquisa de Campo e suas abordagens

A metodologia dessa pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, qualitativa, quantitativa e exploratória. O instrumento de coleta de dados é um questionário, contendo 3 perguntas, aplicado aos docentes do Ensino Superior de uma Instituição pública estadual, localizada no município de Campos dos Goytacazes/RJ. O questionário foi aplicado em um formulário online; através do aplicativo google forms, em 2024, por um período de dois meses, conforme o exposto abaixo:

GRÁFICO I



Fonte: a autora (2024).

De acordo com a pergunta: Durante a sua formação em Curso Superior, você teve alguma disciplina que lhe preparasse para exercer sua prática docente utilizando-se das TICs, como como computador, vídeo, TV, Rádio, Jornal/Revista? Dentre 14 docentes entrevistados, 10 responderam não e 4 sim.

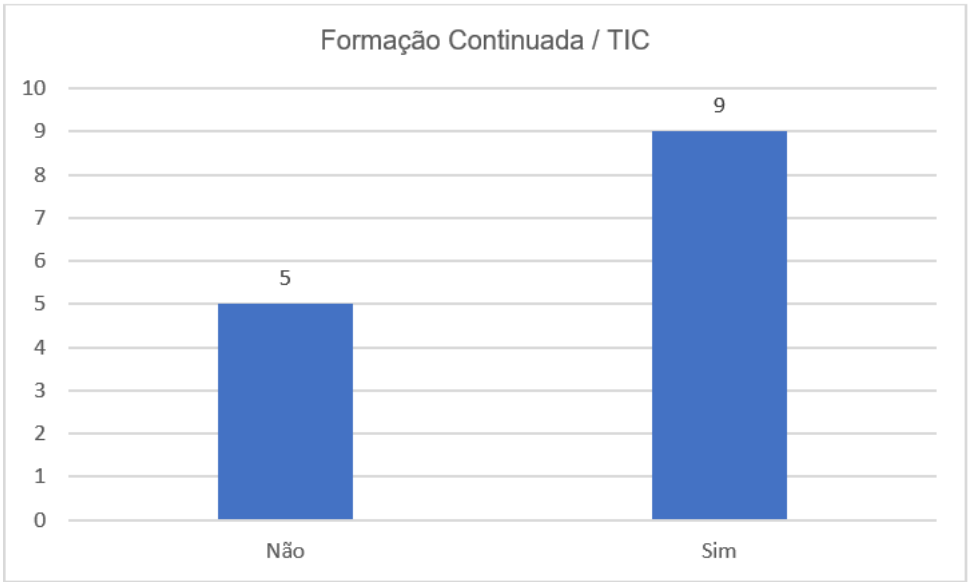
Libâneo e Alves (2022) explicam que o saber disciplinar, curricular, das ciências da educação, da tradição pedagógica e o saber experiencial deve ser do domínio do professor. Assim,

> [...] o saber da ação pedagógica é o saber experiencial dos professores a partir do momento em que se torna público e que é testado através das pesquisas realizadas em sala de aula. Os saberes da ação pedagógica legitimados pelas pesquisas são atualmente o tipo de saber menos desenvolvido no repertório de saberes do professor, embora seja, paradoxalmente, o mais necessário à profissionalização do ensino! (Libâneo e Alves, 2022, p. 260).

Os referidos autores destacam que as informações estão disponíveis na sociedade contemporânea, em especial na internet. E cabe ao professor cuidar para que o aluno possa transformar informações em conhecimento, utilizando diferentes campos teóricos e práticos.

Os alunos aprendem através da aplicação prática do conhecimento em projetos significativos e do envolvimento em experiências do mundo real. Além do conhecimento acadêmico, a escola do futuro valoriza o desenvolvimento de habilidades de colaboração, comunicação, pensamento crítico, resolução de problemas e resiliência emocional. As salas de aula do futuro são espaços adaptáveis, projetados para facilitar diferentes estilos de aprendizagem e colaboração entre os alunos.

GRÁFICO II



Fonte: a autora (2024).

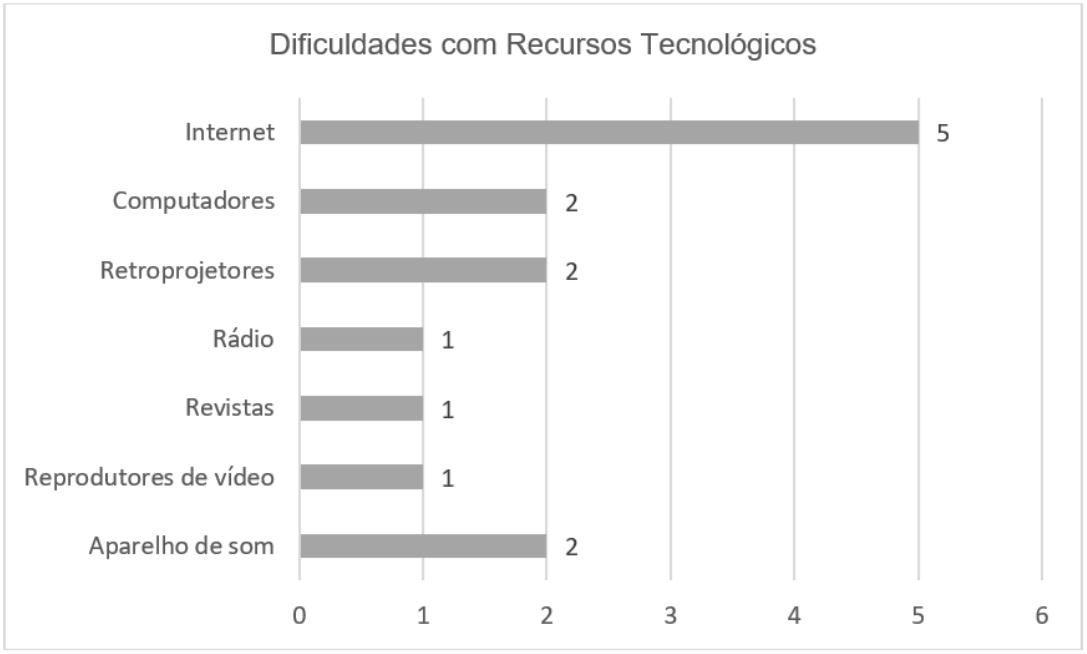
A segunda pergunta questionou: Já fez algum curso de formação continuada, que o preparasse para exercer sua prática docente utilizando TIC na escola? Dentre 14 docentes entrevistados, 5 responderam não e 9 sim.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2023) enfatizam a importância da Formação Continuada na profissão docente. Dessa forma,

> A preparação para o magistério superior deve ocorrer em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e de doutorado. As universidades devem contar em seu quadro com ao menos um terço do corpo docente com título de mestrado ou de doutorado (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2023, p. 277).

A organização dos profissionais de ensino deve envolver a produção do conhecimento tanto nas áreas pedagógicas, quanto nos diferentes campos do saber e em sua relação com o ensino. Reconhecendo a importância da aprendizagem contínua em um mundo em constante mudança, a escola do futuro promove uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, preparando os alunos para serem aprendizes autônomos. Os alunos são expostos a perspectivas globais e diversas, preparando-os para viver e trabalhar em uma sociedade cada vez mais interconectada e multicultural. A escola do futuro colabora com organizações locais e empresas para oferecer aos alunos oportunidades de aprendizagem autêntica, estágios, mentoria e conexões com o mundo do trabalho.

GRÁFICO III



Fonte: a autora (2024).

Ao abordar a pergunta: Qual a sua maior dificuldade em relação à utilização de recursos tecnológicos em sua escola? Dentre 14 docentes entrevistados, 2 responderam Aparelho de som, 1 reprodutores de vídeo, 1 revistas, 1 rádio, 2 retroprojetores, 2 computadores e 5 internet.

Fuerstein, Fuerstein e Falik (2023) descrevem que as mudanças estruturais estão de acordo com a Permanência, Resistência, Flexibilidade/adaptabilidade e Generalização/transformação. Sendo assim, "As mudanças estruturais não são idênticas em magnitude ou qualidade, e variam de um aprendiz para outro ou de uma situação para outra. Devem ser observadas, avaliadas e manipuladas de forma inovadora" (Fuerstein, Fuerstein e Falik, 2023, p. 60). A distância cognitiva é um conceito que se refere à diferença entre o conhecimento existente em uma organização e o conhecimento necessário para compreender e implementar mudanças. Quando essa distância é grande, pode haver dificuldades na adaptação e implementação das mudanças estruturais. O trabalho provavelmente explora como as organizações lidam com essa distância cognitiva ao enfrentar mudanças em sua estrutura. Isso pode incluir estratégias para reduzir a distância cognitiva, como treinamento, educação ou contratação de pessoal com habilidades específicas. Também pode examinar os efeitos da distância cognitiva na eficácia das mudanças organizacionais e como as empresas podem mitigar esses efeitos negativos.

A tecnologia pode ser utilizada de maneira positiva na educação, promovendo a personalização do aprendizado, a colaboração entre alunos e professores e a conexão com o mundo exterior, oportunizando uma abordagem mais flexível e adaptável, onde os alunos são incentivados a explorar suas paixões e interesses, e onde os professores desempenham o papel de mediadores do conhecimento, além de designer de caminhos.

Por outro lado, é importante o desenvolvimento da inteligência emocional, da resiliência e do autoconhecimento na formação dos alunos, enfatizando a necessidade de educar não apenas a mente, mas também o coração, preparando os alunos para lidar com os desafios emocionais e sociais da vida.

É necessário compartilhar a visão de uma escola do futuro que prioriza o desenvolvimento integral dos alunos, incorporando aspectos emocionais, sociais e intelectuais, reconhecendo a importância de uma abordagem holística da educação, que valorize tanto o conhecimento acadêmico quanto as habilidades socioemocionais, preparando os alunos para serem cidadãos conscientes, responsáveis e resilientes.

A tecnologia pode ser utilizada de maneira positiva na educação, promovendo a personalização do aprendizado, a colaboração entre alunos e professores e a conexão com o mundo exterior, defendendo

uma abordagem mais flexível e adaptável, onde os alunos são incentivados a explorar suas paixões e interesses.

O desenvolvimento da inteligência emocional, da resiliência e do autoconhecimento na formação dos alunos são fundamentais nesse processo, desde que enfatize a necessidade de educar não apenas a mente, mas também o coração, preparando os alunos para lidar com os desafios emocionais e sociais da vida.

A visão de uma escola do futuro que prioriza o desenvolvimento integral dos alunos, incorporando aspectos emocionais, sociais e intelectuais, reconhece a importância de uma abordagem holística da educação, que valorize tanto o conhecimento acadêmico quanto as habilidades socioemocionais, preparando os alunos para serem cidadãos conscientes, responsáveis e resilientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia digital desempenha um papel fundamental na construção da escola do futuro e na formação docente por várias razões importantes:

1. Acesso à Informação e Recursos Educacionais: A tecnologia digital oferece acesso a uma vasta quantidade de informações e recursos educacionais, que podem enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, incluindo materiais didáticos interativos, vídeos educacionais, simulações, bancos de dados online, entre outros recursos que podem ser utilizados para tornar as aulas mais dinâmicas e envolventes.

2. Personalização da Aprendizagem: A tecnologia digital permite a personalização da aprendizagem, atendendo às necessidades individuais dos alunos. Por meio de plataformas de aprendizagem adaptativa e ferramentas de análise de dados, os professores podem identificar as lacunas de aprendizagem de cada aluno e fornecer intervenções personalizadas para ajudá-los a progredir em seu próprio ritmo.

3. Colaboração e Conectividade: As tecnologias digitais facilitam a colaboração entre alunos, professores e comunidades educacionais em todo o mundo. Por meio de ferramentas de comunicação online, como fóruns de discussão, salas de aula virtuais e redes sociais educacionais, os alunos podem colaborar em projetos, trocar ideias e aprender uns com os outros, independentemente da distância geográfica.

4. Desenvolvimento de Habilidades do Século XXI: A integração da tecnologia digital na sala de aula ajuda os alunos a desenvolverem habilidades essenciais para o século XXI, como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação, colaboração e alfabetização digital. Essas habilidades são fundamentais para o sucesso acadêmico e profissional no mundo moderno.

5. Preparação de Professores: A formação docente deve incluir o desenvolvimento de competências digitais e a familiarização com as melhores práticas de integração da tecnologia na sala de aula. Os professores precisam estar atualizados com as últimas tendências e ferramentas tecnológicas para poderem aproveitar todo o potencial da tecnologia digital em seu ensino.

Após a pesquisa verificou-se que 71,4% dos docentes entrevistados durante a sua formação em Curso Superior, não tiveram alguma disciplina que lhes preparassem para exercer sua prática docente utilizando-se das TICs, como computador, vídeo, TV, Rádio, Jornal/Revista; 64,3% já fez algum curso de formação continuada, que o preparasse para exercer sua prática docente utilizando TIC na escola e 35,7% têm problema com internet. Verifica-se então a necessidade de desenvolver competências digitais no Curso de Formação de Professor para o letramento acadêmico, pois mesmo a maioria procurando se capacitar, ainda tem dificuldade em utilizar a internet, tão necessária enquanto ferramenta pedagógica.

Quanto as hipóteses, a falta de competência digital se confirmam, apesar dos docentes em sua maioria buscarem a Formação Continuada e terem acesso aos recursos digitais em suas instituições; porém no Curso de Graduação para Formação de Professor a maioria não teve a oportunidade de desenvolver as competências digitais.

Os objetivos foram alcançados tendo em vista que em sua fundamentação teórica explicou o papel da Tecnologia Digital na sociedade moderna, abrangendo as suas implicações; destacou a importância de práticas docentes com competência pedagógica e caracterizou a escola do futuro, como necessária e pertinente às demandas de uma clientela midiática e globalizada.

Em suma, a tecnologia digital desempenha um papel crucial na transformação da educação, capacitando os alunos a aprenderem de maneira mais eficaz e os professores a ensinarem de maneira mais eficiente. A escola do futuro será caracterizada pela integração harmoniosa da tecnologia digital em todos os aspectos do processo educacional, proporcionando uma experiência de aprendizagem mais relevante, envolvente e personalizada para todos os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORELLI, Alessandra. Crianças e adolescentes no mundo digital: orientações essenciais para o uso seguro e consciente das novas tecnologias. 1ª edição. Belo Horizonte, MG, Autêntica Editora, 2022.

CASAGRANDE, Renato. Educação nos novos tempos: para fazer acontecer! 1ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

DI FELICE, Massimo. A Cidadania Digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. Paulus Editora, 2021.

FUERSTEIN, Reuven; FUERSTEIN, Refael S. e FALIK, Louis H. Além da Inteligência: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro. 2ª edição revista. Editora Vozes: Petrópolis, 2023.

ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. 9ª edição. 1ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

LIBÂNEO, José; OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.10ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2023.

LIBÂNEO, José e ALVES, Nilda (orgs.). Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. 5ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2022.

MARCONI, Marina de; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica: ciência e conhecimento, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis e metodologia jurídica. 9ª Edição, 2021.

PIANGERS, Marcos; BORBA, Gustavo (orgs). A escola do futuro: o que querem (e precisam) alunos, pais e professores. Porto Alegre: Penso, 2019.

Capítulo 5

10.37423/260711147

ALIENAÇÃO, LUGAR DE FALA E A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO MÉDICO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

VICTOR FERREIRA SCHUWARTZ TANNUS — *UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE*

CRISÓSTOMO LIMA DO NASCIMENTO — *UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE*

Carlos Henrique Medeiros de Souza — *UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE*

RESUMO

Esta pesquisa examina as complexas interações entre o atendimento médico, a alienação, e o imperativo de transparência na sociedade contemporânea. Argumenta-se que, enquanto a transparência é frequentemente promovida como um ideal ético em práticas médicas, ela pode paradoxalmente conduzir à alienação e à perda de individualidade. Utilizando o conceito de "lugar de fala", explora-se como a voz dos pacientes pode ser marginalizada em ambientes médicos que enfatizam a uniformidade e a eficiência às custas da singularidade pessoal. Além disso, o texto aborda a teoria do "terror do igual", sugerindo que a padronização no tratamento médico não só perpetua a alienação, mas também desvaloriza a humanidade do paciente ao ignorar suas experiências únicas e percepções pessoais. Propõe-se que a escuta ativa pode servir como uma ferramenta crucial para reverter essas tendências, promovendo uma prática médica que verdadeiramente valoriza e responde à diversidade individual. A análise é aprofundada pela discussão de autores aludidos sobre o assunto, onde examina-se como a demanda por clareza e abertura pode se tornar uma forma de controle que limita a expressão da diversidade e complexidade humanas. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, em obras e artigos, pautando-se na análise das literaturas de Byung-Chul Han (2022), Gianni Vattimo (1992) e Djamila Ribeiro (2019) dentre outros estudiosos da área. Conclui-se que, embora a transparência possa ter intenções democratizantes, ela necessita ser equilibrada com respeito à privacidade e à complexidade humana, especialmente em contextos sensíveis como o atendimento médico. Este trabalho chama a atenção para a necessidade de políticas de saúde e práticas médicas que reconheçam e protejam a diversidade humana, combatendo a alienação por meio da promoção de um diálogo genuíno e uma escuta empática, que respeitem tanto as necessidades individuais quanto coletivas, ajudando a moldar um atendimento médico mais inclusivo e humanizado.

Palavras-chave: Atendimento médico; Alienação; Reivindicação da humanidade.

INTRODUÇÃO

A sociedade pós-moderna é caracterizada por uma série de transformações nas estruturas sociais, culturais e políticas que desafiam concepções tradicionais de identidade, poder e humanidade. Em meio a essas transformações, o setor de saúde enfrenta seus próprios dilemas éticos e práticos, onde o ideal de transparência muitas vezes colide com a necessidade de privacidade e atenção personalizada. Este texto aborda a intersecção entre a alienação, o lugar de fala e a necessidade de humanização no atendimento médico, refletindo sobre como essas dinâmicas se manifestam e são influenciadas pela cultura contemporânea.

A alienação, um tema profundamente explorado tanto na filosofia quanto na teoria crítica, ressurge com nuances particulares no contexto médico, onde sistemas de atendimento padronizados e a crescente digitalização podem distanciar os profissionais de saúde das experiências e necessidades individuais dos pacientes. Ao mesmo tempo, o conceito de lugar de fala, essencial para entender quem tem voz nas interações médicas, é vital para discutir como as narrativas de pacientes são formadas ou silenciadas dentro destes sistemas.

Este trabalho reflete sobre essas questões no quadro da sociedade pós-moderna, sugerindo que a busca pela transparência no atendimento médico não deve sobrepor-se à necessidade de uma abordagem mais empática e individualizada. Por meio de uma análise crítica das práticas atuais, o trabalho chama a atenção para a importância de reformular as interações no atendimento médico de modo a respeitar e incorporar a diversidade humana e suas complexidades.

Alienação e padronização no atendimento médico

O setor de saúde enfrenta desafios complexos na contemporaneidade que refletem as tensões entre eficiência, padronização e a necessidade de um atendimento individualizado e humanizado. A alienação, um conceito amplamente discutido por teóricos como Han (2022), ressurge no contexto médico como uma consequência da padronização excessiva dos processos de cuidado. Essa padronização, embora muitas vezes implementada com a intenção de melhorar a eficiência e a equidade, pode inadvertidamente levar à despersonalização e à alienação tanto dos pacientes quanto dos profissionais de saúde.

O conceito de "terror do igual", introduzido por Han (2022), é utilizado para explorar as consequências de um tratamento homogeneizado que ignora as singularidades dos pacientes. Em contrapartida, a escuta, como prática fundamental na interação médico-paciente, é proposta como um meio de mitigar a alienação e promover uma humanização genuína no atendimento, reconhecendo e valorizando as histórias e contextos individuais dos pacientes.

A alienação no atendimento médico pode ser observada quando os pacientes são tratados como meros números ou casos clínicos, em vez de indivíduos com histórias, emoções e necessidades únicas. Han (2022), em suas reflexões sobre a sociedade contemporânea, argumenta que a padronização pode criar uma forma de "terror do igual", onde a singularidade é suprimida em favor da uniformidade. No contexto médico, isso se traduz em protocolos rígidos e práticas que não levam em consideração as diferenças individuais dos pacientes, resultando em um cuidado que pode parecer frio e indiferente.

Essa abordagem padronizada também afeta os profissionais de saúde, que podem se sentir presos a sistemas e processos que limitam sua capacidade de oferecer um cuidado verdadeiramente empático e personalizado. A pressão para seguir protocolos estritos e a dependência crescente de tecnologias digitais para monitoramento e diagnóstico podem distanciar os profissionais da interação humana que é fundamental para um atendimento de qualidade. Assim, a alienação não é apenas uma experiência do paciente, mas também dos médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde que se vêem reduzidos a executores de procedimentos, em vez de cuidadores envolvidos.

A padronização, embora beneficie a consistência e a previsibilidade dos resultados médicos, pode levar a um atendimento que desconsidera as variáveis culturais, emocionais e sociais que influenciam a saúde e o bem-estar dos indivíduos. Quando o cuidado médico se torna uma série de tarefas a serem completadas, em vez de um processo de engajamento com o paciente, perde-se a oportunidade de construir uma relação de confiança e compreensão mútua. Essa perda é particularmente significativa em contextos onde a comunicação e a empatia são cruciais para o diagnóstico e o tratamento eficaz.

Han (2022) discute a alienação do ser humano em relação à sociedade contemporânea, destacando como a conformidade social e a ditadura do "se" alienam o ser de seu mais próprio poder ser, da verdadeira autenticidade. O autor defende que “a alienação do trabalho significa que o trabalhador se relaciona com o seu trabalho como com um objeto alienado. Ele não se reconhece nem em seu produto, nem em seu fazer” (Han, 2022, p. 33).

A discussão de Han (2022) sobre a alienação, a pressão pela positividade e a prevalência da depressão na sociedade contemporânea pode ser relacionada ao contexto da saúde mental. No atendimento médico, é essencial considerar como esses aspectos sociais impactam a saúde mental dos pacientes e influenciam a manifestação de doenças como depressão, transtornos de personalidade e burnout. O referido autor entende que "a crise atual do tempo não é a aceleração, mas a totalização do tempo do si. O tempo do outro se furta à lógica do aumento do desempenho e da eficiência, que produz uma pressão por aceleração" (Han, 2022, p. 83).

Para mitigar os efeitos da alienação no atendimento médico, é essencial buscar um equilíbrio entre a necessidade de padronização e a valorização da individualidade. Isso pode incluir a flexibilização de protocolos para permitir adaptações às necessidades específicas dos pacientes e a promoção de uma cultura de cuidado centrada na pessoa. A formação contínua dos profissionais de saúde em competências de comunicação e empatia também é crucial para garantir que, mesmo em um sistema padronizado, o cuidado humano permaneça no centro da prática médica. Enfrentar a alienação no atendimento médico requer um esforço consciente para reconhecer e respeitar a singularidade de cada paciente. Isso não só melhora a experiência do paciente, mas também enriquece a prática profissional, tornando o cuidado de saúde uma verdadeira parceria entre quem oferece e quem recebe o cuidado.

O papel do lugar de fala na humanização da saúde

No contexto do atendimento médico, o conceito de Lugar de Fala emerge como uma ferramenta crucial para a promoção de uma prática de saúde mais humanizada e inclusiva. Originado dos debates feministas e das teorias da enunciação, o lugar de fala reconhece a importância da voz de indivíduos historicamente marginalizados, oferecendo-lhes uma plataforma para expressar suas experiências e perspectivas únicas. Esta abordagem é particularmente relevante na área da saúde, onde a interação entre profissionais de saúde e pacientes frequentemente envolve assimetrias de poder e conhecimento.

O lugar de fala enfatiza que as experiências e vivências pessoais dos pacientes são fontes legítimas e valiosas de conhecimento. Djamila Ribeiro (2019), uma das principais teóricas desse conceito no Brasil, argumenta que a autenticidade e a verdade emergem das experiências diretas dos indivíduos. No contexto médico, isso significa que os pacientes, ao compartilharem suas histórias e sintomas, trazem

à tona conhecimentos que são fundamentais para um diagnóstico e tratamento eficazes. Ao reconhecer e valorizar o lugar de fala dos pacientes, os profissionais de saúde podem obter uma compreensão mais completa e nuançada das condições que tratam.

Ao discutir o conceito de lugar de fala, Ribeiro (2019) questiona as hierarquias de poder e privilégio que podem existir no contexto da saúde. Isso pode levar a uma reflexão sobre como essas hierarquias impactam a qualidade do atendimento e a humanização da saúde. A autora advoga “que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (Ribeiro, 2022, p. 37).

Ao considerar quem tem autoridade para falar e ser ouvido no campo da saúde, Ribeiro (2019) destaca a importância da inclusão de diferentes vozes e experiências. Isso pode contribuir para uma abordagem mais humanizada e empática no cuidado com os pacientes. Nesse sentido, a autora refuta a ideia de que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (Ribeiro, 2022, p. 32).

Algumas críticas ao conceito de lugar de fala sugerem que ocorre uma espécie de inversão paradoxal: ao invés de servir como um meio para desafiar discursos dominantes, acaba por se transformar em um discurso semelhante, que menospreza as perspectivas alheias e se apresenta como a única verdade válida, desconsiderando o conteúdo diverso que poderia oferecer. Desse modo, Engelke (2017, p. 14) ainda ressalta que:

> Longe de superar os termos do poder estabelecido, tal expediente apenas os reproduz com sinal invertido: se antes os grupos hegemônicos se valiam de uma pretensão universalista para afirmar a incapacidade do subalterno de representar a si próprio, pois que lhe faltaria a objetividade ou a neutralidade científica necessárias, agora subalternos recorrem ao essencialismo particularista para negar a outrem a legitimidade do que quer que tenham a dizer sobre eles. Não estou sugerindo que sejam hábitos de pensamento equivalentes; mas são ambos verticais, herdeiros de uma moldura cognitiva hierárquica, predisposta à adesão a respostas imediatas.

Para dialogar com essas questões, entende-se ser necessário considerar que a preocupação com a potencial autoridade excessiva do "lugar de fala" levanta questões importantes sobre como equilibrar a valorização da experiência individual com a necessidade de diálogo inclusivo e pluralista. Quando o lugar de fala é interpretado como uma proclamação de verdades universais, baseadas exclusivamente na experiência pessoal de um indivíduo, há o risco de obscurecer a diversidade de vozes dentro de um grupo ou movimento, levando a uma forma de autoritarismo que pode ser comparada, de maneira

alarmante, às práticas de regimes fascistas que historicamente suprimiram a pluralidade em favor de uma única "verdade". Para Fantini (2018, p. 8),

> quando pensamos na possibilidade do lugar de fala tornar-se autoritário, vemos que esse lugar pode ganhar em complexidade, se confundimos o lugar de fala como expressão de uma verdade pessoal para uma verdade universal, suspendendo a pluralidade de toda luta política, como certas formas de fascismo fizeram e ainda fazem. Neste sentido, para além do reconhecimento da experiência pessoal o lugar de fala deveria ser um lugar de diálogo, mesmo que, como foi dito, isto implique uma proeminência daquele que tem a experiência.

Com base nestas discussões, ao reconhecer a importância do lugar de fala dos pacientes e suas experiências, isso pode resultar em uma relação mais colaborativa entre profissionais de saúde e pacientes, contribuindo para uma abordagem mais humanizada. Considerando as diferentes experiências e realidades dos pacientes, ressalta-se a importância de uma abordagem sensível às questões culturais e sociais no cuidado em saúde. Isso pode contribuir para a humanização do atendimento, levando em conta a diversidade de contextos e necessidades dos pacientes.

Além de melhorar a precisão e a eficácia dos cuidados médicos, a valorização do lugar de fala contribui significativamente para a humanização da saúde. Quando os pacientes sentem que suas vozes são ouvidas e respeitadas, eles estão mais propensos a confiar nos profissionais de saúde e a aderir aos planos de tratamento. Essa confiança é essencial para a construção de uma relação terapêutica eficaz, onde o paciente se sente como um parceiro ativo no processo de cuidado, e não apenas como um receptor passivo de intervenções médicas.

A integração do lugar de fala no atendimento médico também ajuda a combater a alienação. Em um sistema de saúde que muitas vezes pode parecer impessoal e mecanizado, dar voz aos pacientes reintroduz a dimensão humana na interação médica. Isso é particularmente importante em ambientes hospitalares, onde a rotina e os protocolos rígidos podem levar à despersonalização do cuidado. Ao incentivar os pacientes a compartilharem suas histórias, preocupações e expectativas, os profissionais de saúde podem criar um ambiente mais acolhedor e empático.

No entanto, para que o lugar de fala seja efetivamente incorporado na prática médica, é necessário que os profissionais de saúde desenvolvam habilidades de comunicação e escuta ativa. Isso envolve não apenas ouvir o que os pacientes dizem, mas também interpretar o contexto emocional e social de suas narrativas. A formação contínua em competências de comunicação pode equipar os profissionais de saúde com as ferramentas necessárias para reconhecer e valorizar as vozes dos pacientes, mesmo em situações de alta pressão e complexidade.

Nesse sentido, as instituições de saúde devem adotar políticas e práticas que promovam a inclusão do lugar de fala dos pacientes. Isso pode incluir a criação de espaços seguros para que os pacientes expressem suas preocupações, a implementação de práticas de devolutivas regulares e a promoção de uma cultura organizacional que valorize a diversidade de experiências e perspectivas. Tais medidas não apenas melhoram a qualidade do atendimento, mas também reforçam o compromisso das instituições de saúde com a humanização e a equidade.

Assim, o lugar de fala desempenha um papel central na humanização da saúde, proporcionando aos pacientes a oportunidade de serem verdadeiramente ouvidos e compreendidos. Ao reconhecer e valorizar a voz dos pacientes, os profissionais de saúde podem oferecer um cuidado mais empático, eficaz e personalizado, promovendo um ambiente de confiança e respeito mútuo.

Escuta ativa na relação médico-paciente como prática de inclusão

A falta de escuta empática e atenta no contexto da medicina pode agravar a alienação e a padronização, impedindo a construção de relações genuínas entre profissionais de saúde e pacientes. A humanização do atendimento médico, que envolve a valorização do "lugar de fala" dos pacientes e a prática da escuta sensível, é essencial para combater a alienação e promover um cuidado mais individualizado e humanizado. Para Han (2022, p. 77)

> O escutar não é um ato passivo. Uma atividade especial o caracteriza. Eu tenho, primeiramente, de dar boas-vindas ao outro; ou seja, afirmar o outro em sua alteridade. Então, eu o presenteio com a escuta. O escutar é um presentear, um dar, um dom. Só ele traz o outro primeiramente à fala. Ele não segue passivamente o discurso do outro. Em certo sentido, o escutar antecede a fala. Só o escutar traz o outro à fala. Eu já escuto antes que o outro fale, ou eu escuto para que o outro fale. O escutar convida o outro a falar, liberta-o em sua alteridade. O escutador é um espaço de ressonância no qual o outro fala livremente. Assim, o escutar pode ser curativo.

O autor em destaque, enfatiza a importância do ato de escutar como uma atividade ativa no atendimento médico. A prática de escutar ativamente os pacientes pode contribuir significativamente para a humanização do cuidado. Ao dar espaço para que os pacientes expressem suas preocupações, sintomas e experiências, os profissionais de saúde demonstram empatia, respeito e cuidado, promovendo uma relação mais próxima e acolhedora.

Ao afirmar a alteridade do paciente e presenteá-lo com a escuta, os profissionais de saúde reconhecem a individualidade de cada pessoa atendida. Isso é essencial para um cuidado personalizado, que leve em consideração não apenas aspectos clínicos, mas também as necessidades emocionais, sociais e

culturais de cada paciente.A prática de escutar ativamente no contexto médico pode estimular os pacientes a se expressarem livremente, compartilhando suas preocupações, dúvidas e expectativas em relação ao tratamento. Isso não apenas fortalece a relação médico-paciente, mas também pode contribuir para um diagnóstico mais preciso e um plano de cuidados mais eficaz.

O ato de escutar ativamente pode ser curativo no sentido de promover o bem-estar emocional dos pacientes. Sentir-se ouvido e compreendido pode trazer alívio, conforto e confiança, elementos essenciais para o processo de cura e recuperação. Essa abordagem ressalta que o escutar não é apenas um ato passivo de ouvir, mas sim um ato de generosidade, de dar espaço para que o outro se expresse livremente.

Apoiando-se nas análises de Vattimo (1992) em A Sociedade Transparente revela uma base teórica valiosa para repensar a prática médica na era pós-moderna, enfatizando a importância da comunicação, ética, complexidade e participação democrática no atendimento à saúde.

A sociedade complexa e caótica descrita por Vattimo (1992) reflete-se também no campo da saúde. Os profissionais médicos devem estar preparados para lidar com a complexidade e a diversidade das experiências dos pacientes, reconhecendo que as histórias de saúde não são lineares e simples, mas multifacetadas e influenciadas por diversos fatores sociais, culturais e individuais.

Em um contexto onde os meios de comunicação de massa são predominantes, a transparência na comunicação médico-paciente torna-se essencial. Os profissionais de saúde precisam ser claros e acessíveis na transmissão de informações, utilizando as ferramentas de comunicação disponíveis para alcançar os pacientes de maneira eficaz e compreensível.

Vattimo (1992) sugere uma ética pós-metafísica que se distancia da "violência" metafísica, promovendo uma prática médica que respeite a subjetividade e a autonomia dos pacientes. Esta ética se baseia na empatia, na escuta ativa e no respeito às narrativas individuais, fundamental para a construção de uma relação de confiança entre médico e paciente.

Em vez de buscar certezas absolutas, os profissionais de saúde são encorajados a adaptar-se e responder às mudanças e incertezas inerentes à condição humana e à prática clínica. A telemedicina, por exemplo, é uma manifestação direta dessa influência, permitindo maior acesso e democratização do atendimento médico. No entanto, é crucial que os profissionais estejam conscientes das limitações e desafios éticos associados ao uso dessas tecnologias.

Nessa perspectiva, Vattimo (1992) propõe uma fundamentação para uma democracia e uma cidadania pós-metafísica. Na prática médica, isso se traduz em promover a participação ativa dos pacientes nas decisões sobre sua própria saúde, incentivando uma abordagem mais colaborativa e democrática na gestão do cuidado e no processo de tomada de decisão clínica.

CONCLUSÃO

A pesquisa conduzida revela a complexidade das dinâmicas de poder e identidade no contexto do atendimento médico na sociedade pós-moderna. Explorando os conceitos de alienação, lugar de fala, e a humanização do cuidado, destacou-se como as práticas padronizadas podem inadvertidamente levar à despersonalização e à alienação tanto de pacientes quanto de profissionais de saúde. Em contraste, a valorização da voz dos pacientes, por meio do conceito de lugar de fala, emerge como uma abordagem vital para promover um atendimento mais empático e inclusivo.

Byung-Chul Han (2022) e Gianni Vattimo (1992) fornecem importantes perspectivas filosóficas que ajudam a entender os desafios contemporâneos no setor de saúde. Han (2022) alerta para os perigos do "terror do igual", onde a padronização extrema pode suprimir a individualidade e a humanidade dos pacientes. Vattimo (1992), por sua vez, critica a sociedade da transparência, onde a busca por visibilidade e clareza pode se transformar em um instrumento de controle e homogeneização.

Trazendo contribuições sobre a pesquisa, Djamila Ribeiro (2019), com sua teoria do lugar de fala, contribui significativamente para essa análise ao enfatizar a importância de reconhecer e valorizar as vozes de indivíduos marginalizados. Ribeiro (2019) argumenta que a experiência pessoal é uma fonte legítima de conhecimento, fundamental para um diagnóstico e tratamento eficazes. A referida autora também destaca a necessidade de combater a deslegitimação das vozes marginalizadas, propondo políticas e práticas inclusivas que promovam a equidade no atendimento médico.

Feitas essas teorizações, fica evidente que a humanização do atendimento médico requer um equilíbrio delicado entre a necessidade de eficiência e a valorização da singularidade de cada paciente. A escuta ativa e a comunicação empática são ferramentas essenciais para combater a alienação e fomentar um ambiente de cuidado que respeite a diversidade e as experiências individuais. Além disso, a adoção de políticas institucionais que promovam a inclusão do lugar de fala pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do atendimento.

Em conclusão, o reconhecimento e a valorização da voz dos pacientes não são apenas componentes éticos fundamentais, mas também práticos para um atendimento médico eficaz. Ao integrar essas perspectivas críticas na prática diária, os profissionais de saúde podem transformar o cuidado médico em uma verdadeira parceria, onde a confiança, a compreensão e o respeito mútuo são centrais. Este enfoque não só melhora a experiência dos pacientes, mas também enriquece a prática profissional, promovendo um sistema de saúde mais humano e equitativo. Tendo em vista o exposto, a pesquisa sugere que futuras investigações devem continuar a explorar essas dinâmicas, buscando maneiras de implementar essas ideias de forma prática e sustentável no atendimento de saúde.

REFERÊNCIAS

ENGELKE, A. Pureza e Poder: Os paradoxos da política identitária . edição 132, setembro de 2017 _questões minoritárias. 2017.

FANTINI, J. A. Lugar de Fala e Apropriação Cultural nas Novas Mídias: Verdade, Fragmentação e Intolerância na Política. In: Míriam Debieux Rosa; Ana Maria Medeiros da Costa; Sérgio Prudente. (Org.). As Escritas do Ódio: Psicanálise e Política. 01ed.Sao Paulo: Escuta, 2018, v. 01, p. 176-195.

HAN, B.-C. A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje. Petrópolis: Vozes, 2022.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 3ª Reimpressão.

VATTIMO, G. A Sociedade Transparente. Lisboa: Relógio D'Água. 1992.

Capítulo 6

10.37423/260711158

EFFECTUATION E TECNOLOGIAS DIGITAIS EM CONTEXTOS DE CRISE: CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO SOCIAL E A RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA

FÁBIO LUCIANO — *Universidade Nove de Julho*

ELISABETE CASIMIRA — *Universidade Nove de Julho*

WALLACE CAETANO ESTEVAO — *Universidade Nove de Julho*

Edmilson de Oliveira Lima — *Universidade Nove de Julho*

RESUMO

O aumento da frequência e da severidade de desastres naturais e eventos climáticos extremos tem ampliado desigualdades preexistentes e exposto fragilidades das infraestruturas sociais, institucionais e tecnológicas, com efeitos mais intensos sobre populações social e economicamente marginalizadas. Este estudo analisou como tecnologias digitais, articuladas aos princípios da effectuation, podem contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da resiliência comunitária em contextos de crise. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, reportada conforme as diretrizes PRISMA, cujo corpus foi composto por 45 artigos publicados entre 2019 e 2024. A análise identificou práticas relacionadas à mobilização de recursos disponíveis, à formação de redes colaborativas, à experimentação de soluções de baixo custo e ao aproveitamento de contingências diante da incerteza. Os resultados indicam que aplicativos de mensagens, redes sociais, plataformas colaborativas e outras tecnologias acessíveis podem favorecer a circulação de informações, a coordenação de respostas emergenciais e a mobilização de capacidades locais. Entretanto, sua efetividade é condicionada por desigualdades de acesso, vieses algorítmicos, insuficiência de políticas públicas e limitada participação das comunidades nas decisões tecnológicas. Também foram identificadas lacunas relativas a gênero, interseccionalidade e justiça digital. A síntese permitiu propor um quadro teórico integrador que relaciona princípios da effectuation, tecnologias acessíveis, colaboração comunitária e governança ética. Conclui-se que as tecnologias digitais podem ampliar as capacidades locais de resposta e favorecer processos de inclusão social quando associadas a práticas empreendedoras adaptativas e a mecanismos institucionais comprometidos com equidade e participação.

Palavras-chave: effectuation; bricolagem digital; empreendedorismo social; justiça digital; gestão de desastres.

INTRODUÇÃO

A intensificação dos eventos climáticos extremos e a recorrência de desastres têm ampliado os desafios sociais, econômicos e institucionais relacionados à prevenção, à resposta e à recuperação em contextos de crise. No Brasil, foram registrados 7.539 desastres climáticos entre 2020 e 2023, número 222,8% superior às 2.335 ocorrências verificadas na década de 1990. Em 2025, esses eventos afetaram diretamente 336.656 pessoas e produziram danos materiais estimados em R$ 2,9 bilhões (CEMADEN, 2026, p. 31, 39–40). No plano internacional, evidências sintetizadas a partir de 33 revisões sistemáticas e metanálises indicam que o aumento da frequência e da severidade de desastres naturais e eventos climáticos extremos aprofunda desigualdades preexistentes e expõe fragilidades nas infraestruturas sociais e de saúde (STIMPSON et al., 2025, p. 1).

Os impactos desses eventos não se distribuem de maneira homogênea. Mulheres, populações de baixa renda, minorias raciais e étnicas, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, refugiados e moradores de territórios remotos ou com infraestrutura insuficiente enfrentam maior exposição aos riscos e mais obstáculos para acessar proteção, serviços e recursos durante a recuperação. Pobreza, discriminação, isolamento linguístico, localização geográfica e restrição de mobilidade podem se combinar e produzir vulnerabilidades cumulativas, ainda pouco examinadas de forma interseccional (STIMPSON et al., 2025, p. 1). No Sul Global, esses efeitos são agravados por desigualdades socioeconômicas, políticas e de gênero, relações assimétricas de poder, fragilidades de governança e insuficiência dos mecanismos de adaptação e mitigação (NGCAMU, 2023, p. 977–978).

A vulnerabilidade, portanto, não decorre apenas da exposição física aos eventos adversos, mas também das condições sociais que restringem a capacidade de indivíduos e comunidades para antecipar, enfrentar e superar seus efeitos. Entre essas condições estão o acesso desigual à informação, ao conhecimento, às tecnologias, aos serviços públicos, às redes de apoio e aos espaços de decisão. A revisão conduzida por Doust Mohammadi, Salmani e Farahmandnia (2024, p. 1–2) demonstra que imigrantes e refugiados enfrentam, em situações de emergência, barreiras socioeconômicas, linguísticas e institucionais, além da ausência de informações atualizadas e de redes adequadas de suporte. Os autores também destacam que o fortalecimento das redes sociais e comunicacionais e a disseminação de informações adaptadas às características culturais e linguísticas das populações afetadas podem ampliar sua capacidade de resposta e recuperação.

Nesse cenário, tecnologias digitais, como aplicativos de mensagens, redes sociais, plataformas colaborativas, sistemas de geolocalização, ferramentas de análise de dados e inteligência artificial, podem apoiar a circulação de informações, o mapeamento de necessidades, a mobilização de recursos e a coordenação de ações emergenciais. Entretanto, essas tecnologias não constituem soluções intrinsecamente inclusivas ou socialmente neutras. Sua contribuição depende das condições de conectividade, da alfabetização digital, da acessibilidade, da adequação linguística e cultural, da proteção dos dados e da participação das comunidades no desenvolvimento e na governança das soluções. Quando essas condições não são consideradas, a digitalização pode reproduzir desigualdades existentes e excluir precisamente os grupos que deveriam ser alcançados pelas respostas emergenciais.

A teoria da effectuation oferece uma perspectiva relevante para compreender como atores sociais e organizacionais agem em contextos caracterizados por incerteza, restrição de recursos e baixa capacidade de previsão. Diferentemente de abordagens predominantemente causais, baseadas na definição prévia de objetivos e na seleção dos meios necessários para alcançá-los, a effectuation parte dos meios disponíveis e dos efeitos que podem ser construídos a partir deles. Seus princípios compreendem a ação com base nas identidades, nos conhecimentos e nas relações existentes; a delimitação da perda aceitável; a formação de compromissos com atores autosselecionados; a incorporação produtiva das contingências; e a busca de controle sobre aspectos passíveis de influência, em vez da tentativa de prever integralmente o futuro (SARASVATHY, 2001).

Em situações de desastre ou crise humanitária, esses princípios podem ajudar a explicar como comunidades, empreendedores sociais, organizações da sociedade civil e agentes públicos mobilizam recursos acessíveis, constroem redes de colaboração e desenvolvem respostas adaptativas diante da insuficiência das estruturas convencionais. Aplicativos gratuitos, telefones celulares, redes preexistentes e conhecimentos locais podem ser recombinados para organizar doações, disseminar alertas, localizar pessoas, conectar voluntários e identificar necessidades urgentes. Neste capítulo, a expressão bricolagem digital designa essa recombinação criativa e situada de ferramentas tecnológicas disponíveis, sem pressupor que effectuation e bricolagem sejam conceitos equivalentes. Enquanto a bricolagem enfatiza a recombinação dos recursos disponíveis, a effectuation oferece uma explicação mais ampla sobre decisões, compromissos, contingências e possibilidades de controle sob incerteza.

Apesar da relevância dessas abordagens, a literatura permanece fragmentada. Estudos recentes têm avançado na compreensão dos efeitos dos desastres sobre populações vulneráveis, mas ainda apresentam limitações quanto à análise integrada das desigualdades estruturais, das capacidades comunitárias e dos mecanismos de ação utilizados para responder às crises. Stimpson et al. (2025) identificaram reduzida consideração dos determinantes interseccionais nas pesquisas sobre desastres e equidade, enquanto Ngcamu (2023) constatou escassez de evidências sobre a efetividade de mecanismos de adaptação e mitigação destinados a populações vulneráveis. Também permanece pouco sistematizada a forma pela qual tecnologias digitais e princípios da effectuation podem ser articulados sem que a busca por agilidade e inovação obscureça questões de acesso, participação, justiça digital e responsabilidade institucional.

Diante dessa lacuna, o estudo é orientado pela seguinte questão: como a articulação entre tecnologias digitais e princípios da effectuation pode contribuir para a inclusão social e para a resiliência comunitária em contextos de crise? O objetivo consiste em analisar como essa articulação se manifesta na literatura e quais práticas, mecanismos, condições e limitações são associados à mobilização de recursos, à formação de redes colaborativas e à construção de respostas adaptativas. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, reportada conforme as diretrizes PRISMA, com um corpus de 45 artigos publicados entre 2019 e 2024.

A contribuição do capítulo consiste em aproximar campos que têm sido predominantemente examinados de maneira separada: ação empreendedora sob incerteza, tecnologias digitais, vulnerabilidade social e resiliência comunitária. A síntese dos estudos fundamenta a construção de um quadro teórico integrador que relaciona os princípios da effectuation ao emprego de tecnologias acessíveis, à colaboração entre atores e à governança ética das respostas digitais. Busca-se, assim, oferecer subsídios teóricos e práticos para empreendedores sociais, gestores públicos, organizações humanitárias e lideranças comunitárias envolvidos na formulação de respostas mais inclusivas, participativas e ajustadas às necessidades dos territórios. Além desta introdução, o capítulo apresenta a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos da revisão, os resultados e sua discussão, bem como as considerações finais, limitações e possibilidades de pesquisas futuras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Effectuation como modo de ação sob incerteza

A effectuation, formulada por Sarasvathy (2001), constitui uma abordagem voltada à compreensão da ação empreendedora em situações nas quais o futuro não pode ser previsto de maneira confiável. Em contraste com o modo causal, que parte de objetivos previamente definidos e busca selecionar os meios mais adequados para alcançá-los, o modo effectual inicia-se com os meios já controlados pelos atores e admite que os objetivos sejam construídos e modificados ao longo do processo. A questão central desloca-se, portanto, de "o que deve ser feito para alcançar determinado resultado?" para "quais resultados podem ser construídos com os meios disponíveis e com os atores dispostos a participar?" (SARASVATHY, 2001, 2008).

A literatura sobre effectuation sistematiza esse modo de ação em cinco princípios interdependentes. O princípio dos meios disponíveis — bird in hand — orienta os atores a partir de quem são, do que sabem e de quem conhecem. A perda aceitável — affordable loss — substitui a maximização do retorno esperado pela delimitação prévia do que se pode comprometer ou perder em cada iniciativa. A colcha de retalhos — crazy quilt — enfatiza a construção de compromissos com atores autosselecionados, cujos recursos, conhecimentos e interesses passam a influenciar os rumos da ação. O princípio da limonada — lemonade — considera as contingências como possíveis fontes de aprendizagem e de redefinição das soluções. Por fim, o piloto no avião — pilot in the plane — privilegia o controle construído por meio da ação e da interação, em vez da tentativa de prever integralmente acontecimentos futuros (SARASVATHY, 2008).

Esses princípios não constituem etapas rígidas ou uma sequência linear. Eles podem ser mobilizados simultaneamente e em diferentes intensidades, conforme as características dos atores, os recursos disponíveis e a evolução das circunstâncias. A effectuation também não pressupõe ausência de planejamento, irracionalidade ou simples improvisação. Trata-se de um modo de decisão no qual os planos permanecem abertos a revisões, os compromissos reduzem parcialmente a incerteza e os objetivos emergem das interações entre os participantes.

A pertinência dessa abordagem para contextos de desastre decorre da ruptura das condições ordinárias de funcionamento. Emergências podem interromper fluxos de informação, danificar infraestruturas, restringir recursos e tornar inadequados os planos elaborados previamente. Nessas

circunstâncias, comunidades, empreendedores sociais, organizações da sociedade civil e agentes públicos precisam atuar antes que todas as informações estejam disponíveis, mobilizando conhecimentos locais, relações existentes e recursos acessíveis. A effectuation oferece, assim, uma lente para compreender como esses atores constroem possibilidades de resposta sem depender exclusivamente de previsão, planejamento centralizado ou controle prévio dos recursos (NELSON; LIMA, 2020; LIMA, 2022).

Entretanto, a ação sob incerteza não produz necessariamente resultados positivos. Nelson e Lima (2020), ao examinarem a resposta comunitária a um desastre natural, propõem o conceito de diseffectuation para representar situações em que os meios disponíveis não são mobilizados ou são empregados de maneira inadequada. Uma de suas manifestações ocorre quando atores que possuem conhecimentos e relações potencialmente úteis permanecem paralisados diante do choque provocado pelo desastre. Outra se manifesta em ações impulsivas e perigosas — denominadas crazy action — realizadas sem avaliação dos limites, das competências ou das consequências envolvidas. O conceito evidencia que rapidez, improvisação e mobilização voluntária não devem ser confundidas automaticamente com ação effectual responsável.

Tecnologias digitais e bricolagem em contextos de crise

As tecnologias digitais podem assumir diferentes funções na preparação, na resposta e na recuperação diante de crises. Aplicativos de mensagens, redes sociais, plataformas colaborativas, bancos de dados, sistemas de geolocalização e ferramentas de inteligência artificial podem apoiar a circulação de informações, o registro de necessidades, a coordenação de voluntários, a identificação de áreas de risco e a distribuição de recursos. Contudo, sua contribuição não decorre apenas de suas características técnicas, mas das formas pelas quais são incorporadas às práticas sociais e organizacionais.

As tecnologias devem ser compreendidas, portanto, como recursos sociotécnicos. Sua utilização depende de infraestrutura, conectividade, dispositivos, competências digitais, confiança, conhecimentos locais e relações entre os participantes. Uma mesma ferramenta pode ampliar a capacidade de coordenação de determinado grupo e, simultaneamente, excluir pessoas com acesso limitado à internet, baixa alfabetização digital, deficiência, barreiras linguísticas ou receio quanto ao uso de seus dados. A transformação digital não representa apenas a introdução de equipamentos ou

sistemas, mas a reorganização de processos, relações e formas de participação (NADKARNI; PRÜGL, 2020).

A articulação entre tecnologias digitais e effectuation torna-se particularmente relevante quando as ferramentas utilizadas não foram originalmente desenvolvidas para a gestão de crises. Recursos já disponíveis podem ser adaptados para novas finalidades, combinados a conhecimentos comunitários e incorporados a redes emergentes de colaboração. Aplicativos cotidianos podem, por exemplo, assumir funções de comunicação emergencial, organização de doações, localização de pessoas e mobilização de voluntários. Nesses casos, a inovação não decorre necessariamente da criação de uma tecnologia inédita, mas da atribuição de novos usos a recursos existentes.

Neste capítulo, a expressão bricolagem digital designa a recombinação criativa e situada de tecnologias disponíveis para responder a problemas emergentes sob restrição de recursos. A bricolagem digital aproxima-se do princípio dos meios disponíveis porque parte daquilo que os atores já conseguem acessar. Contudo, os dois conceitos não são equivalentes. A bricolagem concentra-se no “fazer com o que se tem” e na recombinação de recursos, enquanto a effectuation abrange também a definição da perda aceitável, a construção de compromissos, a incorporação de contingências e o controle produzido por meio da ação (DI DOMENICO; HAUGH; TRACEY, 2010; NELSON; LIMA, 2020).

Essa distinção é importante porque a disponibilidade de uma ferramenta não assegura sua utilização apropriada. A bricolagem digital pode favorecer respostas rápidas, mas também produzir soluções frágeis, inseguras ou inacessíveis quando não considera proteção de dados, confiabilidade das informações, acessibilidade e competências dos usuários. A delimitação da perda aceitável pode orientar experimentações de baixo custo e reversíveis; porém, em contextos humanitários, a perda não pode ser avaliada apenas em termos financeiros. Devem ser considerados riscos à integridade física, à privacidade, à segurança informacional e à dignidade das populações afetadas.

A formação de compromissos com atores autosselecionados também encontra expressão nas redes digitais de resposta. Plataformas e canais de comunicação podem aproximar organizações humanitárias, governos locais, empreendedores sociais, voluntários e lideranças comunitárias. No entanto, a simples conexão tecnológica não constitui uma parceria effectual. Para que haja compromisso, os participantes precisam aportar recursos, assumir responsabilidades e influenciar a construção da resposta. Redes digitais baseadas apenas em circulação unilateral de informações podem reproduzir relações centralizadas e manter as comunidades na posição de receptoras passivas.

Inclusão social, vulnerabilidade e resiliência comunitária

A inclusão social em contextos de crise não pode ser reduzida ao fornecimento de acesso tecnológico. Ela envolve a criação de condições para que indivíduos e grupos tenham acesso a informações, serviços, recursos, redes de apoio e espaços de decisão. A inclusão digital integra esse processo, mas não o esgota. Disponibilizar conexão ou equipamentos é insuficiente quando permanecem barreiras relacionadas à linguagem, à renda, à acessibilidade, à confiança nas instituições, à discriminação ou à ausência de representação nas decisões.

A vulnerabilidade também não deve ser tratada como característica inerente a determinados indivíduos. Ela é produzida e intensificada por condições econômicas, sociais, políticas, territoriais e institucionais. A exposição aos desastres, a capacidade de proteção e as possibilidades de recuperação variam conforme renda, gênero, raça, idade, deficiência, localização, condição migratória e acesso a serviços. No Sul Global, desigualdades socioeconômicas, relações assimétricas de poder, fragilidades de governança e participação limitada nos processos decisórios ampliam os impactos dos eventos climáticos sobre grupos marginalizados (NGCAMU, 2023).

Evidências recentes demonstram que os desastres aprofundam desigualdades já existentes. Mulheres, grupos de baixa renda, minorias raciais e étnicas, pessoas com deficiência e populações territorialmente isoladas enfrentam maiores obstáculos para acessar cuidados, proteção e recursos de recuperação. Pobreza, isolamento linguístico, restrições de mobilidade e distância geográfica podem se combinar, produzindo vulnerabilidades cumulativas que não são adequadamente captadas por abordagens que analisam cada condição de forma isolada (STIMPSON et al., 2025).

A revisão de Doust Mohammadi, Salmani e Farahmandnia (2024) evidencia que imigrantes e refugiados enfrentam, em situações de emergência, barreiras linguísticas, econômicas e institucionais, além de limitações de acesso a informações confiáveis e atualizadas. A comunicação exclusivamente vertical entre autoridades e populações afetadas pode reduzir a confiança e restringir a capacidade de resposta. Em contrapartida, redes sociais e comunicacionais construídas com organizações reconhecidas pelas comunidades podem favorecer a disseminação de informações culturalmente adequadas e fortalecer o apoio durante as crises.

A resiliência comunitária é compreendida, neste capítulo, como a capacidade coletiva de mobilizar recursos, manter ou reorganizar funções essenciais, aprender com as contingências e construir condições de recuperação diante de eventos adversos. Essa capacidade não corresponde ao simples

retorno às condições anteriores ao desastre, especialmente quando essas condições já eram marcadas por desigualdades. Uma perspectiva socialmente inclusiva de resiliência envolve transformar relações que produzem vulnerabilidade, ampliar a participação das comunidades e fortalecer capacidades que permaneçam após a fase emergencial.

As redes comunitárias ocupam posição central nesse processo. Relações de confiança podem facilitar a identificação de necessidades, a circulação de informações, a mobilização de conhecimentos locais e a distribuição de recursos. Contudo, redes sociais também podem reproduzir exclusões quando determinados grupos não possuem voz, representação ou acesso aos canais utilizados. A resiliência depende, portanto, não apenas da quantidade de conexões, mas da qualidade das relações, da distribuição de poder e da possibilidade de participação dos grupos afetados.

Articulação entre effectuation, tecnologias digitais e resultados sociais

A integração proposta neste capítulo parte da premissa de que as tecnologias digitais não geram inclusão social ou resiliência de forma autônoma. Elas constituem meios cuja contribuição depende das decisões tomadas, dos compromissos estabelecidos e das condições sociais e institucionais em que são mobilizadas. A effectuation contribui para compreender os mecanismos de ação por meio dos quais esses recursos podem ser transformados em respostas coletivas sob incerteza.

O princípio dos meios disponíveis explica a mobilização de dispositivos, conhecimentos e redes já acessíveis aos atores. A perda aceitável orienta a realização de experimentações graduais, de baixo custo e passíveis de revisão. A colcha de retalhos ajuda a compreender como compromissos entre comunidades, organizações, governos e empreendedores ampliam os meios e redefinem os objetivos. O princípio da limonada esclarece como mudanças inesperadas podem ser incorporadas à resposta, em vez de serem tratadas apenas como desvios do planejamento. O piloto no avião, por sua vez, evidencia a importância da agência coletiva e do controle construído pelos participantes sobre as decisões que afetam seus territórios.

A relação entre esses mecanismos e os resultados sociais é condicionada, porém, por fatores como conectividade, alfabetização digital, acessibilidade, adequação linguística, proteção de dados, confiança institucional, apoio de políticas públicas e participação comunitária. Quando essas condições são favoráveis, tecnologias acessíveis podem ampliar a coordenação, fortalecer redes e aumentar a

capacidade de adaptação. Quando são desfavoráveis, a digitalização pode aprofundar desigualdades, concentrar decisões, invisibilizar determinados grupos e produzir novas formas de exclusão.

A governança ética constitui, assim, elemento transversal dessa articulação. Ela envolve transparência quanto ao funcionamento das tecnologias, proteção de dados, responsabilização dos atores, atenção aos vieses e participação das populações afetadas na definição das prioridades. Neste estudo, a justiça digital corresponde à distribuição equitativa não apenas do acesso às tecnologias, mas também das capacidades para utilizá-las, da representação nos processos decisórios e da proteção contra riscos gerados pelos sistemas digitais.

Com base nessas relações, o quadro teórico adotado compreende a effectuation como mecanismo de ação sob incerteza; as tecnologias digitais como meios sociotécnicos; as redes colaborativas como estruturas de mobilização e compromisso; e a governança ética como condição para que as respostas favoreçam inclusão social e resiliência comunitária. Essa articulação não pressupõe uma relação causal automática. Ela orienta a análise das condições sob as quais práticas digitais adaptativas podem ampliar capacidades locais, bem como das circunstâncias em que podem reproduzir vulnerabilidades ou gerar ações descoordenadas e socialmente arriscadas.

MÉTODO

Delineamento da pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio da reanálise temática de um corpus previamente constituído em revisão sistemática da literatura. A revisão original, publicada por Luciano e Lima (2025), examinou as relações entre empreendedorismo, liderança adaptativa, effectuation e resiliência socioeconômica em contextos de desastres naturais. No presente capítulo, os mesmos estudos são analisados a partir de um recorte teórico distinto, centrado na articulação entre tecnologias digitais, princípios da effectuation, inclusão social e resiliência comunitária.

A retomada do corpus não corresponde à realização de uma nova busca bibliográfica. Trata-se de uma reanálise orientada por uma nova questão de pesquisa, destinada a aprofundar o papel das tecnologias digitais como meios sociotécnicos empregados na mobilização de recursos, na constituição de redes colaborativas e na construção de respostas às necessidades sociais em situações de crise.

O processo de revisão foi reportado conforme as diretrizes Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses - PRISMA 2020, utilizadas para conferir transparência às etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão das publicações (PAGE et al., 2021). O PRISMA foi empregado como diretriz de relato, e não como técnica de análise dos estudos.

A reanálise foi orientada pela seguinte questão:

Como a articulação entre tecnologias digitais e princípios da effectuation pode contribuir para a inclusão social e para a resiliência comunitária em contextos de crise?

Estratégia de busca

As buscas da revisão original foram realizadas entre 20 de junho e 25 de julho de 2024 nas bases Scopus, Web of Science, IEEE Xplore e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O recorte temporal compreendeu artigos publicados entre 2019 e 2024, de modo a contemplar a produção científica recente sobre tecnologias digitais, desastres, gestão de crises, populações vulneráveis e ação empreendedora sob incerteza.

Foram utilizados descritores em inglês e português, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Os termos referentes às tecnologias digitais foram articulados aos descritores relacionados à resposta a desastres, gestão de crises, inclusão, populações vulneráveis, effectuation, empreendedorismo e bricolagem. As expressões foram adaptadas às características de indexação e à sintaxe de cada base.

Quadro 1 – Descritores utilizados na busca bibliográfica

Idioma	**Descritores relacionados às tecnologias digitais**	**Descritores combinados**
Inglês	“digital technologies”; “ICT”; “social media”; “mobile”; “big data”; “machine learning”; “artificial intelligence”; “cloud computing”; “GIS”	“disaster response”; “emergency management”; “crisis management”; “inclusion”; “vulnerable populations”; “effectuation”; “entrepreneurs”; “bricolage”
Português	“tecnologias digitais”; “TIC”; “mídias sociais”; “tecnologias móveis”; “big data”; “inteligência artificial”; “computação em nuvem”; “SIG”	“resposta a desastres”; “gestão de emergências”; “gestão de crises”; “inclusão”; “populações vulneráveis”; “efetuação”; “empreendedorismo”; “bricolagem”

Fonte: Elaboração dos autores (2026), com base na estratégia de busca original.

A estrutura geral da busca em inglês foi organizada da seguinte forma:

("digital technologies" OR "ICT" OR "social media" OR "mobile" OR "big data" OR "machine learning" OR "artificial intelligence" OR "cloud computing" OR "GIS") AND ("disaster response" OR "emergency management" OR "crisis management") AND ("inclusion" OR "v ulnerable populations" OR "effectuation" OR "entrepreneurs" OR "bricolage").

A busca em português seguiu estrutura equivalente, com adaptações às possibilidades de indexação de cada base.

Critérios de elegibilidade

Foram incluídos estudos que atendessem aos seguintes critérios:

a) publicação entre 2019 e 2024;

b) avaliação por pares;

c) disponibilidade em português ou inglês;

d) abordagem de tecnologias digitais em situações de desastre, emergência, crise humanitária ou recuperação;

e) consideração de inclusão social, atendimento a populações vulneráveis, resiliência comunitária ou mobilização de recursos e redes; e

f) apresentação de evidências teóricas ou empíricas que permitissem examinar decisões e ações desenvolvidas sob condições de incerteza.

Foram excluídos registros duplicados, publicações anteriores a 2019, estudos não avaliados por pares e trabalhos sem relação substantiva com tecnologias digitais em contextos de crise. Também foram excluídas pesquisas de natureza exclusivamente técnica, concentradas no desempenho de algoritmos, sensores ou sistemas, sem discussão de implicações sociais, organizacionais, comunitárias ou institucionais.

Na reanálise desenvolvida neste capítulo, a ausência do termo effectuation não constituiu critério automático de exclusão. Foram consideradas práticas empiricamente compatíveis com seus princípios,

desde que os estudos apresentassem informações suficientes sobre recursos mobilizados, compromissos entre atores, incorporação de contingências e formas de controle construídas sob incerteza. Nesses casos, distinguiu-se o referencial empregado pelos autores dos artigos da interpretação teórica realizada no presente estudo.

Gerenciamento e seleção dos estudos

Os resultados das buscas foram importados e gerenciados no Zotero 6, com utilização de estilos bibliográficos compatíveis com a especificação Citation Style Language — CSL 1.0.2. O programa foi empregado na organização das referências, identificação de duplicatas e acompanhamento das etapas de seleção.

A busca inicial resultou em 3.965 registros. Após a remoção de 589 duplicatas, permaneceram 3.376 documentos para triagem dos títulos. Nessa etapa, foram excluídos 2.914 registros por ausência de aderência ao escopo, restando 462 estudos para avaliação dos resumos.

A leitura dos resumos resultou na exclusão de 333 registros, de modo que 129 textos foram selecionados para leitura integral. Após a reaplicação dos critérios de elegibilidade, 40 estudos foram excluídos, restando 89 publicações para avaliação crítica. Nessa última etapa, 44 estudos foram excluídos por insuficiente aderência temática, teórica ou analítica. O corpus final foi, portanto, composto por 45 artigos.

O percurso da revisão foi o seguinte:

Quadro 2 – Percurso adotado

Etapa	Quantidade
Registros identificados	3.965
Duplicatas removidas	589
Registros submetidos à triagem dos títulos	3.376
Registros excluídos após a avaliação dos títulos	2.914
Resumos avaliados	462
Registros excluídos após a avaliação dos resumos	333
Textos selecionados para leitura integral	129
Estudos excluídos após a leitura integral	40
Estudos submetidos à avaliação crítica	89
Estudos excluídos após a avaliação crítica	44

Estudos incluídos na revisão	**45**

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

Os principais motivos de exclusão nas etapas de leitura integral e avaliação crítica foram: ausência de relação substantiva com tecnologias digitais; falta de abordagem de populações vulneráveis, inclusão social ou resiliência comunitária; inexistência de avaliação por pares; publicação anterior ao período delimitado; e tratamento exclusivamente técnico das tecnologias, sem consideração de suas implicações sociais ou institucionais.

Os motivos não foram quantificados individualmente no registro original. Por essa razão, não foi realizada uma distribuição retrospectiva das exclusões entre categorias específicas. O processo completo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão é apresentado no fluxograma PRISMA.

Extração e organização dos dados

Os 45 artigos incluídos foram organizados em uma matriz analítica composta pelas seguintes informações:

- autoria e ano de publicação;
- país ou território investigado;
- área do conhecimento;
- tipo de desastre, emergência ou crise;
- população ou comunidade considerada;
- tecnologia digital utilizada;
- finalidade atribuída à tecnologia;
- atores envolvidos na resposta;
- recursos e redes mobilizados;
- princípio da effectuation identificado;
- contribuições para inclusão social e resiliência comunitária;

- barreiras de acesso e utilização;
- riscos éticos, sociais e institucionais;
- implicações para políticas públicas e gestão de crises.

A matriz permitiu comparar estudos provenientes de diferentes campos disciplinares e identificar como tecnologias semelhantes assumiam funções distintas conforme as condições territoriais, sociais e institucionais. As tecnologias digitais foram tratadas como recursos sociotécnicos, cuja contribuição depende não apenas de suas funcionalidades, mas também das condições de conectividade, acessibilidade, alfabetização digital, confiança, participação comunitária e governança.

Procedimentos de análise e síntese

A análise combinou categorização temática e síntese narrativa. Na primeira etapa, foram utilizadas categorias dedutivas derivadas dos cinco princípios da effectuation: meios disponíveis, perda aceitável, compromissos com atores autosselecionados, incorporação de contingências e controle não preditivo (SARASVATHY, 2001, 2008).

O princípio dos meios disponíveis orientou a identificação do emprego de dispositivos, conhecimentos, plataformas e relações previamente acessíveis. A perda aceitável foi utilizada para examinar experimentações graduais, reversíveis ou de baixo comprometimento inicial. Os compromissos com atores autosselecionados orientaram a análise de parcerias e redes colaborativas. A incorporação de contingências permitiu identificar adaptações decorrentes de acontecimentos inesperados. O controle não preditivo foi empregado para examinar formas de agência e participação dos atores na construção das respostas.

O conceito de diseffectuation foi utilizado como categoria interpretativa complementar para analisar situações de paralisia, ausência de mobilização, descoordenação ou emprego socialmente arriscado dos meios disponíveis. Sua utilização não pressupôs que toda falha tecnológica ou institucional representasse diseffectuation, mas permitiu examinar situações nas quais a ausência de ação ou a ação desordenada comprometeu a efetividade e a equidade das respostas.

Na segunda etapa, foram construídas categorias indutivas relacionadas às funções desempenhadas pelas tecnologias, aos resultados sociais e às barreiras identificadas nos artigos. Entre elas, destacaram-se:

- comunicação e emissão de alertas;
- circulação e validação de informações;
- identificação e mapeamento de necessidades;
- mobilização e distribuição de recursos;
- articulação entre voluntários e organizações;
- participação comunitária;
- inclusão e alfabetização digital;
- acessibilidade;
- vieses algorítmicos;
- privacidade e proteção de dados;
- desigualdades de gênero;
- justiça digital;
- apoio institucional e políticas públicas.

A síntese narrativa foi empregada para integrar estudos com diferentes abordagens, contextos, unidades de análise e desenhos metodológicos. A interpretação considerou convergências, divergências, condições contextuais e lacunas, evitando tratar a simples presença de determinada tecnologia como evidência automática de inclusão social ou resiliência comunitária.

Análise bibliométrica complementar

A análise bibliométrica foi realizada no VOSviewer, versão 1.6.20, com base na coocorrência de palavras-chave e termos presentes nos metadados dos artigos incluídos.

Adotou-se o método de contagem integral — Full Counting —, no qual cada ocorrência recebe peso completo na construção da rede. Foram testados limiares entre cinco e dez ocorrências, buscando equilibrar a inclusão de termos relevantes e a legibilidade das redes geradas. As relações entre os itens foram normalizadas pelo método Association Strength.

O mapeamento teve finalidade descritiva e exploratória. A proximidade gráfica entre os termos e a formação de agrupamentos representam padrões de coocorrência no corpus, não constituindo evidência de causalidade, correlação estatística ou validação autônoma do quadro teórico. Os mapas foram interpretados em conjunto com a leitura integral dos estudos, a matriz analítica e a categorização temática.

Construção do quadro teórico integrador

O quadro teórico integrador foi elaborado após a análise do corpus, a partir da articulação entre quatro componentes recorrentes na literatura:

1. princípios da effectuation como mecanismos de ação sob incerteza;
2. tecnologias digitais como meios sociotécnicos;
3. redes colaborativas como estruturas de mobilização e compromisso;
4. governança ética como condição para inclusão social e resiliência comunitária.

A articulação proposta não pressupõe relação causal automática entre a utilização de tecnologias e a produção de resultados sociais. O quadro orienta a compreensão das condições sob as quais práticas digitais adaptativas podem ampliar capacidades locais, bem como das circunstâncias em que podem reproduzir desigualdades, excluir grupos ou gerar respostas descoordenadas.

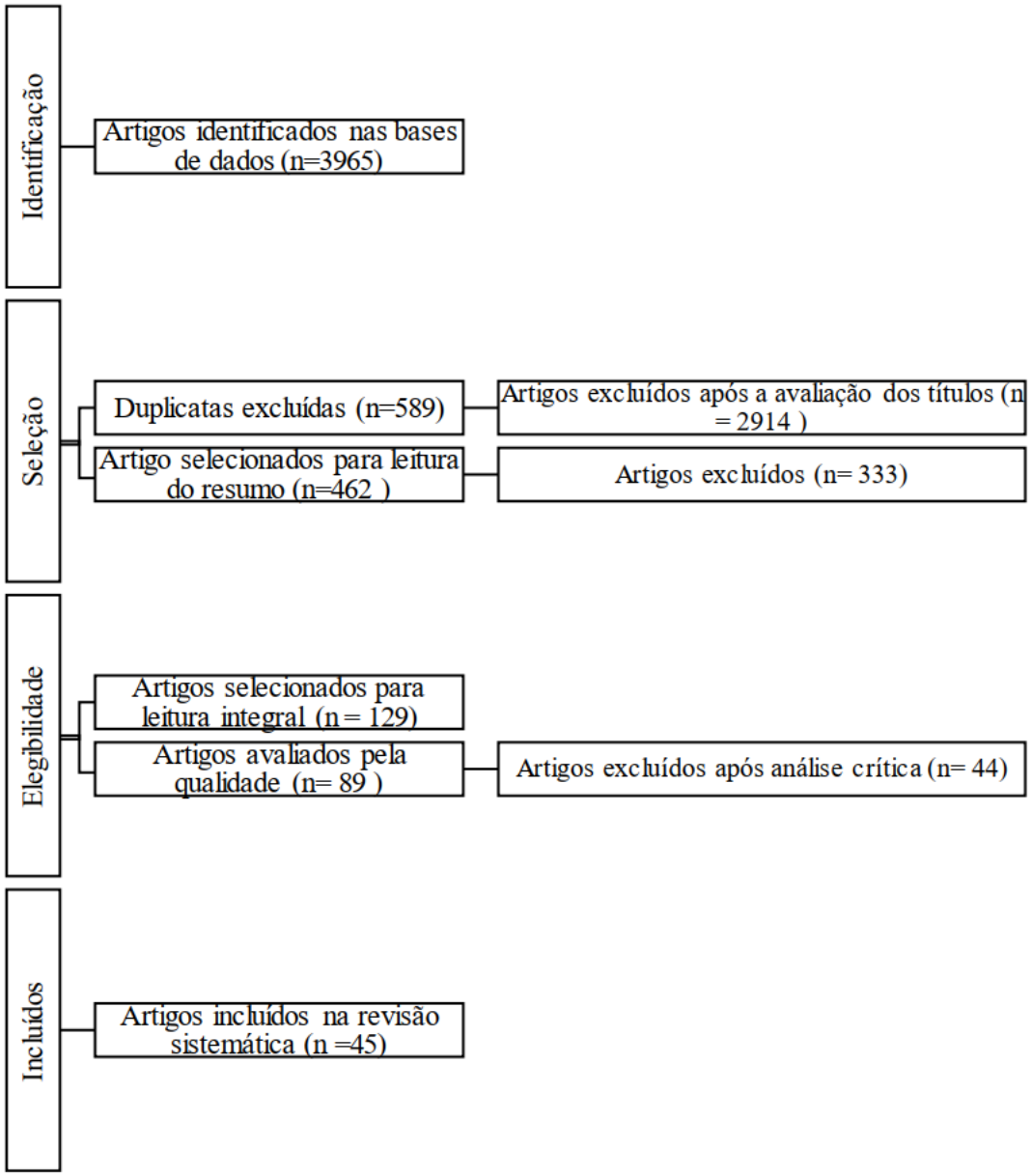
Por utilizar exclusivamente artigos científicos e dados bibliográficos de acesso público, o estudo não envolveu participantes humanos, coleta de dados pessoais ou intervenção direta, não demandando apreciação por comitê de ética em pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização e evolução do corpus

Conforme o fluxo de seleção apresentado na seção de Método, a revisão resultou em um corpus final de 45 artigos, publicados entre 2019 e 2024. A distribuição anual compreendeu três estudos em 2019, dez em 2020, nove em 2021, treze em 2022, oito em 2023 e dois em 2024. Esses dados evidenciam crescimento da produção até 2022, ano de maior concentração de publicações, seguido de redução em 2023. O número referente a 2024 deve ser interpretado com cautela, pois as buscas foram encerradas em 25 de julho daquele ano e, portanto, não contemplaram toda a produção anual. Não é possível concluir, com base nesse dado parcial, que tenha ocorrido desaceleração ou saturação do campo.

Figura 2 – Distribuição anual dos estudos incluídos no corpus, 2019 –2024



Fonte: Elaboração dos autores (2026).

O crescimento observado entre 2019 e 2022 coincide temporalmente com a ampliação das pesquisas sobre respostas organizacionais, comunitárias e tecnológicas a crises, particularmente durante a pandemia de COVID-19 e após eventos climáticos de grande impacto. Essa coincidência, entretanto, não permite estabelecer relação causal direta entre tais acontecimentos e o volume de publicações. Ela indica, de maneira mais prudente, a intensificação do interesse acadêmico por processos de adaptação, mobilização de recursos e uso de tecnologias em cenários de elevada incerteza.

A análise do corpus mostrou que as tecnologias digitais não constituem um tema periférico: inteligência artificial, big data, redes sociais, sistemas de informação geográfica, plataformas digitais e tecnologias móveis foram mencionados em mais da metade dos estudos, principalmente em associação à comunicação emergencial, ao mapeamento de riscos, à distribuição de recursos e à coordenação entre os agentes envolvidos na resposta.

Configuração interdisciplinar do campo

A distribuição das áreas do conhecimento revela a natureza multidisciplinar da produção analisada. Os estudos foram associados principalmente a Negócios, com 20 ocorrências; Ciência Política, com 18; Ciência da Computação, com 15; Geografia, com 13; Empreendedorismo, com 12; e Gestão de Emergências, com dez. Também foram identificadas associações com Economia, Direito, Medicina, Sociologia e outras áreas.

Figura 3 – Áreas do conhecimento associadas aos estudos incluídos



Fonte: Elaboração dos autores (2026).

Esses números não representam conjuntos mutuamente exclusivos, uma vez que um mesmo artigo pode estar associado a mais de uma área de conhecimento. Por essa razão, a soma das ocorrências

supera o total de 45 estudos. A figura deve ser interpretada como representação da diversidade disciplinar do corpus, e não como distribuição percentual de publicações independentes.

A diversidade observada amplia as possibilidades de compreensão dos desastres, mas não assegura, por si só, integração interdisciplinar. Os estudos da Ciência da Computação tendem a enfatizar desempenho de algoritmos, modelagem, sensores, sistemas de evacuação e processamento de dados. As pesquisas em Administração e Empreendedorismo concentram-se na mobilização de recursos, adaptação organizacional, recuperação econômica e construção de redes. Já os trabalhos vinculados à Ciência Política, à Geografia e à Gestão de Emergências ressaltam governança, território, coordenação institucional e planejamento.

O principal problema identificado não é a ausência de diferentes disciplinas, mas a limitada articulação entre suas contribuições. Soluções tecnológicas são frequentemente examinadas sem consideração suficiente das desigualdades de acesso, das capacidades comunitárias e das consequências sociais de sua implementação. Em sentido inverso, estudos sobre vulnerabilidade e resiliência nem sempre analisam os mecanismos tecnológicos que sustentam a circulação de informações, a coordenação e a tomada de decisão. O campo mostra-se, portanto, multidisciplinar em sua composição, mas ainda parcialmente fragmentado em sua integração teórica.

Tecnologias digitais como meios para a ação effectual

A reanálise do corpus indica que as tecnologias digitais não produzem inclusão social ou resiliência comunitária de maneira autônoma. Elas funcionam como meios sociotécnicos, cuja contribuição depende da forma como são mobilizadas, dos atores que participam de sua utilização e das condições institucionais e territoriais em que são inseridas.

Aplicativos de comunicação, redes sociais, sistemas de geolocalização, ferramentas de análise de dados e plataformas colaborativas foram utilizados para transmitir alertas, identificar áreas afetadas, priorizar solicitações, coordenar equipes e conectar comunidades a organizações de apoio. Purohit, Castillo e Pandey (2020), por exemplo, examinaram o emprego de técnicas de análise para classificar solicitações de serviços emergenciais publicadas em redes sociais. Tavra, Racetin e Peroš (2021) analisaram a utilização de crowdsourcing e mídias sociais no mapeamento de uma crise causada por incêndio. Wolf et al. (2022), por sua vez, abordaram tecnologias destinadas a apoiar a coordenação entre múltiplas organizações responsáveis pela gestão de incidentes.

Essas práticas podem ser interpretadas à luz dos princípios da effectuation. Essa associação decorre da reanálise desenvolvida neste capítulo e não significa que todos os estudos tenham utilizado explicitamente a teoria de Sarasvathy.

Quadro 2 – Articulação entre princípios da effectuation e aplicações digitais identificadas no corpus

Princípio da *effectuation*	**Manifestação no uso das tecnologias**	**Exemplos identificados no corpus**
Meios disponíveis (pássaro na mão)	Mobilização de dispositivos, redes, conhecimentos e plataformas já acessíveis aos atores	Uso de mídias sociais e dados disponíveis para identificar e priorizar solicitações emergenciais (PUROHIT; CASTILLO; PANDEY, 2020); emprego de mídias sociais e crowdsourcing no mapeamento de crises (TAVRA; RACETIN; PEROŠ, 2021)
Perda aceitável	Experimentações graduais, de baixo custo e passíveis de revisão antes da ampliação das soluções	Desenvolvimento de respostas digitais iterativas por empreendimentos e organizações durante situações de crise (KUCKERTZ et al., 2020; IBÁÑEZ et al., 2021)
Compromissos com atores autosselecionados (colcha de retalhos)	Formação de redes entre comunidades, organizações sociais, governos, voluntários e agentes econômicos	Coprodução e mobilização comunitária na recuperação pós-desastre (RAYAMAJHEE; STORR; BOHARA, 2021); coordenação digital entre múltiplas agências responsáveis pela gestão de incidentes (WOLF et al., 2022)
Incorporação de contingências (limonada)	Redefinição de atividades, canais e oportunidades em resposta a acontecimentos inesperados	Empreendedorismo social digital desenvolvido em resposta às necessidades surgidas durante a pandemia (IBÁÑEZ et al., 2021); iniciativas empreendedoras lideradas por mulheres em situações de desastre e recuperação (ASROFI, 2023; KHALID et al., 2024)
Controle não preditivo (piloto no avião)	Construção participativa das respostas por meio de informação local, ação coletiva e capacidade de influência sobre aspectos controláveis	Mapeamento colaborativo de riscos e necessidades (TAVRA; RACETIN; PEROŠ, 2021); uso de informações produzidas por usuários para organizar serviços emergenciais (PUROHIT; CASTILLO; PANDEY, 2020)

Fonte: Elaboração dos autores (2026), com base nos estudos incluídos na revisão.

O princípio dos meios disponíveis mostrou-se especialmente recorrente. Em situações nas quais infraestruturas formais foram interrompidas ou se revelaram insuficientes, os atores recorreram a dispositivos móveis, redes sociais, relações comunitárias e conhecimentos previamente existentes. O valor dessas tecnologias não decorreu necessariamente de sua sofisticação, mas da disponibilidade, da familiaridade de uso e da possibilidade de adaptação a necessidades imediatas.

A perda aceitável manifestou-se em iniciativas que começaram com recursos limitados, testes de pequena escala e soluções passíveis de alteração. Em contextos humanitários, contudo, essa perda

não pode ser compreendida apenas em termos financeiros. Experimentações digitais também podem produzir riscos à privacidade, à segurança, à integridade das informações e à dignidade das pessoas afetadas. A aplicação do princípio exige, portanto, limites éticos compatíveis com a vulnerabilidade das populações envolvidas.

A colcha de retalhos apareceu nas redes constituídas entre comunidades, organizações sociais, governos e voluntários. Plataformas digitais facilitaram essas conexões, mas a existência de contato tecnológico não equivale automaticamente a compromisso effectual. O compromisso pressupõe aporte de recursos, assunção de responsabilidades e possibilidade de influência sobre a resposta. Redes centralizadas, nas quais comunidades apenas fornecem dados ou recebem instruções, apresentam menor correspondência com esse princípio.

A limonada foi observada na adaptação de atividades econômicas e sociais às contingências produzidas pelas crises. A literatura sobre empreendedorismo feminino mostrou que mulheres mobilizaram relações, conhecimentos e canais digitais para preservar atividades produtivas ou desenvolver novas respostas. Entretanto, esses resultados não eliminam desigualdades estruturais de acesso a crédito, conectividade, qualificação e espaços decisórios.

O piloto no avião, por fim, permite compreender a tecnologia como instrumento de agência coletiva. Ferramentas de mapeamento colaborativo e sistemas baseados em informações geradas pelas comunidades podem ampliar o controle local sobre determinados aspectos da resposta. Esse controle permanece condicionado, entretanto, à transparência dos sistemas e à efetiva participação dos grupos afetados.

Inclusão social e resiliência comunitária como resultados condicionados

Os estudos analisados indicam que tecnologias digitais podem ampliar a velocidade da comunicação, a visibilidade das necessidades e a capacidade de coordenação. Esses efeitos operacionais, porém, não devem ser confundidos automaticamente com inclusão social. A inclusão depende da possibilidade de diferentes grupos acessarem, compreenderem, utilizarem e influenciarem as tecnologias empregadas.

A literatura recente corrobora essa interpretação. Stimpson et al. (2025) demonstram que desastres aprofundam desigualdades preexistentes e afetam desproporcionalmente mulheres, grupos de baixa renda e minorias raciais e étnicas. Ngcamu (2023) evidencia que, no Sul Global, desigualdades

socioeconômicas, políticas e de gênero reduzem a capacidade de adaptação de populações vulneráveis. Doust Mohammadi, Salmani e Farahmandnia (2024) identificam, entre imigrantes e refugiados, barreiras relacionadas ao idioma, à informação, à confiança institucional e ao acesso a redes de apoio.

Esses resultados mostram que a exclusão digital não se restringe à ausência de conexão. Ela abrange limitações de dispositivos, competências, acessibilidade, idioma, confiança, representação e proteção contra riscos. Uma plataforma pode aumentar a eficiência geral da resposta e, simultaneamente, deixar de alcançar idosos, pessoas com deficiência, comunidades rurais, migrantes ou indivíduos com baixa alfabetização digital.

A resiliência comunitária também não pode ser reduzida à retomada rápida das condições anteriores ao desastre. Quando essas condições já eram marcadas por desigualdades, retornar ao estado anterior significa restaurar a própria vulnerabilidade. A resiliência socialmente orientada envolve fortalecimento de redes, ampliação de capacidades locais, participação nos processos decisórios e construção de condições mais equitativas de recuperação.

Limites da ação adaptativa e risco de diseffectuation

A análise também identificou que improvisação, rapidez e uso intensivo de tecnologias não asseguram respostas adequadas. O conceito de diseffectuation contribui para interpretar situações em que recursos disponíveis permanecem inutilizados ou são mobilizados de modo descoordenado e socialmente arriscado.

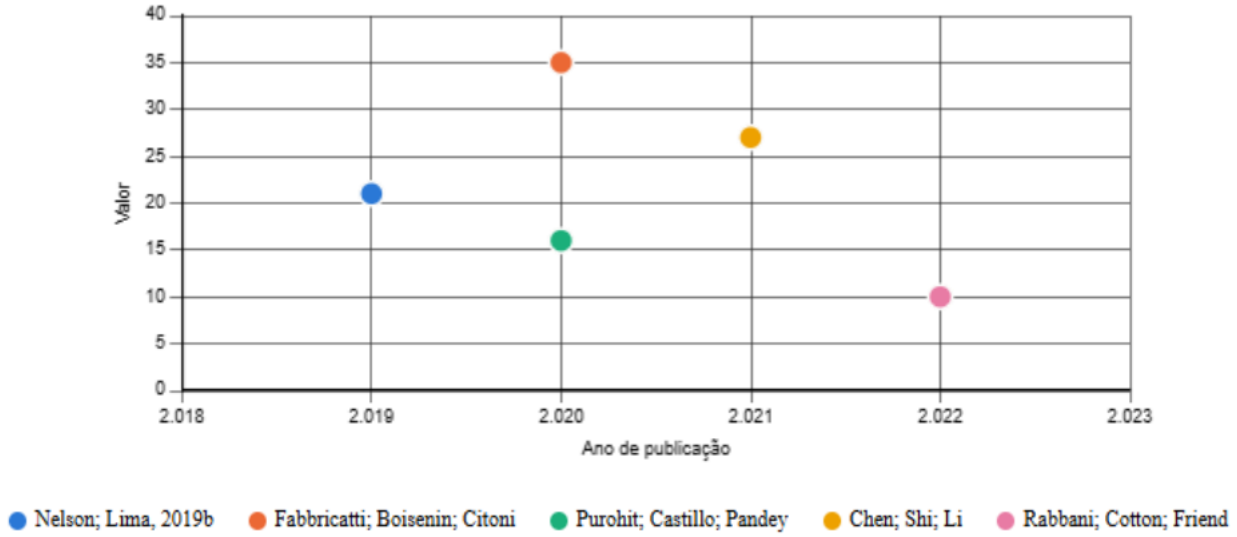
A paralisia institucional pode ocorrer quando organizações dispõem de dados, equipamentos ou relações, mas não conseguem convertê-los em ação. Em sentido oposto, respostas digitais implementadas sem validação das informações, definição de responsabilidades ou proteção dos usuários podem produzir ações precipitadas, duplicação de esforços e distribuição inadequada de recursos.

Essa distinção impede que toda ação improvisada seja tratada como manifestação positiva da effectuation. A ação effectual pressupõe aprendizagem, delimitação de perdas, construção de compromissos e ampliação progressiva do controle. A urgência não elimina a necessidade de critérios éticos, preparação técnica e coordenação institucional.

Produção científica, influência e limites dos indicadores de citação

A Figura 4 apresenta o número de citações de cinco artigos destacados na análise bibliométrica. Entre eles, Fabbricatti, Boissenin e Citoni (2020) registraram 35 citações; Chen, Shi e Li (2021), 28; Nelson e Lima (2019), 21; Purohit, Castillo e Pandey (2020), 16; e Rabbani, Cotton e Friend (2022), dez.

Figura 4 – Número de citações de cinco artigos destacados no corpus



Fonte: Elaboração dos autores (2026), com base nos dados coletados em 2024.

Esses valores devem ser interpretados apenas como indicadores descritivos referentes ao momento da coleta. Contagens de citações são dinâmicas e variam conforme a base consultada. Além disso, artigos mais antigos possuem maior tempo de exposição e, consequentemente, maior oportunidade de acumular citações. A figura não representa o impacto de todo o corpus nem permite comparar diretamente a qualidade científica das publicações.

Ainda assim, os estudos destacados mostram que a produção de maior visibilidade se concentra em diferentes núcleos: resiliência urbana, evacuação, empreendedorismo e recuperação pós-desastre, análise de solicitações em mídias sociais e relações territoriais diante das mudanças climáticas. A presença desses núcleos confirma a diversidade do campo, mas também evidencia a ausência de uma estrutura teórica amplamente compartilhada que articule ação empreendedora, tecnologia, inclusão e justiça social.

Lacunas teóricas identificadas

A reanálise permitiu identificar quatro lacunas principais. A primeira é a limitada integração entre estudos tecnológicos e abordagens sociais. Parte das pesquisas examina eficiência, precisão e velocidade dos sistemas sem analisar quem consegue acessá-los, quem participa de seu desenvolvimento e quem assume os riscos decorrentes de sua utilização.

A segunda lacuna refere-se à governança ética. Privacidade, proteção de dados, auditabilidade, responsabilização e vieses algorítmicos aparecem de maneira menos sistemática do que os aspectos operacionais das tecnologias.

A terceira diz respeito à reduzida incorporação de perspectivas interseccionais. Embora alguns estudos abordem mulheres empreendedoras, ainda é limitada a análise combinada de gênero, raça, classe, deficiência, idade, condição migratória e localização territorial.

A quarta lacuna consiste na escassez de estudos que articulem explicitamente os cinco princípios da effectuation às tecnologias digitais e aos resultados sociais. A literatura apresenta elementos compatíveis com esses princípios, mas frequentemente os examina de maneira isolada, sem explicar como meios, compromissos, contingências e formas de controle se combinam ao longo das diferentes fases de uma crise.

Síntese integradora dos resultados

Os resultados sustentam a compreensão de que a effectuation pode contribuir para explicar como tecnologias disponíveis são convertidas em respostas coletivas sob condições de incerteza. Essa contribuição, entretanto, não ocorre de modo linear. Entre o emprego de uma tecnologia e a produção de inclusão social ou resiliência comunitária existem condições intermediárias relacionadas a acesso, competências, confiança, participação, governança e apoio institucional.

O quadro teórico decorrente da análise articula quatro componentes: os princípios da effectuation como mecanismos de ação; as tecnologias digitais como meios sociotécnicos; as redes colaborativas como estruturas de mobilização e compromisso; e a governança ética como condição para resultados inclusivos. Quando esses componentes se encontram articulados, as tecnologias podem ampliar a capacidade local de resposta e recuperação. Quando permanecem dissociados, podem reproduzir exclusões, concentrar decisões ou gerar ações descoordenadas.

As implicações práticas apontam para a necessidade de políticas e protocolos que combinem conectividade, alfabetização digital, acessibilidade, canais alternativos não digitais, proteção de dados e participação comunitária. A inovação tecnológica, isoladamente, não resolve as necessidades sociais produzidas ou agravadas pelos desastres. Sua contribuição depende da capacidade de integrá-la a práticas adaptativas, relações colaborativas e formas de governança comprometidas com equidade territorial e justiça digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo analisou como a articulação entre tecnologias digitais e princípios da effectuation pode contribuir para a inclusão social e para a resiliência comunitária em contextos de crise. Os resultados indicam que a contribuição das tecnologias não decorre apenas de sua sofisticação técnica, mas da maneira como são mobilizadas por comunidades, empreendedores sociais, organizações da sociedade civil e agentes públicos diante de condições de incerteza e restrição de recursos.

A effectuation mostrou-se uma lente teórica pertinente para compreender esses processos. O princípio dos meios disponíveis explica a adaptação de dispositivos, plataformas, conhecimentos e relações previamente acessíveis. A perda aceitável orienta experimentações graduais e passíveis de revisão. Os compromissos com atores autosselecionados ajudam a compreender a formação de redes colaborativas. A incorporação de contingências evidencia como acontecimentos inesperados podem produzir redefinições de atividades e soluções. O controle não preditivo, por sua vez, destaca a capacidade dos atores de construir respostas a partir dos aspectos sobre os quais conseguem exercer influência.

A análise também demonstrou que tecnologias digitais não produzem inclusão social ou resiliência comunitária de maneira automática. Aplicativos de mensagens, redes sociais, sistemas de geolocalização, plataformas colaborativas, inteligência artificial e ferramentas de análise de dados podem ampliar a circulação de informações, o mapeamento de necessidades, a mobilização de recursos e a coordenação entre organizações. Contudo, esses benefícios dependem de conectividade, acessibilidade, alfabetização digital, confiança institucional, adequação linguística e participação das comunidades nas decisões relacionadas às tecnologias.

Nesse sentido, a inclusão digital constitui uma dimensão da inclusão social, mas não se confunde com ela. O acesso a dispositivos e à internet é insuficiente quando grupos afetados permanecem sem

capacidade de compreender as informações, participar das decisões ou influenciar a organização das respostas. A resiliência comunitária também não deve ser reduzida ao retorno rápido às condições anteriores ao desastre, sobretudo quando essas condições já eram marcadas por desigualdades. Uma recuperação socialmente orientada requer o fortalecimento de capacidades locais, redes de confiança, participação coletiva e condições mais equitativas de acesso a recursos e serviços.

A contribuição teórica do capítulo consiste na construção de um quadro integrador que relaciona quatro componentes: princípios da effectuation como mecanismos de ação sob incerteza; tecnologias digitais como meios sociotécnicos; redes colaborativas como estruturas de mobilização e compromisso; e governança ética como condição para a produção de resultados inclusivos. Essa articulação não representa uma relação causal linear. Ela permite compreender as condições sob as quais práticas digitais adaptativas pod em fortalecer capacidades comunitárias e as circunstâncias em que podem reproduzir desigualdades ou gerar respostas descoordenadas.

A análise revelou, ainda, que rapidez, improvisação e mobilização tecnológica não constituem necessariamente ações effectuais adequadas. O conceito de diseffectuation contribui para explicar situações de paralisia institucional, ausência de coordenação ou utilização precipitada de recursos digitais. A ação sob incerteza exige limites éticos, avaliação dos riscos, definição de responsabilidades e proteção das populações afetadas. Em contextos humanitários, a perda aceitável não pode ser calculada apenas em termos financeiros, devendo incluir riscos à privacidade, à integridade física, à segurança informacional e à dignidade dos indivíduos.

As implicações práticas apontam para a necessidade de políticas públicas e protocolos que combinem infraestrutura de conectividade, alfabetização digital, acessibilidade, proteção de dados e participação comunitária. Sistemas digitais destinados à gestão de crises devem oferecer canais alternativos para pessoas sem acesso à internet ou com limitações de uso. Algoritmos empregados na classificação de demandas e na distribuição de recursos precisam ser transparentes, auditáveis e sensíveis às desigualdades territoriais e sociais. A governança das plataformas também deve incluir mecanismos de responsabilização e formas efetivas de participação das comunidades afetadas.

A dimensão de gênero merece atenção particular. Os estudos indicam que mulheres empreendedoras desempenham funções relevantes na mobilização de redes, geração de renda e reconstrução comunitária, mas enfrentam barreiras de acesso a crédito, capacitação, conectividade e espaços de decisão. A presença de iniciativas lideradas por mulheres não significa, isoladamente, superação das

desigualdades. Políticas e soluções digitais precisam considerar como gênero se articula a raça, classe, deficiência, idade, localização territorial e condição migratória.

Limitações do estudo

Os resultados devem ser interpretados à luz de algumas limitações. A primeira decorre do recorte temporal entre 2019 e 2024, que favoreceu a análise da produção recente, mas pode ter excluído contribuições anteriores relevantes. Além disso, as buscas foram encerradas em 25 de julho de 2024; por essa razão, a produção desse ano foi considerada apenas parcialmente.

A segunda limitação refere-se às bases consultadas e aos idiomas selecionados. A utilização da Scopus, Web of Science, IEEE Xplore e Portal de Periódicos CAPES, com inclusão apenas de estudos em português e inglês, pode ter deixado de contemplar trabalhos indexados em outras bases ou publicados em idiomas relevantes para regiões frequentemente afetadas por desastres.

A terceira limitação está relacionada à heterogeneidade do corpus. Os 45 estudos analisados apresentam diferentes objetos, contextos territoriais, tecnologias e desenhos metodológicos. Essa diversidade favoreceu uma compreensão interdisciplinar, mas inviabilizou a comparação direta dos resultados e a realização de uma metanálise. A síntese narrativa identifica padrões e relações conceituais, mas não permite estimar a magnitude dos efeitos das tecnologias sobre inclusão social ou resiliência comunitária.

A quarta limitação decorre da utilização dos princípios da effectuation como categorias interpretativas. Parte dos artigos não empregou explicitamente essa teoria. A associação entre determinadas práticas e os princípios effectuais representa, nesses casos, uma interpretação realizada pelos autores do capítulo, e não uma classificação originalmente proposta pelos estudos analisados.

A quinta limitação refere-se à reanálise de um corpus previamente constituído. Embora a nova questão de pesquisa e as categorias analíticas diferenciem este capítulo da revisão original, os resultados permanecem condicionados à estratégia de busca e aos critérios de seleção empregados na formação inicial do corpus.

Por fim, a análise bibliométrica foi utilizada com finalidade descritiva e exploratória. Os mapas de coocorrência e as contagens de citações não demonstram relações causais, qualidade científica ou

influência social dos estudos. As citações também variam ao longo do tempo e conforme a base consultada.

Agenda de pesquisas futuras

Pesquisas futuras podem testar e refinar o quadro teórico proposto por meio de estudos de casos múltiplos, pesquisas longitudinais e métodos mistos. A comparação entre diferentes fases dos desastres — preparação, resposta emergencial, recuperação e reconstrução — pode esclarecer quais princípios da effectuation são mobilizados em cada momento e sob quais condições produzem resultados inclusivos.

Também são necessários estudos que incluam diretamente as perspectivas das populações afetadas, especialmente mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, comunidades rurais, indígenas, migrantes e refugiados. Abordagens participativas podem contribuir para compreender não apenas se as tecnologias funcionam, mas para quem funcionam, quem permanece excluído e como as decisões sobre seu desenvolvimento e uso são distribuídas. Outra frente relevante envolve a avaliação de sistemas baseados em inteligência artificial, considerando vieses algorítmicos, auditabilidade, privacidade e responsabilização. Estudos comparativos sobre soluções de baixo custo e tecnologias mais complexas podem indicar em quais situações a simplicidade, a familiaridade e a adequação territorial geram resultados superiores à adoção de sistemas tecnologicamente sofisticados.

Conclui-se que a contribuição das tecnologias digitais para a inclusão social e para a resiliência comunitária depende de sua articulação com práticas adaptativas, redes colaborativas e formas de governança comprometidas com equidade. A effectuation ajuda a explicar como os atores constroem respostas possíveis com os meios disponíveis, mas não substitui políticas públicas, infraestrutura e proteção institucional. A transformação digital em contextos de crise somente poderá ser considerada socialmente relevante quando ampliar capacidades locais sem reproduzir as desigualdades que tornam determinados grupos mais expostos aos desastres.

REFERÊNCIAS

ASROFI, Dien Amalina Nur; PRATOMO, Devanto Shasta; PANGESTUTY, Farah Wulandari. Natural disasters and women entrepreneurs during the COVID-19 pandemic in Indonesia. Asia Pacific Journal of Management and Education, v. 6, n. 1, p. 69–78, 2023. DOI: https://doi.org/10.32535/apjme.v6i1.1945.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Estado do clima, extremos de clima e desastres no Brasil em 2025. v. 2. São José dos Campos: Cemaden, 2026.

CHEN, Jieyu; SHI, Tianxing; LI, Nan. Pedestrian evacuation simulation in indoor emergency situations: approaches, models and tools. Safety Science, v. 142, art. 105378, 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ssci.2021.105378.

DI DOMENICO, MariaLaura; HAUGH, Helen; TRACEY, Paul. Social bricolage: theorizing social value creation in social enterprises. Entrepreneurship Theory and Practice, v. 34, n. 4, p. 681–703, 2010. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00370.x.

DOUST MOHAMMADI, Mohammad Mahdi; SALMANI, Ibrahim; FARAHMANDNIA, Hojjat. Social vulnerabilities among immigrants and refugees in emergencies and disasters: a systematic review. Frontiers in Public Health, v. 11, art. 1235464, 2024. DOI: https://doi.org/10.3389/fpubh.2023.1235464.

FABBRICATTI, Katia; BOISSENIN, Lucie; CITONI, Michele. Heritage community resilience: towards new approaches for urban resilience and sustainability. City, Territory and Architecture, v. 7, art. 17, 2020. DOI: https://doi.org/10.1186/s40410-020-00126-7.

IBÁÑEZ, María J.; GUERRERO, Maribel; YÁÑEZ-VALDÉS, Claudia; BARROS-CELUME,

Sebastián. Digital social entrepreneurship: the N-Helix response to stakeholders' COVID-19 needs. The Journal of Technology Transfer, v. 47, n. 2, p. 556–579, 2022. DOI: https://doi.org/10.1007/s10961-021-09855-4.

KHALID, Rimsha; RAZA, Mohsin; PIWOWAR-SULEJ, Katarzyna; GHADERI, Zahed. There is no limit to what we as women can accomplish: promoting women's entrepreneurial empowerment and disaster management capabilities. Journal of Hospitality and Tourism Insights, v. 8, n. 2, p. 393–419, 2025. DOI: https://doi.org/10.1108/JHTI-12-2023-0959.

KUCKERTZ, Andreas et al. Startups in times of crisis: a rapid response to the COVID-19 pandemic. Journal of Business Venturing Insights, v. 13, art. e00169, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jbvi.2020.e00169.

LIMA, Edmilson de Oliveira. Empreender com modos não schumpeterianos (ou alternativos): efetuação e bricolagem para superar crises. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 11, n. 3, art. e2344, 2022. DOI: https://doi.org/10.14211/ibjesb.e2344.

LUCIANO, Fábio; LIMA, Edmilson de Oliveira. Entrepreneurship and natural disasters: adaptive leadership and community resilience. The Cyrus Global Business Perspectives, v. 9, p. 94–108, 2025. DOI: https://doi.org/10.52212/CGBP2025-V9i1m6.

NADKARNI, Swen; PRÜGL, Reinhard. Digital transformation: a review, synthesis and opportunities for future research. Management Review Quarterly, v. 71, n. 2, p. 233–341, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/s11301-020-00185-7.

NELSON, Reed; LIMA, Edmilson. Effectuations, social bricolage and causation in the response to a natural disaster. Small Business Economics, v. 54, n. 3, p. 721–750, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s11187-019-00150-z.

NGCAMU, Bethuel Sibongiseni. Climate change effects on vulnerable populations in the Global South: a systematic review. Natural Hazards, v. 118, p. 977–991, 2023. DOI: https://doi.org/10.1007/s11069-023-06070-2.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ, v. 372, art. n71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71.

PUROHIT, Hemant; CASTILLO, Carlos; PANDEY, Rahul. Ranking and grouping social media requests for emergency services using serviceability model. Social Network Analysis and Mining, v. 10, art. 22, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s13278-020-0633-3.

RABBANI, M. M. Golam; COTTON, Matthew; FRIEND, Richard. Climate change and non-migration: exploring the role of place relations in rural and coastal Bangladesh. Population and Environment, v. 44, n. 1–2, p. 99–122, 2022. DOI: https://doi.org/10.1007/s11111-022-00402-3.

RAYAMAJHEE, Veeshan; STORR, Virgil Henry; BOHARA, Alok K. Social entrepreneurship, co-production, and post-disaster recovery. Disasters, v. 46, n. 1, p. 27–55, 2022. DOI: https://doi.org/10.1111/disa.12454.

SARASVATHY, Saras D. Causation and effectuation: toward a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency. Academy of Management Review, v. 26, n. 2, p. 243–263, 2001. DOI: https://doi.org/10.5465/amr.2001.4378020.

SARASVATHY, Saras D. Effectuation: elements of entrepreneurial expertise. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

STIMPSON, Jim P. et al. Health equity in the wake of disasters and extreme weather: evidence from an umbrella review. Health Affairs Scholar, v. 3, n. 11, art. qxaf207, 2025. DOI: https://doi.org/10.1093/haschl/qxaf207.

TAVRA, Marina; RACETIN, Ivan; PEROŠ, Josip. The role of crowdsourcing and social media in crisis mapping: a case study of a wildfire reaching Croatian City of Split. Geoenvironmental Disasters, v. 8, art. 10, 2021. DOI: https://doi.org/10.1186/s40677-021-00181-3.

WOLF, Kristina et al. Towards a digital twin for supporting multi-agency incident management in a smart city. Scientific Reports, v. 12, art. 16221, 2022. DOI: https://doi.org/10.1038/s41598-022-20178-8.

Capítulo 7

10.37423/260711159

A ESTÉTICA DO BELO NA SOCIEDADE DO DESEMPENHO E O APAGAMENTO DOS SENTIDOS DA SAÚDE

Virgilio Magalde de Azevedo *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

RESUMO

Este artigo apresenta e analisa o tema da “saúde perfeita” na concepção do “saudável” e do “belo-liso” na pós-modernidade. Na introdução é apresentado o conceito estético do “saudável” e do belo como o primado fundamental dos discursos neoliberais. Na primeira parte do artigo, é abordado o sentido do corpo e da saúde ligado a um ideal de transcendência e perfeição; assim como o fenômeno contemporâneo de estetização da saúde e sua ligação com a produção de desejo. Na segunda parte, pretende-se demonstrar que o conceito do saudável transformou-se em um contágio na atualidade aliado a um discurso midiático e neoliberal de um padrão anatômico-corporal de beleza, aptidão e autoaperfeiçoamento. Ademais, seus desdobramentos no contexto brasileiro, em especial no campo da saúde coletiva. Por fim, é destacado o impacto desse significado particular de saúde entendido como uma estética de consumo, enfatizando o seu afastamento da dimensão clínica, social e funcional da saúde ao seguir padrões e tendências mercadológicas.

Palavras-chave: Saudável, Corpo, Ciências Sociais.

1 INTRODUÇÃO

O termo saudável tem sido utilizado para descrever práticas, hábitos e características de corpos e produtos ligados a um ideal de qualidade de vida. O termo teve origem na literatura médica como um conceito relacionado ao bem-estar e a um padrão de efetividade do corpo humano. A saúde é conhecida atualmente como um estado perfeito de bem-estar físico, mental e social segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Tal definição retira a saúde de um patamar de ausência de doença, ligada prioritariamente ao corpo físico, para uma posição mais abrangente e mais abstrata.

Na pós-modernidade — conceito que representa a estrutura sociocultural dos anos 80 até a atualidade — novos sentidos surgiram ligados ao hiperconsumo, instantaneidade, individualismo, hiper-realismo e tendências estéticas. A saúde aproximou-se ao fitness, desempenho, aprimoramento e ao belo. Ademais, novas metodologias foram incorporadas para qualificar esse estado de agradabilidade de vida, assim como outras áreas adentraram a esse campo de estudo. A saúde hoje não pertence apenas a medicina, mas a conteúdos transdisciplinares e grupos multidisciplinares que parecem expandir a cada dia ao passo de seus conhecimentos.

Historicamente, os sentidos do corpo foram construídos de acordo com os sonhos e angústias de cada época. Do mundo dos objetos tornou-se sujeito, de pura carne para um aparato simbólico e culturalmente construído, de algo menor para um local de encontro e modelagem de poderes, um Eu-biológico-político-social. Na contemporaneidade passa a ser reconhecido, assumido, cultivado, aperfeiçoado, cultuado e glorificado. Conforme Eco (2004), sua beleza agora é reproduzível, perecível e reflete a idealização de uma imagem idealizada, riqueza e poder. Esse cardápio de possibilidades corporais se deve principalmente a ciência que alcançou a biologia e patologia celular, decifrou o código genético e criou tecnologias protéticas e farmacológicas.

Na atualidade, estaríamos almejando o pleno domínio do corpo e sua manipulação para aptidões sociais. A possibilidade de permanecer vivo, belo, magro e jovem encanta boa parte de uma sociedade e gera um mercado biotecnocientífico. Apesar disso, percebe-se que estamos longe da perfeição na saúde e na erradicação das doenças. O culto da performance, do aperfeiçoamento e de um modelo corporal fitness deram origem a novas patologias sociais, a outras epidemias como a ansiedade, insônia, anorexia, bulimia, obesidade e transtornos.

Esse artigo objetiva analisar o tema saúde perfeita com o foco no processo de contágio do uso do conceito "saudável" e no discurso de exaltação do belo. Entendendo esse como um padrão de

identidade de um ser saudável ligado a um gosto e a um objeto de consumo. Assim, para uma parcela significante da população, a saúde se expressa não como uma condição clínica, mas sim estética. É o visual, tato, gosto, cheiro e a escuta os responsáveis por esse prazer de positividade do ser saudável. Uma harmonia a um modelo anatômico socialmente aceito e cultuado.

2 O CORPO E A SAÚDE PERFEITA

Durante a história da humanidade, os sentidos do corpo e da saúde foram se atualizando e adaptando conforme ampliavam os saberes, em particular a filosofia e ciência. A forma de viver e conviver de cada sociedade criou concepções, preceitos e tabus para tratar de algo tão concreto do ser humano: o seu corpo. Em consequência, as condições do estado vital foi tema dos mais variados conhecimentos, do empírico ao religioso, levando a prescrição de práticas corporais, exercícios espirituais e de cultura de si.

No século XX, fica mais destacada a preocupação com a saúde, demasiadamente mais do que com a doença. Segundo Corbin, Courtne e Vigarello (2020), a palavra-chave do século XVIII foi a felicidade, do século XIX a liberdade e a do XX a saúde. É importante pontuar que, em 1949, o direito à saúde foi reconhecido como um novo direito ao homem pela OMS. Um novo patamar foi alcançado e “a saúde passou a ser a verdade e também utopia do corpo, aposta da ordem social e de uma ordem internacional futura, mais equitativa e mais justa, no conjunto do mundo” (Corbin, Courtne e Vigarello, 2020, p. 18). Nesse sentido, os médicos passaram a ditar as regras e intermediar a gestão dos corpos na sociedade. O Estado, a saúde púbica, a demografia, a epidemiologia, a higienização e a medicina foram aliados nessa nova administração e controle social.

Nesse cenário, Georges Canguilhem estudou a normalidade, a patologia e o risco. Ele definiu o corpo, sua forma e funções, como uma "expressão dos modos de viver socialmente adotados no meio" (Canguilhem, 2007, p. 232). Afirmou ainda que, a doença não se trataria de um estigma, mas uma característica de um certo modo de viver; e que as enfermidades são princípios dos testes e formas de reforço das defesas do organismo. O autor sustentou que seria a individualidade de cada corpo, por ser uma potência vital, que produziria o processo de normatividade e não o contrário, os corpos não precisariam se adequar ou afastar das normas. Dessa forma, para Canguillhem (2007), não há algo normal ou patológico em si. A doença é um viver uma vida diferente, um fenômeno da época, e a saúde é uma abertura ao risco, uma capacidade humana de lidar com novas situações da vida, que por

si só é uma indeterminação. A saúde é expansão, o ato da vida acontecendo em conjunto com as suas crises (doenças, bactérias, vírus, fraturas, movimentos, etc).

Após difundidos os estudos do caráter social da noção de pessoa, dos sentimentos, dos usos do corpo, e também o normal e o patológico no campo de poder da medicina, outro pensador elaborou sobre o corpo e os poderes exercidos sobre ele. Michel Foucault pesquisou sobre o controle de comportamentos, a regulação e normalização de corpos por instituições da sociedade. O corpo como objeto a ser reprimido e adestrado para atender as necessidades de um poder. Os estudos de Foucault buscaram compreender as mudanças sociais no corpo; no sentido de como um local de controle, suplícios e penas se torna um local de formação, correção e reforma.

> O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo. [...] Como resposta a revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma do controle-repressão, mas de controle-estimulação. [..] Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder. [..] Eu penso que, do século XVIII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo devia ser denso, rígido, meticuloso. Daí esses terríveis regimes disciplinares [..]. E depois, a partir dos anos 1960, percebeu-se que este poder rígido não era tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. [...] Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual (Foucault, 2006, p.145-147).

Nessa linha de pensamento, Foucault estudou estratégias e práticas utilizadas pelo poder para moldar os indivíduos da escola até a fábrica. Num segundo momento, a biopolítica dos corpos torna o seu foco; ponto onde ocorre a gestão política da vida por meio de programas de administração da saúde, da alimentação, da educação, da sexualidade, da natalidade, da higiene, etc. O corpo se torna um foco de resistência a esse poder ético-econômico-político da vida.

Esses fenômenos conduziram também a uma gestão do padrão estético do copo, ou melhor, uma transformação e adaptação ao belo. Desse modo, com o passar do tempo, essa beleza "começa a ser trabalhada, construída de modo a atender a demanda da industrialização, o corpo começa a se adequar a essa nova ordem social que preza a forma e a função, afinal, ele é uma peça importante nessa engrenagem" (Ferreira, 2010). Assim, a arte, a estética e as novas dinâmicas sociais fizeram do corpo mais um mercado de massa serializado de iguais.

Para compreender essa progressão de sentidos do corpo, basta verificar que o corpo é constitutivo para a ação do ser humano e é o eixo de sua relação com o mundo. Ademais, segundo Breton (2021), a existência é um mover-se corporalmente em um tempo-espaço. Dessa forma, cada indivíduo vive uma realidade corporal e concebe o corpo que habita, sendo essa uma noção intimamente ligada a

um coletivo. Ou seja, dependente de um significado pré-concebido pela coletividade. O corpo se faz por uma inscrição simbólica, por isso passa-se a exigir uma maior consciência aos condicionantes culturais e sociais que o moldam.

De acordo com Baudrillard (2005), o corpo na pós-modernidade é o significante do status social, o mais belo objeto do investimento individual e social, a nova retórica da alma e a liberdade como uma prática de consumo. Outrossim, é possível classificar o corpo como um acessório imperfeito, uma prótese a ser corrigida, um kit a ser melhorado, um rascunho a ser finalizado ou até descartado (Breton, 2013). Nessa perspectiva, em um futuro, poderíamos dar adeus ao corpo.

Para compreender essa dinâmica, basta verificar o que diz Sfez (1996) ao trazer o termo Grande Saúde para explicar esse humano novo que estaria próximo à imortalidade e que o corpo seria assunto da ciência por ser apenas um mal com o qual nascemos. Uma utopia do corpo, onde essa matéria deveria ser substituída e purificada por transplantes e retirada de órgãos. O autor em uma entrevista diz: "Desde o começo da humanidade sonha-se com isso. Nunca sofrer e nunca morrer. Ou seja, obter a imortalidade. É o que precisamente a técnica pretende poder dar ao homem" (Larangueira, 2018, p. 6). A nova saúde é a quase imortalidade e se chama perfeição.

Carregando também uma certa aparência de liberdade, o corpo e a saúde recebem novas qualificações que vão além das normatividades. De acordo com Bauman (2001), o corpo é o instrumento físico, visível e percebível do que somos para podermos conhecer e reconhecer mundo. Já saúde seria um padrão em que uma sociedade impõe aos indivíduos a seguir como um ideal de aptidão ou fitness. Ademais, "refere-se a uma condição corporal e psíquica que permite a satisfação das demandas do papel socialmente designado e atribuído" (Bauman 2001, p. 75). O Estado impõe um padrão e o regime — regulamentos, leis, normas e cartilhas — possibilita essa vontade.

Bauman (2001) alerta para a diferença entre o saudável e fitness, a primeira diz respeito a capacidade de desempenhar bem algo seguindo determinadas normas ou normatividades; já a segunda, é sobre superar e enfrentar o novo e surpreendente, quebrando normas e padrões. Essa aptidão exige outro corpo: maleável, ajustável, aperfeiçoável e expansível. Dessa forma, tudo pode ser modificado; assim, o autocuidado e a vigilância tornam-se uma guerra infindável contra uma imaginável doença ou limite corpóreo. A saúde passa a ser um tipo de ansiedade insaciável em um corpo, característica de uma sociedade com infinitas e indefinidas possibilidades. Na mesma ideia da ficção do Dr. Knock de Romains (1924): o ser saudável nessa sociedade seria um tipo de doente que se ignora?

É possível perceber que essa dicotomia saúde-doença se tornou insuficiente para conceituar os fenômenos e experiências no corpo humano. Há, segundo Scliar (2007), diferentes níveis ou graus de condições de saúde em que o indivíduo pode estar. Nessa perspectiva, é possível acrescentar os saberes de outras culturas e filosofias historicamente diminuídas e ignoradas; onde, por exemplo, a saúde ou o saudável poder significar Axé[1]. Entretanto, é importante ressaltar que o risco de retirar a saúde do campo concreto é a abertura ao mar de possibilidades infinitas de um mercado na pós-modernidade.

3 A ESTETIZAÇÃO DA SAÚDE

De acordo com a breve apresentação, as ideologias de corpo, saúde e beleza adotados pela sociedade atual são tributárias da filosofia, ciência, medicina, higiene, indústria e arte passadas. Admitindo-se que "não se conhece sociedade sem modelo ideal de beleza, sem valorização e desejabilidade do belo" (Lipovetsky e Serroy, 2015, p.353). O desenvolvimento desses campos não necessariamente criou um estado de perfeição do corpo e da saúde ou de uma beleza sublime. Entretanto, promoveu avanços no combate a determinadas doenças que diminuam a expectativa de vida da população e debilitavam as camadas sociais trabalhadoras e mais pobres — a exemplo da tuberculose, peste bubônica, cólera, febre amarela, tifo, sarampo, etc. Dessa forma, se a beleza ideal não era acessível a todos, pelo menos o corpo era amenizado e certas deformações corrigidas a um melhor possível.

Nessas condições, a transformação do ser humano e suas relações a um estilo, beleza e gosto — ligadas a uma harmonia, beleza e bem-viver — tornou-se cada vez mais possível e desejável. O sistema capitalista e o seu ideal de progresso proliferou novos consumos com produtos, serviços e suas publicidades que iam além de uma classe social, formando uma sociedade biotecnológica de mercados (Tucherman, 2019). Todo um maquinário de produção de desejos produziu imagens sobre o que deveria ser o corpo na pós-modernidade. Com um certo grau de obediência, seguimos tendências, como adianta Crary:

> Mesmo na ausência de qualquer obrigação, escolhemos fazer o que nos mandam fazer; permitimos que nossos corpos sejam administrados, que nossas ideias, nosso entretenimento e todas as nossas necessidades imaginárias sejam impostos de fora. Compramos produtos que nos foram recomendados pelo monitoramento de nossas vidas eletrônicas, e voluntariamente oferecemos feedbacks a respeito do que compramos. Somos o sujeito obediente que se submete a todas as formas de invasão biométrica e de vigilância. E que ingere comida e água

[1] Comer saudável ou comer com axé? Disponível em: https://online.fliphtml5.com/flqbb/jokf/#p=4 Acesso em: 07 ago 2025

> tóxicas. E vive, sem reclamar, na vizinhança de reatores nucleares. Um bom indicador dessa abdicação completa da responsabilidade pela própria vida são os títulos dos best-sellers que nos dizem, com uma fatalidade sombria, quais os mil filmes que devemos ver antes de morrer, os cem destinos turísticos que devemos visitar antes de morrer, os quinhentos livros que devemos ler antes de morrer. (Crary, 2014, p. 68-69)

Todas essas sugestões-coerções aliadas a produtos sedutores, veiculadores de afetos e sensibilidades, moldam um universo estético de possibilidades. No mundo hodierno, a beleza — longe de representar um aspecto divino — é uma forma de cuidado de si. Exemplificado no ditado popular que diz "não existe mulher feia — apenas preguiçosa"[2], sua versão financeira "não existe mulher feia e sim pobre" e a publicitária "não existe mulher feia, existe mulher que não conhece os produtos Jequiti"[3]. Entretanto, quanto mais estreito é o padrão – tanto da beleza, quanto da saúde – mais amplificado fica a quantidade de pessoas fora desses moldes, tornam-se maiores as suas “feiuras” e doenças. Apesar o vasto consumo, a sensação de estar saudável, de bem-estar e satisfação com a aparência parece não ser frequente em relação a tudo que foi construído até aqui. E, como afirmam Lipovetsky e Serroy (2015), não há duvidas que a "ditadura da beleza" e o desejo obcecado pela aparência estão longe de serem temas conclusos desse século.

Frente a esse cenário, é necessário pensar nessa noção de progresso da saúde que gera uma sociedade cansada, ansiosa e viciada em medicamentos, uma sociedade de um belo que progride também na obesidade (Bosi; Prado; Amparo-santos, 2019). Quanto mais saudável e belo o ser humano, mais os desequilíbrios e imperfeiçoes o obcecam, podendo gerar patologias como a síndrome de desarmonia corporal[4]. No belo sua forma é otimizada e não suporta negatividades. Toda dor, dificuldade, rugosidade, aspereza, relevo abrupto, resistência e imperfeição devem ser extraídos por meio de atividades físicas, nutrição, fármacos e intervenções cirúrgicas. No entanto, essa forma de pensar não é ao acaso ou gratuita, mas sim "fruto de uma racionalidade científica que se tornou hegemônica e reproduz essa mentalidade" (Ferreira, 2010, p. 199-200)

É importante ressaltar que noção de beleza está ligada diretamente a uma perfeição, recaindo também a um ideal de saúde perfeita. O perfectum é aquilo realizado em plenitude, onde nada lhe falta ou sobra, sendo vinculado a uma transcendência. Segundo Han (2019), o corpo é terno, belo e gracioso

[2] Embora não seja o foco deste trabalho, vale salientar a visão sexista referente à linguagem desse ditado que representa o regime patriarcal de poder sobre o corpo feminino que dita seus significados, modos, contornos e valores.
[3] Bordão atribuído ao comercial da empresa de cosméticos Jequiti. Comercial Jequiti: Não existe mulher feia (SBT, 2016) Disponível em: https://www.dailymotion.com/video/x479f2t Acesso em: 07 set 2024
[4] Disponível em: https://www.terra.com.br/amp/noticias/ozonioterapia-e-apresentada-como-opcao-para-sindrome-da-desarmonia-corporal,e6aefd4c13f42a918cb43ff11f77235fiua5127s.html Acesso em: 07 set 2024.

quando é formado por partes lisas que não apresentam qualquer aspereza ou que confundam os olhos, ou seja, é na pele lisa que mora o belo. Nessa superfície, o prazer é encontrado na beleza visual, no cheio, no gosto, na escuta, e também no tato.

Para compreender essa dinâmica, basta verificar o crescente mercado de produtos para hidratações e oleações; condicionamentos e alisamentos capilares; maquiagens e cosméticos; depilações; peelings; lazers estéticos; tratamentos para remoção de varizes, microvasos e "pés de galinha"; aplicação de toxina botulínica; biostimuladores de colágeno; as próteses de silicone de mama, glúteos e panturrilha; as plásticas faciais; a lipoaspiração; otoplastias e rinoplastias; cirurgias odontológicas; lentes de contato dental; cirurgias para eliminação de camadas de gordura, pele, rugas, cicatrizes, papada, verrugas e marcas sinais; escrotoplastia ou harmonização escrotal para redução de rugosidades; entre outras. O belo é um perfume harmônico, simétrico, proporcional e equilibrado que abafa os mais variados odores corporais para deixar uma única fragrância artificial de mercado. É uma afirmação da vida que nega a vida como uma pulsão de morte, ou seja, uma patologia.

Apesar da promessa de salvação pela estética, o belo possui alguns “efeitos colaterais” como anestesiamento e adormecimento; já que, ao banir o não-ideal e o não-idêntico, não admite a surpresa e a estranheza. Não há abertura para a vista, que pressupõe sensibilidade e vulnerabilidade; ou, como afirma Byung-Chul Han, "não há verdade no inferno do igual" (Han, 2019, p.52). Se tudo é igual, nada difere, nada estimula os nossos sentidos. Como o mito do Narciso, que se fixa e se perde em seu próprio reflexo, adormecendo para o mundo. Dizendo de outra maneira, “é que Narciso acha feio o que não é espelho”[5] e tudo que não é a imagem do belo não lhe interessa; entretanto, no belo não há alteração de estado. O apaixonamento brutal por uma imagem de si o consome. No final, padece por faltar o gosto e o prazer; onde a vida precarizou, transformou-se em admirar e idolatrar a sua imagem.

O desgosto – e também as variações como desagrado, dissabor, desprazer e insatisfação – pode ser um mal atual dessa sociedade do espetáculo (Debord, 1997). Vale ressaltar que o narciso não é um caso de amor interior ou de paixão por si, mas por sua representação. É o que se parece no real: não estaríamos satisfeitos com a nossa saúde ou beleza, pois teríamos no imaginário um ideal de perfeição e é por ele que nos apaixonamos. A vida se converte em uma busca em atingir esse ideal com as possibilidades que podemos e em um mercado que beira a infinidade de tecnologias e práticas. A

[5] VELOSO, Caetano. Sampa. Disponível em: https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/41670/ Acesso em: 23 ago 2024.

insatisfação gera um desejo pela felicidade, assim “aumenta-se a pressão da equação: promessa de Felicidade e Beleza = Consumo” (Kutscka, 1993, apud Andrade e Bosi, 2003, p. 120).

Nessa nova ordem, a quantidade de novidades e diversidades para resolver as necessidades de consumo da população não parece ter fim. No mundo todo, para cada necessidade, um novo mercado “glocal” é formado, como exemplificam Lipovetsky e Serroy:

> Na Índia, proliferam os salões de beleza e as clínicas de cirurgia estética, ao mesmo tempo que os produtos cosméticos, os shakes, as academias; acompanha a obsessão pela cor da pele um forte consumo de cremes industriais clareadores. A China também presencia uma explosão do consumo de produtos cosméticos, dos cuidados com o corpo (massagens, esmaltação e alongamento das unhas) e da cirurgia estética (em particular desbridar os olhos e encompridar o nariz): lá, existe até um concurso de Miss Cirurgia Estética. Na África se propaga a mania dos produtos que embranquecem a pele, e na Jamaica existe o concurso da mais linda moça que clareia a pele, “the finest bleacher”. Essa dinâmica tem cada vez menos exceções. Assim, as mulheres iranianas não devem se maquiar, usam véu e roupas largas; em compensação, proliferam as operações estéticas (em particular a rinoplastia), os institutos de beleza e os centros de bronzeamento. Em toda parte, é o mesmo modelo consumista e ativista da beleza (consumo cosmético, exercícios físicos, cirurgia estética) que se difunde no planeta (2015, p. 358).

Dessa forma, o modelo consumista e estético da beleza e do saudável se propaga por todo o mundo, unindo o global a um aspecto local e, em simultâneo, disseminando uma estetização da saúde a partir de um padrão ocidental no cinema, na TV, na internet e nas propagandas. O narciso é situado, é norte global. Assim, a mundialização e a uniformização cultural convivem amigavelmente com a personalização e as diversidades sociais. O mundo pós-moderno libertador de limites científicos, culturais e geográficos, impõe contornos imagético-mercadológicos às suas sociedades. Os mesmos recursos tecnológicos que tornariam o ser humano perfeito em saúde e beleza, também geram mais consciência desse lado tangível, variável e limitado. Agora é com as lentes límpidas e incólumes da perfeição que enxergamos ainda mais todo um lado sombreado dessa incompletude demasiadamente humana.

4 NEOLIBERALISMO, MÍDIAS E O SAUDÁVEL EPIDÊMICO

Conforme viemos discutindo, a beleza e aceitação social se "ligam diretamente aos hábitos de vida relacionados à alimentação e à aparência corporal, se tornaram dimensões de grande repercussão na subjetividade e na vida cotidiana" (Giddens apud Oliveira, Czeresnia; Vargas, 2019, p.121). Nesse cenário, algumas áreas como a comunicação, medicina, tecnologia, saúde coletiva, estética, publicidade e ciência se misturam com o senso comum e colaboram para uma ideologia de uma saúde

ligada à forma. Há então uma epidemia com modos de ser saudável, que vai da prescrição de dietas a novas cirurgias e que gera uma busca obsessiva pela promessa de felicidade vinda da beleza. Essa fascinação desfigura o cuidado com o corpo para ampliar as doenças narcísicas.

Nesse contexto, tal ideal não parece um projeto de liberdade e transcendência do ser humano, mas sim uma figura de coerção na forma de desempenho, auto-otimização e de auto-exploração. Em termos práticos, decisões existenciais em relação a si e ao corpo passam a ser atômicas e puntiformes com resultado instantâneo, chegando ao nível de uma compra descompromissada e — assumidamente — sem consequências (Han, 2018). Escolhe-se um tipo de corpo e intervenção como se compra um produto no mercado. São filtros de fotos; programas de retoque; medicamentos e equipamentos milagrosos; dietas do momento; e diversas intervenções medicinais.

Assim, o lazer e o entretenimento tornam-se tempos de aperfeiçoamento e de compras de novas versões e aspectos de si. Surgem, nesse contexto, novas modalidades mercadológicas de clubes de assinatura[6] que permitem tratamentos estéticos sem interrupções ao longo da vida. Ademais, os pedidos de empréstimo para estética também aumentam, um incremento de 97%[7]. Segundo Han (2015), essa busca mercadológica pela estética é uma posição que não depende de discursos sobre o corpo ou a condição de saúde, mas sim de gosto e vontade de performar de acordo com suas necessidades individuais — amplamente induzidas pelas mídias e suas publicidades.

Questões de saúde coletiva se misturam com a individualidade. Entre noticiários alarmantes sobre a saúde da população, propagandas de produtos e serviços para a saúde e sua gestão individual. Para evitar o futuro atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) (que passa de forma alarmante nos noticiários locais de TV), um plano de saúde. Na iminência de evitar um possível afastamento do trabalho e dos demais compromissos, uma automedicação. A fim de evitar o porvir de exames e diagnósticos: exercícios, dietas e um estilo de vida saudável. Na direção de evitar o avanço da idade, intervenção biomédica. Com a intenção de impedir o destino da morte: a mais nova descoberta científica. Parece uma liberdade, até então, nunca alcançada na história. Entretanto, como expõe Rousseau ao falar em educação e ser serviente: “não existe sujeição tão perfeita quanto aquela que conserva a aparência de liberdade” (Rousseau, 2004, p. 140).

[6] Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/clube-do-botox-e-inovacao-para-garantir-autoestima-o-ano-inteiro Acesso em: 10 set 2025.

[7] Disponível em: https://www.jornalcontabil.com.br/pedidos-de-emprestimo-para-estetica-aumentaram-quase-100/?amp. Acesso em: 10 set 2025.

De fato, o estudo e discussão sobre corpo e saúde do século XX logrou o maior êxito a um ator específico: o neoliberalismo. O individualismo, o aparente, o micro e o nano tornaram-se os novos valores e referências para esse capitalismo do singular (Deleuze e Guattari, 2015). O capital empenha-se a modificar e moldar necessidades, desejos, vontades, valores, relações e corpos. Já o sujeito é convocado, responsabilizado e coagido a se apropriar da sua estética, seu corpo e sua saúde. Esta ganha um caráter reducionista a partir da visão neoliberal. A saúde está relacionada a manutenção de um corpo-máquina que deve ser recuperado para voltar a trabalhar. A medicina não parece ser a arte de curar, a medicina da vida; mas a do trabalho.

Na saúde coletiva, a promoção da saúde incentiva a incorporação de hábitos mais saudáveis de vida a partir de decisões individuais, um estilo de vida. Esse ideário promocional de linguajar mais acessível, menos teórico-acadêmico e extremamente prático tornou-se a pauta perfeita para uma mídia global, aberta e virtual. Notícias sobre dietas, alimentação, atividades físicas, exames, práticas de higiene e cuidado, e intervenções tecnológicas capazes de serem escritas por jornalistas sem conhecimento científico prévio — resolvendo o gargalo de escassos profissionais da área especializados em ciências da saúde. Ao fim, a informação é veiculada e acessível, literalmente, a um dedo. E o melhor: o sucesso ou o fracasso, opção em adotar ou não os hábitos, é toda do público, uma escolha individual. Sendo assim, invisibilizando os desníveis de organização da produção na sociedade e as condições sociais — de vida e trabalho — de uma parte relevante da população vedada de escolhas e recursos.

Em síntese, pode-se dizer que esse *fast-food* cultural tornou o estar saudável em uma epidemia silenciosa e simbólica, capaz de gerar também outras doenças (Andrade e Bosi, 2003). O culto da performance e de um imaginário de modelo corporal deram origem também a anorexia, bulimia, obesidade, ansiedade, depressão, insônia, hipocondria, transtornos, fobias, compulsões, défices, uso excessivo de antibióticos e sedativos, uso indevido de hormônios, etc.

As mídias facilitaram o acesso ao conhecimento biotecnocientífico e criaram vínculos que possibilitaram a discussão da estética de si. Não há somente o saber médico e suas diversas especializações como uma única fonte de informação que alimenta o poder decisório, mas também: a cabeleireira, manicure, esteticista, maquiadora, podóloga, vendedor de colchões, personal trainer e diversas pessoas do nosso convívio — sem o conhecimento científico específico — que leram ou ouviram falar de uma prática para a melhoria da saúde ou performance de si. O poder de diagnóstico adentrou ainda mais no cotidiano, possibilitando aos indivíduos sentenciarem, uns aos outros, o

quadro de patologias — de viroses e gripes até transtorno e depressão. Se não diretamente por um humano, o Dr. Google[8], o Dr. Watson[9] ou uma nova Inteligência Artificial (IA).

As configurações midiáticas na pós-modernidade possibilitaram a ampliação e a gestação desse sentido estético da saúde. Nesta ordem, "o culto do corpo, os jogos da aparência, só valem porque se inscrevem numa cena ampla onde cada um é, ao mesmo tempo, ator e espectador" (Maffesoli, 2006, p.108). O resultado é possível notar: o Brasil é o 4º maior mercado de beleza e cuidados pessoais no mundo[10] e 80% dos brasileiros acreditam que os procedimentos estéticos mexem com a confiança, autoestima e o modo como são vistos[11]. Segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia, somente no primeiro semestre de 2022 a procura por procedimentos estéticos aumentou em 390% em relação ao ano anterior. A pandemia e a exposição ao mundo digital geraram uma demanda maior em adaptar o corpo à câmera e um novo fenômeno patológico: a Dismorfia de Zoom – em referência ao aplicativo de videochamadas e aulas online. Dessa forma, 20% de jovens entre 15 e 25 anos realizaram a bichectomia para ter o rosto harmônico ao ambiente digital e igual aos filtros dos aplicativos[12]. Da mesma forma, também é frequente nessa faixa etária extremamente jovem a busca por rinoplastia e preenchimento labial.

Contudo, o diagnóstico não parece tão simples e nem se encerra. Há espaço para contradições. Como afirma Lipovetsky (2004), os indivíduos, cada vez mais, cultuam o corpo e são fanáticos por higiene e saúde, seguindo à risca as medidas médicas e sanitárias; já, por outro lado, avultam as patologias individuais, o consumo desenfreado e uma certa liberdade e indisciplina comportamental. A mesma mídia impulsionadora do saudável também divulga os ditos "não saudáveis": sedentarismo ao acompanhar novelas, notícias 24 horas, maratona de séries e atrativos para não "sair do sofá"; o anestesiamento do entretenimento e a compulsão por comer; a propaganda de produtos com alto teor de açúcar, gordura, sódio, sal e corantes; compra por valores estritamente emocionais; consumo por gosto em detrimento do valor nutricional (consumir biscoitos recheados, balas, hambúrgueres e

[8] Referente a realidade do paciente expert que busca informações sobre determinados sintomas no intuito de diagnosticar suas doenças e descobrir tratamentos médicos.
[9] É uma solução de inteligência artificial criada pela IBM para o setor da saúde, amplamente divulgada como o médico do futuro; entretanto, até o momento não atendeu as expectativas e funciona como um gerenciador de atendimentos. Disponível em: https://www.ibm.com/br-pt/watson-health. Acesso em: 10 set 2025.
[10] Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/entrevista/eu-trabalho-com-a-industria-de-cosmetico-n-o-com-a-da-beleza-afirma-empresaria-do-ramo-1.904513?amp=1. Acesso em: 10 set 2025.
[11] Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/brasileiros-passaram-a-cuidar-mais-da-beleza-durante-a-pandemia/. Acesso em: 10 set 2025.
[12] Disponível em: https://forbes.com.br/forbessaude/2022/07/leticia-nanci-os-impactos-da-exposicao-online-na-autoimagem/. Acesso em: 10 set 2025.

refrigerantes é mais interessante e sedutor do que verduras, legumes e frutas nas propagandas); uso de medicamentos sem divulgar e conscientizar todos os riscos e efeitos colaterais; o incentivo do consumo de drogas licitas como álcool e cigarro; entre outros.

Nesse sentido, há uma profunda conexão do pensamento de uma saúde ativa — com menos propensão às doenças — com os interesses do mercado do "saudável" e com a coexistência do "não saudável". Há sempre uma demanda para algo ser aperfeiçoado, principalmente se já estiver apresentando sintomas de um funcionamento deficiente. Esse mercado atende aos dois por sua gênese ser um só: a própria vida. Uma "vida para consumo", referenciando Bauman (2008), na liberdade de escolhas que um sistema econômico nos permite ter e na progressiva e constante transformação dos sujeitos em mercadoria. Nesse consumismo, o "saudável" e o "não saudável" tornam-se símbolos vendidos para a construção de uma identidade.

Dessa forma, não há crises no mercado da vida — a ciência e a mídia fazem o trabalho de adiar o fim da morte e do mundo. É preciso viver mais e assim poder consumir mais. É preciso viver bem e desejar o que se assemelha a uma pulsão de vida: ser saudável. Vende-se uma promessa: é necessário consumir, agora, diversos produtos e serviços para estar saudável; estar saudável para ficar belo; tornar-se belo para conseguir satisfação; e estar satisfeito para se sentir feliz futuramente. Se esse futuro feliz não chegar ou for efêmero, um novo produto e um novo consumo — quanto mais, melhor.

Finalmente, chegamos ao ponto em que a saúde passou a ser uma verdade, a estética se transformou em uma utopia e seus padrões se tornaram tão inalcançáveis que pensar no corpo virou um tipo de pesadelo pós-moderno. Assim, nada mais lógico que a aposta ou profecia do sistema dominante atual seja a de substituir e ter outro tipo de corpo e saúde: a biônica, moldada e constituída pela biotecnologia mais bela, lisa e perfeita – desenvolvida pelo poder hegemônico da ciência moderna.

Outrossim, cabe salientar – trazendo o debate para o campo de políticas públicas – que essa trilha de individualização e responsabilização da condição de saúde atende diretamente a certos interesses econômicos e políticos. O cidadão que possui direito à saúde passa a ser visto como um consumidor de prescrições e regulamentações, sendo ele autossuficiente na gestão de sua saúde. É o mesmo mercado neoliberal que prega a interferência mínima do Estado e o enxugamento de gastos. O foco em políticas que ofereçam capacitações, palestras, normas, regulamentos e divulgações para alterar comportamentos individuais concorre com outras medidas como as da prevenção, de ampliação do acesso a serviços básicos e tratamentos, e de garantia do direito à saúde. O primeiro, em geral, bem

menos oneroso que as últimas e isso é uma ampla vantagem em tempos de restrições orçamentárias e de teto de gastos governamentais.

5 CONCLUSÃO

Na sociedade contemporânea, o homem tornou-se um tipo de comutador e misturador de seus estados físicos e mentais. É o poder de trocar, ou seja, de mudar de fases, que parece defini-lo mais do que uma literatura que um saber construiu e regulamentou ao longo de séculos. O corpo adquire novos sentidos e se assemelha a uma nova religião ao substituir a salvação pela saúde. O culto ao corpo e a polissemia do saudável disseminam discursos como meios de controle, coerção e ajuste de conduta às normas sociais vigentes; ao mesmo tempo que produzem uma aparente liberdade.

O individualismo neoliberal transformou todos em pacientes-consumidores, novos empreendedores de si e responsáveis pela vigilância contínua de seus estados de saúde por meio de conhecimentos psicológicos, farmacêuticos, nutricionais e biomédicos, disponibilizados quase que instantaneamente pelos meios de comunicação de massa. Ser saudável é um modelo de vida a ser consumido. É uma regulação de um mal-estar hodierno.

Entretanto, conforme discutido ao longo do trabalho, não há a saúde pura ou natural, há saúdes por excelência e todas afetadas por suas técnicas contemporâneas. Há processos de adoecimento, cura, cuidado e bem-estar bastante diferentes de acordo com os domínios, épocas, grupos e pessoas. O que nos deparamos na atualidade é apenas mais uma versão, a pós-moderna. Essa sociedade que preza e idealiza o individualismo e um padrão de ser, que foca a saúde na aptidão, que ignora as necessidades emocionais e que enfraquece os contextos sociais é uma sociedade geradora de precariedades, de múltiplas patologias.

Consequentemente, é necessário que a pluralidade de sentidos da saúde contemple a pluralidade de corpos individuais e culturais. Seus processos são biológicos, sociais, técnicos e simbólicos. O ideal da saúde não deveria estar relacionado a uma estética e uma perfeição, não há um compromisso do saudável em tal. Ser saudável não necessariamente impede um decaimento de estado, mas contribui com um tipo de experiência adequada para constatar as suas variações e se relacionar com as limitações que o mundo impõe.

À guisa da conclusão, a saúde como uma certa tolerância às doenças ou ser afetado pela vida mostra-se mais real do que o ideal inalcançável. Ter a saúde perfeita significa não ser afetado pelo mundo e isso não se assemelha a nada libertador. Vale lembrar que a estética do belo e liso anestesia o nosso sentir. Para a "boa vida" é preciso ter a sensibilidade de poder ser afetado, de se contornar ao contorno do outro. Para isso, é necessário o esvaziamento de certos lagos hegemônicos e retirar seus reflexos narcísicos. A vida não é perfeitamente saudável, mas ter o corpo afetado por ela é a principal forma de experienciá-la. E parece não haver uma forma única e padronizada para isso — somos nitidamente diversos e demasiadamente humanos.

REFERENCIAS

ANDRADE, Angela; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Mídia e subjetividade: impacto no comportamento alimentar feminino. Revista de Nutrição, v. 16, p. 117-125, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BOSI, M.L.M.; PRADO, S.D.; AMPARO-SANTOS, L. (Org.). Cidade, corpo e alimentação: aproximações interdisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2019.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do corpo: as mutações do olhar. Século XX, v. 3. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

CRARY, Jonathan. 24/7: capitalismo tardio e os fins do sono. Ubu Editora LTDA-ME, 2016.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. que é a filosofia?, O. Editora 34, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2015.

ECO, Umberto. org. A história da beleza. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FERREIRA, Francisco Romão. Corpo feminino e beleza no século XX. Rev Alceu, v. 11, n. 21, p. 186-201, 2010.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: Michel Foucault. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

HAN, Byung-Chul. Han. A salvação do belo. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. Lucien Sfez e a tecnologia vista como narrativa. Revista FAMECOS, v. 15, n. 35, p. 05-08, 2008.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Vozes, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista. Editora Companhia das Letras, 2015.

LIPOVETSKY, G. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MAFFESOLI, M. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

OLIVEIRA, T.C.., CZERESNIA, D., and VARGAS, E.P. Corpo, identidade, cultura e risco: reflexões sobre o excesso de peso em contexto urbano. In: BOSI, M.L.M., PRADO, S.D., And AMPARO-SANTOS, A., comps. Cidade, corpo e alimentação: aproximações interdisciplinares [online]. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 119-151.

ROMAINS, Jules. Knock; ou, Le triomphe de la médecine; comédie en trois actes... Représenté pour la première fois, à Paris, à la Comédie des Champs-Élysées, le 15 décembre 1923. l'Illustration, 1924.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. Physis: Revista de saúde coletiva, v. 17, p. 29-41, 2007.

SFEZ, Lucien. Saúde perfeita-Crítica de uma nova utopia. Edições Loyola, 1996.

TUCHERMAN, Ieda. Arqueologia do discurso amoroso. Mauad Editora Ltda, 2019.

Capítulo 8

10.37423/260711165

AGENDA POLÍTICA PARA DIRETRIZES DE IA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOB A TEORIA DE KINGDON

Celimar Reijane Alves Damasceno Paiva celimar.damasceno@unimontes.br — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Lilian Isabel Ferreira Amorim — *Instituto Federal do Norte de Minas Gerais*

Adriana Martins de Castro — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Felipe Froes Couto — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Gilmar Ribeiro dos Santos — *Universidade Estadual de Montes Claros*

RESUMO

O avanço das tecnologias digitais, especialmente da inteligência artificial (IA), tem desafiado os sistemas educacionais a repensar práticas pedagógicas, processos formativos e políticas públicas voltadas à equidade e ao desenvolvimento social. Essa temática entrou recentemente na agenda do Ministério da Educação (MEC), que em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveu, em julho de 2025, o seminário nacional "IA na Educação Básica", visando discutir diretrizes nacionais para o uso ético, seguro e pedagógico da IA nas redes públicas. Com base nesse contexto, este artigo discute à luz da Teoria dos Multi Fluxos de Kingdom (1984) a formação de agenda para a construção de diretrizes nacionais para o uso da IA na educação básica no Brasil. Adotou-se abordagem qualitativa exploratória e documental de documentos oficiais. A pesquisa insere-se no debate sobre tecnologias sociais aplicadas à educação e no fortalecimento do direito à aprendizagem em tempos de transformação tecnológica acelerada.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Políticas Públicas, Educação Básica.

1 INTRODUÇÃO

A incorporação da inteligência artificial (IA) no campo educacional tem gerado muitas discussões entre formuladores de políticas públicas, pesquisadores, gestores e educadores, especialmente diante das transformações tecnológicas que reconfiguram modos de ensinar, aprender e gerir os processos escolares. Assim, os principais pontos de questionamento dizem respeito aos limites da aplicação da IA, às implicações de seu uso em diferentes domínios econômicos e à necessidade de conjugar a tecnologia com o julgamento humano.

Em âmbito normativo, organismos internacionais como UNESCO (2021; 2023) e OCDE (2019) vêm delineando princípios e orientações para o uso ético e confiável da IA, com ênfase na transparência, equidade, supervisão humana, proteção de dados e justiça social. As pressões destas organizações vêm incentivando países a desenvolver políticas públicas voltadas ao uso da inteligência artificial (IA) na educação. Em suas Orientações globais sobre IA e educação, a UNESCO destacou que, até 2022, apenas 15 países haviam incluído objetivos de aprendizagem sobre IA em seus currículos nacionais (UNESCO, 2021). Essa constatação evidencia a urgência de avançar na formulação de diretrizes que contemplem não apenas a inserção da GenIA como conteúdo pedagógico, mas também sua utilização ética, crítica e pedagógica nos sistemas de ensino.Tais diretrizes têm influenciado a construção de políticas públicas em diversos países, inclusive no Brasil.

Em sintonia com essas preocupações, nos dias 18 e 19 de julho de 2025, o MEC em parceria com a UNESCO, promoveu o seminário “Inteligência Artificial na Educação Básica”. O evento configurou-se como uma arena de debate nacional sobre a incorporação da GenIA nas redes públicas de ensino, reunindo gestores, pesquisadores, professores, estudantes e representantes da sociedade civil. A iniciativa buscou fomentar a construção de diretrizes nacionais voltadas à incorporação ética, pedagógica e segura da IA no cotidiano escolar, reconhecendo tanto as potencialidades da tecnologia quanto os desafios sociais, pedagógicos e regulatórios que a acompanham.

A relevância dessa discussão reside no fato de que o avanço da IA pode representar tanto uma oportunidade de inovação pedagógica quanto um risco de aprofundamento das desigualdades já existentes no sistema educacional brasileiro. O acesso desigual à conectividade, a carência de formação específica entre os docentes e a ausência de políticas públicas consolidadas tornam urgente a reflexão crítica sobre como e por quem essas tecnologias estão sendo implementadas. Além disso, embora experiências regionais venham sendo desenvolvidas, ainda há carência de estudos

sistematizados que articulem as recomendações internacionais às realidades locais e às condições concretas da educação pública brasileira.

A pesquisa tem como objetivo compreender a formação de agenda para a construção de diretrizes nacionais sobre o uso ético e pedagógico da inteligência artificial (IA) na educação básica, articulando a teoria dos Múltiplos Fluxos de John Kingdon (1984) com a Análise do Discurso da escola francesa de Michel Pêcheux (1969). As perguntas norteadoras concentram-se em identificar quais dilemas éticos e pedagógicos são narrados como problemas públicos nos documentos e discursos analisados, quais alternativas e diretrizes são apresentadas como soluções para o uso da IA na educação, como tais propostas são legitimadas e quais atores políticos e institucionais influenciam esse processo, destacando ainda de que forma a convergência entre problemas, soluções e conjuntura política abre espaço para a formulação de diretrizes nacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Paradoxo: Dilemas éticos do uso da IA e suas potencialidades em processos pedagógicos

A incorporação de tecnologias digitais no campo educacional, e mais recentemente da inteligência artificial (IA), tem provocado debates sobre seu potencial transformador, mas também sobre os dilemas éticos e pedagógicos que emergem desse processo. Autor como Neil Selwyn (2019; 2021) argumenta que a IA não pode ser compreendida apenas como ferramenta técnica, mas como expressão de disputas políticas, econômicas e sociais, capaz de aprofundar desigualdades ou de redefinir o papel docente. Neil Selwyn (2022) adverte que o debate sobre o uso da inteligência artificial na educação deve ser conduzido com cautela, pois envolve uma série de tensões e limitações que não podem ser ignoradas. O autor identifica cinco áreas centrais que demandam atenção: a hipérbole, marcada por discursos exagerados e promessas grandiosas impulsionadas por fornecedores de tecnologia e estratégias de marketing que supervalorizam a IA; as limitações, relacionadas tanto aos limites matemáticos dos sistemas quanto à incapacidade de traduzir em dados a complexidade do processo de ensino-aprendizagem; os danos sociais, como a reprodução de vieses e discriminações algorítmicas que afetam identidades de gênero, linguagem e diversidade cultural; a ideologia, que ainda é amplamente orientada por uma visão tecnicista proveniente do campo da ciência da computação, restringindo o debate a dimensões meramente técnicas; e, por fim, a sustentabilidade, diante do elevado impacto ambiental e energético da produção e uso desses sistemas.

Em diálogo com essa perspectiva de Neil Selwyn (2022), outros efeitos que merecem reflexão é sobre a modernidade tardia que é marcada por um ritmo de vida acelerado, no qual o tempo se torna um recurso escasso e permanentemente disputado. Hartmut Rosa (2022), em sua obra Aceleração e Alienação: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna, analisa esse fenômeno a partir da noção de aceleração social, identificando três dimensões principais: a aceleração tecnológica, relacionada ao ritmo constante de inovações; a aceleração social, ligada às rápidas transformações nas instituições, normas e relações; e a aceleração do ritmo de vida, que impõe ao indivíduo a exigência de fazer mais em menos tempo. Paradoxalmente, mesmo com o aumento da eficiência, a experiência subjetiva é a de que o tempo nunca é suficiente.

Por outro lado, muitos reconhecem potencialidades pedagógicas da IA. Entre elas, destacam-se a possibilidade de personalização do ensino, por meio de trilhas adaptativas; o apoio ao professor, com automação de tarefas administrativas e análise de evidências de aprendizagem; os avanços em acessibilidade e inclusão, com recursos de voz, tradução e leitura assistida; e o uso da IA para prevenção da evasão escolar, via sistemas de alerta precoce. Contudo, tais benefícios só se concretizam quando a tecnologia é mediada criticamente, respeitando princípios éticos e mantendo a centralidade da relação pedagógica.

Dessa forma, o referencial teórico evidencia que a discussão sobre a IA na educação básica deve articular dilemas e potencialidades, em um campo marcado por disputas discursivas e políticas. O desafio está em construir diretrizes nacionais que assegurem uso crítico, ético e inclusivo, preservando a autonomia docente, a proteção de dados e a formação integral dos estudantes.

2.2 Marcos Nacionais e internacionais: princípios para uma IA confiável e centrada no humano

A UNESCO tem desempenhado um papel central na condução do debate global sobre o uso ético, equitativo e eficaz da Inteligência Artificial Generativa (GenIA) na educação. A primeira orientação global da UNESCO sobre a utilização da GenIA na educação, teve como objetivo apoiar a implementação de ações imediatas no planejamento de políticas de longo prazo, como a avaliação dos riscos potenciais dos valores humanísticos fundamentais humana, tais como: a inclusão, a equidade, a igualdade de gênero, as diversidades linguística e cultural, incluindo as opiniões e expressões plurais. Este guia orientador ressalta a importância das agências governamentais regularem os requisitos para provedores da GenAI, incluindo a obrigatoriedade da proteção da privacidade de dados e a observância

de um limite de idade para seu uso, a fim de permitir seu uso ético e eficaz na educação. Este enfatiza também a necessidade de as instituições de ensino validarem os sistemas GenAI quanto à sua adequação ética e pedagógica para a educação e convida a comunidade internacional a refletir sobre as implicações de longo prazo para o conhecimento, o ensino, a aprendizagem e a avaliação.

Além do guia, outras Iniciativas foram publicadas: Futuros da Aprendizagem e Inovação[1], que busca orientar os países na formulação de políticas educacionais inclusivas em tempos de rápida digitalização (UNESCO, 2021); IA e Educação: Guia para Formuladores de Políticas[2] (UNESCO, 2021), que apresentou diretrizes iniciais para o uso ético e equitativo da IA; e Orientações para a IA Generativa na Educação e na Pesquisa[3] (UNESCO, 2023), que avançou no debate ao abordar os riscos e oportunidades das tecnologias generativas em contextos educacionais e científicos. E mais recentemente, em 2024, foram publicados dois marcos referenciais: o Marco de Competências em IA para Estudantes[4] (MIAO; SHIOHIRA, 2024), que define 12 competências distribuídas em quatro dimensões: mentalidade centrada no ser humano, ética da IA, técnicas e aplicações de IA e projeto de sistemas de IA, organizadas nos níveis de progressão: compreender, aplicar e criar, e o Marco de Competências em IA para Professores[5] (MIAO; CUKUROVA, 2024), que estabelece 15 competências em cinco dimensões: mentalidade centrada no ser humano, ética da IA, fundamentos e aplicações de IA, pedagogia da IA e IA para a aprendizagem profissional, distribuídas nos níveis: adquirir, aprofundar e criar.

No Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio da Portaria nº 1.122/2020, estabelece como prioridade tratar o tema IA no campo dos projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e inovações, delimitando um prazo entre 2020 a 2023. A partir dessa iniciativa, foi elaborada a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA, 2021), cuja finalidade foi a de apoiar a criação de diretrizes para o desenvolvimento e uso responsável de IA, incluindo como prioridades governança de dados, ética e educação. Embora a educação seja uma das áreas prioritárias citada neste documento, ainda em meados de 2025 os dilemas éticos e pedagógicos ainda não foram pacificados, ao contrário são fortalecidos pela ausência de regulação no âmbito nacional do uso de GenIA no campo educacional.

[1] *Futures of Learning and Innovation* (UNESCO, 2021).
[2] AI and Education: Guidance for Policy-Makers (UNESCO, 2021)
[3] Guidance for Generative AI in Education and Research (UNESCO, 2023).
[4] AI Competency Framework for Students (MIAO; SHIOHIRA, 2024).
[5] AI Competency Framework for Teachers (MIAO; CUKUROVA, 2024).

Nesse sentido, a literatura converge para a identificação de dilemas éticos centrais, entre os quais: (i) a privacidade e proteção de dados de crianças e adolescentes, aspecto regulado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018); (ii) os vieses e discriminações algorítmicas, que podem reproduzir desigualdades estruturais; (iii) a transparência e explicabilidade dos sistemas, indispensáveis para que professores e famílias compreendam seu funcionamento; (iv) os riscos de dependência tecnológica e desprofissionalização docente; e (v) os desafios da integridade acadêmica frente à produção automatizada de textos e respostas.

2.3 Formação de agenda e a Teoria dos Multi-Fluxos de Kingdon

A formação de agenda pode ser compreendida como a etapa do ciclo de políticas públicas em que determinados temas ou problemas passam a ser reconhecidos pelo poder público como dignos de atenção, competindo entre si para ingressar na pauta decisória governamental. Esse processo é marcado por disputas, seleções e exclusões, visto que nem todos os problemas sociais conseguem alcançar visibilidade política ou prioridade de ação (CAPELLA, 2018).

Nesse contexto, a Teoria dos Múltiplos Fluxos, proposta por John W. Kingdon em sua obra Agendas, Alternatives, and Public Policies (1984), apresenta-se como um dos modelos explicativos mais influentes na análise de políticas públicas. O autor demonstra como questões sociais e institucionais chegam à agenda governamental e, posteriormente, podem se transformar em políticas formuladas e implementadas. Trata-se de um modelo que evidencia o caráter não linear, incerto e contingente do processo decisório. Segundo Kingdon (1984), o avanço de um tema para a agenda depende da interação entre três fluxos relativamente independentes: (i) o fluxo de problemas, (ii) o fluxo de soluções ou políticas e (iii) o fluxo da política (politics stream).

O fluxo de problemas refere-se à forma como determinadas situações passam a ser reconhecidas como problemas públicos, exigindo ação governamental. Esse reconhecimento ocorre por meio de três mecanismos: (a) indicadores, como taxas de mortalidade infantil ou índices de desemprego; (b) eventos de grande magnitude, como crises econômicas, desastres ou protestos sociais; e (c) feedback das próprias ações governamentais, como relatórios de gastos e avaliações de programas (KINGDON, 1984).

O fluxo de políticas (policy stream) reúne as possíveis alternativas e soluções concebidas por especialistas, acadêmicos e burocratas. Essas ideias circulam em uma espécie de “caldeirão de

soluções", onde são testadas, discutidas e reformuladas até se mostrarem viáveis para serem acopladas a um problema reconhecido (ZAHARIADIS, 2014).

Por sua vez, o fluxo da política (politics stream) corresponde ao contexto político-institucional, composto por três elementos centrais: (i) o clima ou humor nacional, isto é, a percepção coletiva sobre determinados temas, que pode favorecer ou desestimular a adoção de políticas; (ii) as forças políticas organizadas, como partidos, sindicatos, movimentos sociais e grupos de pressão, que exercem influência sobre a arena política; e (iii) as mudanças no governo, como eleições, realinhamentos partidários ou alterações na cúpula administrativa. Como destacam Kingdon (1984) e Capella (2018), mudanças no humor nacional e no interior do governo estão entre os fatores mais determinantes para a transformação da agenda.

A convergência desses três fluxos gera o que Kingdon denomina "janelas de oportunidade" (policy windows), momentos críticos em que problemas reconhecidos encontram soluções viáveis e um ambiente político favorável. É nesse ponto que empreendedores de políticas, atores estratégicos que mobilizam recursos, constroem narrativas e buscam apoio político, estes desempenham papel fundamental para promover a entrada de certas questões na agenda (KINGDON, 1984; ZAHARIADIS, 2014).

Embora desenvolvida no contexto norte-americano, a Teoria dos Múltiplos Fluxos revelou-se aplicável a diferentes sistemas políticos, inclusive na América Latina. Isso porque sua base conceitual, os governos como "anarquias organizadas", permite explicar a ambiguidade, a competição por atenção e a fragmentação das decisões políticas (CAPELLA, 2018). Assim, o modelo contribui para compreender porque determinadas políticas públicas são implementadas enquanto outras, igualmente necessárias, permanecem marginalizadas ou sofrem descontinuidades.

Outros referenciais também dialogam com esse debate. Sabatier (2007), ao propor a Abordagem das Coalizões de Defesa, enfatiza o papel das alianças entre atores na consolidação de políticas ao longo do tempo. Já Stone (2012) destaca que valores, narrativas e disputas simbólicas moldam a definição de problemas e soluções, evidenciando que a tomada de decisão não é apenas técnica, mas permeada por fatores culturais e sociais.

Portanto, a Teoria dos Múltiplos Fluxos contribui para explicar que a ascensão de determinados temas à agenda governamental resulta não de um processo racional e linear, mas de uma interação

contingente entre problemas percebidos, alternativas disponíveis e condições políticas favoráveis, mediados pela ação de empreendedores de políticas. No caso brasileiro, o modelo auxilia a compreender a fragmentação e a descontinuidade das políticas sociais, pois soluções tecnicamente viáveis muitas vezes não prosperam diante da instabilidade política ou da ausência de pressão social organizada.

2.4 Processos discursivos na construção de narrativas

Brandão (2006), destaca que "entre a língua e a fala temos o discurso", sendo que a língua é um fato social, fundamentado na necessidade humana de comunicação e o discurso é o ponto de encontro entre os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos. A autora afirma que o discurso "materializa o contato entre o ideológico e o linguístico no sentido de que ele representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas".

A Análise do Discurso (AD) de tradição francesa, surgiu por volta de 1960. Segundo Gregolin (2003) por uma dupla formação, nas figuras de Jean Dubois e de Michel Pêcheux. Ambos tinham como pano de fundo, as manifestações de estudantes franceses contra a rigidez no sistema educacional e o movimento ganhou mais força com a adesão da classe trabalhadora ao movimento estudantil para colocar em pauta suas reivindicações. Tanto Jean Dubois como Michel Pêcheux eram ligados ao marxismo e à política.

Michel Pêcheux no final da década de 1960, elaborou uma teoria discursiva e um dispositivo (a análise automática) para aplicação da teoria. Esta análise constitui uma abordagem metodológica que articula língua, história e ideologia, buscando compreender como os sentidos são produzidos socialmente. O desenvolvimento da Análise do Discurso, foi marcado por publicações decorrentes de diálogos Pêcheux com autores como: Althusser, Lacan, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Catherine Fuchs e Courtine, estes contribuíram para delinear algumas das reformulações pelas quais passou a Análise do Discurso desde o momento de sua constituição, na França.

O dispositivo de Análise do Discurso Francesa (ADF) elaborado por Pêcheux, envolve uma série de elementos e estratégias metodológicas, centradas na compreensão das relações entre linguagem, ideologia e sociedade. Os principais pontos podem ser organizados da seguinte forma: identificação do corpus (escolha de um conjunto de textos ou enunciados representativos do fenômeno social ou ideológico em estudo), transcrição e segmentação do discurso (dividir o material em unidades de

análise (frases, segmentos ou blocos significativos para permitir detalhamento semântico), observação da polissemia (identificar palavras e expressões polissêmicas que podem assumir múltiplos sentidos dependendo do contexto ideológico), análise das formas de paráfrase (reformular enunciados para evidenciar sentidos latentes e estruturas ideológicas), investigação da coerência e da recorrência (identificar regularidades, repetições e padrões discursivos que revelam mecanismos de naturalização ideológica) e interpretação ideológica (relacionar os enunciados com contexto social, histórico e institucional).

Como desdobramento da polissemia e paráfrase, Pêcheux (1997), definiu a polissemia controlada que refere-se à situação em que os sentidos múltiplos de uma palavra ou expressão são parcialmente delimitados por regras discursivas, institucionais ou normativas, ou seja, apesar de um enunciado ser potencialmente polissêmico, seu uso é regulado de modo a evitar interpretações muito divergentes, garantindo coerência interna e funcionalidade comunicativa. E a Paráfrase estabilizadora que é a prática de reescrever um enunciado para reduzir a instabilidade semântica, enfatizando interpretações consensuais ou institucionais. A paráfrase estabilizadora mantém o sentido do discurso, mas reduz ambiguidades e elimina os possíveis sentidos contraditórios que poderiam gerar disputa ideológica.

Segundo Orlandi (2001), importante continuadora da perspectiva de Pêcheux no Brasil, a AD permite compreender que o discurso é atravessado pela relação entre língua e sujeito, sendo este constituído pela ideologia. Ela destaca ainda, o papel do analista do discurso frente ao objeto, ao iniciar uma escuta discursiva a primeira etapa a se considerar é a constituição do Corpus, sendo que este não segue critérios positivistas, mas sim teóricos (Orlandi, 2009). A constituição do Corpus, segundo Orlandi(2009), é por meio de montagens discursivas que obedecem critérios que decorrem de princípios teóricos da AD, face aos objetivos da análise, e que permitem chegar a sua compreensão.

É importante pautar que não se espera uma análise objetiva a partir da AD, mas menos subjetiva possível, cuja objetividade está em explicitar o modo de produção dos sentidos do objeto em análise. Dessa forma, que ao ser concluída, a avaliação a ser considerada é a capacidade analítica do pesquisador, a sua habilidade em aplicar a teoria, face à sua responsabilidade teórica e sua capacidade de escrita ao explicitar sua análise para interpretar os resultados do seu processo de compreensão do discurso que analisou. A teoria de AD, deixa claro que o objeto é uma fonte inesgotável de descrição, permanecendo disponível para novas e novas abordagens (Orlandi, 2009).

As estratégias de análise propostas por Pêcheux envolvem a identificação das condições de produção do discurso (contexto histórico, político e social em que o enunciado é produzido), a análise das formações discursivas (conjuntos de dizeres possíveis que delimitam o que pode ou não ser dito em determinado contexto) e a atenção aos silêncios e não-ditos, elementos fundamentais para revelar ideologias implícitas. O analista deve observar os deslocamentos de sentido, as contradições e a interdiscursividade, ou seja, a presença de outros discursos que atravessam e estruturam o texto (Pêcheux, 1997).

3 DESENVOLVIMENTO DO TEMA

3.1 Percurso metodológico

No presente estudo, a formação de agenda política para a construção de diretrizes nacionais sobre o uso ético e pedagógico da inteligência artificial na educação básica será analisada sob a perspectiva da Teoria dos Múltiplos Fluxos de John Kingdon (1984), articulada à Análise do Discurso (AD) de tradição francesa de Michel Pêcheux (1969). Para tanto, as questões da pesquisa foram subdivididas com base na perspectiva dos três fluxos de Kingdon: fluxo dos problemas (“Quais dilemas éticos e pedagógicos relacionados à IA são destacados em documentos nacionais e internacionais? De que modo tais dilemas são narrados como problemas públicos?”), fluxo das políticas (soluções) (“Quais alternativas e diretrizes são propostas para o uso da IA na educação? Como essas soluções são legitimadas discursivamente?”) fluxo da política (conjuntura e atores) (“Quais atores institucionais e políticos impulsionam a entrada da IA na agenda educacional brasileira? Que disputas e relações de poder emergem nesse processo?”)

Do ponto de vista metodológico, a teoria dos Múltiplos Fluxos fornece a estrutura para examinar o fluxo da política a partir da interação entre os fluxos de problemas, soluções e política, permitindo compreender a abertura da janela de oportunidade que favorece a inclusão do tema na agenda governamental. Já a Análise do Discurso, na tradição francesa, orienta o olhar para os modos de construção e circulação de sentidos, enfatizando como os discursos institucionais e técnicos produzem significados, disputam legitimidades e silenciam determinadas vozes.

O corpus da pesquisa foi constituído pelas transcrições integrais do Seminário “IA na Educação Básica: Construindo Referenciais Nacionais”, promovido pelo Ministério da Educação em julho de 2025. O

evento ocorreu em dois dias, com falas de representantes do governo federal, organismos internacionais, secretarias estaduais e municipais de educação, pesquisadores e especialistas em inteligência artificial.

O recorte analítico abrangeu todos os atores que tiveram direito de fala no 1º e no 2º dia do seminário, com destaque para a forma como construíram sentidos acerca da IA e da educação básica. A análise foi organizada em categorias derivada da AD proposta por Pêcheux (1969), que envolve a identificação das formações discursivas (FD) (conjuntos de sentidos que regulam o que pode ser dito em determinado contexto), posição-sujeito (lugar ideológico a partir do qual o sujeito enuncia), Interdiscurso e memória discursiva (outros discursos que sustentam e atravessam o dizer) e os Silêncios e não-ditos (exclusões que delimitam os sentidos possíveis). Para dar visibilidade às regularidades e tensões, foram destacados trechos representativos das falas (em itálico ou entre aspas), seguidos de interpretação à luz da AD.

O percurso metodológico envolveu, em primeiro lugar, a análise do fluxo dos problemas por meio dos documentos oficiais (nacionais e internacionais, como: leis, relatórios e pareceres técnicos da UNESCO, OCDE e organismos multilaterais que tratam da relação entre IA e educação). Em seguida, para análise do fluxo das políticas e fluxo da política, foram retirados recortes dos discursos do vídeo “IA na Educação Básica: Construindo Referenciais Nacionais”, dedicou-se em evidenciar as alternativas propostas pelos interlocutores, suas estratégias discursivas e legitimação, os atores institucionais e políticos envolvidos, suas disputas e os contextos institucionais que favoreceram ou dificultaram a entrada do tema na agenda.

Por fim, os resultados foram integrados em uma leitura que articula os três fluxos à luz do modelo de Kingdon, ao mesmo tempo em que a análise do discurso evidencia as estratégias linguísticas e simbólicas que estruturam os debates sobre IA e educação.

3.2 Resultados e Discussões

Na análise dos documentos oficiais nacionais e internacionais realizados evidenciou-se a preocupação com o uso ético e pedagógico da GenAI na educação. Documentos internacionais, como os referenciais da UNESCO (2021) e da OCDE (2022), enfatizam a necessidade de incorporar princípios de inclusão, diversidade e respeito à privacidade, ao mesmo tempo em que defendem a IA como recurso capaz de

potencializar a personalização do ensino, apoiar professores e ampliar a eficiência da gestão educacional.

Os trechos a seguir são recortes do vídeo "IA na Educação Básica: Construindo Referenciais Nacionais", cuja duração total foi de 12 horas e 42 minutos, analisados à luz da Análise do Discurso Francesa, conforme a perspectiva de Michel Pêcheux (1997). Para compreender o conteúdo desses discursos, é necessário, antes, contextualizar o cenário e condições de sua produção. Essa análise foi dividida em duas partes, 1º e 2º dia do seminário, para melhor compreensão do discurso dos atores presentes com oportunidade de fala.

1º dia

1) Condições de produção do discurso

Evento público organizado pelo MEC, em parceria com UNESCO e Cetic.br|NIC.br, com objetivo declarado de construir referenciais nacionais para o uso "responsável, seguro e pedagógico" de IA na educação básica. Transmitido ao vivo em 17–18/07/2025, com programação de abertura, painéis e experiências de redes estaduais. A própria descrição do vídeo instala a memória discursiva de política pública em chave colaborativa e multissetorial, ancorada em referências UNESCO.

Mesa de honra (anunciada): nomes e instituições(Camilo Santana – Ministro da Educação– MEC), Kátia Schweickardt – Secretária de Educação Básica (MEC), Evânio Antônio de Araújo Lima – Secretário de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais (MEC), Marlova Jovchelovitch Noleto – Representante da UNESCO no Brasil, Graziela Castello – Pesquisadora do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br | NIC.br), Aléssio Costa Lima – Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Israel Batista – Conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE), Giselle Faria – Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais (CONSEC), estes inscrevem o evento em uma formação discursiva (FD) estatal-normativa e de governança educacional.

2) Formações discursivas: Quem falou e o que disse (atores e trechos da fala)

Após a contextualização das condições em que os discursos foram produzidos, passa-se para a análise das formações discursivas por meio dos trechos retirados do vídeo. Abaixo, apresenta-se uma sintaxe de trechos das falas dos enunciadores (não só a mesa de honra), com marcas linguísticas que ajudam a identificar posições-sujeito e regimes de verdade em circulação.

“Alexandre (MEC/CGAP)” [...] Perspectiva de referencial nacional de “uso responsável” (básica ao superior), com ênfase em formação docente, governança e atuação coletiva; IA como complementar, “para aliviar o professor” e ampliar a interação humana.[...]

Moderadoras: “Ana / Rebeca” (organização e ponte com UNESCO) [...] Reatualizam a memória institucional internacional: citam marcos UNESCO (competências para estudantes e professores; diretrizes para IA generativa), e introduzem a fala remota de Feng Miao (UNESCO), reforçando a autoridade epistêmica global[...]

“Rodrigo” (Secretário de Educação do Piauí) – Posição tecno-implementador: disciplina obrigatória de IA no EM e 9º ano; infraestrutura (laboratórios; conectividade), gestão por dados e programas conexos (empreendedorismo, hackathon). IA como conteúdo, recurso pedagógico e ferramenta de gestão.

“Professor IG” (acadêmico/consultor) – Posição crítico-realista: alerta contra “AI-first” e propõe “AI-second” em políticas; risco de aumento de desigualdades sem capacidade estatal; necessidade de descolonizar a IA e reduzir dependência de “soluções importadas”.

“Mariana” (representante federal em políticas digitais) – Posição regulatória-sistêmica: IA já opera em ecossistema “pouco regulado”; necessidades de regulação baseada em risco, direito à informação e revisão humana, avaliação de impacto algorítmico e enfrentamento de deep fakes como questão filosófico-política (verdade/factualidade).

Guilherme” (gestão estadual/RS) – Caso de IA preditiva para abandono escolar; salienta corresponsabilização escola-família e protocolos prévios de contato, além de desafios de capacidade estatal para uso responsável. (7:20:43–7:21:06; 8:07:45–8:09:30)

Fernando / Marisa (painéis)” – Painéis de aplicabilidade e gestão com IA (PNLD, previsão de alunos etc.), traduzindo IA como infraestrutura de decisão do sistema educacional.

3) Categorias e efeitos de sentido

3.1. Formações discursivas e posições-sujeito

- FD estatal-normativa (MEC/UNESCO/Cetic): organiza o dizer em torno de "uso responsável", "governança", "formação docente" — estabiliza sentidos de complementaridade da IA ("aliviar o professor"; "mais interação humana"), evitando o topos de substituição do trabalho docente. Posição-sujeito gestor/legislador.

- FD implementadora (redes estaduais): centra infraestrutura, currículo e gestão por dados; IA como conteúdo + ferramenta + tecnologia de governo (monitoramento, predição). Posição-sujeito gestor de rede/secretaria.

- FD crítico-realista/ decolonial: desconfiança de "AI-first", defesa de AI-second, fortalecimento de capacidades estatais, tecnodiversidade e decolonização da IA. Posição-sujeito acadêmico-assessor que reintroduz contradições e geopolítica da infraestrutura.

- FD regulatória baseada em risco: centraliza direitos, revisão humana, impacto algorítmico e deepfakes como crise da verdade. Posição-sujeito regulador/política digital.

3.2. Condições de produção, interdiscurso e memória

Interdiscurso internacional (UNESCO) traz como memória de "boas práticas"/marcos normativos e legitima a urgência de referenciais nacionais, articulando língua de direitos, competências e ética.

Memória da gestão por resultados na educação brasileira sustenta o investimento em dados, avaliação e predição (abandono), deslocando a IA para o campo de governamentalidade algorítmica (tomada de decisão distribuída por modelos)

Memória crítica de letramento midiático/algorítmico organiza o chamado ao "pensamento crítico com conhecimento" (saber "o peso da pedra"): desloca o medo/hipérbole para formação crítica situada.

3.3. Ideologia, paráfrase e polissemia

Paráfrase estabilizadora ("IA para aliviar o professor", "complementar, não substituir") funciona como antídoto discursivo contra o fantasma da "substituição docente".

Polissemia controlada em “IA na educação”: ora conteúdo curricular, ora recurso pedagógico, ora mecanismo de gestão, sentidos múltiplos são manejados para ampliar adesão à agenda.

Ideologia do desenvolvimento/modernização (laboratórios, conectividade, hackathons) convivem tensamente com a ideologia crítica decolonial (tecnodiversidade, AI-second, infraestrutura soberana), produzindo contradição fecunda para a política.

3.4 Efeitos de sentido estratégicos (para as Diretrizes)

1. Legitimação por autoridade internacional (UNESCO) + tradução nacional (MEC/CGAP)

2. Priorização da formação docente e do letramento algorítmico (estudantes/professores)

3. Governança e risco: avaliação de impacto, revisão humana e protocolos (abandono).

4. Capacidade estatal e trajetória de implementação (AI-second): não “pular etapas”.

5. Geopolítica e infraestrutura: data centers, energia/água, trabalho de rotuladores e ciclo de vida da IA como conteúdo curricular crítico

2º dia

1. Condições de Produção do Discurso

O segundo dia mantém a mesma formação discursiva institucional do 1º, mas com deslocamentos importantes: os atores principais são acadêmicos, pesquisadores e gestores ligados diretamente à formulação curricular (UNESCO, Cátedra TIC, IFs, MEC e CNE). Isso situa o debate em um interdiscurso técnico-pedagógico, marcado pela legitimação científica.

2. Posições-Sujeito e Formações Discursivas

2.1 UNESCO e Maria Red (moderação)

A mediadora Maria Red, da UNESCO, invocou Paulo Freire ao afirmar: “Estamos no país de Paulo Freire.” Esse gesto reinscreve a FD humanista-crítica, tensionando o tecnicismo dominante. A memória freiriana é aqui mobilizada como contra-memória, lembrando que a educação não pode se reduzir à técnica, mas deve dialogar com valores de emancipação e cidadania crítica.

2.2 Rosa Vicari e Cristian Brackmann (Cátedra UNESCO/TIC – UFRGS e IF Farroupilha)

Ambos assumem a posição-sujeito de especialistas construtores de referenciais curriculares em IA, ancorados em discursos de letramento digital e pensamento computacional. Apresentaram referenciais de letramento em IA, defendendo a inclusão de competências como “letramento em dados, algoritmos e modelos”. Esse discurso inscreve-se na FD científico-tecnicista, em que a legitimidade provém da ciência e da expertise. O efeito de sentido é o de necessidade incontornável: a IA surge como objeto curricular inevitável, cuja ausência significaria atraso educacional. Contudo, nota-se um silenciamento dos professores da educação básica, que aparecem apenas como receptores do conhecimento produzido por especialistas.

2.3 Ivan Siqueira (CNE – relator da BNCC Computação)

Ivan Siqueira (CNE), relator da BNCC em Computação, enunciou: “No Brasil, se não está escrito, não se cumpre.” Essa formulação revela uma FD jurídico-normativa, sustentada pelo interdiscurso da Constituição e da BNCC. A posição-sujeito é a de legislador, que coloca o peso da transformação educacional no registro formal da lei e do currículo. O efeito ideológico é o do positivismo normativo, em que a mudança só se concretiza pela escrita normativa, naturalizando a dependência brasileira de regras formais.

2.4 Yuri Rubim (Instituto Anísio Teixeira – Bahia)

Yuri Rubim destacou experiências com Centros Juvenis e laboratórios de inovação, propondo uma FD inovadora-criativa. Seu discurso desloca o debate da normatização centralizada para práticas locais, enraizadas em contextos escolares específicos. O efeito é o de pluralização dos sentidos da IA, concebida não apenas como currículo imposto, mas como recurso pedagógico explorado de modo criativo.

3. Interdiscurso e Memória Discursiva

O interdiscurso global da UNESCO aparece como eixo condutor: ética, sustentabilidade, direitos humanos. A memória discursiva da informatização da educação nos anos 1990 (Simpósio de Informática na Educação, experiências pioneiras no Brasil) é reinscrita como legitimação histórica.A memória freiriana é mobilizada de forma estratégica, mas secundária, quase ornamental, diante da hegemonia tecnicista.

4. Ideologia e Silêncios

O discurso dominante do 2º dia reforça a ideologia do determinismo tecnológico, apresentando a IA como inevitabilidade histórica e curricular. Os silêncios recaem novamente sobre os sujeitos escolares (professores da educação básica, estudantes e famílias), cujas vozes não aparecem como produtoras de sentido. A ausência reforça a centralidade de gestores, especialistas e organismos internacionais como sujeitos autorizados a definir os rumos da IA na educação.

3.3 Articulação entre a Análise do Discurso e os Três Fluxos de Kingdon

A análise do Seminário "IA na Educação Básica: Construindo Referenciais Nacionais" permitiu identificar elementos centrais na formação da agenda política relacionada ao uso crítico e ético da Inteligência Artificial na educação básica brasileira, à luz da Teoria dos Multi Fluxos de Kingdon. Os discursos analisados revelam uma convergência entre a percepção de problemas educacionais, propostas políticas e soluções técnicas e sociais, além da emergência de janelas de oportunidade para a definição de diretrizes nacionais.

No Fluxo do Problema, os discursos enfatizam desigualdades no acesso à IA, insuficiência de formação docente e risco de ampliação das desigualdades educacionais. Especialistas e gestores escolares destacam que "nas escolas públicas, a implementação da IA ainda é desigual, criando brechas de acesso e qualidade" e que "professores não recebem formação adequada para integrar IA no ensino". Tais percepções indicam que os problemas são reconhecidos como questões sociais e educacionais de relevância nacional, sendo fundamentais para a inclusão do tema na agenda política.

O Fluxo da Política evidencia propostas e instrumentos políticos sugeridos para enfrentar os problemas identificados. Autoridades do Ministério da Educação e pesquisadores propõem a criação de diretrizes nacionais e a obrigatoriedade de formação continuada de professores, como destacado em trechos do

seminário: “sugere-se criar diretrizes nacionais para uso ético e seguro da IA” e “formação continuada de professores deve ser obrigatória”. Estas iniciativas indicam como os problemas estruturais podem ser conectados a soluções políticas, refletindo a atuação do Estado na mediação entre demandas sociais e formulação de políticas.

O Fluxo da Política de Soluções concentra-se na discussão de estratégias específicas que articulam aspectos técnicos, pedagógicos e sociais. Discursos de pesquisadores e organizações da sociedade civil sugerem que as diretrizes considerem privacidade, ética, inclusão digital e evidências científicas, além de envolver participação social na sua formulação. Tais proposições refletem a tentativa de legitimar as soluções, alinhando interesses diversos e valores sociais à política educacional, em consonância com os princípios da Análise do Discurso Francesa, que evidencia a dimensão ideológica presente nos discursos.

Finalmente, a janela de oportunidade, ou o acoplamento dos fluxos, revela que a crescente atenção pública à IA e às demandas por uma educação crítica cria condições favoráveis para que o tema seja incorporado à agenda política. A expansão de recursos digitais nas escolas e a pressão por políticas mais equitativas constituem janelas de oportunidade identificadas nos discursos: “o aumento do interesse público em IA e as demandas por educação crítica criam oportunidade para definir diretrizes nacionais”.

4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração dos fluxos de Kingdon com a análise discursiva permite compreender que a formação da agenda política para diretrizes de IA na educação básica não é linear, mas resultado de interações complexas entre problemas sociais, propostas de políticas e soluções técnicas, mediadas por contextos institucionais e ideológicos. Observa-se, ainda, que embora haja convergência entre problemas percebidos e soluções propostas, persistem lacunas relativas à efetiva implementação das diretrizes, indicando que o debate sobre ética, inclusão e formação docente deve continuar sendo fortalecido.

Assim, os resultados apontam que a consolidação de diretrizes nacionais não se dá apenas como resposta técnica a uma necessidade educacional, mas como processo discursivo e político, permeado por disputas de sentido e negociações entre atores em níveis globais, nacionais e locais. A principal contribuição deste estudo reside em demonstrar como a teoria dos Multi-Fluxos, articulada à análise do discurso francesa, permite compreender não apenas os mecanismos formais de formação da

agenda, mas também as tensões simbólicas que estruturam a forma como a IA é representada, legitimada ou contestada no campo da educação básica.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Análise do discurso. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial – EBIA. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Brasília: MCTI, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/inteligencia-artificial/est rategia-brasileira-de-inteligencia-artificial. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 157, p. 59-64, 15 ago. 2018.

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DONEDA, Danilo; SOUZA, Carlos Affonso Pereira de. A proteção de dados pessoais como direito fundamental. Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 25, n. 1, p. 13-35, 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. São Carlos: Claraluz, 2003.

KINGDON, John W. Agendas, alternatives, and public policies. 2. ed. New York: Longman, 2003.

KINGDON, John W. Agendas, alternativas e políticas públicas. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OCDE. AI and the Future of Skills: Capturing the potential of AI in education. Paris: OECD Publishing, 2022.

OECD. AI Openness: Concepts, Metrics and Practices. Paris: OECD Publishing, 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/08/ai-openness_958d292b/02f73362-en.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ROSA, Hartmut. Aceleração e alienação: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SELWYN, Neil. The future of AI and education: Some cautionary notes. European Journal of Education, v. 57, n. 4, p. 542-557, 2022. DOI: https://doi.org/10.1111/ejed.12524.

UNESCO. AI and Education: Guidance for Policy-Makers. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em:https://www.unesco.org/en/articles/unesco-supports-arab-states-developing-ai-competencies-students-and-teachers. Acesso em: 18 ago. 2025.

UNESCO. Orientação para a Inteligência Artificial Generativa na Educação e na Pesquisa. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386747. Acesso em: 18 ago. 2025.

UNESCO. Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial. Paris: UNESCO, 2021.

Capítulo 9

10.37423/260711186

ENTRE A IDENTIDADE E O ESTIGMA: SER GAY E ADOLESCENTE

Mariana Sales Oliveira — *Institutos Superiores de Ensino do CENSA*

Érica Henrique Ribeiro-Andrade — *Institutos Superiores de Ensino do CENSA*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os processos psicossociais envolvidos na formação da identidade de adolescentes homoafetivos diante de experiências de estigmatização. A adolescência é marcada por transformações físicas, emocionais e sociais, sendo a sexualidade um fator relevante na construção da identidade. Para jovens homoafetivos, esse processo é atravessado por normas sociais, preconceitos e estigmas que dificultam a autoaceitação e o reconhecimento social. A metodologia adotada consistiu em uma revisão de literatura com análise de conteúdo, utilizando palavras-chave relacionadas à identidade, estigma, adolescência, homossexualidade e psicologia social; e uma pesquisa de campo com abordagem quanti-quali, aplicada a uma amostra de 107 adultos que se identificam como homossexuais, bissexuais ou pansexuais desde a adolescência. Os dados foram coletados por meio de questionário online na plataforma Google Forms, contendo perguntas objetivas e subjetivas, analisadas por estatísticas descritivas e análise de conteúdo. A análise evidenciou que a vivência da homoafetividade na juventude é frequentemente marcada por violências, silenciamentos, invalidações e sentimentos de inadequação, resultantes de experiências de exclusão, repressão e invasão de privacidade. Ao mesmo tempo, surgem relatos que apontam para estratégias de resistência, como a busca por redes de apoio em relações afetivas e construção de espaços de pertencimento. Tais vivências revelam tanto os impactos da estigmatização sobre o desenvolvimento identitário, quanto às possibilidades de enfrentamento construídas pelos próprios sujeitos. Conclui-se que, embora avanços sociais e culturais sejam consideráveis, a homoafetividade na adolescência ainda se constitui como experiência vulnerável, exigindo maior atenção de políticas públicas, práticas educativas e contextos de acolhimento que promovam a escuta, o cuidado e o direito à diversidade.

Palavras-chave: Psicologia Social, Homofobia e Adolescência

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é popularmente compreendida como um período de intensas transformações físicas, psíquicas e sociais. No entanto, mais do que uma etapa biológica, ela pode ser vista como uma construção atravessada por diferentes fatores históricos, culturais e subjetivos. Segundo a Organização Mundial da Saúde, esse ciclo da vida compreende a faixa entre os 10 e 19 anos, sendo caracterizado por processos de amadurecimento que envolvem a sexualidade, a autonomia e a busca por pertencimento. Louro (2003, 2004) e Butler (2003), ao discutir sobre questões de gênero e sexualidade em instituições como as escolares e religiosas; e Souza (2022) que reflete sobre o período da vida e suas particularidades, evidenciam a necessidade de compreender as especificidades e os atravessamentos sociais e psicológicos que abrangem essas vivências, sem que seja obrigatório patologizar ou normalizar as experiências e enfrentamentos.

Este estudo parte do pressuposto investigativo de que adolescentes homoafetivos — que se identificam como gays, lésbicas, bissexuais ou pansexuais — podem enfrentar experiências particulares ao longo desse processo, especialmente diante de contextos marcados por estigmas que fortalescem vivencias de homofobia, discriminação e invisibilidade. A identidade, compreendida aqui como uma construção relacional e dinâmica (Erikson, 1976; Goffman, 1980), pode ser profundamente impactada por estigmas sociais que limitam o reconhecimento e a expressão de si. Nesse sentido, a adolescência torna-se um território de disputas internas e externas, onde a busca por aceitação pode colidir com padrões normativos impostos pela sociedade.

Para aprofundar essas discussões, o presente trabalho apoia-se na Psicologia Social Crítica, uma abordagem que compreende a subjetividade como inseparável do contexto histórico e sociopolítico. Silvia Lane (2006), uma das principais referências dessa vertente no Brasil, propõe uma psicologia comprometida com a transformação social, que não se limita a adaptar o sujeito ao meio, mas questiona as estruturas que produzem sofrimento e exclusão. Assim, este estudo se propõe não apenas a investigar as vivências de adolescentes homoafetivos — por meio de relatos de adultos que passaram por esse processo —, mas também a refletir sobre como essas experiências foram (ou não) recebidas por si mesmos e pelos seus meios sociais, e de que forma contribuíram para a construção de suas identidades.

Partindo dessas reflexões, o presente estudo se propõe a investigar como adultos que se identificam como homoafetivos compreendem, em retrospecto, suas vivências na adolescência. Busca-se explorar

como experiências de estigmatização, identificação, aceitação (ou sua ausência), e pertencimento contribuíram para a construção de suas identidades. A pesquisa parte de uma abordagem quanti-quali, com base na Psicologia Social Crítica, e pretende discutir aspectos que implicam a trajetória desse grupo minoritário e suas percepções diante de si mesmos e da sociedade.

2 METODOLOGIA

O presente estudo propôs realizar uma pesquisa de campo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do ISECENSA (CEPISECENSA) através do número 87243025.2.0000.5524 no dia 24 de Abril de 2025. Configura-se por meio de abordagem quantitativa e qualitativa.

A pesquisa de campo caracteriza-se por envolver, além da revisão bibliográfica e documental, a coleta de dados diretamente com participantes, utilizando diferentes tipos de investigação (Fonseca, 2002). Neste estudo, essa etapa permitiu compreender vivências subjetivas e sociais de adultos que experienciaram a homoafetividade na adolescência. Para analisar os dados qualitativos, utilizou-se a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), a fim de identificar categorias e temas recorrentes nas falas dos participantes, de forma sistemática e interpretativa.

O formato da pesquisa foi executado através de um questionário online. A coleta de dados foi realizada com 107 indivíduos, contendo 18 perguntas, dentre elas 10 objetivas e 4 descritivas. A primeira pergunta objetiva do formulário abordou o aceite dos termos do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), enviado por e-mail e contido em forma de link na descrição da pergunta. A continuidade da participação só foi possível através da aceitação dos termos. A segunda pergunta do questionário e primeira discursiva se trata da identificação dos participantes da pesquisa e seus nomes, que não serão divulgados no presente estudo. As respostas das demais perguntas foram tabuladas e analisadas para a construção dos resultados e discussões do estudo.

A seleção dos participantes ocorreu por meio de livre adesão, a partir da divulgação da pesquisa em redes sociais. Aqueles que manifestaram interesse e se enquadraram nos critérios de inclusão receberam, via e-mail, o link para o questionário, hospedado na plataforma Google Forms, bem como o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), assegurando a preservação da identidade dos participantes e a confidencialidade das informações fornecidas.

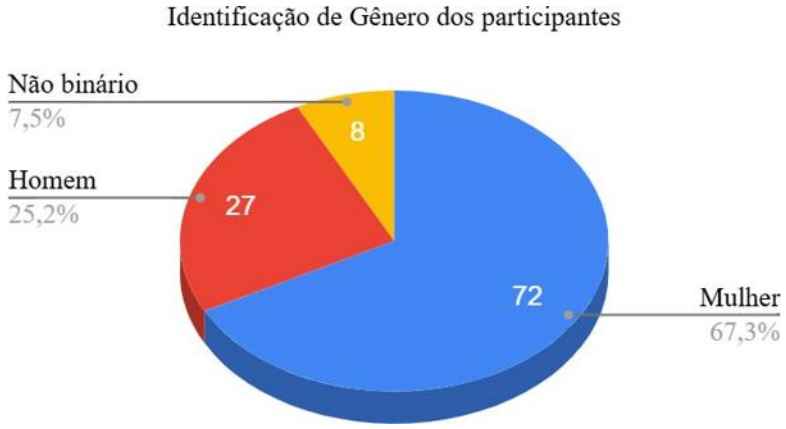
Os resultados serão analisados com o objetivo de compreender os processos psicossociais envolvidos na formação da identidade de adolescentes homoafetivos diante de experiências de estigmatização. Para o tratamento dos dados estatísticos produzidos pelas perguntas objetivas do questionário, foram gerados gráficos numéricos das respostas, já para as perguntas discursivas, utilizou-se a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2006), a fim de identificar categorias e temas recorrentes nas falas dos participantes, de forma sistemática e interpretativa.

Para essa análise, foi necessária uma revisão bibliográfica com base em estudos e produções acadêmicas nacionais e internacionais e foram utilizadas palavras-chave como “identidade”, “estigma”, “adolescência”, “homossexualidade” e “psicologia social” para o levantamento do referencial teórico. Essa etapa teve como objetivo contextualizar o fenômeno estudado, oferecendo suporte conceitual à análise dos dados (Fonseca, 2002). A literatura consultada abrange autores que discutem os aspectos psicossociais do desenvolvimento na adolescência, os efeitos da estigmatização, a história da sexualidade e as vivências de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

3 RESULTADOS

A presente seção tem como objetivo apresentar os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada com os 107 participantes que se identificam como homoafetivos (gays, lésbicas, bissexuais ou pansexuais) e vivenciaram a descoberta da orientação sexual durante a adolescência. Os resultados apresentam gráficos produzidos através das respostas objetivas e análise de conteúdo das perguntas discursivas e descritivas.

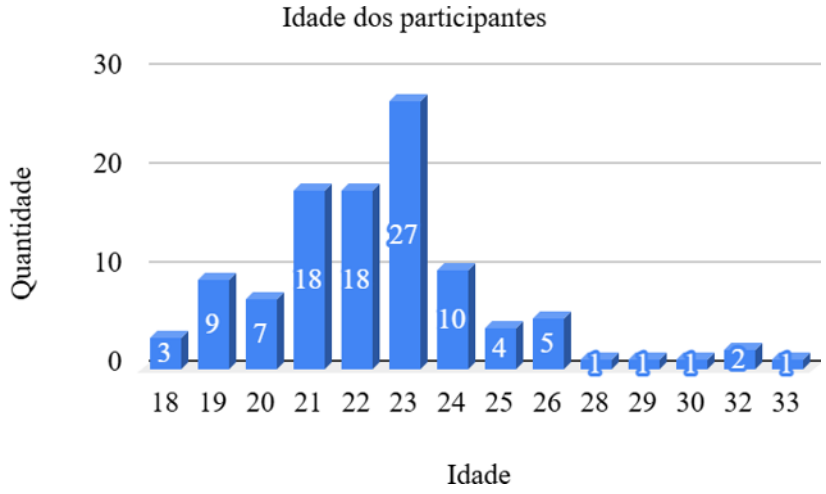
Figura 1: Gráfico das respostas sobre a Identificação de Gênero dos participantes da pesquisa.



Fonte: Autoria própria.

No quesito da identidade de gênero, dos 107 participantes, a maioria, 72 indivíduos (67,3%) se identificam como mulheres, 27 indivíduos se identificam como homens e 8 indivíduos se identificam no espectro da não binariedade, incluindo pessoas que se identificam como Não-Binárias (5), Agênero (2) e Gênero Fluido (1).

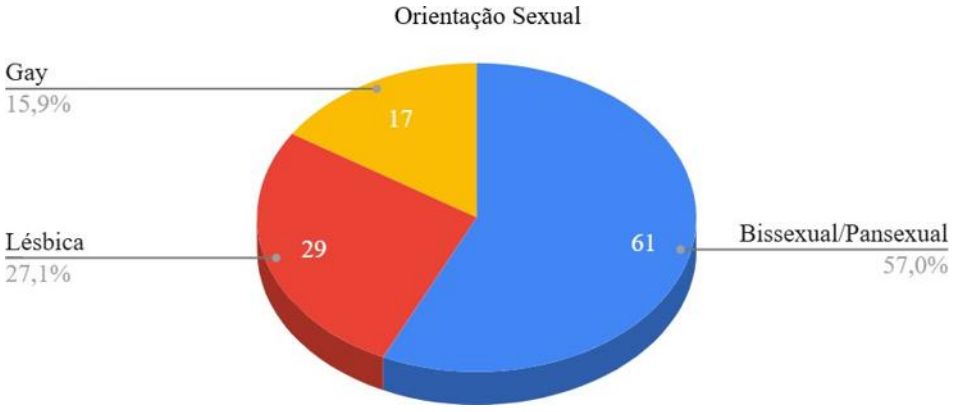
Figura 2: Gráfico da Idade dos participantes.



Fonte: Autoria própria.

A idade dos participantes variou entre 18 a 33 anos, sendo a maioria na faixa etária de 23, 22 e 21 anos respectivamente.

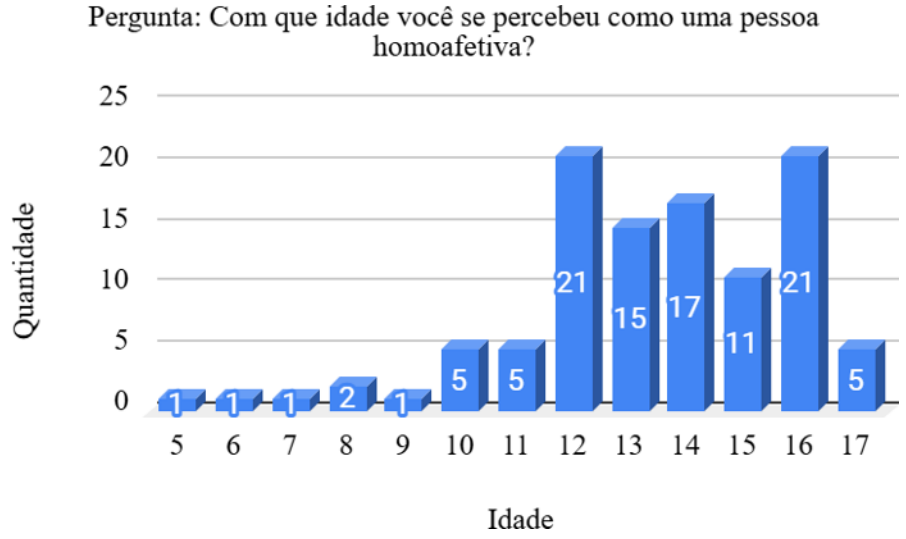
Figura 3: Gráfico da orientação sexual dos participantes.



Fonte: Autoria própria.

Em relação à orientação sexual dos participantes da pesquisa, das 107 pessoas, 29 (27,1%) dos participantes se identificam como Lésbicas, 17 (15,9%) dos participantes se identificam como Gays, e, em sua maioria, 61 (57%) dos participantes se identificam como Bissexuais/Pansexuais.

Figura 4: Gráfico da Idade que os participantes se perceberam como pessoas homoafetivas.



Fonte: Autoria própria.

Ao serem perguntados sobre a idade que se perceberam como pessoas homoafetivas, as respostas variaram entre períodos da infância e da adolescência, entre os 5 e os 17 anos. A maioria dos participantes relata ter vivido a experiência de descoberta de sua orientação sexual entre os 12 e os 16 anos, sendo esses marcadores de idade os principais apontados pelos participantes como início da compreensão da sexualidade homoafetiva.

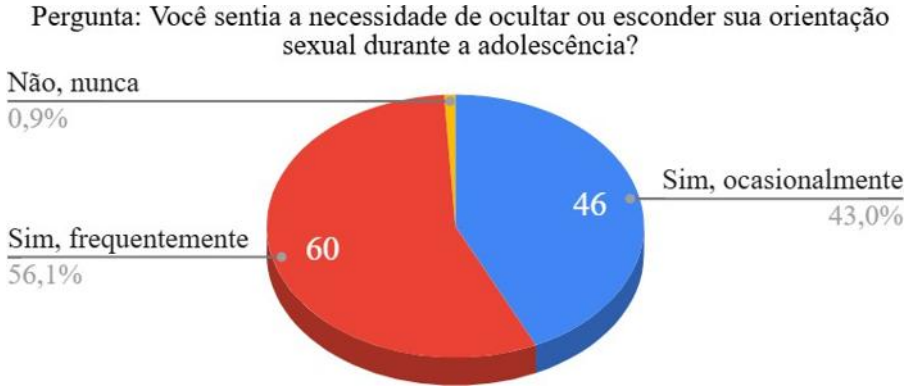
Figura 5: Gráfico da percepção se havia aceitação da orientação sexual nos ambientes vividos.



Fonte: Autoria própria.

Ao serem questionados sobre o sentimento de aceitação da sua orientação sexual nos ambientes em que viviam, a maioria dos participantes, 62 (57,9%), respondeu que sentia que sua orientação era parcialmente aceita, e que essa aceitação ocorria apenas em alguns ambientes. Uma outra grande parcela, 39 pessoas (36,4%), assinalaram que não se sentiam aceitos nos ambientes que viviam. Além disso, 4 (3,7%) responderam que não sabiam ou não pensavam sobre isso, enquanto 2 (1,9%) afirmaram que sentiam que sua orientação sexual era totalmente aceita.

Figura 6: Gráfico de respostas dos participantes sobre a necessidade de ocultar ou esconder a própria orientação sexual durante a adolescência.



Fonte: Autoria própria.

Quando indagados sobre sentirem a necessidade de ocultar ou esconder a própria orientação sexual durante a adolescência, os participantes da pesquisa se dividiram majoritariamente em duas vertentes: com 60 (56,1%) participantes respondendo que Sim, frequentemente; e, de forma semelhante, outros 46 (43%) afirmando que Sim, ocasionalmente. De forma contrária á maioria, apenas 1 (0,9%) afirmou nunca ter sentido a necessidade de ocultar ou esconder a própria orientação sexual durante a adolescência.

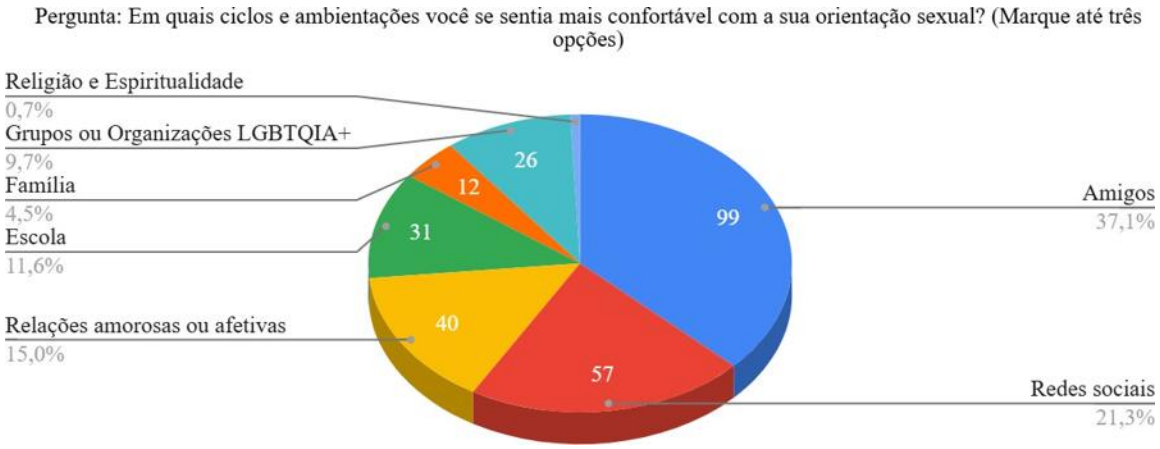
Figura 7: Gráfico sobre o sentimento de necessidade de mudança da forma de falar, de vestir ou de agir por medo do preconceito e de suposições sobre a sexualidade do indivíduo.



Fonte: Autoria própria.

Quando indagados sobre a necessidade de mudar a forma individual de cada um em relação à forma de se vestir, de falar ou de agir, a maior parte dos participantes da pesquisa, 46 (43,4%) respondeu que sentia essa necessidade de forma parcial, sendo presente em apenas em alguns ambientes. Outra grande parte dos indivíduos participantes da pesquisa, 55 (33%) responderam que sim, sentiam essa necessidade frequentemente. Por outro lado, 23 (21,7%) responderam que não, nunca, e 2 (1,9%) dos participantes responderam que não sabiam ou não se lembravam.

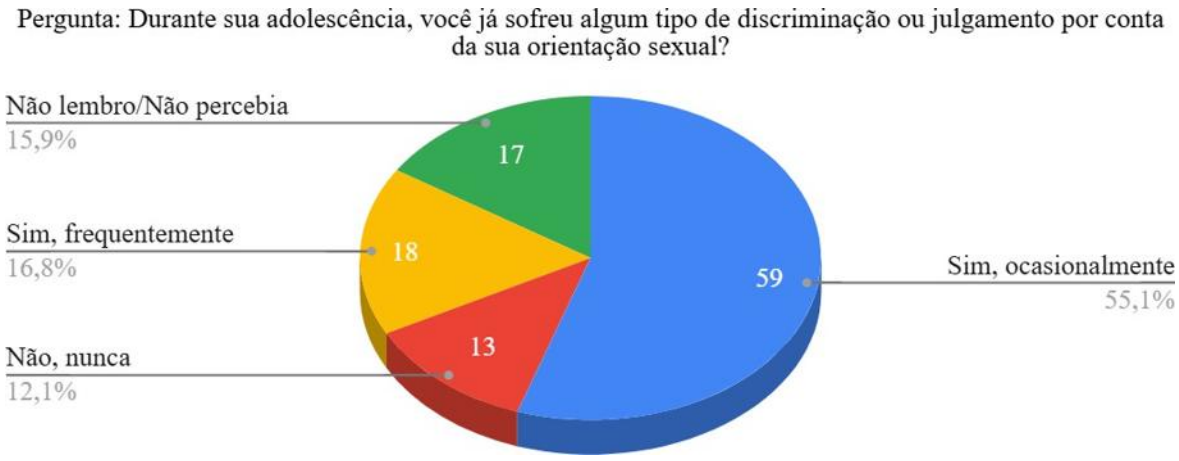
Figura 8: Gráfico que apresenta em quais ciclos e ambientações os indivíduos se sentiam mais confortáveis com a sua orientação sexual.



Fonte: Autoria própria.

Ao apresentar a pergunta aos participantes, a maioria, 99 (37,1%), respondeu que se sentem mais confortáveis com a sua orientação sexual ao redor e em ambientes que estejam presentes de amigos. Uma outra grande parte dos participantes 57 (21,3%) relatou que se sente mais confortável nas redes sociais, e outra parte, 40 (15%) afirma se sentir mais confortável dentro de suas relações amorosas e/ou afetivas. Já em sua menor parte, 31 (11,6%) dos participantes se sentiam mais confortáveis nas suas escolas, 26 (9,7%) responderam que se sentiam assim em grupos ou organizações LGBTQIA+, outros 12 (4,5%) indivíduos afirmam se sentir mais confortáveis na presença dos familiares, e, por último, apenas 1 (0,7%) pessoa relatou sentir o conforto em sua religião ou espiritualidade.

Figura 9: Gráfico representativo da realiazação do sofrimento de discriminação ou julgamento devido a orientação sexual dos participantes.



Fonte: Autoria própria.

Quando questionados sobre o sofrimento de discriminação ou julgamento em função da orientação sexual dos participantes da pesquisa, a maior parte, 59 (55,1%) declara que sim, sofreu discriminações

ou julgamentos ocasionalmente. De forma semelhante, 18 (16,8%) dos participantes afirmaram que passaram por isso frequentemente. Por outro lado, 17 (15,9%) indivíduos disseram que não se lembram/não percebiam, e 13 (12,1%) afirmaram que não, nunca sofreram nenhum tipo de discrimanação ou julgamento por causa da sua orientação sexual.

Figura 10: Gráfico de classificação da experiência individual como um adolescente homoafetivo.



Fonte: Autoria própria.

Quando questionados sobre suas experiências como adolescentes homoafetivos, em menor quantidade, 5 participantes (4,7%) afirmaram ter tido uma experiência ótima, 24 (22,4%) classificam como boa. A maioria, 45 indivíduos (42,1%), respondeu que foi uma experiência regular, 23 (21,5%) responderam que foi uma experiência ruim e 10 participantes (9,3%) declaram ter sido uma experiência péssima.

Figura 11: Gráfico informativo para saber se o participante evitou viver experiências ou fazer planos por medo de ser alvo de preconceito ou estigma.

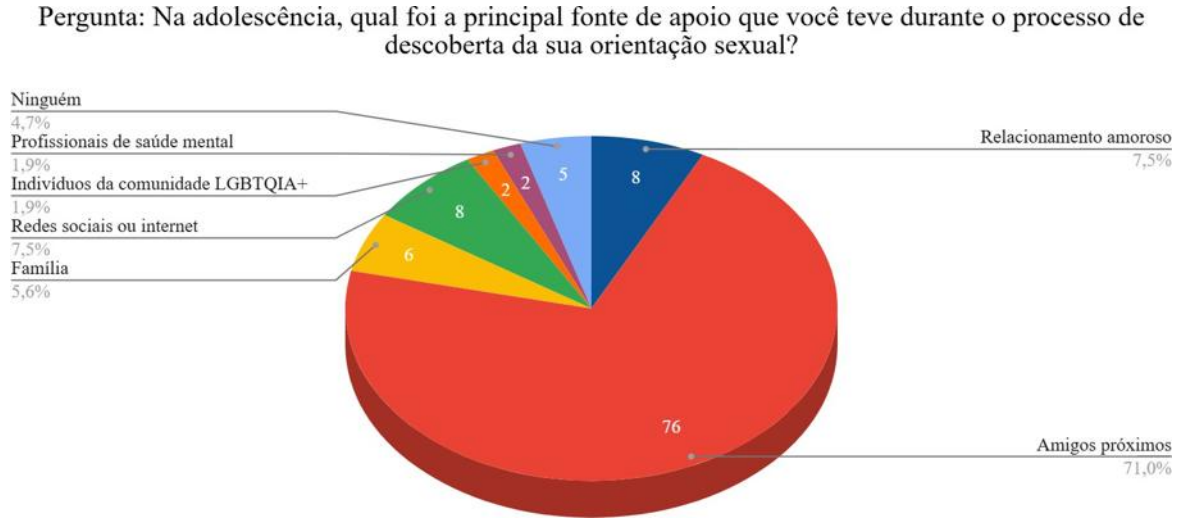


Fonte: Autoria própria.

A maior parte dos participantes, ao serem indagados sobre terem evitado de viver experiências ou fazer planos por medo de serem alvo de preconceito ou estigma, afirmaram que sim, evitavam, sendo

49 deles (45,8%) ocasionalmente e 37 (34,6%) participantes responderam que evitavam frequentemente. Porém, houve uma parte dos integrantes da pesquisa, 15 (14%), que responderam não, pois não se importavam com isso; e a outra parte, 6 (5,6%), respondeu que não, pois eles não sofreram nenhum tipo de preconceito ou estigma.

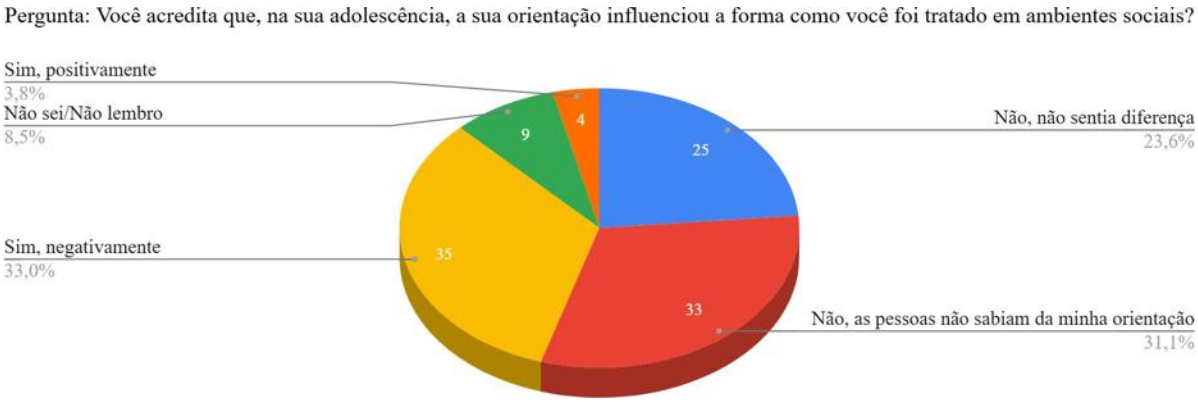
Figura 12: Gráfico representativo sobre qual foi a principal fonte de apoio que os indivíduos da pesquisa tiveram durante o processo de descoberta de sua orientação sexual.



Fonte: Autoria própria.

Ao apresentar a pergunta sobre qual foi a principal fonte de apoio dos indivíduos durante o processo de descoberta de sua orientação sexual, a maior parte dos participantes, 76 (71%) afirmou ter sua maior fonte de apoio advinda de seus amigos próximos, uma parte dos indivíduos respondeu ter esse apoio proveniente de relacionamentos amorosos, 8 (7,5%), e de redes sociais ou internet, também com 8 (7,5%) indivíduos. Outra parte dos participantes, 5 (4,7%), afirma não ter recebido apoio de ninguém durante esse período e, de forma contrária, 6 indivíduos (5,6%) afirmaram ter recebido esse apoio proveniente de suas famílias. Por outro lado, em menor quantidade, 2 (1,9%) indivíduos responderam que receberam apoio de outros indivíduos da comunidade LGBTQIA+, e outros 2 (1,9%) afirmam que receberam esse apoio de profissionais da saúde mental.

Figura 13: Gráfico representativo do reconhecimento dos participantes em relação à influência de sua orientação sexual na forma como eram tratados em diferentes ambientes sociais.



Fonte: Autoria própria.

O gráfico apresenta que a maior parte dos participantes, 35 (33%), acredita que sua orientação sexual foi fator determinante para influenciar, de forma negativa, a forma como foram tratados em diferentes ambientes sociais, outra grande parte, 33 (31,1%), afirma não ter sua sexualidade como fator determinante para essa influência, pois as pessoas não sabiam sobre sua orientação sexual. Enquanto isso, 25 (23,6%) indivíduos afirmam não terem sentido diferença em relação ao tratamento recebido por outros em ambientes sociais. Já uma das menores partes afirma sentir diferença no tratamento, porém de forma positiva, 4 (3,8%), e a outra afirma não se lembrar ou não saber se foram tratadas de forma diferente, 9 (8,5%).

Figura 11: Nuvem ilustrativa das palavras que apareceram na pergunta discursiva: “Descreva em 1 palavra o que você sentia ao pensar na sua sexualidade quando era adolescente (Exemplos: Felicidade, Esperança, Alegria, Medo, Angústia, Confusão, etc.)”.



Fonte: Autoria própria.

A nuvem ilustra quais palavras aparecem nas respostas dos participantes ao descrever em uma palavra o que eles sentiam ao pensar em sua sexualidade na adolescência, à medida que algumas respostas

aparecem com maior frequência, essas palavras ficam em mais evidência. A maioria dos participantes (23) descreveu o sentimento como Confusão; 21 descreveram como Medo; 14 responderam Angústia; 6 sentiam Preocupação; a Ansiedade (4), a Esperança (4), e a Insegurança (4) também foram palavras que apareceram como respostas. De forma semelhante, as palavras: Conforto (2), Culpa (2), Curiosidade (2), Errado (2), e Incerteza (2) também apareceram, porém em menor quantidade. Outras palavras que apareceram pelo menos uma vez foram: Agitada, Aprisionada, Auto-repressão, Confiante, Decepção, Desassossego, Descoberta, Desesperança, Deslocamento, Empolgação, Esclarecimento, Dúvida, Alegria, Expectativa, Felicidade, Incapacidade, Indiferença, Liberdade, Negação, Normalidade, Novidade, Pertencimento, Receio, Solidão, Tranquilidade, e por fim, Apreensão.

Ao serem direcionados a pergunta discursiva: "Você sente que enfrentou muitos desafios na adolescência por ser uma pessoa homoafetiva? Se sim, apresente em poucas palavras quais foram esses desafios" os resultados apontam que 47 respostas mencionaram dificuldades no ambiente familiar, especialmente relacionadas à aceitação, repressão, controle e isolamento. Muitos relataram que precisavam esconder relacionamentos, mentir sobre suas amizades ou locais que frequentavam e até evitar contato com membros da própria família por medo de rejeição. Alguns exemplos dessas falas incluem: "Principal desafio foi a família, assumir e manter aquilo que acreditava mesmo muitos não concordando", "Sim, dificuldade de aceitação da família, falta de rede de apoio, ambientes/pessoas preconceituosas", "Sim, minha família foi um grande empecilho no processo de aceitação, com frequentes ameaças e diversos tipos de agressões", "Fiquei dois anos sem falar com meu pai, mas tive a sorte de uma mãe que me aceitava", "Era proibida de sair de casa, tinha minha privacidade invadida, redes sociais vasculhadas, proibida de ter amizade com outras meninas que parecessem minimamente LGBT" além de relatos como maior dificuldade sendo "Sentir o amor dos meus pais, ter amizades com meninos na escola, me sentir bem comigo mesmo".

Além disso, cerca de 31 pessoas citaram conflitos internos, como dificuldades de auto aceitação, medo constante, sentimentos de culpa e sofrimento emocional. Muitas delas viveram em negação , evitaram experiências afetivas por receio de julgamentos ou escolheram omitir sua sexualidade para evitar desconfortos e violências. Algumas falas representativas foram: "Enfrentei alguns desafios relacionados a impossibilidade de viver livremente e a agonia de não saber como agir em relação aos meus desejos", "Bom, a maneira pela qual fitam os olhos, também é um desafio. Esses, que deveriam ser para acalentar a dor da descoberta, ajudam a aumentar o medo", "O meu maior desafio foi

internamente, tentando me aceitar como uma pessoa homoafetiva" e "Sim, enfrentei o preconceito que existia dentro de mim".

Dos relatos analisados, 10 participantes descreveram episódios diretamente relacionados a violência, assédio e bullying durante a adolescência por conta de sua homoafetividade. Esses relatos envolvem desde agressões físicas e verbais até controle psicológico e assédio moral. Dentre eles se destacam: "Bullying na escola e também falta de apoio da família, me levando a me reprimir", "Exclusão e xingamentos por pessoas da minha escola" "Sim. Discriminação no ambiente de trabalho e educacional, homofobia por parte de colegas, estigmatização" "Violência física e verbal, julgamentos e deduções errôneas, exclusão", "Frequentes ameaças e diversos tipos de agressões".

Cerca de 11 pessoas mencionaram desafios relacionados a vivências religiosas, nas quais eram marcadas por culpa, repressão e até participação em práticas de "cura gay", como terapias de conversão e exorcismos. Foram relatos intensos e dolorosos, como: "Participei de várias 'curas gays' na adolescência e me sentia suja, pecadora e errada por gostar de mulheres", "Posso dizer que os desafios eram mais internos que externos, cresci na igreja então frequentemente me sentia errada ou julgada", "Sim, principalmente no âmbito familiar, por ter crescido no meio de pessoas "evangélicos", conservadoras e, majoritariamente, idosas", "Preconceito por parte da família, medo da igreja", "Apesar de saber, eu vivia em negação e até me privei de viver um sentimento mútuo por medo dos outros e da minha religião na época" e "Exorcismo, terapia de conversão, rejeição materna".

Por outro lado, 16 pessoas relataram não ter enfrentado tantos desafios. Alguns que descreveram suas experiências, demonstram ter vivido em ambientes acolhedores ou nos quais sua sexualidade não fosse uma questão: "Não, os ambientes que cresci não se importavam com minha sexualidade. Minha família só se preocupava com eu sofrer preconceito fora, na rua, mas nunca tentou "me impedir"." e "Meus amigos também são quase 100% homoafetivos. Nesse aspecto não consigo pensar em grandes desafios".

Já outros, mesmo afirmando não terem vivido desafios, relatam a ocultação de suas identidades sexuais e privação de experiências: "Não posso dizer que enfrentei muitos desafios visto que optei (e continuo optando até hoje, por não me assumir nos ambientes em que sei que seria rejeitada - família)", "Por conta de ocultar, até que não tive tantos em detrimento de me perder pra mim mesmo" e "Não, apenas me privei de viver certas experiências".

Vários participantes relataram a necessidade constante de esconder seus afetos e sua identidade, mentindo para familiares e amigos, ou fingindo comportamentos heteronormativos para evitar rejeições. Entre os depoimentos, encontram-se frases como: “Tive de namorar uma menina por 1 ano para esconder minha situação”, “Tive que reprimir completamente meus interesses por pessoas do mesmo gênero que eu”, “Ter que esconder o meu amor a uma pessoa que eu amava e fingir que era hétero quando uma mãe de uma amiga contou para meus pais que eu era lésbica” e “Precisei mentir sobre coisas bobas como: passar a tarde na casa de uma namorada aos 15 anos e dizer pra minha mãe que ia sair com um grupo de amigos”.

Na última pergunta discursiva intitulada “Você se lembra de alguma situação marcante da sua adolescência, relacionada à sua sexualidade, em que tenha vivenciado ou percebido algum tipo de preconceito ou estigma? Caso se sinta confortável, conte um pouco sobre essa experiência.” 83 participantes se disponibilizaram para contar seus relatos. Observam-se temas recorrentes e semelhantes aos citados na pergunta sobre os principais desafios. Ao falar sobre os estigmas e preconceitos vividos, as experiências mais citadas envolviam rejeição familiar, invalidação da sexualidade, violências físicas, verbais e simbólicas, assédios, isolamento e exclusão social, hipersexualização e casos que a identidade foi associada a perversidade, pecado e promiscuidade.

Diversos participantes relataram episódios marcantes de rejeição familiar, demonstrando a falta de apoio emocional durante o processo de descoberta e afirmação da identidade sexual. Mesmo buscando o apoio familiar, a realidade do preconceito dentro de casa é dura, como mostram os relato: “Fui expulsa de casa aos 16 anos quando assumi que me relacionava com mulheres para minha mãe.” e “Minha mãe disse que o mundo já é perigoso para negros, e ser LGBTQ+ tornaria tudo pior. Ela alertou sobre violências, mas deixou claro que não me apoiaria e que eu teria que sofrer sem o apoio da família.”. Outra participante contou: “Meu maior trauma aconteceu quando minha mãe descobriu que eu gostava de mulheres. Ela me levou para a igreja, me fez ajoelhar e rezar. Tive que prometer que iria ‘esquecer essa história’, porque ela ameaçou me tirar do colégio.” Também houveram tentativas explícitas de repressão da identidade afetivo-sexual, como no caso: “Assim que me assumi pra minha mãe, começamos um longo período de 'conversão' sexual, na qual uma psicanalista da Igreja (...) trabalhava para que eu não cedesse à ‘atividade homossexual’.”

O sentimento de invalidação apareceu com frequência nos relatos, muitas vezes vindo de pessoas próximas e de confiança. Um dos adolescentes afirmou: “Sim, uma vez contei para uma pessoa de

confiança que tinha beijado outra menina e a pessoa me disse 'ai que ridículo, você não precisa fazer isso', como se eu tivesse feito isso por influência ou por 'modinha'." Outro caso de invalidação foi relatado por quem vivenciou práticas de "cura": "Minha psicóloga da época também me negligenciou, falando que já tratou uma pessoa com o mesmo problema e que futuramente me casaria com um homem e teria uma família."

Os relatos também apontam diferentes formas de violência vividas. Diversas pessoas relataram experiências de violência física e verbal no ambiente escolar: "Sim, já fui agredido verbalmente no banheiro da escola, já fui alvo de informações falsas, já fui, inclusive, assediado relacionado à sexualidade.", "Bastante bullying por parte de terceiros e muitas vezes estereotipado por pessoas próximas", "Um professor disse que eu era viado na frente da turma, só porque num exercício de apresentação eu escolhi uma cantora que ele considerou afeminada demais pra mim. Todos ficaram em silêncio e precisei dizer que não era na frente da turma. Isso me deixou muito envergonhado e me fez esconder ainda mais meus gostos, personalidade, etc" e "No colégio uma vez jogaram um guaravita em mim e me chamaram de boiola pq eu tinha um fichário.". O ambiente familiar também aparece como palco dessas violências: "Muitas vezes meu pai agia de forma violenta (verbalmente e uma vez fisicamente) falando sobre minhas roupas e como era nojento eu ser como eu sou." e "Lembro de ouvir coisas horríveis de meus pais e alguns familiares, e lembro de uma delas vir em minha casa fazer uma oração, para reverter essa situação". Esses episódios mostram como a violência assume uma forma não apenas física, mas também emocional, institucional e simbólica.

O assédio moral e sexual também se destacou como uma experiência recorrente. Uma participante contou: "Em um show, estava com uma menina abraçada e um homem nos assediou querendo 'participar' do nosso relacionamento e fazendo piadas." Outro relato mostra a gravidade do assédio virtual e sua consequência na vida real: "Um homem me gravou ficando com uma menina em uma pracinha, me seguiu até minha casa e divulgou o vídeo nas redes sociais com meu endereço dizendo para alguém me punir pelo pecado. Tive que ir para a escola acompanhado por semanas, com medo de ser agredido.". Um respondente faz um relato impactante sobre o tema: "Minha família já me obrigou a ficar nú em algumas situações para ver se eu era homem. Minha mãe falava pras empregadas domésticas lá de casa darem em cima de mim para ver se eu reagia positivamente às investidas."

A exclusão social e o isolamento também são recorrentes nas respostas. Uma participante compartilhou: "Afastamento de amigos, principalmente por religião. Por parte da família poucas

pessoas sabem abertamente, mas quem soube nunca levou a sério de fato." Outra relatou exclusão dentro de uma instituição religiosa: "Quando as pessoas (..) descobriram que eu namorava uma garota, fui nitidamente excluída dos grupos e subgrupos lá contidos." Há também o caso que a mãe da namorada reagiu negativamente ao relacionamento: "A mãe dela nos proibiu de nos vermos e disse que eu nunca seria nada na vida pois eu estava levando a filha dela para um 'mau' caminho."

A hipersexualização apareceu como um dos fatores relacionados ao preconceito e estigmas vividos. Principalmente as participantes do gênero feminino descrevem: "Acredito que, quando as pessoas percebem que uma mulher gosta de mulheres (principalmente mulheres héteros), o estigma do 'predador' entra em jogo, como se a todo momento você estivesse esperando para fazer um movimento, sendo que não é assim que funciona.". Outra realta: "Situação fetichista e sempre ser julgada como 'da putaria' por ser pansexual." e "Quando uma mãe de uma conhecida disse para ter cuidado comigo por eu gostar de mulher.". Esses exemplos mostram como a sexualidade homoafetiva é, muitas vezes, interpretada de maneira fetichizada ou ameaçadora.

Outro tópico a ser ressaltado foi a invasão de privacidade, que aparece em quantidades expressivas tanto nos relatos sobre principais desafios quanto nos de experiência com preconceito e estigma. Dentre os relatos, se destacam: "Aos 13 anos, antes de me assumir para a minha mãe, ela pegou o meu celular para monitorar e viu uma conversa com uma menina que eu gostava na época. (...) ela chamou o meu pai para conversar comigo sobre isso (...) naquele dia, os dois sentaram à mesa com o meu celular no centro, eu sentada de frente para eles e veio a enxurrada de perguntas feitas de forma agressiva sobre minha sexualidade (...) ele me proibiu de falar com ela, bloqueou o contato e ficou vários meses me tratando de forma fria e distante" e "Eu namorava uma menina e a mãe dela leu o celular dela e leu uma conversa nossa, a mãe da menina nos proibiu de nos vermos (...)", "Meus familiares tiveram acesso ao meu celular e todos os assuntos que estava conversando com amigos, a maioria envolvendo o fato de eu ser gay. Após isso fiquei por dois anos sem acesso à internet, sem celular e com tentativas de mudanças de escola. Todos os dias meus pais brigavam comigo e me tratavam com nojo. Meu pai ficou meses sem falar comigo, ficava falando pelos cantos que queria colocar todos os gays do mundo em uma caçamba de um caminhão e incendiar."

Por fim, é expressiva a frequência com que a orientação sexual dos participantes é associada a ideias de pecado, perversidade ou condenação moral. Um dos relatos afirma: "Escutei de quatro pessoas que eu considerava muito que eu iria pro inferno por conta da minha orientação sexual." Outra pessoa

descreve: “Um dos episódios especificamente que mais me marcou foi quando esbarrei em uma colega e ela falou que eu tinha que tomar cuidado que por eu ser lésbica aquilo me fazia ser uma abusadora, nesse dia me senti horrível mas depois percebi o preconceito que tinha sofrido”. Além disso, há casos de medidas de “conversão” do comportamento homoafetivo: “Muitos grupos de pastores e pessoas que trabalhavam com conversão sexual frequentavam minha casa com frequência, me fazendo sentir péssimo, sujo, e começar a realmente me odiar da pior forma que um garoto de 13/14 anos poderia.”

4 DISCUSSÃO

Compreender os processos psicossociais envolvidos na formação da identidade de adolescentes homoafetivos implica uma análise que vá além das explicações biológicas ou normativas da adolescência. É possível observar, através dos resultados, como a busca pela compreensão de parte da identidade desses indivíduos se deu principalmente entre os 12 e 16 anos, período de latência da puberdade, um dos principais marcadores da adolescência, demonstrando que os fatores sociais e psicológicos perpassam este período tanto quanto os fatores biológicos (Souza, 2022).

Desta forma, essa etapa do desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais, é entendida por autores como Osório (1992) e Souza (2022) como um período de busca por pertencimento, reconhecimento e validação social. É também uma fase de elaboração de conflitos internos e externos. Além disso, é necessário destrinchar no presente estudo a forma com que as relações sociais e os diferentes ambientes atravessam as vivências desses adolescentes, já que os dados apontam que o ciclo de amigos próximos surge como principal rede de apoio desses jovens, seguido pelas redes sociais e os relacionamentos afetivos e amorosos. Já a família, a escola e a religião surgem como principais meios de disseminação de discriminação e violências fisiscas, verbais e simbólicas.

Em uma pesquisa feita pela Agência Brasil em 2023, conforme dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde e levantamento da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), no período entre 2012 e 2021, foram registrados 9.954 óbitos por suicídio ou lesões autoprovocadas intencionalmente por crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos, com três jovens morrendo diariamente no país por essa causa. Sendo que, a maioria dos casos (84,29%) ocorre entre adolescentes de 15 a 19 anos (Gandra, 2023). Gandra (2023) relata que a pesquisa apontou fatores

como violência intrafamiliar, abuso verbal, enfraquecimento dos vínculos familiares e isolamento social, como determinantes para a automutilação e suicidio.

O presente estudo identificou que adolescentes homoafetivos enfrentam desafios nas relações familiares, violências, abusos verbais e físicos e exclusão social, similares aos fatores apontados na pesquisa feita pela Agência Brasil (Gandra, 2023). Os resultados demonstram a necessidade emergente da compreensão dos fatores de sofrimento de adolescentes, que diversas vezes se encontram lidando com conflitos internos sem a possibilidade de escuta e acolhimento.

Ao observar os dados de que apenas 4,7% dos participantes classificaram sua experiência como adolescentes homoafetivos como ótima, enquanto a maioria relatou vivências regulares (42,1%), ruins (21,5%) ou péssimas (9,3%), é possível associar a subjetividade desses resultados com os pensamentos de Erik Erikson (1976), que compreende a adolescência como uma etapa crítica da vida, caracterizada pela busca de construção da identidade e pelo desejo de afirmação social. Segundo o autor, a identidade é construída no equilíbrio entre as expectativas sociais e as experiências subjetivas, sendo essencial que o adolescente encontre em seu meio formas legítimas de expressão e pertencimento. Quando esses caminhos são bloqueados por preconceito ou repressão, a formação identitária pode ser interrompida ou desviada, gerando intensos conflitos internos. Como afirma Erikson (1976, p. 130):

> (...) se um jovem pressentir que o meio tenta privá-lo radicalmente de todas as formas de expressão que lhe permitiram desenvolver e integrar o passo seguinte, ele poderá resistir com o vigor selvático que se encontra nos animais que são forçados, subitamente, a defender a própria vida. Pois, de fato, na selva social da existência humana, não existe sentimento vivencial sem um sentimento de identidade.

Essa resistência, muitas vezes expressa por comportamentos de retraimento, isolamento, sofrimento emocional ou estratégias de ocultamento da orientação sexual, aparece de maneira recorrente nas respostas dos participantes. Os resultados da pesquisa apontam que mais de 80% dos participantes não se sentiam plenamente aceitos nos ambientes que viviam devido a sua sexualidade, o que se torna ainda mais preocupante ao observar que 99,1% desses indivíduos sentiram a necessidade de ocultar suas orientações sexuais e 71,9% já vivenciaram situações de discriminação ou julgamento de forma frequente ou ocasional durante sua adolescência. A necessidade de esconder afetos, mudar comportamentos e formas de expressão, silenciar desejos e mascarar vivências legítimas reflete essa fase de “encruzilhadas identitárias”, como denomina Guimarães (2015), sugerindo que os adolescentes homoafetivos enfrentam o duplo desafio de afirmar-se enquanto sujeitos desejantes e, ao mesmo tempo, lidar com os discursos sociais que os desautorizam, discriminam e julgam.

Esses discursos são sustentados por uma lógica de poder disciplinar que, como apontado por Foucault (1999), opera através de dispositivos de controle, como a família, a escola, a medicina e a religião, que regulam os corpos e as condutas sexuais, produzindo o que é considerado normal ou patológico, resultando na exclusão e marginalização desses indivíduos. A lógica da exclusão também é descrita por Goffman (1980) ao tratar do estigma. Segundo o autor, o estigma também é constituído de um processo relacional, no qual determinados sujeitos são desacreditados socialmente e têm sua identidade marcada por um "selo negativo", resultando em experiências de isolamento simbólico e concreto.

O ambiente escolar é um dos temas centrais da obra de Louro (2003) “Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação”, a autora discute como a escola funciona como aparelho de normatização, reforçando padrões de gênero e sexualidade. A análise da autora se relaciona diretamente com os resultados apresentados na pesquisa, visto que apenas 11,6% dos participantes afirmaram se sentir confortáveis com sua sexualidade nesse ambiente, revelando que a escola, muitas vezes, se recusa a lidar com a sexualidade, ainda que ela esteja presente no cotidiano escolar. Quando o faz, o tratamento dado costuma ser conservador, moralista e normativo (Louro, 2008).

Com base no capítulo da obra de Silvia Lane (2006) sobre a família em "O que é Psicologia Social", podemos compreender essa instituição não como uma entidade natural e neutra, mas como uma construção social marcada por hierarquias de poder, papéis rigidamente definidos e funções ideológicas. A autora destaca que a família é uma das primeiras estruturas de socialização do indivíduo, funcionando como espaço onde se aprendem valores, limites e identidades consideradas “naturais” – como as de gênero e sexualidade. Essa aprendizagem ocorre também por meio da identificação emocional com os "outros significativos" (pais, avós, tios), cujo discurso é tomado como verdade absoluta na infância. A adolescência, como descrita na literatura, é marcada pelos questionamentos dessas certezas pré-estabelecidas principalmente pelas instituições influentes na vida do indivíduo.

Os dados produzidos na pesquisa como a falta da associação da família como principal rede de apoio desses sujeitos e os relatos que evidenciam conflitos, repressões e falta de aceitação familiar diante da homoafetividade ilustram o funcionamento dessas relações. Muitos descrevem experiências dolorosas no seio familiar, marcadas por rejeição, violência, controle ou silenciamento – o que evidencia o papel da família como mecanismo de controle social e preservação de ideologias próprias (Lane, 2006).

A invasão de privacidade aparece como uma experiência frequente nos relatos, configurando-se como um mecanismo de estigmatização. Exemplos como o de jovens que tiveram suas conversas privadas expostas por familiares ilustram como essa exposição não autorizada intensifica o controle social sobre suas identidades. As proibições de encontros, o isolamento forçado e a violação da intimidade acabam por ser normalizados no contexto familiar, visto que a adolescência carrega também o estigma da impotência. Ao mesmo tempo que esses jovens são colocados em posições de escolher o que vão seguir como carreira e de evitar experiências baseadas nos limites e imposições familiares, são privados de suas escolhas, do seu autoconhecimento e da sua identidade.

Quando os adolescentes homoafetivos se desviam das expectativas, são vistos como ameaças à ordem estabelecida, sofrendo as consequências de uma estrutura que naturaliza desigualdades e mantém relações de poder disfarçadas de cuidado. Esses conflitos não são apenas geracionais, mas disputas simbólicas pelo direito de existir fora dos modelos impostos, gerando um sofrimento psíquico e social desses indivíduos em função da validação de suas existências (Lane, 2006).

Judith Butler (2003) aponta que os corpos que desafiam a lógica binária e heteronormativa revelam, com sua simples presença, que o que é considerado “natural” ou “essencial” é, na verdade, produto de normas reiteradas socialmente. Essas normas, ao mesmo tempo que produzem os sujeitos padronizados, também os punem quando suas performances escapam do que é atribuído socialmente.

Essa análise se materializa nos dados da pesquisa, onde 76,4% dos participantes relataram sentir — frequentemente ou em alguns contextos — a necessidade de modificar sua forma de se vestir, falar ou agir para evitar preconceito ou suposições sobre sua sexualidade. Esse dado evidencia a pressão social para que pessoas homoafetivas ajustem suas performances de gênero, reprovando comportamentos e formas de expressão diferentes. Assim, demonstra a dificuldade dos sujeitos de serem reconhecidos socialmente se não se mantiverem dentro das fronteiras daquilo que é considerado “coerente” entre sexo, gênero e desejo e que, ao ultrapassarem esses limites, enfrentam estratégias de correção e silenciamento que visam restaurar a ordem normativa.

Na ótica de outro autor da Psicologia Social, Pedrinho Guareschi (2012), os discursos sociais hegemônicos influenciam diretamente as representações sociais dos sujeitos, construindo identidades a partir de normas e hierarquias. Essa construção simbólica do “ser homoafetivo” como “errado”, “pecaminoso” ou “perverso”, aparece nas falas dos participantes, que relatam práticas religiosas de

exorcismo, associações entre homossexualidade e abuso e percepções de que seriam a fonte condutora “para o mau caminho”.

Ao observar os relatos, foi evidente a prática imprópria e antiética de profissionais da psicologia, evidenciados nos seguintes relatos: “Minha psicóloga da época também me negligenciou, falando que já tratou uma pessoa com o mesmo problema e que futuramente me casaria com um homem e teria uma família.” e “Assim que me assumi pra minha mãe, começamos um longo período de 'conversão' sexual, na qual uma psicanalista da Igreja (...) trabalhava para que eu não cedesse à ‘atividade homossexual’.” Essas práticas apresentam uma atuação que vai contra a Resolução nº 1/1999, de 1999, a qual o Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou e que define diretrizes para a prática dos psicólogos no que diz respeito à orientação sexual. Essa resolução determina que a homossexualidade não deve ser tratada como uma doença, transtorno ou desvio, mas sim reconhecida como uma das variadas formas de expressão da sexualidade humana.

Martín-Baró (2006), ao propor uma psicologia da libertação, reforça que esses mecanismos de opressão devem ser compreendidos como fruto de uma ordem social excludente e não como desvios individualizados e isolados. A confusão, angústia, medo, preocupação e ansiedade relatadas pelos participantes ao descreverem o sentimento de serem adolescentes homoafetivos não são apenas atravessamentos psíquicos individuais, mas sintomas de uma sociedade que produz sofrimento ao negar a legitimidade das identidades, experiências e vivências LGBTQIA+.

No âmbito da religião, os dados estatísticos do questionário evidenciaram que apenas 1 pessoa das 107 participantes apontou a Religião e a Espiritualidade como ambientes em que se sentia mais confortável em relação à sua sexualidade. Já ao analisar o conteúdo das respostas descritivas, relatos envolvendo esse tema tendem a aparecer de forma negativa e repressora. Ao serem perguntados sobre seus principais desafios como adolescentes homoafetivos e suas experiências com preconceito e estigma, apareceram fortes relatos envolvendo terapias de conversão, exorcismos, práticas abusivas e de culpabilização sofridas durante esse período nos ambientes religiosos e conservadores.

Michel Foucault (1999) descreve as instituições religiosas como uma das principais engrenagens do poder e da disciplina. Em "História da Sexualidade – Volume I: A Vontade de Saber", o autor discute que, longe de reprimir a sexualidade, a igreja produziu um intenso discurso sobre ela, especialmente por meio da prática da confissão, que exigia do sujeito a verbalização dos seus desejos mais íntimos.

O poder eclesiástico, no entanto, produz saberes sobre o corpo e o desejo, classificando, nomeando, punindo e normatizando comportamentos considerados "desviantes", como a homossexualidade.

Essas formas de discriminação e preconceito reproduzidas durante a história, e presentes neste estudo, demonstram uma visão da sexualidade não apenas em um instinto ou prática, mas em uma identidade vigiada, especialmente quando se trata da homoafetividade. Assim, as instituições não apenas proíbem: elas a definem, nomeiam, a tornam visível como anomalia e desvio e com isso, torna-se possível puni-la. Nos resultados, isso aparece de forma dolorosa: jovens que foram obrigados a "confessar" sua sexualidade como pecado, esconder quem realmente são, ocultar seus afetos, seus gostos, sua personalidade e sua existência em nome de uma moral. A expulsão, o medo, a vergonha e a tentativa de "cura" são efeitos concretos desse dispositivo de poder descrito por Foucault (2006).

Desta forma, a discussão dos atravessamentos vividos por adolescentes homoafetivos se direciona especialmente pela reprodução de estigmas construídos socialmente que provocam não apenas conflitos internos mas rejeições familiares, discriminações religiosas, violências das mais variadas e exclusão. Isso tudo nos ambientes mais “comuns” da existência humana, aqueles que os sujeitos têm acesso no decorrer de sua vida. Esse antagonismo entre o sentimento e busca de identidade e a realidade social nas quais esses indivíduos se encontram é evidenciada, por exemplo quando, ao serem perguntados se pensavam que suas orientações sexuais influenciavam a forma que eram tratados em ambientes sociais, 33% respondeu que influenciava de forma negativa e outra grande parte, 31,1%, afirma não ter sua sexualidade como fator determinante para essa influência, pois as pessoas nem ao menos sabiam sobre sua orientação sexual.

Os conflitos internos emergem dentro desses cenários, afetando a formação saudável da auto-imagem e da identidade desses indivíduos, principalmente na adolescência. Ao analisar a literatura, conclui-se que a autoestima não é apenas um sentimento isolado de valorização pessoal, mas sim o resultado de um processo de reconhecimento social. Goffman (1980) ressalta isso ao descrever os efeitos do estigma sobre a percepção de si, observando que quando a sociedade nega reconhecimento ou impõe normas excludentes, o sujeito internaliza o desvalor, afetando profundamente sua autopercepção.

Em contrapartida, os resultados, ainda sim, sinalizam conquistas subjetivas importantes, como a construção da autoconfiança e do orgulho identitário, resultado de contextos mais acolhedores e da possibilidade de se conectar afetivamente com parceiros, amigos, familiares e comunidades. Ainda que muitos participantes tenham descrito sua vivência como regular, ruim ou péssima, um número

significativo apontou experiências positivas: 24 sujeitos (22,4%) relataram ter tido uma experiência boa, e outros 5 (4,7%) afirmaram ter vivido uma experiência ótima. Mesmo que reduzidos, esses resultados revelam experiências de acolhimento e afirmação em meio aos desafios.

Conforme Lane (2006), os valores profundamente enraizados são construídos na socialização primária, no seio familiar, e só passam a ser questionados durante a socialização secundária — especialmente na adolescência — quando o sujeito, por meio de novas experiências afetivas, escolares e sociais, se depara com outras visões de mundo. É nesse momento que a identidade começa a ser revista e que podem surgir questionamentos sobre os papéis sociais e as estruturas de dominação.

Esse processo se reflete nos dados da presente pesquisa, pois os resultados apontam que, dentre as ambientações e ciclos sociais, grupos de amigos, as redes sociais e os relacionamentos amorosos foram os que mais proporcionaram conforto e aceitação para os adolescentes homoafetivos. Esses espaços funcionam como redes de socialização alternativa e afetiva, possibilitando o reconhecimento de outras narrativas de existência para além daquelas impostas pela família ou instituições religiosas e escolares. Assim, essas relações se tornam fundamentais na construção da autoestima, do pertencimento e na formação de identidades em ambientes acolhedores e de maior validação.

Na pergunta aberta sobre a descrição do sentimento de ser um adolescente homoafetivo, apesar da predominância de sentimentos de confusão, medo e angústia, os dados revelam também a presença de palavras que apontam para vivências positivas como esperança, conforto, curiosidade, confiança, descoberta, empolgação, esclarecimento, alegria, expectativa, felicidade, liberdade, normalidade, novidade, pertencimento e tranquilidade. Essas palavras indicam que, mesmo em contextos adversos, alguns adolescentes conseguiram atribuir sentidos positivos à sua sexualidade.

Os dados da pesquisa também revelam a existência de um grupo significativo de participantes que, mesmo diante de um contexto social marcado por preconceitos e estigmas, demonstraram uma postura de resistência subjetiva ao afirmarem que não se importavam com a opinião alheia ou com os riscos associados à sua orientação sexual. Esse posicionamento aparece de forma direta em diferentes momentos da pesquisa: 14% dos participantes afirmaram que não evitavam viver experiências ou fazer planos por medo de preconceito, pois “não se importavam com isso”; há quem tenha expressado indiferença em relação ao julgamento social, como quem relata que “não tive muitos desafios, pois os ambientes em que cresci não se importavam com minha sexualidade” ou ainda quem afirmou: “meus

amigos são quase 100% homoafetivos", evidenciando uma inserção em redes de convívio marcadas por acolhimento e validação das experiências homoafetivas.

Essas narrativas revelam, portanto, que embora a maioria dos participantes tenha vivenciado consequências negativas dos estigmas, também há quem tenha desenvolvido formas de enfrentamento, evitando a vergonha e a culpa comumente atribuídas à vivência homoafetiva. Isso não significa a ausência de conflitos, mas sim as diferentes realidades e estratégias desenvolvidas por esses indivíduos, muitas vezes criando espaços próprios onde possam existir com liberdade.

Inspirando-se nas reflexões de Bortoletto (2019) sobre a emergência da comunidade LGBTQIA+ enquanto resposta coletiva às opressões, observou-se que poucos participantes (9,7%) atribuem a esses grupos um papel de rede de apoio. Por mais que esses espaços funcionem como ambientes de resistência política e social, essa baixa menção pode refletir a baixa acessibilidade desses grupos para muitos jovens, seja por barreiras geográficas, falta de informação, ou medo do estigma associado à visibilidade pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos processos psicossociais vivenciados por adolescentes homoafetivos, este estudo evidencia que a formação da identidade nesta fase da vida está imersa em tensões entre o desejo por pertencimento e reconhecimento social, e a persistente reprodução de normas excludentes que se manifestam nas relações familiares, escolares, religiosas e sociais. Os resultados apontam que, embora a adolescência seja um momento marcado por conflitos internos, medos e angústias – intensificados pela discriminação e pelo estigma – ela também é marcada pelo encontro do indivíduo com si mesmo, provocada pelo desenvolvimento da autoimagem, da personalidade e das escolhas que impactam o presente e o futuro.

A predominância de redes de apoio alternativas, como grupos de amigos, redes sociais e relacionamentos afetivos, revela a importância fundamental desses espaços na descoberta do mundo, do sentimento de pertencimento e da construção saudável da identidade. São nesses ambientes acolhedores que muitos adolescentes encontram o conforto e a segurança para questionar e subverter as expectativas sociais, familiares e institucionais sobre suas próprias escolhas e existências.

Os recorrentes relatos envolvendo opressão, violência, exclusão, invalidação e sofrimento em relação a vivência homoafetiva na adolescência evidenciam que, mesmo diante de avanços históricos, culturais e sociais, os estigmas ainda são produtores de preconceito e discriminação, sendo predominantes na experiência de pessoas gays, lésbicas, bissexuais e pansexuais. O sentimento de insegurança provocado pela repressão a essas identidades combinado com os fatores biopsicossociais-espirituais característicos da adolescência provocam diversos conflitos internos e sociais.

Esses conflitos afetam não apenas o desenvolvimento da identidade e da personalidade, mas também colocam em risco a saúde mental desses jovens, ampliando a vulnerabilidade a quadros de ansiedade, depressão e, em casos extremos, ao suicídio. Assim, torna-se urgente a criação e fortalecimento de ambientes acolhedores, redes de apoio e políticas públicas que garantam o direito à expressão plena da identidade e à construção de trajetórias de vida livres de violência e discriminação, promovendo o respeito à diversidade como elemento fundamental para o desenvolvimento saudável e integral na adolescência. Além disso, ressalta-se a responsabilidade das formações de psicólogos e profissionais da saúde de promover a diversidade, conscientizar sobre os prejuízos da discriminação e não reprodução de violências e preoconceitos dentro de suas atuações profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2006.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, 2019.

ERIKSON, Erik. Identidade, juventude e crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: a vontade do saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GANDRA, Alana. Estudo alerta para alta incidência de suicídio na adolescência. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 29 set. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-09/estudo-alerta-para-alta-inciden cia-de-suicidio-na-adolescencia. Acesso em: 10 jun. 2025.

GUARESCHI, Pedrinho A. Temas atuais em psicologia social. Barbarói, v. 36, p. 6–18, jan./jun. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i36.2916. Acesso em: 3 jun. 2025.

GUIMARÃES, Luigi Sturaro. Homossexualidade na adolescência na contemporaneidade – mudanças e desafios. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado, 2015.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade

LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. 6. reimpr. da 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Hacia una psicología de la liberación. Psicología sin fronteras: revista electrónica de intervención psicosocial y psicología comunitaria, v. 1, n. 2, p. 1, 2006.

OSÓRIO, L. C. Adolescente hoje. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SOUZA, Sérgio Rodrigues de. A adolescência. Formiga (MG): Editora Unigala, 2022.

Capítulo 10

10.37423/260711187

CONVIVER NA VELHICE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CONDOMÍNIO PARA PESSOAS IDOSAS

Everly Maltaca Pypcak — *Universidade Estadual do Centro Oeste*

Célia Kozak — *Universidade Estadual do Centro Oeste*

Nájila Cristina Camargo — *Universidade Estadual do Centro Oeste*

Paola Damo Comel — *Universidade Estadual do Centro Oeste*

Josiane Rodrigues dos Santos — *Universidade Estadual do Centro Oeste*

RESUMO

O aumento da população idosa evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à garantia de moradia digna, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa. Nesse contexto, percebe-se a possibilidade de criação de condomínios destinados a esse público, com foco na acessibilidade e convivência. Esse trabalho relata a experiência de uma visita de campo que ocorreu entre maio e junho de a 2024 em um condomínio para pessoas idosas. A atividade esteve vinculada à disciplina de Projeto de Investigação Exploratória da Comunidade (PIEC) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Utilizou-se como metodologia a observação-participante e o registro em diário de campo para compreender melhor sobre o espaço físico e as relações interpessoais entre os residentes. O condomínio visitado possui 40 casas adaptadas e infraestrutura acessível, incluindo áreas de lazer e convivência. Observou-se a valorização da individualidade, liberdade e autonomia dos residentes, além de desafios próprios da convivência coletiva. O modelo difere das instituições de longa permanência tradicionais, configurando-se como proposta inovadora de moradia.

Palavras-chave: Pessoa Idosa, Programa Habitacional, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O crescimento significativo no número de pessoas idosas no Brasil e no mundo tem evidenciado a necessidade de implantação e ampliação de políticas públicas com potencial de transformação social destinadas a esta população, especialmente no que diz respeito à habitação, à saúde e à promoção do envelhecimento ativo e saudável (IBGE, 2022; OMS, 2020). Com base na Constituição Federal e Estatuto da Pessoa Idosa, acredita-se que ter um local digno para morar atende a uma das vertentes da garantia de direitos da pessoa humana, que se expressa na dignidade, um fundamento basilar da democracia (BRASIL, 2022; 1988).

Diante de tal panorama, uma possibilidade de resposta ao aumento da expectativa de vida é a criação de programas habitacionais específicos para a população idosa, de modo que se garanta uma moradia que possibilite os cuidados que a condição da pessoa idosa exige.

Nesta linha, o atual trabalho concentra-se em uma problemática social de crescente relevância: o envelhecimento populacional e a garantia de moradia digna para pessoas idosas. Para tanto, em formato de relato de experiência, o estudo sintetiza alguns resultados e considerações de uma imersão em um condomínio para pessoas idosas.

Essa vivência está vinculada à disciplina de Projeto de Investigação Exploratória da Comunidade (PIEC) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), que visa a inserção de estudantes no contexto comunitário regional, com o intuito de levantar demandas para projetos de pesquisa, realizar uma aproximação inicial com alguma comunidade e campo de pesquisa, e realizar os procedimentos iniciais da dissertação e/ou tese, buscando, com seus resultados, o desenvolvimento da comunidade da região.

A proposta da disciplina PIEC é refletir e discutir sobre as potencialidades de ações extensionistas na comunidade em três perspectivas diretamente relacionadas aos eixos temáticos organizados em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS): educação, saúde e desenvolvimento sustentável, através da aproximação de campos comunitários de pesquisa, com uma perspectiva interdisciplinar que promove a escuta das vivências de diferentes pesquisadores no âmbito das comunidades (ONU, 2015).

Assim, a disciplina acontece com o aprofundamento da discussão do conceito de comunidade e suas possibilidades reais, seguida da formação de grupos de estudantes e aproximação de cada grupo a algum campo para conhecer, observar e intervir em sua dinâmica comunitária.

O relato de experiência deste trabalho, situa-se no período de maio a junho de 2024 e foi composto por três etapas principais, a citar: participação em reunião, visita a campo com observação participante e organização de um evento de extensão universitária. O grupo discente que compôs essa prática é formado por diferentes áreas de saber, a citar: Direito, Enfermagem e Psicologia, o que contribuiu para ampliar o olhar diante da vivência.

O recorte comunitário focaliza, como citado anteriormente, um condomínio residencial destinado exclusivamente a pessoas idosas que está localizado em um município de pequeno porte do interior do Estado do Paraná.

Utilizou-se como estratégia metodológica a observação participante, pois como expressam Ezpeleta e Rockwell (1986), citados por Martins (1996, p.271): "Na observação participante, as relações interpessoais entre pesquisador e sujeito, ali chamadas 'relações sociais', constituem as teorias; é a relação que determina o pensamento e não o contrário". Assim, foi possível perceber alguns detalhes que atravessam o cotidiano das pessoas idosas na comunidade da qual fazem parte e estabelecer uma aproximação entre “sujeito e objeto”,

Outra ferramenta metodológica utilizada foi o diário de campo, no qual as percepções das estudantes, os discursos e as expressões da equipe gestora e das pessoas idosas e informações presentes no ambiente foram anotados para posterior análise e discussão. Entende-se que o diário de campo é uma ferramenta eficaz para promover a reflexão e a construção do conhecimento. Nele são registradas observações que abrangem o ambiente, a sequência dos acontecimentos, aspectos gerais dos participantes, bem como as impressões, as emoções expressas e a descrição dos comportamentos observados. Ademais, o diário de campo também se constitui como ferramenta de intervenção ao provocar reflexões acerca do planejamento, desenvolvimento e trajetória do objeto de estudo (Kroeff, et al., 2020; Oliveira, 2014).

Desse modo, a escolha da observação participante privilegiou a escuta ativa e o contato direto com o campo, permitindo captar nuances do cotidiano que instrumentos mais estruturados poderiam não revelar e o uso do diário de campo como instrumento de análise demonstrou-se pertinente por seu

caráter reflexivo e interventivo, favorecendo a construção de conhecimento a partir da experiência prática, em um processo de desenvolvimento da práxis (Angrosino, 2009).

Assim, este estudo contribui para o debate sobre envelhecimento, políticas habitacionais e pertencimento comunitário, articulando teoria, prática e extensão universitária, bem como as potencialidades da experiência proporcionada pela disciplina enquanto ação extensionista com perspectiva interdisciplinar voltada ao desenvolvimento comunitário.

Diante disso, este trabalho está estruturado para discutir de maneira aprofundada acerca do aumento da população idosa e uma nova alternativa de moradia para manejar os casos de pessoas idosas que precisam. Em sequência, relata-se a experiência da imersão a um condomínio para pessoas idosas, e por fim são realizadas algumas considerações e reflexões concernentes ao que foi vivenciado.

Salienta-se que este relato teve como objetivo conhecer a realidade da comunidade de pessoas idosas do Condomínio de Idosos de um município de pequeno porte paranaense, além de observar o espaço físico e a dinâmica organizacional e compreender a concepção de comunidade desse público-alvo e seu senso de pertença. Ainda, vale ressaltar que este capítulo foi apresentado no XIV Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - Coninter, sendo publicado nos anais do evento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O aumento da população com mais de 60 (sessenta) anos tem sido verificado em todo o mundo, havendo projeção de que esta tendência continue nos próximos anos. Segundo a Década do Envelhecimento Saudável: Plano de Ação 2021-2030, documento coordenado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até 2030 o número de pessoas no mundo com 60 anos ou mais será 34% maior, aumentando de 1 bilhão de pessoas em 2019 para 1,4 bilhão. Para 2050, a previsão é que se chegue a 2,1 bilhões de pessoas idosas (OMS, 2020).

Este crescimento também se verifica de forma significativa no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil existem aproximadamente 28 milhões de pessoas idosas, o que corresponde a cerca de 15% da população brasileira. Em 2050, projeta-se que haverá um contingente de 66,5 milhões de pessoas idosas, correspondendo a 29,3% (IBGE, 2022).

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), em seu artigo 1º, coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático. Já o artigo 228, estabelece que a "família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes o direito à vida". Ainda, no § 1º, que "os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares" (BRASIL, 1988).

Regulamentando o direito constitucional das pessoas idosas, a Lei 14.423/2022, que alterou a Lei de 11.741/2003, dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, considerada quem tem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, incluindo, no seu artigo 3º, que além da família, sociedade e poder público, a comunidade também tem a obrigação de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da pessoa idosa (BRASIL, 2022).

Dentre os direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa, está o de habitação, com a determinação de que:

> Art. 37: A pessoa idosa tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.
> § 1o A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.
> § 2º Toda instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.
> § 3º As instituições que abrigarem pessoas idosas são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades delas, bem como provê-las com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei (BRASIL, 2022, p. 1).

Diante do cenário atual e da perspectiva que o crescimento se acentue, as políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, incluindo as que se referem sobre moradia, deverão ser aprimoradas e ampliadas, adequando-se às necessidades e garantindo dignidade a esta parte da população que possui fragilidades e deve receber especial proteção.

Conforme comentam Chiarelli e Bastitoni (2022) as realidades variadas já vividas e projetadas para a população brasileira que envelhece, precisam ser traduzidas em diferentes políticas públicas que respeitem a heterogeneidade do envelhecimento. Sendo assim, a questão relativa ao direito de habitação da pessoa idosa se demonstra cada vez mais relevante e deve considerar a complexidade do processo do envelhecer saudável, que corresponde ao reconhecimento da pessoa idosa como sujeito

de direitos e a mobilização para a garantia de sua qualidade de vida. Considera-se também que ter um local digno para morar, atende a uma das vertentes da dignidade da pessoa humana, sendo um requisito fundamental para o desenvolvimento saudável e participação social.

Ressalta-se que a família possui o dever constitucional de amparar as pessoas idosas que dela fazem parte, assim como o Estado e a sociedade como um todo. Todavia, nem sempre é possível que a pessoa idosa permaneça em sua residência, seja por fatores econômicos, sociais, familiares ou até mesmo de saúde. Segundo Poltronieri, Souza e Ribeiro (2019), frente a uma sociedade em processo de envelhecimento e consequente aumento dos casos de doenças crônicas e de comorbidades que requerem cuidados de saúde mais complexos; e mudanças na composição familiar, que passou a ter número reduzido de filhos e maior vulnerabilidade de grande parcela da população em geral devido ao desemprego e à sua precarização, muitos idosos acabam com os laços familiares rompidos/fragilizados, sendo este um dos motivos da institucionalização.

Nesse aspecto, Freire e Carneiro (2017) ao fazerem uma revisão sobre as produções científicas relacionadas a habitação para a pessoa idosa, concluem que as políticas públicas na área do envelhecimento dão destaque para família como fonte de suporte principal em relação à moradia, seguida das Instituições de Longa Permanência (ILPI). Schussel (2013) também afirma que os programas habitacionais voltados à população idosa são bastante escassos, sendo que as políticas habitacionais para esse grupo etário precisam de programas flexíveis que se adaptem às diferentes situações.

Diante de tal panorama, acredita-se que uma possibilidade para a garantia de moradia considerando as diferentes facetas das necessidades da pessoa idosa seja a construção de condomínios residenciais que atendam esse grupo populacional, de modo que se garanta uma habitação digna e adequada considerando as especificidades de sua condição física, autonomia e segurança.

Nesta linha, em 2021 foi entregue um condomínio residencial vinculado a um programa habitacional destinado à população idosa, em uma cidade interiorana paranaense através do programa estadual de habitação Casa Fácil Paraná, na modalidade Viver Mais Paraná. O programa fornecido pelo Estado do Paraná ao qual o município aderiu e que é objeto desse trabalho visa garantir o acesso à habitação e garantir os direitos das pessoas idosas (COHAPAR, 2021) .

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Conforme descrito anteriormente, a experiência dividiu-se em três momentos: reunião, visita em campo e evento de extensão universitária, a serem explorados individualmente a seguir.

Antes de realizar a ida a campo, realizou-se uma conversa com a representante da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e a responsável municipal pelo condomínio, o qual é denominado afetivamente como "Condomínio dos Idosos" pelos próprios condôminos e pela equipe gestora. Esse diálogo tinha o objetivo de esclarecer o propósito da visita à comunidade, esclarecer dúvidas e compreender o funcionamento e os critérios de seleção dos moradores, além de refletir sobre as potencialidades e fragilidades do programa. Foram elaboradas perguntas disparadoras para o conhecimento da realidade, como por exemplo: quantos moradores o condomínio possuía, quando o mesmo foi criado, como se desenvolve o processo de seleção para inserção no serviço, quais as dificuldades e desafios para a equipe gestora, quais profissionais compõem a equipe técnica, entre outras questões pré-estabelecidas e dúvidas que apareceram no momento da conversa.

A partir do diálogo, algumas informações foram repassadas sobre o Condomínio, como o fato do mesmo fazer parte do programa estadual de habitação Casa Fácil Paraná, no qual a COHAPAR financia diretamente com condições de pagamento facilitadas a construção de casas em áreas doadas pelos municípios ou de propriedade da companhia para famílias com renda de um a seis salários mínimos e, mais especificamente sobre o Condomínio, este está inserido na modalidade Viver Mais Paraná voltada ao atendimento da pessoa idosa com a construção de condomínios residenciais fechados, onde os beneficiários podem desfrutar de um local adequado às suas necessidades e anseios, buscando proporcionar moradia acessível, segura e adaptada, aliada ao estímulo à convivência comunitária e à autonomia dos moradores.

No condomínio do atual relato de experiência, existem 40 casas destinadas para pessoas com mais de 60 anos, que pagam um aluguel social de 15% de salário mínimo para integrá-lo. Além disso, há uma equipe gestora composta por representantes do município e do Estado, responsáveis pelo processo de ingresso de novos moradores e acompanhamento do cotidiano e das demandas do condomínio. Ainda sobre o processo seletivo, os interessados precisam, além de ter mais de sessenta anos, se enquadrar em alguns critérios, como renda mensal de um a seis salários mínimos, não ser proprietário de bem imóvel, viver sem dependentes, preceder a consulta de cadastros negativos e manter autossuficiência nas atividades de vida diária. A seleção é feita por meio de uma ficha avaliativa reaplicada

semestralmente e os casos de perda de autonomia implicam realocação ou retorno à família (COHAPAR, 2021).

Esclareceu-se durante a reunião o caráter inovador do condomínio que difere das ILPIs no que diz respeito à autonomia, convivência e singularidade dos idosos, buscando não tutelar o sujeito. Apesar disso, alguns enfrentam dificuldades de adaptação ao modelo coletivo, embora também ocorram gestos de solidariedade.

Ademais, os moradores têm acesso à Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência, mantendo vínculo com a agente comunitária de saúde (ACS), o que reflete a intersetorialidade preconizada no cuidado à pessoa idosa. Também participam de um projeto de extensão universitária desenvolvido pelas disciplinas de Educação Física e Pedagogia com atividades direcionadas aos condôminos, além de práticas físicas com um educador físico municipal, apesar dessas ações pontuais, as gestoras relataram dificuldades para ampliar parcerias.

No momento da reunião também foi comentada sobre a associação de moradores formada e formalizada pelos residentes, responsável por demandas internas e arrecadação de fundos, porém também relatou-se a existência de conflitos relacionados à convivência, ego e poder entre seus membros. Por conseguinte, mesmo que não tenha como função principal a mediação de conflitos, a equipe gestora afirmou que atua por meio da escuta e orientação e relatou alguns embates que já aconteceram entre os moradores e que precisaram intervir.

A reunião permitiu compreender a estrutura, os desafios e a relevância do programa, destacando o esforço das gestoras em garantir o funcionamento e o bem-estar dos moradores.

Já a visita à comunidade aconteceu no período matutino e teve duração de aproximadamente 3 horas. O condomínio possui casas adaptadas para pessoas com mais de 60 anos, as quais podem residir sozinhas ou em casal. Cada unidade habitacional é composta por um quarto, um banheiro equipado com barras de apoio, uma sala e uma cozinha integradas, sendo que cada morador é responsável pela manutenção do imóvel. As casas não possuem objetos ou móveis, sendo assim, cada pessoa pode habitar o espaço conforme suas necessidades, interesses e vontades, contanto que não altere a estrutura física.

Na época em que a visita foi realizada, das 40 casas disponíveis apenas 8 estavam desabitadas e havia uma lista de espera com aproximadamente 200 pessoas. Das casas habitadas, 4 eram ocupadas por casais, 15 casas eram ocupadas por mulheres e 13 casas estavam ocupadas por homens.

O condomínio possui sistema de segurança, academia ao ar livre, horta comunitária, salão de festas, quiosques de jogos e amplos espaços de uso comum que estimulam atividades de lazer e convivência entre os moradores. Ainda, apresenta topografia predominantemente plana favorecendo a mobilidade e dimensões estruturais adequadas, atendendo aos critérios de acessibilidade, como por exemplo: portas largas, barra de apoio, entre outras.

Durante a visita ao campo, o grupo de estudantes dirigiu-se até o salão e sentou-se ao redor da mesa junto com a equipe responsável pelo programa habitacional, uma representante de um projeto de extensão que realiza atividade com as pessoas idosas e dois moradores do condomínio que eram representantes da associação dos moradores e ocupavam os cargos de presidente e tesoureiro. Nesse momento, a conversa transitou sobre assuntos como a organização, funcionamento, dinâmica e o cotidiano do condomínio. Salienta-se que esse diálogo ocorreu de maneira acolhedora e orgânica, de modo que todas as pessoas se sentiram à vontade para expressar suas concepções e vivências e o grupo discente apresentou algumas dúvidas que foram sanadas pelos moradores e equipe.

Esse momento de trocas colocou em evidência a produção de um conhecimento conjunto sobre o condomínio, valorizando os saberes de todas as pessoas envolvidas. Considera-se, portanto, que foi possível propiciar com a visita um espaço interdisciplinar, visto a interação, diálogo e cooperação entre diferentes áreas de conhecimento e o reconhecimento de posições distintas em relação a um mesmo objeto complexo (Peduzzi; et al., 2016).

Notou-se que as pessoas idosas exercem funções gerenciais na associação de moradores, reunindo-se periodicamente para discutir e decidir algumas pautas, como exemplo: a arrecadação de fundos para custear operacionalizações concernentes ao local de moradia, a fiscalização diante dos acordos estabelecidos e outras situações cotidianas que precisam ser solucionadas. Ou seja, existe uma participação comunitária, já que há um esforço dos membros do território que compartilham determinadas características ou afinidades para enfrentar seus próprios problemas como um coletivo organizado (Almeida; Santos; Paiva, 2012).

O condomínio possui regras para a convivência saudável e que prezam pelo cuidado do espaço e atitudes respeitosas entre os moradores. Algumas delas dizem respeito à: quantidade máxima de dois moradores por casa, proibição de perturbação do sossego, proibição de ingestão de bebidas alcoólicas em áreas comuns e proibição de animais domésticos. Isso demonstra a intencionalidade de que o local evite danos ou prejuízos aos moradores e estabeleça uma convivência que preza pelo cuidado com o coletivo.

Mesmo assim, percebeu-se ao longo da visita que, se por um lado há regras de convivência mais rígidas, por outro há uma grande liberdade e autonomia para os moradores, já que podem sair e receber visitas quando e na hora que quiserem, há um respeito às vontades e interesses particulares, incentivo para a realização de atividades diárias e até respeito ao exercício da afetividade e sexualidade.

Embora algumas atividades ocorram dentro do condomínio, como: um projeto de extensão vinculado a universidade, cerimônias religiosas e sessão de cinema, há uma proposta de que os moradores estejam inseridos na sociedade. Assim sendo, o condomínio não possui equipe especializada de saúde ou profissionais que prestem atendimento individualizado, e as pessoas idosas frequentam os serviços de saúde e de convivência e fortalecimento de vínculos que estão disponíveis no território.

Enquanto desafios, ao longo da visita, reafirmou-se que ocorrem algumas situações de conflito entre os moradores, mas ficou evidente que essas situações não são exclusivas da idade, e sim do fato de viver em coletivo, como por exemplo o respeito às regras e ao espaço comum, e os limites entre as vontades singulares e as conjuntas.

Segundo Muskat (2007) o conflito geralmente é iniciado por um pequeno desentendimento que a depender da habilidade e flexibilidade na comunicação entre as partes, pode vir a ser uma controvérsia, um conflito ou uma disputa. Nesse sentido, no condomínio dos idosos visitado a equipe gestora parece ter um papel fundamental para a mediação dessas situações para resolver de maneira que preserve a integridade dos moradores e facilite a superação das tensões. Os representantes da associação também têm um papel ativo nesse processo.

Quando os representantes da associação de moradores foram questionados se o Condomínio do Idoso pode ser considerado como uma comunidade, responderam com outra pergunta: “qual é a definição de comunidade para vocês?”. Essa indagação mobilizou uma conversa sobre a interação entre pessoas,

o sentimento de pertença, objetivos ou valores, e o estar em um espaço comum. Dessa maneira, a presidente e o tesoureiro afirmaram que sim, o condomínio pode ser considerado uma comunidade, mas precisa desenvolver mais o senso comunitário.

Além de conhecer melhor os aspectos concernentes à realidade habitacional do condomínio visitado, percebeu-se que o contato com a comunidade propiciou momentos de trocas e relatos de experiência das pessoas idosas. Enquanto o grupo discente conhecia o espaço, diversos moradores aproximaram-se para relatar sobre sua experiência de vida e moradia, inclusive convidando as discentes a adentrarem em suas residências. Nesse sentido, notou-se a partir das partilhas com os moradores que há um sentimento de gratidão e satisfação com o condomínio e com a equipe responsável pelo programa habitacional. Uma das moradoras, por exemplo, mencionou que o Condomínio do Idoso é "uma benção" e que pretende ficar "até morrer". Os moradores também salientaram sobre os relacionamentos de amizade que são construídos entre vizinhos, o que denota a possibilidade de fortalecimento de vínculos entre as pessoas.

Dessa uma maneira, há uma concordância com Alves de Deus (2011) quando menciona que numa nova modalidade de moradia para idosos com o poder público à frente da articulação da prestação dos serviços intersecretariais e da organização dos moradores para a gestão do condomínio, os moradores têm a oportunidade de vivenciar o sim. Um sim à dignidade, à autonomia, ao autocuidado, ao enfrentamento das dificuldades de uma maneira coletiva.

Após a visita ao Condomínio da pessoa idosa, realizou-se um evento de extensão universitária vinculado à disciplina supracitada (PIEC) a fim de apresentar a imersão realizada no contexto escolhido. Os moradores do condomínio, bem como a equipe gestora e a representante do projeto de extensão atuante no local foram convidados a participar do evento, porém os residentes não conseguiram estar presentes devido a questões de saúde. O evento foi composto por roda de conversa e apresentação das diferentes comunidades vivenciadas pelos discentes da disciplina, no caso do atual relato, sobre o Condomínio e iniciou-se com a apresentação oral das estudantes que compartilharam as impressões obtidas durante a visita ao condomínio da pessoa idosa. As alunas abordaram aspectos relacionados ao funcionamento do espaço, à dinâmica de convivência entre os moradores, à organização interna e à estrutura física, utilizando fotos e vídeos como recursos ilustrativos. Na sequência, outro grupo de discentes apresentou os resultados de uma intervenção realizada com pessoas idosas em um grupo de

convivência para tal faixa etária, enriquecendo o diálogo com experiências práticas e reflexões sobre o impacto das ações.

A partir de então, os dois grupos promoveram discussões, com foco na pessoa idosa em diferentes perspectivas. Dialogou-se sobre o aumento da expectativa de vida e as repercussões enquanto políticas públicas relacionadas ao direito à saúde, à habitação, à qualidade de vida e ao envelhecimento ativo.

Percebeu-se em consenso a necessidade de se compreender a pessoa idosa como um sujeito de direitos, autônomo e capaz de gerir sua vida da forma como lhe aprouver. Os debates trouxeram questões sobre as diferenças de tratativas e acompanhamento, considerando-se as instituições que atendem estas populações, como as ILPIs que possuem caráter asilar e tutelar (Freire; Carneiro, 2017).

Em contraposição ao modelo de atendimento asilar, nota-se que a proposta do condomínio da pessoa idosa converge com a visão de fortalecer a liberdade e independência da pessoa idosa. Ainda, estimula a convivência e fornece instrumentos para que se desenvolva um sentimento de pertencimento comunitário e espaço para tomada de decisão.

Outro ponto de destaque na discussão foram as razões pelas quais a pessoa idosa não está inserida em seu núcleo familiar e passa a morar em um residencial. Como principais motivações, foram elencados os aspectos econômicos e o rompimento anterior de vínculo afetivo, o que traz a reflexão sobre a responsabilidade legal diante da pessoa idosa, nos termos do Estatuto do Idoso (Brasil, 2022; Poltronieri; Souza; Ribeiro, 2019)

Ao final, ambos os grupos puderam concluir que as pessoas idosas que fazem parte dos modelos de convivência apresentados se identificam como comunidade, destacando os seus relacionamentos interpessoais, o sentimento de pertencimento, a participação social e a autonomia.

Acerca da relevância do evento, a equipe gestora do Condomínio apontou que a visita e os diálogos realizados permitiram ampliar a visão sobre o próprio programa e encontrar mais potencialidades no mesmo. O que demonstra que estar em campo, com abertura para a troca de saberes, amplia a maneira de olhar para um fenômeno inserido em um contexto diverso. A ideia de pesquisa-intervenção, por conseguinte, se fez presente no atual estudo que compreendeu os acontecimentos observados como analisadores que revelam aspectos ocultos das instituições e conduzem a problematização das práticas. Para tanto, as discentes não se posicionam como externas ao processo

e sim, implicadas no campo investigado, refletindo continuamente sobre os efeitos de sua presença e do lugar que ocupa nas relações de saber-poder (Chassot; Silva, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na reunião, visita a campo e evento de extensão aqui relatados, é possível perceber que o condomínio para pessoas idosas deste estudo, vinculado ao programa Casa Fácil Paraná, apresenta uma nova forma de moradia que contribui com a qualidade de vida de pessoas idosas considerando-as como sujeitos de direitos, outorgando dignidade, proteção e respeito à sua condição.

Percebeu-se que a proposta do condomínio difere significativamente dos modelos convencionais de instituições de longa permanência, possuindo caráter inovador em sua estrutura e organização, visto que busca incentivar o contato dos moradores aos serviços e equipamentos do território, bem como valoriza a liberdade, singularidade e participação ativa das pessoas idosas. Ao mesmo tempo, notou-se que há um grande incentivo e institucionalização de práticas que preservem a coletividade e convivência entre moradores.

Conclui-se que a disciplina de Projeto de Investigação Exploratória da Comunidade (PIEC) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro Oeste mobiliza a produção de conhecimento contextualizado e interdisciplinar aproximando a universidade das realidades locais e incentivando a reflexão crítica dos discentes. Isso contribui também com o levantamento de demandas sociais incentivando a criação de intervenções, projetos e pesquisas que potencializem o desenvolvimento das comunidades e sujeitos.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, A. C.; SANTOS, A. O.; PAIVA, V. O incremento da participação comunitária em pesquisas sociais: a estratégia de trabalho com o agente local. In: PAIVA. V.; PUPO, L. R.; SEFFNER, F. (orgs). Vulnerabilidade e direitos humanos:prevenção e promoção da saúde: pluralidade de vozes e inovação de práticas. Curitiba : Juruá, 2012.

ANGROSINO, M. V. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138 p.

ALVES DE DEUS, S. I. Um modelo de moradia para idosos: o caso da Vila dos Idosos do Pari - São Paulo (SP). Revista Kairós-Gerontologia, [S. l.], v. 13, n. Especial 8, p. 195–213, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o "Estatuto da Pessoa Idosa" e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2022. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14423-22-julho-2022-793034-norma-pl.html . Acesso em: 10 set 2025.

CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação = La investigación-intervención participativa como estrategia metodológica: relato de una investigación en asociación = Participatory intervention research as a methodological strategy: report of a research in association. Psicologia & Sociedade, Recife, v. 30, 2018, e181737, p. 1-12. DOI: 10.1590/1807-0310/2018v30181737

CHIARELLI, T. M.; BATISTONI, S. T. Trajetória das Políticas Públicas Brasileiras para pessoas idosas frente a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030). Revista Kairós-Gerontologia, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 93–114, 2022.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). Viver Mais Paraná. Curitiba: COHAPAR, s.d. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/Viver-Mais. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, R. DE M. H.; CARNEIRO, N.. Produção científica sobre habitação para idosos autônomos: revisão integrativa da literatura. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 20, n. 5, p. 713–721, set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 17 abr. 2024.

KROEFF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v20n2/v20n2a05.pdf. Acesso em: 14 set 2025. https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579.

MARTINS, J.B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. Semina: Ci. Sociais/Humanas, Londrina, v. 17, n. 3, p. 266-273, set. 1996.

MUSZKAT, Malvina Ester. Guia Prático de mediação de conflitos. São Paulo: Summus, 2007.

OLIVEIRA, R. D. C. M. (Entre) Linhas de uma pesquisa: O Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v. 2, n. 4, p. 69-87. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/1059/730. Acesso em: 20 ago 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. Genebra: OMS; 2015. 30 p.

PEDUZZI, M. et al. Trabalho em equipe, prática e educação interprofissional. In: Clínica médica: atuação da clínica médica, sinais e sintomas de natureza sistêmica, medicina preventiva, saúde da mulher, envelhecimento e geriatria. Tradução . Barueri: Manole, 2016. Disponível em: https://neipc.ufes.br/sites/neipc.ufes.br/files/field/anexo/trabalho_em_equipe_e_atencao_centrada_na_pessoa.pdf Acesso em: 12 nov 2025.

POLTRONIERI, B. C.; SOUZA, E. R.; RIBEIRO, A. P. Violência no cuidado em instituições de longa permanência para idosos no Rio de Janeiro: percepções de gestores e profissionais. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 215-226, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4zx4JDdkybgYnZYjVBsthSd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 set 2025. https://doi.org/10.1590/S0104-1290201918020.

SCHUSSEL, Z. das G. L. Os idosos e a habitação. Revista Kairós-Gerontologia, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 53–66, 2013.

Capítulo 11

10.37423/260711190

EXTENSÃO RURAL UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO DIALÓGICA E INTERDISCIPLINAR

Paulo Roberto Cardoso da Silveira — *Universidade Federal do Pampa*

Carla Lisiane Ibaldi Carabajal — *Universidade Federal da Fronteira Sul*

RESUMO

Aborda-se uma experiência de ação extensionista desenvolvida na Universidade Federal do Pampa – campus de Itaqui, a qual se desenvolve de 2018 a 2023, tendo como objeto o fortalecimento da agricultura familiar. Apresenta-se uma proposta baseada na perspectiva dialógica e interdisciplinar, onde se busca a interação entre saberes científicos e tradicionais, ao mesmo tempo, que se constitui um espaço de contribuições advindas de diversas áreas de conhecimento, exercitando-se a interdisciplinaridade. Parte-se da diferenciação entre extensão universitária e extensão rural, propondo-se a Extensão Rural Universitária, onde se assume a especificidade de uma ação de compartilhamento de saberes que se constitui em uma forma diferenciada de ação. Para ancorar esta perspectiva de ação propõe-se como metodologia a Educação Popular Comunitária, a qual busca a problematização da situação vivenciada pelo público-alvo e o resgate dos saberes tradicionais. Promove-se uma reflexão sobre o processo desenvolvido e suas implicações. Apresenta-se a experiência vivenciada de integração entre pesquisa-ensino-extensão, sua forma de desenvolvimento e os resultados obtidos.

PALAVRA-CHAVE: Agricultura Familiar; Extensão Universitária; Educação Popular Comunitária.

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se uma experiência constituída na UNIPAMPA – Campus de Itaqui, onde se cria um espaço social de aprendizagem junto à agricultura familiar, congregando ações interdisciplinares que possibilitem enfrentar desafios na interação entre conhecimentos científicos e tradicionais. A extensão universitária realizada pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia – NEA passa a integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para qualificar a prática da extensão rural realizada junto às instituições parceiras (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio-Ambiente de Itaqui e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul-EMATER/RS).

Apresentam-se aqui ações realizadas desde 2018, compreendendo esforços de investigação (o reconhecer das especificidades do contexto da agricultura familiar de Itaqui), ações de extensão que se voltaram, inicialmente, para qualificar a comercialização e marketing, além de ações de apoio a agroindustrialização e, mais recentemente, o desenvolvimento da agricultura ecológica. Para tanto, utilizou-se de visitas periódicas a campo, reuniões no espaço rural, observação participante, além do uso de meios virtuais no período da pandemia da COVID-19. Este espaço de compartilhamento de saberes de caráter permanente será de grande valia para o processo de curricularização da extensão na UNIPAMPA – campus de Itaqui, iniciado em 2023, oferecendo oportunidade de formação diferenciada aos estudantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Têm sido freqüentes as dúvidas geradas sobre as diferenças entre extensão universitária e a extensão rural. A extensão universitária, dimensão do tripé ensino-pesquisa-extensão característico das instituições de ensino superior, consiste na promoção de uma interação dialógica entre Universidade e Sociedade, prática de compartilhamento de saberes, onde se valoriza o protagonismo dos agentes sociais (Castro; Tommasino; 2017). O Plano Nacional de Extensão Universitária, o qual estabelece as diretrizes para a extensão universitária no Brasil, a define como uma via de mão-dupla, um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (BRASIL, 2014).

Na perspectiva desta experiência aqui relatada, busca-se esta articulação entre ensino-pesquisa e extensão, a qual se orienta para a contribuição na transformação das condições de vida dos agricultores (as) familiares de Itaqui-RS; ao mesmo tempo, gera-se conhecimentos capazes de dar

sustentação ao processo de compreensão das diferentes dimensões do contexto de ação. Ao trabalharmos objetivando a mudança de comportamento dos agricultores estamos praticando a extensão rural, a qual se caracteriza como uma disciplina acadêmica, mas também como ação educativa de caráter dialógico entre profissionais detentores de um saber acadêmico e o público rural, o qual é possuidor de um conhecimento baseado na experiência cotidiana.

Este último conhecimento caracteriza-se como um saber de caráter inter-geracional, denominado muitas vezes de tradicional, pois fruto de uma tradição preservada, os considerados saberes ancestrais (Baldini; Quinteiro,2018) ou de uma Agri-cultura, o conhecimento produzido pelo homem que trabalha a terra (Balem; Silveira; 2000).

A extensão rural foi, durante muito tempo, tradicionalmente operada por instituições voltadas ao desenvolvimento rural de natureza público-estatal; nas últimas décadas vive-se um pluralismo institucional, onde diversas instituições passam a dedicar-se a extensão rural, onde se incluem também as Universidades (Diesel et all; 2012).

No entanto, a extensão rural universitária que busca-se aqui caracterizar, assume características específicas, pois não se esgota na ação de enfrentar problemas vivenciados no rural, difundir tecnologias ou assessorar os diferentes públicos rurais em suas demandas por geração de renda e qualidade de vida. A Extensão Rural Universitária se caracteriza pela imersão no contexto de ação, gerando conhecimentos (pesquisa) adequados às contingências verificadas e tornando-se espaço de qualificação do ensino, pois propicia espaço de vivências sobre a realidade rural e promove uma dimensão prática aos saberes acadêmicos.

A extensão rural universitária aqui proposta como prática específica se assenta em uma educação popular e comunitária, onde a Universidade se descentra da posição de lugar da produção de conhecimento, reconhecendo que o público rural também possui conhecimentos, sendo necessário construir metodologias que permitam o compartilhamento de saberes em uma relação de mão dupla.

Importante ressaltar que a extensão rural como prática institucional se coloca, na maioria das vezes, em um enfoque disciplinar. Tal característica deve-se a uma formação técnica do extensionista que

favorece uma ação difusionista[1] e uma abordagem não-sistêmica que prioriza o saber das ciências agrárias diante de demais áreas de conhecimento.[2]

A extensão rural universitária, diferentemente, assume uma abordagem interdisciplinar, pois articula várias áreas de conhecimento para compreender as situações analisadas, atendendo as necessidades de estratégias mais complexas de ação. Neste caso, a Interdisciplinaridade é tida como prática coletiva, a partir de um eixo temático (Pombo; 2006), o qual é definido com base na leitura da situação vivenciada, a partir de um processo dialógico.

No caso aqui relatado, a extensão universitária tem por objeto a ação junto aos agricultores e agricultoras familiares, aproximando-se da atividade de extensão rural, a qual efetivamos em conjunto com as entidades parceiras. Mas, para diferenciar nossa ação como universidade diante da ação dos demais, desenvolve-se o que denominamos de Extensão Rural Universitária. Mas, deve-se salientar que esta denominação vai além de uma ação da Universidade no rural, mas implica na adoção de uma metodologia: a Educação Popular Comunitária.

3 A EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA

È necessário o desenvolvimento metodológico para ancorar a extensão rural universitária, pois quando as Universidades passam a atuar como agentes de extensão rural (a partir de 2004 com a PNATER[3]) não ocorrem esforços sistemáticos para constituição metodológica, apesar das contribuições relevantes que surgem. Assim, torna-se necessário referenciais capazes de orientar uma ação de caráter dialógico e interdisciplinar.

Neste contexto, é fundamental os conceitos de educação comunitária e educação popular; a Educação Comunitária parte da problematização dos sistemas de produção e da organização social de cada comunidade, avançando para a mobilização-organização desta; assim, visa-se a sua conscientização diante dos desafios postos na luta pela superação das condições econômicas, sociais, culturais e

[1] A maioria dos profissionais extensionistas possuem formação em ciências agrárias, criando-se uma tendência de difundir os conhecimentos científicos apreendidos; é comum ser estranho a estes profissionais a postura dialógica e o respeito ao conhecimento tradicional dos agricultores (as). A priorização de conhecimentos agronômicos e zootécnicos em detrimento de abordagens que englobem a ecologia, a economia, a sociologia, a antropologia, além do reconhecimento da importância da história e da geografia, impõem um caráter disciplinar às ações.

[2] A referência a uma abordagem sistêmica implica na perspectiva de um olhar sobre a unidade de produção familiar que se oriente para as interações entre o homem e o agroecossistema, ao mesmo tempo, que se enfoca o ambiente sócio-institucional.

[3] Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

políticas que as oprimem (Gadotti, 1992). Ao mesmo tempo, buscou-se resgatar referências na Educação Popular compreendida como um processo educativo em que o conhecimento popular (produzido no cotidiano dos diversos grupos sociais subalternos) assume valorização e é resgatado como elemento fundamental para compreensão das situações vivenciadas por determinada comunidade.

No trabalho que temos desenvolvido, assume-se uma ação contínua de conhecer as práticas de produção adotadas pelas famílias rurais (educação comunitária) e os saberes que ancoram estas práticas (herdados inter-geracionalmente), os quais são resgatados em um processo referenciado na educação popular. Mas como, tanto a educação comunitária, como a educação popular, possibilitam a interação com conhecimentos de base científica, institui-se um espaço de contribuição da Universidade como agente de extensão.

Os saberes produzidos ao trabalhar a terra, a Agri-Cultura, ao se constituir em uma referência nas ações cotidianas de agricultores e agricultoras, cumprem um papel relevante no compartilhamento de saberes necessários para desenvolver uma agricultura mais ecológica (a qual se adéqua às condições agroecossistêmicas presentes). Deste modo, este resgate de saberes dialoga com o objeto da ação de extensão universitária aqui apresentada.

4 CARACTERIZANDO A EXPERIÊNCIA ANALISADA – EXERCENDO A DIALOGICIDADE

As ações de extensão rural universitária tomadas como objeto de análise, iniciam tendo como público prioritário os agricultores e agricultoras familiares, tendo destaque os “feirantes” definidos como aqueles que fazem feira semanalmente em pontos isolados da cidade de Itaqui e que passam, a partir de 2018, realizar o “Feirão da Agricultura Familiar”, mensalmente aos sábados. Este espaço de comercialização foi criado no escopo do trabalho desenvolvido pela UNIPAMPA junto com as instituições parceiras, visando dar visibilidade aos produtos da agricultura familiar e criar uma relação privilegiada com os consumidores.

Na construção do espaço do “Feirão”, a ação de extensão foi desenvolvida envolvendo a organização do espaço, a divulgação do evento, investimento no marketing e na qualificação dos produtos. Vamos detalhar cada uma destas dimensões:

a) A Organização do espaço implicava em reuniões com a EMATER, SAMAI[4] e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, visando a definição de data, de estratégias de divulgação e das promoções que visavam trazer consumidores ao espaço e cativar os visitantes; fazia parte do trabalho a montagem da estrutura no dia anterior ao feirão e na recepção dos feirantes as sete horas da manhã no dia do evento;

b) Divulgação: até 2022[5], quando o feirão voltou a ser realizado no pós-pandemia, cabia a UNIPAMPA liderar a divulgação, envolvendo a construção de CARDs para redes sociais, entrevistas nas rádios, colocação de carros de som, além de outras formas a serem utilizadas em momentos especiais;

c) Marketing: foram priorizadas ações de Marketing, buscando atrair os consumidores; para isto, foi trabalhado junto aos feirantes o uso de embalagens que protejam adequadamente o produto, visando garantir a sua qualidade, o desenvolvimento de etiquetas de identificação do produto e criação de lay-out que possam diferenciar o produto[6];

d) No caso da qualificação dos produtos foram realizadas ações para superar detalhes que prejudicavam a aparência e a conservação dos produtos; e neste processo, merece destaque o apoio na consolidação das unidades de processamento de produtos de origem vegetal (as agroindústrias de panificados e de processamento de vegetais (principalmente mandioca e batata-doce).

Além das ações de apoio ao fortalecimento dos feirantes, o trabalho foi acrescentando outros elementos, os quais foram surgindo a partir da interação com agricultores e agricultoras, através de espaços dialógicos efetivados na localidade do Curuçu[7] e no espaço do feirão. Assim, a partir de 2020, cria-se o NEA[8] e passa-se a desenvolverem-se ações de compartilhamento de saberes com base na Agroecologia, visando incentivar uma agricultura mais ecológica.

[4] Secretaria Municipal de Agricultura e Meio-Ambiente.
[5] Após este momento, a SAMAI tomou para si a organização do "Feirão", rompendo-se com a participação das demais entidades e desconhecendo o processo anterior realizado.
[6] Exemplo significativo foi o caso do mel, onde se desenvolveu uma logomarca chamativa e que identifica o produto da Associação dos Produtores de Mel de Itaqui – APROMI e se propôs novos tamanhos e formas de embalagem, atendendo às preferências dos consumidores.
[7] A Localidade do Curuçu dista em torno de 100 kms da cidade de Itaqui, sendo local de moradia da maior parte dos feirantes e as reuniões ali realizadas contam com a presença das agricultoras da localidade do Itaó e Passo da Cachoeira.
[8] Núcleo de Estudos em Agroecologia, criado no escopo de projeto de extensão financiado pelo CNPq, o qual se desenvolveu de 2020-2022.

Neste sentido, é proposto o Projeto AGROECOMULHER, o qual envolve um grupo de mulheres rurais, público escolhido devido ao fato das mulheres serem as responsáveis pelas hortas para consumo e comercialização, além do processamento de alimentos; ou seja, responsáveis pela maior parte dos produtos levados para as feiras. Metodologicamente, utiliza-se as reuniões periódicas realizadas no centro comunitário do Curuçu como espaço de reconhecimento dos problemas da comunidade e de apresentação de novos saberes considerados adequados para os agroecossistemas locais. E importante papel tem sido cumprido pelas visitas às famílias, onde se permite conhecer suas formas de produção e comercialização, mas também onde se exerce momentos de interação e compartilhamento de saberes.

Nesta perspectiva, duas dimensões devem ser enfatizadas: a) Ao mesmo tempo em que os agentes da extensão universitária (professores e estudantes) explicam fatos e acontecimentos identificados como limitantes para as práticas cotidianas dos agricultores(as), percebe-se saberes tradicionais que complementam os conhecimentos acadêmicos, fortalecendo a formação dos estudantes; b) estes momentos junto às famílias tem uma função importante de criar uma relação de proximidade entre agentes extensonistas e agricultores(as), gerando a confiança e credibilidade, fatores fundamentais na prática da extensão rural[9].

5 A CONSTRUÇÃO INTERDISCIPLINAR

Na Educação Popular Comunitária, ao passo que a situação vivenciada é explicitada, cabe aos agentes extensionistas irem elaborando uma compreensão da complexidade que se apresenta, instituindo-se a contribuição interdisciplinar. Esta construção acontece quando as dimensões dos fenômenos vivenciados envolvem olhares a partir de diferentes áreas de conhecimento.

As investigações efetivadas no processo de extensão rural universitária abordam múltiplas dimensões, incluindo enfoques econômicos e sociológicos. Explicitam-se aqui três destas investigações:

a) A pesquisa sobre as estratégias de Marketing, realizadas de 2017 a 2019, objetivaram conhecer as formas de comercialização e formas de promoção de seus produtos; este trabalho assumiu uma abordagem sócio-antropológica, baseada na observação das práticas adotadas no feirão,

[9] E estes elementos são fundamentais na Extensão Rural Universitária.

na reconstrução dos discursos dos agricultores(as) feirantes e na observação das formas de comportamento dos consumidores (Messa, 2022);

b) Em análise com base na economia, pode-se observar o trabalho de Deleón (2020), onde se investiga os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no tocante à renda proporcionada às famílias e os efeitos no fortalecimento da agricultura familiar; observou-se que este programa representa em média 30% da renda familiar, tendo sido fundamental na pandemia da Covid-19 quando as feiras não puderam ser realizadas.

c) No trabalho de Carabajal (2022), a investigação abordou o protagonismo das mulheres agricultoras do Curuçu, demonstrando-se que tem aumentado a participação das mulheres nas decisões da família e na geração de renda familiar; as atividades tradicionais das mulheres, antes secundarizadas, hoje são responsáveis pela produção e gestão da participação nas feiras e nos programas de compras institucionais (seja o já referido PAA ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Segundo a autora, mesmo com o protagonismo crescente, as mulheres ainda enfrentam um ambiente onde as assimetrias de gênero as submetem a um contexto de subordinação social.

6 AVALIANDO OS RESULTADOS ALCANÇADOS

Em relação à dimensão investigativa, desde 2018 foram produzidos conhecimentos que envolveram a área de marketing, das práticas agrícolas, da análise das estratégias de comercialização (as feiras da agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos), as estratégias de cooperação, as mulheres rurais e as inovações trazidas pela utilização de meios virtuais. Estas investigações geraram trabalhos de conclusão de curso (TCCs), monografias e relatórios de estágios práticos profissionais, os quais envolveram estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, da Agronomia e de curso de pós-graduação (Especialização em Desenvolvimento Regional e Territorial). Estes trabalhos assumiram um caráter formativo, tanto para estudantes, quanto para agricultores(as) e possibilitaram embasar as ações de extensão universitária.

Em relação à dimensão extensionista, ao mesmo tempo em que eram realizadas ações investigativas, desenvolveu-se um trabalho de interação caracterizado pela troca de conhecimentos entre universitários e o público-alvo (agricultores familiares e apicultores); esta dimensão teve como resultado o desenvolvimento de embalagens, logomarcas, estratégias de marketing e qualificação dos

produtos da agricultura familiar e dos apicultores, envolvendo a constituição e consolidação de unidades de processamento de produtos de origem vegetal; destaca-se, também, as atividades que visam desenvolver princípios e práticas baseadas na agroecologia como conhecimento inspirador de práticas ambientalmente sustentáveis.

Ainda na dimensão do agir extensionista, destaca-se a relação de confiança e credibilidade construída junto aos agricultores familiares, apicultores e instituições parceiras; este aspecto significa um diferencial constituído pela prática da extensão rural universitária, pois os agentes universitários assumem uma postura de cumplicidade que gera ad-miração por parte dos agricultores e agriculturas. A amorosidade e o real interesse pelos problemas vivenciados favorece o diálogo e a interação de saberes, ao mesmo tempo, que possibilita a efetivação da proposta da Educação Popular Comunitária.

CONCLUSÕES

O trabalho que tem sido desenvolvido contribuiu no aperfeiçoamento metodológico para dar suporte à Extensão Rural Universitária, partindo-se de sua especificidade e avançando na compreensão de elementos constituintes de uma prática de integração entre ensino, pesquisa e extensão de caráter dialógico e interdisciplinar. Deve-se salientar que a aproximação entre universidade e sociedade tem sido desenvolvida de forma a gerar laços de confiança e práticas de contribuição mútua.

Observa-se que o caráter permanente da extensão rural universitária, ancorada na Educação Popular Comunitária, cria um potencial inovador para a ação da Universidade; torna-se necessário um aprofundamento das características metodológicas aqui propostas.

O processo desenvolvido tem significado uma possibilidade real de contribuição da Universidade no fortalecimento da agricultura familiar, criando-se também, espaços dialógicos capazes de interpolar saberes científicos e tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDINI, K.B.L., and QUINTEIRO, M.M.C. Agroecologia e as práticas tradicionais: reconhecendo os saberes ancestrais. In: SANTOS, M.G., and QUINTERO, M., comps. Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 28-49.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. Agroecologia: além de uma ciência um modo de vida e uma política pública. V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Pesquisa Agropecuária - IESA. V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - SBSP. 2002

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

BRASIL. Lei n. 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 set. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/18-planossubnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de- educacao-lei-n-13-005-2014.

CARABAJAL, C. L. I. Agroecomulher: o Protagonismo das Mulheres Agricultoras Familiares de Itaqui-RS; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pampa, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, 2022.

CASTRO, Jorge; TOMMASINO, Humberto. (Orgs.) Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017.

DELEON, R. S. Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Itaqui; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Universidade Federal do Pampa, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia,2020.

DIESEL,Vivien; NEUMANN,Pedro;SÁ, Vinicius C. de (orgs.); Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional: uma reflexão a partir dos serviços de ATES nos Assentamentos de Reforma Agrária do RS; Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2012;

GADOTTI, Moacir. Escola Vivida-Escola Projetada; Campinas, Papirus, 1992.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: para quê. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.

MESSA, Ederson; O Marketing Digital na Agricultura Familiar: uma nova perspectiva na relação agricultor-consumidor; Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Pampa, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, 2022 (40p).

POMBO, O. Práticas Interdisciplinares; Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15,jan/jun-2006(pgs.208-249).

Capítulo 12

10.37423/260711191

A MÚSICA COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE CULTURAL NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL

Booz Ferreira Ferro — *Universidade Estadual de Alagoas*

Cristiano Cezar Gomes da Silva — *Universidade Estadual de Alagoas*

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender como a música, desenvolvida pelos grupos musicais do município de Arapiraca/AL, em específico a banda Quiçaça fundada na região, pode ser utilizada como forma de expressão de identidade cultural, mostrando em suas representações características do território material e simbólico. O trabalho demonstra a importância da interpretação cultural no ramo da música como uma forma de observar os diversos signos da identidade local. Por se encontrar no agreste do estado de Alagoas, as bandas têm grande importância em manter viva a cultura local, assim como analisar sua transformação diante da imponente indústria cultural e da hibridização cultural, a qual se espalha de forma furtiva desconstruindo e construindo novos conceitos em diversas regiões. Essa dinâmica deixa de lado toda uma estrutura cultural nativa, que cai no esquecimento, abrindo caminho para novos costumes ofertados de forma altamente atrativa pelas grandes empresas de mídias digitais. Tal cuidado e preservação cultural no âmbito da música se faz altamente necessário, já que toda essa estrutura ameaçada pode cair no esquecimento e uma homogeneização cultural prevalecer. A música atua como uma ferramenta de expressão de identidade cultural, cuja análise é deveras necessária para a comunidade acadêmica e para o acervo histórico da referida cidade.

Palavras-chave: Música. Cultura. Identidade. Território. Hibridização Cultural.

1 INTRODUÇÃO

A música tem fundamental importância e constância no cotidiano de várias pessoas, e tal vínculo faz refletir o quão influente é o seu efeito na vida dos indivíduos, carregando consigo influências, signos e significados, identidades à mostra e subentendidas. Para iniciarmos esta reflexão, tomamos como ponto de partida a canção Respeita Januário, de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, que carrega em sua letra a identidade e essência de uma determinada cultura em seu território e tempo. A obra deixa clara a distinção entre os aspectos culturais do pai de Luiz Gonzaga e as pessoas que ali estavam fazendo parte de seu meio social.

Nesse contexto, percebe-se a integração entre as gerações no tempo e espaço cultural antes separadas pelas vivências são agora integradas pelo poder da expressão da identidade cultural, a música, unindo memórias e costumes antes deixados de lado. Ela traz à tona o que passava apenas de uma lembrança vaga para um momento nostálgico repleto de significados e emoções afloradas, levando-nos a compreender que a música é atemporal, conectando gerações distintas, não importando sua classe social, grau de estudo ou construção histórica.

Ao tratar da memória, é preciso evitar a armadilha de compreendê-la como um retorno estático ao passado. Pelo contrário, a memória que a música evoca é um processo dinâmico de reinterpretação. Quando um grupo local resgata um ritmo tradicional e o insere na contemporaneidade, ele não está apenas homenageando o que veio antes, mas validando o presente. Esse exercício de "manter vivo" é, portanto, um ato político de resistência contra o apagamento sistemático que a velocidade do tempo digital tenta impor, tornando o passado uma ferramenta viva para enfrentar as incertezas do porvir.

A noção de um conflito cultural por influências externas também fica clara na música, na qual Luiz Gonzaga, por ter voltado “diferente” do que os locais se lembravam, tem atribuídas a si características inerentes ao seu novo meio de vivência e sucesso no Sul do país. Fica evidente a diferença entre a influência regional de território físico e a modificação que o território simbólico atribui ao indivíduo. Haesbaert (2007) explica esse conceito de multiterritorialidade esclarecendo que:

> Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar) [...] Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufrui-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Podemos perceber que o território detém formas diferentes de apropriação além do território físico, gerando camadas sobre camadas de costumes que se misturam e geram novas identidades e interpretações sobre uma determinada identidade cultural. O território físico é reconhecido e trabalhado constantemente com determinados signos – comportamentais e estéticos –, definindo padrões sociais e estilos de vida. Diante dessa multiplicidade de territórios em um mesmo espaço geográfico, temos a música como um agente modificador que proporciona unificação a toda essa dinâmica de forma muito rápida e eficaz. Ela conecta milhares de pessoas de diferentes culturas e ideologias, absorvendo um determinado estilo musical no qual a mesma letra é reinterpretada de várias formas possíveis, a depender do território material ou simbólico ao qual o ouvinte está inserido.

A música demonstra ser uma ferramenta bastante poderosa inserida na sociedade, e o acesso a ela torna-se cada vez mais fácil devido aos dispositivos móveis e à internet. Se temos a presença constante desses dispositivos e do mundo virtual nas mãos das pessoas, é inevitável que relações de poder prevaleçam e modifiquem a territorialidade simbólica de qualquer lugar. Haesbaert (2007, p. 22) reforça que o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder, que podem compreender desde o “anti-poder” da violência até as formas mais sutis do poder simbólico.

A velocidade com que a transformação territorial e cultural se dá a partir da era digital demonstra-se deveras preocupante, tomando proporções vertiginosas que afetam estruturas sociais antes inquestionáveis. A música, sendo uma ferramenta frequentemente usada para a disseminação e expressão da identidade, tem sua essência regional muitas vezes confundida e fragmentada em meio a interpretações superficiais impostas pela cultura de massa e pela globalização.

O intuito deste estudo é, portanto, percorrer por camadas culturais e aspectos territoriais, tanto físicos quanto simbólicos, para analisar a narrativa da banda Quiçaça enquanto uma narrativa híbrida da identidade arapiraquense. Busca-se investigar as relações entre as temáticas abordadas em suas letras enquanto registro das memórias do agreste, compreender as representações da identidade cultural a partir das expressões dos grupos musicais da região e discutir a influência da hibridização cultural e da pós-modernidade na forma como esses músicos utilizam arranjos e instrumentos para retratar a cultura e o meio ambiente local.

2 A DIVERSIDADE TERRITORIAL E O TERRITÓRIO SIMBÓLICO NA ERA DIGITAL

O século XXI está sendo marcado por uma aceleração de uma corrida tecnológica, na qual o desenvolvimento de novas gerações está intimamente ligado à internet e às redes sociais. Uma das consequências diretas desta viagem constante pelo mundo da rede é a crise na procura da identidade. Manuel Castells (2002, p. 41) aborda que “em um mundo de fluxos globais de riquezas, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se fonte básica de significado social”. A busca pela identidade nas redes sociais torna-se uma aflição diante da imensidão do mundo virtual, que a cada dia se fragmenta mais, agregando conteúdos e identidades diversas em constante transformação.

A velocidade com que se difundem novos tipos de atitudes e vontades tidas como aceitas pela sociedade digital torna os indivíduos cada vez mais influenciados pelas “ondas da verdade digital”. O indivíduo da era virtual tem a possibilidade de ser quem quer ser, porém, majoritariamente, de forma superficial. Nunca tivemos tantas escolhas, mas paradoxalmente essa imensidão de oportunidades está gerando uma estagnação nos indivíduos, enxergando apenas a “amostra grátis” das culturas e não se adentrando em suas especificidades históricas. Giddens (1999) reforça que a globalização não se desenvolve de forma equitativa, possuindo expressões culturais e imposições mercadológicas que afetam desigualmente o globo.

Nesse cenário líquido e de multiculturalismo, Zygmunt Bauman (2011) enfatiza como a sociedade moderna passa por transformações cada vez mais dinâmicas, nas quais as tradições e questões culturais estão cada vez mais frágeis e voláteis. A cultura atual, segundo Bauman, assemelha-se a uma gigantesca loja de departamentos em que as atrações exibidas nas prateleiras são trocadas todos os dias, feitas propositalmente para o impacto máximo e a obsolescência instantânea. As pessoas transformam-se essencialmente em consumidores culturais.

Percebe-se que o mundo globalizado retém uma diversidade territorial simbólica crescente, mas gera diversas culturas superficiais e incoerentes porque são impulsionadas por estruturas influentes de poder e algoritmos de mercado. As estruturas regionais e autênticas, por não terem um lugar de destaque garantido nessa imponente "prateleira" midiática, são rapidamente esquecidas ou desvalorizadas. Deparamo-nos, assim, com um dilema no qual tradições são forçadas a se hibridizar rapidamente ou correrem o risco de exclusão e silenciamento no mundo conectado.

Neste cenário de mediação tecnológica, é preciso compreender que o algoritmo não atua como um agente neutro, mas como um curador de gostos que opera sob a lógica da "bolha informacional". Ao privilegiar conteúdos que geram engajamento imediato, as plataformas digitais criam um circuito fechado de referências, onde a diversidade é frequentemente substituída pela recorrência do "mais clicado". Essa dinâmica de curadoria algorítmica retira do ouvinte o contato com o inesperado e o regional, confinando a experiência musical a nichos globais pré-moldados. Consequentemente, a busca pela identidade na rede, longe de ser um exercício de exploração da própria subjetividade, torna-se uma repetição de padrões estéticos que validam o pertencimento a uma comunidade global virtual em detrimento das especificidades que forjam a identidade local.

3 REPRESENTAÇÃO, CULTURA E O OLHAR ANTROPOLÓGICO

Para compreendermos com profundidade o processo de hibridização cultural, é preciso estabelecer que existem variadas formas de representação de símbolos nas diferentes culturas e que todas estão em constante transformação. Hall (2016) explica que a representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas. Trata-se de uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Contudo, esse processo está longe de ser simples e direto. A representação age de maneiras diversas para cada contexto sociocultural; cada indivíduo apropria-se dos ensinamentos, mas a transmissão e a recepção sofrem alterações constantes, carregando os julgamentos e o "DNA" social de quem as recebe.

Essa infindável rede de significados e representações modifica-se a frações de segundos na era digital. Deparamo-nos, assim, com um dilema quase perturbador para a análise historiográfica e cultural. Burke (2000) questiona como alguém pode escrever uma história de algo sem uma identidade definida, comparando a tarefa a "tentar prender uma nuvem em uma rede de caçar borboletas". A velocidade da internet apenas amplifica esse desafio. Conforme apontado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1994), o ritmo e a intensidade das transformações modernas abalaram modos de vida ancestrais e processos de regulação social antes julgados legítimos, fazendo com que a sociedade pareça perder a sua solidez.

Diante dessa liquidez e efemeridade, a interpretação da cultura demanda um esforço ainda mais rigoroso e criterioso. Sob a ótica do olhar antropológico embasado em Clifford Geertz (1973), entende-

se a cultura através de definições ricas: o modo de vida global de um povo, um legado social, e um conjunto de orientações padronizadas para solucionar problemas recorrentes. Geertz defende um conceito essencialmente semiótico de cultura, corroborando com Max Weber de que "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu". A cultura consiste, portanto, nessas teias. Sua análise não deve ser vista como uma ciência experimental em busca de leis matemáticas fechadas, mas sim como uma ciência interpretativa à procura do significado, fundamentada no que Geertz consagrou como a "descrição densa".

Ignorar essa teia complexa de símbolos e apoiar-se em generalizações é cair no precipício da superficialidade inerente à indústria de massa. O imediatismo e o consumismo, acelerados pelas mídias sociais, estimulam as pessoas a julgarem comportamentos e manifestações artísticas sem qualquer conhecimento prévio de suas raízes, provocando transtornos incalculáveis e apagamentos sistêmicos de memórias de povos inteiros, em que traços identitários são apagados ou ressignificados unicamente para gerar capital e visibilidade.

Nesse sentido, a música arapiraquense deve ser compreendida como um patrimônio imaterial pulsante. Diferente de um monumento físico que se mantém estático na paisagem urbana, a música requer a performance, o encontro e a transmissão oral para sobreviver. É através dessa práxis que a cultura se mantém resistente. Ao reconhecer o valor semiótico dessas manifestações, a academia e a sociedade deixam de tratar a música popular como mero lazer e passam a encará-la como um repositório de identidade, onde cada letra e cada arranjo são tijolos na construção da memória coletiva de uma região que insiste em narrar a si mesma, apesar das pressões pela homogeneização.

4 A SOCIEDADE EM REDE, O MARKETING E O "CLIQUE NA DESCONEXÃO ETERNA"

A "virtualidade real" proporcionou uma nova forma de aproximação humana e de compartilhamento de conteúdos. No entanto, Manuel Castells (2002) faz um alerta contundente sobre o paradoxo dos novos meios digitais. Embora a comunicação online incentive solidariedade em alguns casos e permita discussões desinibidas e sinceras, o preço social a ser pago é o altíssimo índice de mortalidade das relações na rede. Diante de qualquer divergência ou posicionamento desalinhado com o fluxo da massa, as amizades e interações são rapidamente fulminadas pelo que o autor define cirurgicamente como o "clique na desconexão-eterna".

Diante dessa ofensiva da indústria cultural, a resistência artística não se manifesta apenas através da recusa, mas pela reapropriação. Quando artistas locais integram elementos da cultura global não como cópia, mas como ferramenta de tradução da própria vivência, eles operam uma forma de "guerrilha simbólica". Esse movimento reverte a lógica do consumo: em vez de serem moldados pelo algoritmo, eles forçam o algoritmo a carregar a singularidade de seus territórios. Essa capacidade de "hackear" a cultura de massas, inserindo símbolos regionais em estruturas globais, é o que mantém a chama da identidade acesa em meio à padronização digital, transformando a mercadoria cultural em um veículo de memória e resistência.

Essa cultura do cancelamento segrega os usuários em blocos de opiniões intolerantes e força manifestações culturais autênticas a se dobrarem às tendências superficiais para não sofrerem o ostracismo digital. Esse cenário de padronização é impulsionado pelo Marketing Digital, que encontrou na rede uma ferramenta para atingir os indivíduos à "velocidade da luz" com baixíssimo custo. Por meio das redes sociais, torna-se possível não apenas disseminar mensagens, mas também coletar dados e mensurar de forma precisa os comportamentos, os "likes" e as preferências de um grupo.

Plataformas como Instagram e YouTube oferecem algoritmos e funções que engajam bilhões de pessoas. Utilizando a estratégia da "customização", definida por Kotler (2007) como a capacidade de oferecer produtos e serviços voltados a uma base individualizada, a indústria midiática cria uma proximidade ilusória com os consumidores. Isso facilita uma assimilação de ideologias externas disfarçada de escolha livre. Como consequência, o mercado impõe um processo de hibridização nocivo e desproporcional: tenta homogeneizar e esvaziar os aspectos autênticos da cultura nativa para torná-la consumível globalmente, transformando identidades genuínas em mercadorias temporárias e perecíveis.

5 NOVA HISTÓRIA CULTURAL: A MÚSICA COMO VETOR DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

Neste jogo complexo de apropriações e resistências, a música atua como uma das ferramentas mais estratégicas. A Nova História Cultural, abordada por Pesavento (2012), propõe uma leitura diferenciada, passando a pensar a cultura não mais restrita aos grandes intelectuais do passado, mas como um intrincado "conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo". A cultura se revela através de expressões cifradas; nela, uma canção, um poema ou um arranjo musical carregam valores, julgamentos e visões de mundo profundas sobre as realidades locais.

O próprio acorde musical, conforme aponta Barros (2014), contém não apenas as notas audíveis explícitas, mas toda uma carga de sonoridades "secretas" ou "harmônicas", exigindo um ouvido treinado (tanto no sentido musical quanto historiográfico) para decifrar suas múltiplas dimensões. A música, enquanto objeto da Nova História Cultural, não deve ser lida apenas como entretenimento, mas como um arquivo vivo de tensões sociopolíticas. Cada arranjo musical, cada escolha de instrumento e cada silêncio na composição funciona como um documento que registra a correlação de forças de seu tempo. Ao analisarmos a produção musical sob essa lente, percebemos que o som atua como uma "paisagem sonora" que, tal qual a topografia física de um território, guarda vestígios de migrações, resistências e assimilações. Ignorar essa riqueza documental é permitir que a história oficial, muitas vezes alheia às dinâmicas locais, subestime a capacidade das populações periféricas de produzirem significados próprios que desafiam as narrativas hegemônicas da globalização.

Historicamente, o domínio e o impacto da música nunca foram subestimados. Na Grécia Antiga, Pitágoras observou que as harmonias musicais refletiam a ordem do universo e a estruturação matemática da natureza. Através da Doutrina do Ethos, os gregos defendiam que a música afetava o caráter e induzia as pessoas a sentirem bravura, temperança ou ira, servindo como uma força formadora do cidadão para a Pólis. Para Platão, relatado por Teixeira (2006) e Rosenfield (2006), o poder manipulador da música e da arte era tão severo que o Estado deveria vigiar e selecionar quais melodias e fábulas poderiam ser expostas aos jovens, temendo as manipulações hedonistas que pervertessem o caráter humano. Essa noção ancestral espelha-se no mundo contemporâneo: se a música tem o poder de unir memórias e formar o espírito, nas mãos da globalização, ela tem sido operada para padronizar e alienar corações.

A efetividade da música como alicerce cultural se justifica na intrínseca e delicada relação entre a memória e a identidade. Baseando-nos nos estudos do antropólogo Joël Candau (2012), a memória não é um simples arquivo cerebral passivo; ela é, sobretudo, uma construção social e coletiva. A memória permite unir aquilo que fomos ao que somos e ao que seremos; consequentemente, uma "perda de memória é, portanto, uma perda de identidade". Ela é atualizada e recriada constantemente frente aos eventos do presente.

A identidade revela-se como um fenômeno histórico-cultural validado exatamente pelo partilhar destas memórias. As relações de poder no contexto pós-moderno compreendem essa engrenagem e tentam moldar, higienizar ou extinguir memórias específicas para sustentar discursos dominantes,

alterando intencionalmente fatos locais e substituindo-os por realidades artificiais. Uma cultura sem suas próprias referências narrativas torna-se órfã, e seus indivíduos passam a sofrer de um desconforto existencial, sentindo a necessidade de importar e simular comportamentos que não lhes pertencem para conseguirem algum lugar de pertencimento, como advertiu historicamente o filósofo Blaise Pascal. Deste modo, o resgate das vozes nativas e dos ritmos regionais torna-se um ato incontestável de sobrevivência cultural, proteção histórica e reafirmação política do território.

6 A CENA MUSICAL DE ARAPIRACA: TRÊS DIMENSÕES DO HIBRIDISMO

A seleção destes três grupos — o Coro Popular, o duo de Mariana e Ryan, e a Banda Quiçaça — não é arbitrária; ela reflete o espectro das possibilidades de resposta à globalização no agreste alagoano. Ao observarmos desde o fechamento deliberado em torno da tradição até a abertura total para o fluxo global, compreendemos que a cena musical local é um campo de batalha simbólico. Não se trata de uma escala de qualidade, mas de diferentes estratégias de sobrevivência e autoafirmação. Cada grupo, à sua maneira, negocia o quanto de sua "alagoanidade" é negociável diante dos imperativos do mercado, revelando que a música, neste contexto, não é apenas som, mas uma cartografia de resistências e adaptações.

Para compreender como a influência da globalização e a hibridização alteram e condicionam as expressões culturais locais, esta pesquisa analisou a cena musical de Arapiraca por meio de três representações distintas. A escolha desses grupos buscou abranger o leque de análise e evidenciar as diferentes dimensões da apropriação do território material e simbólico.

Em um dos extremos dessa linha de hibridização, encontra-se o Coro Popular Sons e Dons, regido por Marcos Sena. O ambiente do coro é marcado por um estilo rústico e acolhedor, onde coralistas de diversas idades (de 18 a 75 anos) e classes sociais se unem em um mesmo objetivo. O repertório é prioritariamente em português, com fortes raízes populares e nordestinas. Durante os ensaios, nota-se uma resistência consciente do regente em relação à superficialidade das mídias digitais, havendo inclusive normas que restringem o uso de celulares para garantir a interação humana e o foco. Essa postura evidencia uma proteção à identidade local e uma recusa em adaptar-se obrigatoriamente à padronização imposta pelo mercado globalizado.

No outro extremo, com uma imersão profunda e acentuada no mundo globalizado, está o duo Mariana Araújo e Ryan Oliveira. Voltados para um público mais jovem e inseridos na era digital, eles expressam

uma hibridização fluída. Na música Uma Canção, por exemplo, a letra inicia-se em inglês com batidas eletrônicas ("When I saw you I had to write / A song about the past"), evidenciando a forte influência norte-americana no território simbólico dos artistas. O duo utiliza a plataforma Spotify como principal meio de divulgação, refletindo os padrões de consumo da sociedade em rede e o desejo de explorar horizontes e "belezas misteriosas" do mundo global.

Situando-se no meio desse espectro, operando uma fusão estruturada entre as duas pontas, está a Banda Quiçaça, o foco central das nossas análises. O grupo une o território simbólico global (como os ritmos norte-americanos e jamaicanos) à identidade cultural, aos costumes e ao território físico do agreste arapiraquense. A banda demonstra, na prática, como o choque entre culturas pode gerar um produto híbrido, que simultaneamente causa estranhamento e ressignificação.

7 A BANDA QUIÇAÇA: SÍMBOLOS MATERIAIS E A DUALIDADE SONORA

É fundamental observar que o estranhamento causado pelo trabalho da banda Quiçaça não é um defeito de execução, mas um potente efeito estético de resistência. Ao fundir o reggae e o rock — ritmos historicamente associados à contestação e à liberdade — com a iconografia do vaqueiro e a aridez do agreste, o grupo força uma colisão entre o "global" e o "local" que impede o ouvinte de consumir a obra de maneira passiva. Esse choque de referências desacomoda o público, exigindo que ele repense as fronteiras entre o que considera "nossa" música e o que é "importado". Em vez de uma hibridização que suaviza as arestas e torna o produto comercialmente palatável, o que a Quiçaça propõe é um hibridismo de atrito, onde a identidade regional não apenas coexiste com a global, mas a enfrenta e a ressignifica em seus próprios termos.

O próprio nome da banda já é uma demarcação de território. "Quiçaça" significa terra seca e estéril, de vegetação arbustiva rala e baixa, paisagem típica do Sertão e do Agreste alagoano. Ao batizar o grupo com esse termo, os músicos demonstram um pertencimento imediato ao território material do município, enaltecendo a flora regional. Musicalmente, o grupo funde o reggae, o rock e a cultura popular, exemplificando o hibridismo consciente. A análise de suas composições revela as engrenagens dessa hibridização:

Pega de Boi:

A composição retrata de forma rica a tradicional "pega de boi no mato" e a "corrida de prado", eventos marcantes da cultura nordestina. A letra descreve a bravura do vaqueiro ("o kamikaze do sertão") que se embrenha na caatinga vestindo seu gibão e chapéu de couro para se proteger da "jurema", planta nativa cujos espinhos longos oferecem risco durante a lida. Contudo, a base instrumental foge completamente do forró ou do baião esperado para a temática: a música é estruturada em apenas dois acordes (A#m e Fm7) sob a rítmica do reggae jamaicano, acompanhada por loops eletrônicos, guitarra, baixo e bateria. O contraste entre a poesia vaqueira e o reggae escancara a dualidade e a fusão de territórios simbólicos.

Aguardente:

Utilizando o dialeto típico interiorano, com expressões como "arrocha o nó" (apresse-se) e "inté" (até), a letra descreve o cenário árido do "pasto queimado" e do "açude rachado", onde o vaqueiro busca alento na aguardente após a lida ríspida. Musicalmente, a canção utiliza acordes menores (Em, Bm, Am), que na teoria musical sugerem uma harmonia melancólica e triste. No entanto, a banda quebra essa melancolia executando o arranjo de forma acelerada com a energia do rock, guiada pelo som inconfundível de um triângulo nordestino. Essa mistura desmistifica a tristeza da letra, criando uma hibridização que muitas vezes causa estranhamento inicial aos ouvidos mais tradicionais.

Campiar:

O termo "campiar" remete à busca pelo gado fugido no mato. A letra exalta a resistência do vaqueiro, mencionando as "botinas, perneiras, esporas e cortadeiras", além do "suor com gosto de sangue", referenciando as lesões rotineiras causadas pelos cactos e espinhos da caatinga. Durante a execução dessa faixa, a identidade visual e sonora da banda se sintetiza de forma magistral: o baixista, vestindo um autêntico chapéu de vaqueiro de couro, opera simultaneamente um MacBook para disparar efeitos eletrônicos que se misturam ao contrabaixo. Essa imagem é a materialização do hibridismo: o homem do campo conectado às tecnologias globais.

Bicho Solto:

Com uma estrutura rítmica ancorada fortemente no reggae, a canção traz uma mensagem de resiliência e quebra de engessamentos ("bicho que anda solto não passa fome não"). A letra exalta a figura daquele que sobrevive solto no mundo, alimentando-se do "talo de maniva" (mandioca) e enfrentando os perigos da "urtiga" (planta comum na região que causa queimaduras na pele). Os três acordes simples (C#m, B e variações) fornecem uma base contínua que dá margem para que os músicos improvisem. Essa liberdade de passear pela harmonia espelha o próprio clamor revolucionário do rock e do reggae por livre expressão, mesclado à identidade sobrevivente do agreste.

Portanto, o legado da Banda Quiçaça ultrapassa a execução musical técnica. Ao provocar esse "hibridismo de atrito", a banda convida o ouvinte a um exercício de alteridade: reconhecer o global dentro do local e o local dentro do global. Esse processo de descoberta é fundamental para a formação de uma identidade que não seja reativa ou purista, mas capaz de dialogar com o mundo sem perder suas raízes. É, em última análise, a prova de que a periferia não é apenas um receptor passivo de culturas, mas um laboratório fértil onde a modernidade é constantemente reelaborada e traduzida para os dialetos da resistência e da persistência territorial.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder da música, estudado desde a Antiguidade por filósofos como Pitágoras e Platão, demonstra ser uma força motriz na formação do caráter e na manutenção da memória de um povo. No entanto, no cenário da modernidade líquida, esse poder tem sido amplamente operado pela indústria cultural de massa. O avanço das mídias digitais introduz, em frações de segundos, símbolos externos que competem deslealmente com a cultura local. Essa dinâmica força muitos artistas a abandonar suas raízes em troca de uma aceitação superficial no mercado de consumo.

Para produzir arte que realmente represente o território, é preciso o que o cordelista arapiraquense Ronaldo Oliveira chama de "caixinha do nada": momentos de ociosidade e reflexão. Infelizmente, a globalização e a desigualdade socioeconômica roubam esse tempo das classes menos favorecidas, exigindo uma produtividade exaustiva e padronizada.

Nesse contexto de tensões, a Banda Quiçaça prova que a hibridização não precisa ser sinônimo de apagamento. A banda utiliza o léxico, a paisagem e a vivência do agreste alagoano, fundindo-os

organicamente aos ritmos globais do reggae e do rock. A hibridização, neste caso, funciona como uma válvula de sobrevivência e de ressignificação da própria cultura.

O futuro da identidade cultural em Arapiraca dependerá, em grande medida, da capacidade da comunidade em perceber o valor estratégico de sua própria produção. Não se trata de fechar as portas para o global, mas de aprender a negociar os termos dessa troca. O fortalecimento de políticas públicas e de espaços de formação que incentivem o pensamento crítico sobre a cultura digital pode transformar o atual cenário de desamparo em um ambiente fértil de criação. Somente quando a sociedade compreender que a sua cultura é o seu bem mais precioso e inalienável, ela poderá, enfim, deixar de ser apenas uma espectadora passiva da globalização para se tornar protagonista de sua própria história cultural.

Contudo, para que manifestações artísticas autênticas como essa não sucumbam, faz-se estritamente necessária a valorização por parte do poder público e da comunidade. Sem o apoio institucional e a conscientização da população sobre suas próprias raízes, os artistas arapiraquenses continuarão a travar uma luta inglória contra os ditames da indústria cultural. Valorizar a música local é, portanto, muito mais do que apreciar a arte; é um ato fundamental de resistência, preservação histórica, afirmação da memória e defesa irrestrita da identidade do território alagoano.

REFERÊNCIAS

ARIAS, P. G. La cultura. Estrategias Conceptuales para comprender la identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia. Escuela de Antropologia Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala, 2002.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. 4. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro. Edição digital, 2013.

BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. Rio de Janeiro, 2002.

FONTERRADA, Maria Trench de Oliveira. De tramas e fios. São Paulo: Unesp, 2008.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1973.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole. 6. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. n. 17, 2007.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro, 2016.

KOTLER, Philip. Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Capítulo 13

10.37423/260711194

DIREITO À REDUÇÃO DE JORNADA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CASOS DE DEPENDENTES PORTADORES DE TEA: APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI 8.112/1990

Vitor Luís de Almeida

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Érika Daniella Rodrigues Oliveira Rabelo

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

José Adélcio da Silva Júnior

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

RESUMO

O presente estudo analisa a aplicação analógica do artigo 98, §3º da Lei Federal nº 8.112/1990 em casos de servidores públicos municipais que necessitam de jornada especial para acompanhamento de dependentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A partir da análise da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 1237867 (Tema 1097) e jurisprudência correlata, examina-se como o Poder Judiciário tem suprido lacunas legislativas municipais através da interpretação sistemática do ordenamento jurídico. O estudo fundamenta-se na metodologia de análise documental de decisões judiciais e legislação pertinente, revelando a consolidação jurisprudencial favorável à aplicação analógica quando há omissão municipal. Os resultados demonstram que a ausência de previsão específica na legislação municipal não obsta o reconhecimento de direitos assegurados pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada com status constitucional.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; jornada especial; aplicação analógica.

1 INTRODUÇÃO

A proteção de pessoas com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro adquiriu novo contorno com a incorporação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, através do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional.

No contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Lei nº 12.764/2012 equiparou pessoas com autismo às pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. Contudo, a aplicação prática desses direitos encontra obstáculos quando servidores municipais necessitam de jornada especial para cuidado de dependentes com TEA, devido à ausência de previsão nas legislações municipais.

O objetivo é analisar como o Judiciário tem respondido à questão, através da aplicação analógica do artigo 98, §3º da Lei 8.112/1990. A metodologia emprega análise documental de decisões paradigmáticas, especialmente o RE n° 1237867 do STF.

2 NORMATIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com o advento do neoconstitucionalismo e a ideia de supremacia da Constituição como ápice da pirâmide normativa do Estado, iniciou-se um processo de constitucionalização das normas infraconstitucionais. Segundo Barroso (2010), esse processo faz com que os valores e os fins públicos nela previstos passem a condicionar a validade e o sentido das demais normas. Dessa forma, a supremacia da Constituição deixa de ser meramente formal, mas sim substancial e axiológica, norteando todo o ordenamento jurídico.

Sobre a constitucionalização do Direito Administrativo, Di Pietro salienta que o fenômeno auxiliou no processo de humanização e democratização desse ramo (2019, s.p.):

> O Direito Administrativo se constitucionalizou, se humanizou, se democratizou. Este, desde as origens, encontrou fundamento no Estado de Direito e acompanhou a sua evolução nas várias fases (Liberal, Social e Democrática). (...) O Direito Administrativo vem passando por profundas modificações, das quais se realça precisamente a sua constitucionalização, hoje tratada e defendida pela doutrina e aplicada pela jurisprudência, com reflexos sensíveis sobre a legalidade, a discricionariedade administrativa e o controle judicial.

Nessa ótica, com a interpretação das normas administrativas à luz dos Direitos Fundamentais, os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público têm sido flexibilizados para concretizar os objetivos elencados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988).

No mesmo sentido, impõe-se a observância dos tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que foram incorporados ao ordenamento jurídico pátrio, na forma do art. 5º, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil, com status de Emenda Constitucional.

Nesse contexto, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada ao ordenamento jurídico com status de norma constitucional, após sua aprovação pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e posterior promulgação pelo Decreto nº 6.949/2009. Dessa forma, passou a orientar tanto o legislador ordinário quanto a formulação de políticas públicas destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Convém destacar que, no art. 4º da Convenção, estão elencadas as obrigações que os Estados Partes se comprometem a observar. Por exemplo, devem assegurar o efetivo exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, adotando todas as medidas legislativas e administrativas necessárias para garantir a eficácia da Convenção.

Dentre os princípios gerais elencados na Convenção, destacam-se o respeito pela diferença, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade e o desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência. Esses princípios devem nortear a interpretação judicial em ações que discutam a redução da jornada de trabalho para os responsáveis por dependentes com autismo.

No mesmo sentido, o art. 5º da Convenção, que trata da igualdade e da não-discriminação, dispõe em seu §3º: “A fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida”. A jurisprudência e a doutrina reconhecem esse dispositivo como um princípio ou direito fundamental à adaptação razoável, conforme Assis Júnior (2019), Gratão (2023) e o Tribunal Superior do Trabalho (2023).

Segundo Assis Júnior (2023, p. 144), o direito fundamental à adaptação razoável garante que a pessoa com deficiência ocupe os espaços sociais sem sofrer distinção de oportunidades em relação às demais pessoas, efetivando, assim, o direito à inclusão:

> Trata-se, portanto, das mudanças no ambiente, na forma como as coisas são feitas, os ajustes e adequações individualmente realizados para que a deficiência não impeça o gozo ou exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos. A adaptação razoável legitima a ideia de superar barreiras individualmente percebidas, em vez de mudar o indivíduo com deficiência para que ele se adeque às estruturas existentes.

Embora o direito à adaptação razoável seja, por vezes, entendido apenas como o dever de garantir acessibilidade física, tal previsão pode e deve ser aplicada à redução da carga horária do servidor que possua dependente diagnosticado com autismo. A análise dessa aplicação será apresentada posteriormente.

Outra medida legislativa relevante foi a instituição do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2015, destinado a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei.

Nesse âmbito, o art. 10, que trata do direito à vida, estabelece que cabe ao Poder Público assegurar a dignidade da pessoa com deficiência. Já o art. 22, inserido no capítulo III, relativo ao direito à saúde, garante o direito a acompanhante ou atendente pessoal para a pessoa com deficiência internada ou em observação. Esse dispositivo também deve ser observado no caso de dependentes com Transtorno do Espectro Autista em tratamento multidisciplinar.

O direito à vida e à saúde encontram-se imbricados, pois não basta apenas mencioná-los na Constituição, nos tratados e convenções internacionais ou na legislação ordinária. É necessária a formulação de políticas públicas para garantir a efetivação desses direitos, assim como a atuação do Poder Judiciário para conferir concretude às normas previstas pelo legislador, conforme Paulo e Alexandrino (2016).

A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em seu art. 1º, §1º, I e II c/c §2º, a lei estabelece que a pessoa diagnosticada com autismo é, para todos os efeitos legais, considerada pessoa com deficiência, possibilitando a aplicação da legislação protetiva em seu favor. Nessa lógica, verifica-se que, embora a Administração Pública seja regida pelo princípio da legalidade, que impõe que os atos administrativos estejam pautados em lei, o Estado Brasileiro se comprometeu a observar, garantir e efetivar os direitos das pessoas com deficiência e eliminar toda forma de discriminação, com fundamento no supraprincípio da dignidade da pessoa humana (art. 3º, I, da CRFB/1988).

Dessa forma, surge uma problemática frequentemente levada ao Poder Judiciário: a lacuna ou omissão das legislações municipais quanto à redução da carga horária do servidor público que possui

dependentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista, sem redução dos vencimentos, poderia impedir o exercício desse direito?

3 ANÁLISE JURÍDICA SOBRE AS LACUNAS LEGISLATIVAS MUNICIPAIS E APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI 8.112/1990

A análise do sistema jurídico brasileiro revela que muitos municípios não possuem previsão legal específica que autorize a concessão de jornada especial a servidores com dependentes com deficiência. O caso paradigmático que motivou o presente trabalho envolveu uma servidora do Município de Montes Claros/MG que pleiteou a redução de sua carga horária para acompanhar a filha, portadora de múltiplas deficiências, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Contudo, o Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros previa apenas a redução proporcional dos vencimentos, não contemplando a possibilidade de cuidado a dependentes com deficiência. Diante da considerável quantidade de casos semelhantes levados ao Poder Judiciário, a jurisprudência começou a analisar o tema com o objetivo de suprir a omissão legislativa. De modo geral, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento favorável à aplicação analógica da legislação federal aos servidores públicos nos casos de omissão da legislação estadual ou municipal (RMS 30.511/PE, RMS 15.328/RN). Esses precedentes foram invocados no julgamento do Recurso em Mandado de Segurança nº 34.630 - AC (2011/0131843-5), no voto do Ministro Relator Humberto Martins. Na ocasião, a servidora pleiteava a concessão de licença para acompanhamento do cônjuge sem ônus, e a legislação do ente ao qual estava vinculada não dispunha sobre o tema.

Na oportunidade, o relator ressaltou que não se tratava de aplicar interpretação analógica para conceder uma licença expressamente vedada pela lei do ente. O que se buscava, apenas, era reconhecer a possibilidade de concessão da licença com base na legislação federal ou estadual, nos casos em que a lei que rege o servidor fosse omissa. Observa-se, portanto, que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça decorreu da omissão do ente em regulamentar determinados direitos dos servidores municipais ou estaduais. Nesses casos, é admissível a interpretação analógica para viabilizar a aplicação dos direitos previstos na legislação federal.

Em continuidade à discussão, o marco definitivo que pacificou o tema ocorreu no julgamento do Recurso Extraordinário n° 1237867, no qual o Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que “aos servidores públicos estaduais e municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.112/1990”. Vale destacar que, ao distribuir o recurso, a Corte Constitucional, no Plenário

Virtual, reconheceu a repercussão geral da matéria, fundamentando que a controvérsia atinge órgãos e entidades da Administração Pública de todos os entes federativos que não possuem disposição legal sobre o assunto.

O precedente fundamentou-se na necessidade de observância do princípio da proteção integral da criança e no status constitucional da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Além disso, destacou-se a importância de assegurar a convivência e o acompanhamento familiar para o desenvolvimento e a inclusão das pessoas com deficiência, conforme garantido pelas normas constitucionais, pelo princípio da igualdade substancial e pela proteção à família.

> Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. TRATADO EQUIVALENTE À EMENDA CONSTITUCIONAL. PROTEÇÃO INTEGRAL E PRIORITÁRIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE. LEI 12.764/2012. POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DA FAMÍLIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM ALTERAÇÃO NOS VENCIMENTOS. SERVIDORA ESTADUAL CUIDADORA DE FILHO AUTISTA. INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. ANALOGIA AO ART. 98, § 3°, DA LEI 8.112/1990. LEGITIMIDADE DA APLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL QUANDO A OMISSÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL OFENDE DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL AUTOAPLICÁVEL QUE NÃO ACARRETE AUMENTO DE GASTOS AO ERÁRIO. PRINCÍPIO DA IGUALDADE SUBSTANCIAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. FIXAÇÃO DE
>
> TESE DE REPERCUSSÃO GERAL. I – A Carta Política de 1988 fixou a proteção integral e prioritária à criança e ao adolescente, cujas garantias têm sido reiteradamente positivadas em nossa legislação, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990) e da promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (Decreto 99.170/1990). II – A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, no § 2° do art. 1° da Lei 12.764/2012, estipulou que eles são considerados pessoas com deficiência, para todos os efeitos legais. Assim, é incontestável que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência aplicam-se também a eles. III – A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) foi assinada pelo Brasil e, por ter sido aprovada de acordo com os ritos previstos no art. 5°, § 3° da Constituição Federal de 1988, suas regras são equivalentes a emendas constitucionais, o que reforça o compromisso internacional assumido pelo País na defesa dos direitos e garantias das pessoas com deficiência. IV – A CDPD tem como princípio geral o "respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade" (art. 3°, h) e determina que, nas ações relativas àquelas com deficiência, o superior interesse dela receberá consideração primordial (art. 7°, 2). V – No Preâmbulo (item X), o Tratado é claro ao estabelecer que a família, núcleo natural e fundamental da sociedade, tem o direito de receber não apenas a proteção de todos, mas também a assistência necessária para torná-la capaz de contribuir para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. VI – Os Estados signatários obrigam-se a "adotar todas as medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na presente Convenção" (art. 4°, a). VII – A omissão do Poder Público, portanto, não pode justificar afronta às diretrizes e garantias constitucionais. Assim, a inexistência de lei estadual específica que preveja a redução da jornada de servidores públicos que tenham filhos com deficiência, sem

> redução de vencimentos, não serve de escusa para impedir que seja reconhecido a elas e aos seus genitores o direito à dignidade da pessoa humana e o direito à saúde.
> VIII – A convivência e acompanhamento familiar para o desenvolvimento e a inclusão das pessoas com deficiência são garantidos pelas normas constitucionais, internacionais e infraconstitucionais, portanto, deve-se aplicar o melhor direito em favor da pessoa com deficiência e de seus cuidadores. IX – O Superior Tribunal de Justiça já reconheceu que é legítima a aplicação da Lei 8.112/1990 nos casos em que a legislação estatal e municipal for omissa em relação à determinação constitucional autoaplicável que não gere aumento ao erário. Precedentes. X – Tendo em vista o princípio da igualdade substancial, previsto tanto em nossa Carta Constitucional quanto na Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, se os servidores públicos federais, pais ou cuidadores legais de pessoas com deficiência têm o direito a horário especial, sem a necessidade de compensação de horário e sem redução de vencimentos, os servidores públicos estaduais e municipais em situações análogas também devem ter a mesma prerrogativa. XI – Recurso extraordinário a que se dá provimento. Fixação de tese: "Aos servidores públicos estaduais e municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, § 2° e § 3°, da Lei 8.112/1990". (RE 1237867, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 17-12-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 11-01-2023 PUBLIC 12-01-2023)

Logo, com base em uma interpretação sistemática e principiológica do ordenamento, o Supremo Tribunal Federal decidiu garantir aos servidores municipais e estaduais que possuem dependentes com deficiência o direito à redução da jornada de trabalho, conforme previsto nos §§ 2º e 3º do art. 98 da Lei nº 8.112/1990, sempre que a legislação do ente a que estão vinculados for omissa nesse aspecto.

Um dos fundamentos para a ratio decidendi foi a necessidade de observância do princípio da igualdade substancial. Ora, permitir que servidores federais, regidos pela Lei nº 8.112/90, reduzam suas jornadas para cuidar de dependentes com deficiência, ao mesmo tempo em que se nega esse direito a servidores de entes sem legislação equivalente, criaria uma situação de desigualdade, tratando de forma distinta pessoas que se encontram em situações idênticas.

A propósito, convém mencionar a lição de Didier, Braga e Oliveira (2018, p. 542):

> Não se pode admitir como isonômica a postura de um órgão do Estado que, diante de uma situação concreta, chega a um determinado resultado e, diante de outra situação concreta, em tudo semelhante à primeira, chega a solução distinta. Daí a importância de os Tribunais promoverem a uniformização da sua jurisprudência, de forma a zelar também pela sua estabilidade, integridade e coerência, tal como dispõe o art. 926, CPC. Trata-se de exigência que, definitivamente, se afina com a noção comum de igualdade e justifica o respeito ao precedente, que deve ser visto como baliza para a solução de casos futuros.

Com base no referido precedente, buscou-se concretizar a isonomia, garantindo a redução da jornada de trabalho aos servidores cuja legislação local era omissa quanto a essa possibilidade.

Destaca-se que o Poder Judiciário não analisou nem diferenciou o nível de gravidade do Transtorno do Espectro Autista ao estabelecer a redução da jornada de trabalho. Essa não relevância se mostra razoável, pois, independentemente do nível de suporte, os indivíduos diagnosticados com TEA

necessitam de tratamento multidisciplinar para desenvolver melhor suas capacidades e superar as limitações.

Nesse sentido, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência dispõe especificamente sobre os direitos das crianças com deficiência:

> Artigo 7
> Crianças com deficiência
> 1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.
> 2. Em todas as ações relativas às crianças com deficiência, o superior interesse da criança receberá consideração primordial.
> 3. Os Estados Partes assegurarão que as crianças com deficiência tenham o direito de expressar livremente sua opinião sobre todos os assuntos que lhes disserem respeito, tenham a sua opinião devidamente valorizada de acordo com sua idade e maturidade, em igualdade de oportunidades com as demais crianças, e recebam atendimento adequado à sua deficiência e idade, para que possam exercer tal direito (Brasil, 2009).

Possibilitar que os pais ou responsáveis por dependentes autistas tenham essa redução da carga horária de trabalho significa viabilizar o tratamento multidisciplinar que essas crianças necessitam para o melhor desenvolvimento pessoal e exercício dos demais direitos e garantias asseguradas na legislação.

Ressalta-se que Palm (2024), em análise da aplicação analógica da Lei nº 8.112/90 aos empregados públicos responsáveis por pessoas diagnosticadas com transtorno autista, indicou o termo The Cost of Caring, o qual foi citado no Recurso de Revista nº 20253-08.2018.5.04.0821, de relatoria do Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, no Tribunal Superior do Trabalho. Em suma, a expressão indica que, muitas vezes, o responsável pela pessoa com deficiência carrega parte significativa do ônus financeiro, mental, social e físico da deficiência, como se, de fato, compartilhasse da própria deficiência.

Esse entendimento, conforme o acórdão do mencionado Recurso de Revista, autoriza a aplicação do princípio da adaptação razoável. Tal princípio permite a redução da carga horária do responsável sem prejuízo de seus vencimentos, em consonância com o art. 23 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

No âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, realizou-se uma busca de jurisprudência no portal do Tribunal utilizando os termos “servidor”, “autista” e “jornada”, localizando 31 julgados. Após selecionar os casos relacionados à omissão da lei local sobre a redução da jornada do servidor em

decorrência do diagnóstico de autismo, verificou-se que o tribunal tem aplicado consistentemente a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal. Reconheceu-se que a atuação judicial no suprimento de lacunas não viola a separação de poderes nem o princípio da legalidade, como por vezes alegam os entes federativos.

O reduzido número de julgados se justifica pela simplicidade da matéria e pelo baixo valor atribuído às causas, já que demandas desse tipo integram a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nos termos da Lei nº 12.153/2009. Em sede recursal, essas demandas são apreciadas pelas Turmas Recursais, não incluídas nesta análise.

Ao tentar verificar o posicionamento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais antes da fixação da tese no Tema nº 1.097 pelo STF, ou seja, antes do julgamento (17.12.2022) e da publicação do acórdão (12.01.2023), encontrou-se apenas um acórdão que atendia ao critério de omissão na legislação local e aplicação analógica da Lei nº 8.112/90. No julgamento da Apelação Cível 1.0400.17.000459-4/002, a 7ª Câmara Cível entendeu que não era possível suprir a omissão legislativa por essa via, por ser necessário que fosse "sanada por instrumento constitucional específico".

Observou-se também casos em que servidores pleitearam a redução da carga horária para patamar superior ao previsto na legislação local, solicitando a aplicação da Lei nº 8.112/90 por ser mais vantajosa. Contudo, a pretensão não foi acolhida, em observância aos princípios da legalidade e da separação dos poderes, já que o regime jurídico ao qual o servidor pertencia dispunha de maneira diversa sobre o tema.

Importa considerar que, ao analisar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, verificou-se que, no Agravo em Recurso Especial nº 2966291 - ES (2025/0221970-7), o Ministro Benedito Gonçalves, não verificando a existência de vícios processuais, manteve o acórdão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Esse acórdão concedeu a extensão do direito à redução da carga horária a servidor contratado a título precário, mesmo quando a legislação local previa o direito apenas aos servidores públicos estáveis.

Nesse caso, a análise do tribunal de origem foi baseada em interpretação sistemática, que indicou a inexistência de fundamento legal para diferenciar a concessão da jornada especial a servidores públicos estáveis e contratados temporariamente. Tal decisão levou em conta a necessidade de observar o princípio da dignidade da pessoa humana, o direito à saúde, o melhor interesse da criança

e do adolescente, bem como as regras e diretrizes previstas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Nota-se, portanto, que, embora a possibilidade de redução da carga horária para servidores cuja legislação do ente é omissa já tenha sido pacificada, ainda persiste insegurança jurídica em outros aspectos relacionados ao tema. Entre eles, destacam-se a extensão do direito a contratados a título precário e situações em que a legislação local prevê redução de jornada inferior àquela prevista na Lei nº 8.112/90.

Logo, por meio deste estudo, verificou-se que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem reiterado o entendimento já consolidado do Supremo Tribunal Federal, embora ainda existam especificidades que têm sido decididas caso a caso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise demonstra a consolidação jurisprudencial favorável à aplicação analógica do artigo 98, §3º da Lei nº 8.112/1990 para servidores estaduais e municipais com dependentes com deficiência, incluindo TEA. Essa construção fundamenta-se na interpretação sistemática do ordenamento, tendo como pilares a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade substancial e da adaptação razoável. O precedente do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1237867 estabelece segurança jurídica, uniformizando o entendimento nos tribunais. A proteção das pessoas com TEA exige uma abordagem integral, que reconheça não apenas os direitos da pessoa com deficiência, mas também condições para que seus cuidadores exerçam adequadamente seu papel, uma vez que muitas vezes carregam os ônus e o estigma social.

A redução da jornada sem perda de vencimentos constitui medida essencial para viabilizar o acompanhamento em tratamentos especializados. Esses tratamentos são imprescindíveis para garantir o bem-estar e o desenvolvimento dos indivíduos diagnosticados com TEA.

O Judiciário tem cumprido papel fundamental na efetivação de direitos fundamentais, suprindo lacunas por meio da interpretação sistemática. Todavia, para assegurar maior segurança jurídica, seria recomendável que os entes federativos adequassem suas legislações ao entendimento consolidado.

REFERÊNCIAS

ASSIS JÚNIOR, Luiz Carlos de. O direito fundamental à adaptação razoável na convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência. 2019. 197 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30928. Acesso em: 21 nov. 2025.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 1.237.867/SP. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=765106754. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário n. 1.237.867/SP. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 7 ago. 2020. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754300129. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial n. 2.966.291/ES. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. Brasília, DF, 17 out. 2025. Diário da Justiça Eletrônico, 21 out. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em Mandado de Segurança n. 34.630/AC. Relator: Ministro Humberto Martins. Segunda Turma. Julgado em 18 out. 2011. Diário da Justiça Eletrônico, 26 out. 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

GRATÃO, Carlos Eduardo Andrade. O princípio da adaptação razoável como mecanismo de inclusão social e concretização da dignidade da pessoa humana. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 23-33, jul./dez. 2023. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/234354/2023_gratao_carlos_principio_adaptacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 nov. 2025.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação Cível/Remessa Necessária nº 1.0000.23.161857-0/001. Relator: Des. Luís Carlos Gambogi. Belo Horizonte: TJMG, 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 1.0400.17.000459-4/002. Relator: Des. Oliveira Firmo. 7ª Câmara Cível, julgamento em 24 set. 2019, publicação da súmula em 1º out. 2019. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/formEspelhoAcordao.do>. Acesso em: 29 nov. 2025.

PALM, Juliana Chaves. Os empregados públicos responsáveis por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA): estudo da aplicação analógica do art. 98, §§ 2º e 3º, da Lei n. 8.112/1990. 2024. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Recurso de Revista n. 20253-08.2018.5.04.0821. Relator: Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte. Brasília, DF, DJe 07 dez. 2023. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2024/3/6A130BD19367D0_RR-20253-08_2018_5_04_0821(2)(.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

Capítulo 14

10.37423/260711195

O LAUDO MÉDICO COM VALIDADE INDETERMINADA PARA PESSOAS COM TEA: AVANÇOS LEGISLATIVOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DESAFIOS À INCLUSÃO

Erika Daniella Rodrigues Oliveira Rabelo
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS UNIMONTES

José Adélcio Da Silva Júnior
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS UNIMONTES

Vitor Luís de Almeida
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS UNIMONTES

RESUMO

O presente estudo analisa o Projeto de Lei nº 3749/2020, aprovado pelo Senado Federal, que estabelece validade permanente para laudos médicos que atestam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A proposta legislativa evidencia um marco jurídico e social importante para as pessoas com TEA e suas famílias, reduzindo a burocracia concernente à exigência para renovação periódica de documentos que comprovam uma condição vitalícia diagnosticada. A pesquisa adota abordagem interdisciplinar, articulando direito, saúde e políticas públicas, a fim de compreender os impactos da pretensa regulamentação tanto na concretude da dignidade humana, quanto na realização de direitos sociais. A partir da revisão de bibliografia e da análise de documentos adstritos à tramitação legislativa, discutem-se os avanços e desafios para implementação prática da nova legislação, considerando as repercussões na vida das famílias e as responsabilidades institucionais. O estudo demonstra que o reconhecimento legal do laudo vitalício representa não apenas uma conquista normativa, mas também um passo relevante para a inclusão e cidadania das pessoas autistas no Brasil.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Projeto de lei. Validade permanente de laudo médico.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República de 1988 estabeleceu um novo paradigma na proteção dos direitos fundamentais, ampliando o rol de direitos assegurados e trazendo normatividade aos mesmos, redefinindo a forma como o Estado brasileiro deve se relacionar com grupos vulneráveis. Entre esses grupos, destacam-se as pessoas com deficiência, cuja inclusão depende de instituição de políticas públicas e remoção de barreiras institucionais que historicamente restringem o acesso a serviços públicos e políticas sociais. No caso das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a despeito da ampliação dos direitos assegurados e das políticas públicas implementadas, a permanência de exigências administrativas desarrazoadas, como a renovação periódica de laudos médicos para comprovação de uma condição reconhecidamente permanente, evidencia a persistência de entraves burocráticos que impedem ou dificultam a fruição plena dos direitos constitucionais de igualdade material, dignidade humana e eficiência administrativa.

O TEA é caracterizado como uma neurodiversidade e não como uma doença; é uma condição que acompanha o indivíduo por toda a vida. Apesar disso, a administração pública brasileira adota, por décadas, uma lógica procedimental que desconsidera tal permanência, criando entraves repetitivos para a renovação de benefícios socioassistenciais, educacionais e de saúde. Essa prática transforma o acesso a direitos fundamentais em uma tarefa desgastante, onerosa e, muitas vezes, inatingível para famílias já sobrecarregadas pela demanda de cuidados contínuos. A aprovação do Projeto de Lei nº 3.749/2020 no Senado Federal, ao propor a validade indeterminada dos laudos que atestam TEA, surge como resposta institucional a essa problemática, buscando harmonizar a prática administrativa ao paradigma constitucional de inclusão.

Nesse contexto, este artigo pretende analisar a fundamentação teórica e constitucional que ampara a adoção do laudo vitalício para TEA, salientando como essa política contribui para a efetividade dos direitos fundamentais e para a superação de práticas burocráticas incompatíveis com o Estado Democrático de Direito. A pesquisa se desenvolve por meio de abordagem qualitativa, orientada por revisão bibliográfica interdisciplinar e busca-se demonstrar que a validade indeterminada dos laudos não é apenas juridicamente cabível, mas também eticamente necessária e administrativamente racional.

METODOLOGIA

O presente estudo adota abordagem qualitativa de natureza exploratória, valendo-se de pesquisa bibliográfica e documental. A investigação se fundamenta na análise de marcos normativos nacionais e internacionais relacionados aos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo Constituição Federal de 1988, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), Lei nº 12.764/2012 e demais legislações correlatas. Para além do levantamento normativo, foram examinados documentos legislativos referentes à tramitação do Projeto de Lei nº 3.749/2020 e registros oficiais disponibilizados por órgãos públicos.

A construção argumentativa baseou-se, ainda, na revisão de literatura interdisciplinar composta por obras de referência nas áreas do direito constitucional, políticas públicas, sociologia e teorias da deficiência, permitindo correlacionar os pressupostos jurídicos com os impactos sociais decorrentes das exigências burocráticas impostas às pessoas com TEA. A análise jurisprudencial, por sua vez, concentrou-se no julgamento do AREsp nº 2.445.970/AP, do Superior Tribunal de Justiça, utilizado como parâmetro interpretativo para compreensão da efetividade dos direitos fundamentais e do reconhecimento da validade indeterminada de laudos médicos.

A partir da articulação entre referencial teórico, legislação aplicável e decisões judiciais, buscou-se interpretar os efeitos do laudo vitalício sob os prismas jurídico, social e administrativo. O método utilizado não pretende aferir causalidade empírica, mas promover reflexão crítica sobre a coerência entre os marcos normativos de proteção às pessoas com deficiência e a realidade procedimental vivenciada por indivíduos com TEA e suas famílias.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme dispõe a Lei nº 12.764 de 2012 (Lei Berenice Piana), é uma síndrome caracterizada por dificuldades na comunicação e interações sociais e padrões restritivos e repetitivos de comportamento. De acordo com o censo de 2022 (IBGE) o Brasil possui 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil. A despeito do importante avanço, da conscientização, da legislação e das políticas públicas, ainda existem desafios consideráveis a serem enfrentados pelas pessoas com TEA e seus familiares.

Na análise dos marcos legais relevantes à temática, iniciamos pela Constituição Federal, que ampliou os direitos sociais assegurados e atribuiu a eles o caráter normativo, direitos que são, a partir de então, desfrutáveis e passíveis de serem exigidos pelo cidadão. Entre eles, está o direito à saúde, que, conforme salienta Fernandes (2025), deixou de ser uma "benemerência" para ser um direito fundamental e um dever irrevogável do Estado. Outro princípio relevante assegurado pela constituição é o princípio da dignidade da pessoa humana e conforme afirma Sarlet (2012), quando a dignidade da pessoa humana é alçada à condição de princípio constitucional estruturante e fundamento do Estado Democrático de Direito, o Estado passa a ser um instrumento para a garantia e promoção da dignidade das pessoas.

A lei nº 7.853/89, Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Brasil, procurou estabelecer normas para garantir o apoio, a integração social e o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, como educação, saúde e trabalho, além de prever o aprimoramento das políticas públicas, a criação de mecanismos de tutela para os interesses coletivos dessas pessoas e definir crimes relacionados à discriminação. O Decreto nº 3.298/99 regulamentou a Lei nº 7.853/1989, estabelecendo a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e estabelecendo os critérios para a definição de deficiência em diferentes categorias.

Em 2007 o Brasil tornou-se signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual recebeu o status de emenda constitucional, sendo ratificada pelo Decreto Legislativo 186/2008 e promulgada pelo Decreto 6.949/2009. A Convenção buscou promover, proteger e garantir o pleno exercício dos direitos humanos pelas pessoas com deficiência. O tratado reconhece as pessoas com deficiência como cidadãos plenos, estabelece a capacidade legal em igualdade de condições e obriga os Estados a promoverem a acessibilidade e a não discriminação. Conforme aponta Fernandes (2025), a despeito de não ser explícito em seu texto, a Convenção abriu o caminho para a inclusão do TEA como uma deficiência já que por meio dela os transtornos de neurodesenvolvimento foram incluídos como deficiência.

Em 2012 foi promulgada a lei nº12.764, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com TEA. Ela é um marco legal importante por equiparar a pessoa com TEA à pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e por estabelecer diretrizes para garantir o pleno exercício dos direitos sociais, econômicos e culturais das pessoas com autismo.

Em 2015 houve a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei nº 13.146/15, que refletiu uma mudança de paradigma, sendo adotado o modelo social, com enfoque nos direitos humanos, em detrimento do modelo médico e assistencialista, adotado anteriormente (Fernandes, 2015; Ramos e Silva, 2024). O estatuto acompanhou os preceitos da Convenção e trouxe operacionalidade a eles.

Ainda em 2015, com a promulgação da lei nº 13.438, foi acrescido o § 5º ao artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que torna obrigatória a adoção de um protocolo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que estabeleça padrões para a avaliação de riscos ao desenvolvimento psíquico de crianças. Essa política tem grande relevância, já que com o diagnóstico precoce há maior possibilidade de desenvolvimento. Com a lei 13.977/19, lei Romeo Mion, houve a criação da Carteira de Identificação das pessoas com TEA, outra importante evolução já que o autismo trata-se de uma deficiência que nem sempre é visível, facilitando assim a acessibilidade.

Apesar dos avanços, demonstrados pela evolução legislativa que visa garantir os direitos das pessoas com TEA, a implementação das políticas ainda enfrenta grandes desafios, devido às lacunas na efetivação e falta de uma rede de suporte adequada, ocasionando a inefetividade desses direitos. Ainda são problemas frequentes a desatualização de profissionais de saúde, assistência social e educação; as terapias comportamentais e fonoaudiológicas fornecidas de forma imprópria ou insuficiente; a precariedade do sistema de assistência social e vulnerabilidade jurídica. (Ramos e Silva, 2024). A despeito da Constituição Federal assegurar a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental da República e o dever do Estado de implementá-lo, a efetivação desses direitos ainda é falha.

Entendemos que o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da Constituição brasileira, constitui elemento central para a interpretação e a aplicação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Para Sarlet (2012), a dignidade opera como limite e diretriz, exigindo que o Estado adote medidas que ampliem a autonomia, a liberdade e a inclusão social dos indivíduos. Nesse sentido, políticas que impõem ônus desproporcionais a grupos vulneráveis violam não apenas a dimensão moral da dignidade, mas seu aspecto jurídico.

Conforme mencionado, a Convenção sobre os Direitos Humanos e o Estatuto da Pessoa com Deficiência adotaram o modelo social da deficiência, Segundo esse modelo, a deficiência não reside na limitação individual, mas nas barreiras erguidas pelo ambiente social. (DINIZ, 2012). Nesse enfoque, é a interação entre impedimentos pessoais e obstáculos externos que produz a exclusão. Diniz (2012,

p. 47) aponta que o modelo social qualifica a deficiência como “uma experiência de segregação e opressão, enfatizando o resultado negativo da interação entre o corpo com lesão e a sociedade.” Compreendemos assim, que exigências e políticas infundadas funcionam como barreira institucional, uma vez que impõe exigências burocráticas que não correspondem à realidade clínica e social das pessoas com TEA.

Nesse mesmo sentido, a sociologia do estigma, concebida por Goffman (1988), também se mostra fundamental para compreender os efeitos simbólicos das práticas administrativas. De acordo com o autor, o estigma atua como mecanismo de marcação social, reforçando desigualdades e submetendo determinados grupos a exigências ou controles contínuos. A obrigatoriedade de comprovação repetida de uma condição permanente, como o TEA, reforça esse ciclo de estigmatização, introduzindo um elemento de suspeição institucional que não encontra respaldo no conhecimento científico nem na legislação contemporânea.

Os estudiosos das políticas públicas trazem outro argumento relevante, ao perceberem a discrepância entre a política elaborada e a sua implementação passaram a estudar a burocracia de nível de rua. Lipsky (2010) destaca que a burocracia de nível de rua exerce enorme influência na efetividade dos direitos, sendo responsável por traduzir normas em práticas concretas. Quando agentes públicos interpretam normas de maneira restritiva ou mantêm procedimentos ineficazes ocorre um descompasso entre direito formal e direito real. A exigência reiterada de laudos médicos atualizados às pessoas diagnosticadas com TEA é um exemplo contundente, decisão baseada unicamente em rotinas administrativas enraizadas, burocracia e desinformação.

Por fim, o pensamento de Sen (2000), especialmente sua abordagem das capacidades, contribui para a compreensão de como políticas públicas podem ampliar ou restringir a liberdade real dos indivíduos. Segundo o autor, desenvolvimento não se resume ao acesso formal a recursos, mas à ampliação das condições efetivas para que as pessoas possam viver a vida que valorizam. Sen (2010, p.32) argumenta ainda que “a liberdade envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões quanto às oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais.(...) A privação de liberdade pode surgir de processos inadequados (...) ou oportunidades inadequadas”. Desta forma, a exigência de que famílias já submetidas a múltiplas demandas renovem laudos periódicos para comprovar um diagnóstico permanente restringe capacidades e compromete liberdades essenciais, violando a própria finalidade das políticas de inclusão.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

A análise do laudo médico com validade indeterminada para o TEA deve ser inserida no contexto da transição do paradigma biomédico da deficiência para o paradigma social e de direitos humanos. A Constituição Federal preconiza, no artigo 24, inciso XIV, o dever de se promover a integração social das pessoas com deficiência. Conforme aponta Valois (2024), integrar socialmente remete ao modelo social, o que significa fornecer uma participação social sem barreiras e um ambiente acessível, evitando que o contato da pessoa com deficiência com a sociedade resulte numa barreira que a inferiorize ou que a coloque em desigualdade em relação às outras pessoas.

Há décadas é exigida das pessoas com TEA a comprovação periódica de sua deficiência para efetivação de seus direitos. Essa lógica burocrática reforça uma concepção ultrapassada da deficiência como atributo clínico a ser constantemente verificado, desconsiderando as evidências científicas que caracterizam o TEA como condição duradoura, e não ocasional.

A exigência de renovação periódica não apenas sobrecarrega o sistema de saúde, como também produz desgastes significativos para famílias que já enfrentam desafios de mobilidade, disponibilidade de tempo e recursos financeiros. Para muitas famílias, a burocracia representa um obstáculo tão significativo quanto o próprio acesso às terapias e serviços especializados. De acordo com Censo 2022, (IBGE), no recorte das pessoas de 25 anos ou mais de idade segundo o nível de instrução, a pesquisa indicou que 46,1% das pessoas com diagnóstico de autismo estavam no grupo sem instrução e fundamental incompleto.

Dessa forma, como salienta Ramos e Silva (2024), é necessária a cooperação dos vários segmentos da sociedade e um esforço constante para viabilizar a elaboração e implementação eficaz de políticas públicas, garantindo a inclusão e a satisfação das demandas e necessidades desses indivíduos.

Outro dado relevante apresentado por Silva (2023) é de que as crianças com TEA vêm sendo cuidadas principalmente pela rede filantrópica, educacional, dispositivos da assistência social e serviços oferecidos por associações de familiares. Percebemos, assim, que além das dificuldades vinculadas ao próprio transtorno, uma parcela significativa das pessoas ainda têm que lidar com dificuldades sociais. Dessa maneira, ao transformar o acesso aos direitos em um processo oneroso, o Estado acaba penalizando desproporcionalmente aqueles que deveriam ser protegidos por suas políticas.

O impacto simbólico da medida também merece atenção. A burocracia excessiva tem função disciplinadora, e não apenas organizativa, como aponta Foucault (2008). A exigência de comprovações frequentes reforça a dependência e a subordinação das pessoas a um sistema que opera com base na desconfiança. A validade indeterminada do laudo, ao contrário, simboliza confiança institucional, reconhecimento identitário e respeito à autonomia das pessoas com deficiência.

Além disso, experiências estaduais anteriores à discussão federal demonstram que a adoção do laudo vitalício não gera dificuldades administrativas. Estados como Minas Gerais, Paraná e Bahia já implementaram políticas similares antes da tramitação federal, constatando redução de sobrecarga no sistema e maior fluidez no atendimento. Essa evidência empírica reforça a compatibilidade entre a validade indeterminada e a eficiência estatal, demonstrando que a medida não apenas não compromete a administração, como a aprimora.

A relevância jurídica do laudo com validade indeterminada para pessoas com TEA também tem sido reconhecida pelo Poder Judiciário, fortalecendo a consolidação do paradigma social da deficiência. No julgamento do AREsp 2.445.970/AP, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que constitui violação ao direito líquido e certo impedir a participação de candidato com Transtorno do Espectro Autista em concurso público sob o argumento de que o laudo médico teria sido emitido há mais de doze meses. A Corte destacou que o autismo é uma condição permanente, cuja manifestação remonta ao nascimento, não sendo razoável exigir atualização periódica do laudo para fins de reconhecimento da deficiência. Destacou-se ainda que a legislação estadual aplicável assegura validade indeterminada ao laudo, de modo que a exigência administrativa de renovação contraria os princípios da isonomia material, da dignidade da pessoa humana e da proteção da pessoa com deficiência. Ao manter a decisão que garantiu a inscrição do candidato na concorrência destinada às vagas de pessoas com deficiência, o STJ reforça a orientação segundo a qual práticas burocráticas que imponham comprovações reiteradas e infundadas constituem barreiras institucionais e, portanto, são incompatíveis com a Constituição de 1988 e com o sistema internacional de proteção das pessoas com deficiência. (BRASIL, STJ, AREsp 2.445.970/AP, 2024).

Os desafios de implementação, contudo, permanecem relevantes. É necessário que a alteração normativa seja acompanhada de procedimentos internos claros, integração de sistemas informacionais e comunicação ampla com servidores e famílias. Como afirma Lipsky (2010), a execução de políticas públicas depende de agentes que operam sob pressões de tempo, recursos limitados e rotinas

estabelecidas. Sem instruções adequadas e processos uniformes, há risco de que algumas unidades continuem mantendo burocracias infundadas, reproduzindo informalmente práticas superadas, culminando em práticas limitadoras ou impeditivas de direitos.

A relevância do laudo vitalício se conecta à teoria das capacidades, uma vez que a remoção de exigências burocráticas amplia as condições reais de autonomia das pessoas com TEA. As capacidades não dependem apenas de recursos formais, mas da disponibilidade de tempo, energia emocional e acessibilidade concreta. A exigência repetitiva de laudos reduz capacidades ao impor custos indiretos às famílias; a eliminação dessa exigência, por sua vez, amplia as possibilidades de dedicação a outros aspectos da vida, como educação, saúde e convivência social.

Em síntese, a validade indeterminada do laudo de TEA não é apenas uma alteração procedimental. Trata-se de uma medida que concretiza princípios constitucionais, amplia capacidades humanas, racionaliza a administração pública e combate práticas históricas de estigmatização e exclusão. Ao reconhecer o caráter permanente do TEA, o Estado reafirma seu compromisso com o paradigma social da deficiência e com a construção de políticas públicas realmente eficazes e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção da validade indeterminada do laudo médico para o Transtorno do Espectro Autista representa uma mudança estrutural no modo como o Estado brasileiro reconhece e administra os direitos das pessoas com deficiência. Fundamentada na dignidade da pessoa humana, na igualdade material, na eficiência administrativa e no paradigma social da deficiência, essa medida corrige distorções históricas e elimina barreiras burocráticas que restringem o acesso pleno a políticas públicas essenciais.

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstra que a exigência de renovações periódicas de laudos médicos para comprovação de uma condição clinicamente permanente não se justifica sob nenhuma perspectiva constitucional, ética ou administrativa. Essa prática impõe encargos desproporcionais às famílias, reforça estigmas, sobrecarrega o sistema de saúde e contrapõe-se ao ideal de inclusão previsto na Constituição e em tratados internacionais.

A validade indeterminada do laudo, ao contrário, promove racionalização de recursos, amplia a autonomia das famílias, combate desigualdades e fortalece a cidadania das pessoas com TEA. A partir

do referencial teórico mobilizado, tornou-se evidente que políticas inclusivas exigem não apenas reconhecimento normativo, mas a remoção concreta de obstáculos que limitam capacidades e impõem dependência institucional.

A concretização plena dessa política, contudo, depende de regulamentação adequada, integração de sistemas administrativos, capacitação contínua de servidores e envolvimento ativo da sociedade civil. A eliminação de barreiras burocráticas não se encerra em um ato legislativo, mas requer vigilância permanente para garantir que práticas informais ou interpretações restritivas não comprometam a finalidade da norma.

A efetividade dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista demanda permanente alinhamento entre a ordem constitucional, a legislação infraconstitucional e a atuação administrativa. O reconhecimento da validade indeterminada do laudo médico insere-se nesse contexto como medida capaz de remover barreiras institucionais historicamente impostas às pessoas com TEA e às suas famílias. Mais do que racionalizar procedimentos, essa transformação reafirma o compromisso do Estado com a dignidade da pessoa humana, a inclusão social e a concretização dos direitos fundamentais, pressupostos indispensáveis à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

Nesse contexto, a validade indeterminada do laudo médico para pessoas com Transtorno do Espectro Autista representa importante avanço na consolidação de um Estado Constitucional inclusivo, que reconhece a diversidade humana e assume o compromisso de eliminar obstáculos indevidamente impostos ao exercício de direitos. Trata-se de medida necessária, proporcional e alinhada aos fundamentos da ordem constitucional inaugurada em 1988, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da igualdade material, da dignidade da pessoa humana e da inclusão social. Mais do que simplificar procedimentos administrativos, a validade indeterminada do laudo constitui instrumento de efetivação dos direitos fundamentais, ao favorecer o acesso contínuo às políticas públicas e reduzir barreiras que historicamente limitaram a plena participação das pessoas com deficiência. Os avanços legislativos evidenciam, contudo, que a concretização desses direitos depende não apenas da existência de normas protetivas, mas também de uma atuação administrativa comprometida com sua implementação efetiva. É da convergência entre legislação, Administração Pública e direitos fundamentais que se fortalece uma política pública verdadeiramente inclusiva, capaz

de assegurar cidadania plena, autonomia e respeito à dignidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AREsp 2.445.970/AP. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. Brasília, DF, 29 abr. 2024. DJe 2 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853/1989. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.438, de 26 de abril de 2017. Inclui § 5º ao art. 14 da Lei nº 8.069/1990 para estabelecer protocolos de avaliação de risco ao desenvolvimento psíquico da criança. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2020.

CENSO DEMOGRÁFICO 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FERNANDES, Fernando Matheus de Oliveira. Competência legislativa sobre a saúde da população com TEA à luz do STF. 2025. 63 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, 2025.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LIPSKY, Michael. Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

RAMOS, Paola Marques; SILVA, Cyro José Jacometti. Autismo e o direito: uma análise da (des)proteção jurídica aos indivíduos. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 5, n. 11, p. e5116006, 2024. DOI: 10.47820/recima21.v5i11.6006. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/6006. Acesso em: 30 nov. 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Márcia Michelle Carneiro da. Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil: análise socioeconômica do acesso ao diagnóstico e tratamento pelas famílias de baixa renda. 2023.234f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2023.

VALOIS, Júlia da Mota. Direito ao transporte público gratuito para pessoas com deficiência: a construção do sentido jurídico de pessoa com deficiência sob a análise sistêmica. 2024. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Recife, 2024. Orientador: Artur Stamford da Silva.

Capítulo 15

10.37423/260811205

ESTUDOS CULTURAIS CASA DA CURA: DIÁLOGOS DE SABERES ENTRE AGRICULTORAS DO MST E UNIVERSIDADES DO NORTE DE MINAS GERAIS

Clara Sena Mata Oliveira

Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana - Unimontes

Ana Paula Glinfskoi Thé

Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana - Unimontes

RESUMO

Este artigo analisa o Projeto de Extensão "Casa da Cura: A partilha de saberes e práticas medicinais populares no cuidado da saúde humana e ambiental no norte de Minas Gerais", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, destacando sua construção e prática juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Regional Norte de Minas. A partir dessa experiência, observam-se saberes em aspectos multi e interdisciplinares que podem ser considerados Estudos Culturais. Mediante descrição, análise de momentos do projeto, pesquisa bibliográfica que fundamenta as relações entre diálogos, saberes e práticas variados, evidenciam-se resultados de enriquecimento de saberes, dialogados e construídos com epistemologias e metodologias diversas, que representam a relação entre saber científico, atuação militante dos Movimentos Sociais e cultura popular de mestras dos saberes. Dessa forma, evidencia-se que a práxis e a colaboração entre conhecimentos são possíveis e fundamentais para enfrentar desafios contemporâneos e a desigualdade de aprendizados.

Palavras-chave: Interculturalidade; Medicina popular; Práxis.

INTRODUÇÃO

Em 2023, iniciou-se o Projeto de Extensão "Casa da Cura: A partilha de saberes e práticas medicinais populares no cuidado da saúde humana e ambiental no norte de Minas Gerais" (FAPEMIG - APQ-03394-22), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e promovido pela Universidade Estadual de Montes Claros em associação com a Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Federal do Norte de Minas. Por meio da metodologia "pesquisa-ação", estabelece relações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do norte de Minas, reconhecendo sua importância e fundamentando-se em uma proposta crítica teórico-prática.

Sua construção ocorreu de forma dialógica entre universidades e MST, conforme demandas do movimento, pensando nas contribuições que a academia busca exercer. Ademais, seu intuito é promover diálogos interculturais entre saberes populares e tradicionais sobre plantas medicinais, envolvendo mestres e mestras trabalhadores(as) e a comunidade acadêmica. Essas mestras, em sua maioria do campo de conhecimento tradicional e popular, incluem benzedeiras, raizeiras, artesãs, lavradoras e especialistas em plantas e medicinas populares. Elas são detentoras de uma memória ancestral viva, que se reproduz ao longo do tempo entre as gerações, registrando a história ambiental desses grupos.

Essas sujeitas do campo representam a diversidade sociocultural do norte de Minas (origens indígenas, quilombolas, vazanteiras e de outras comunidades tradicionais e também das periferias urbanas de grandes centros) e de histórias ambientais, apresentando vivências sob uma perspectiva dialógica com a natureza, compreendendo relações comuns entre terra, ambiente e vida. Nesse sentido, representam formas pedagógicas da humanização de sujeitos, transmitindo saberes, tradições e memórias, somados a uma visão solidária e comunitária do ambiente.

Ao longo do tempo, os sujeitos do campo e da cidade enfrentam ideologias "desenraizantes", que consistem no apagamento de sua história, e passam por “culturicídios” diante da expropriação de seus territórios. Com processos de injustiças, expropriação de território e resistências necessárias para a permanência na terra e luta pela reforma agrária, ocorrem deformações em suas identidades, culturas, memórias e valores produzidos na forma do viver, trabalhar, produzir na terra e se humanizar (Arroyo, 2014). Essa destruição de culturas e modos de vida ocorre com a destruição da base material e dos processos de trabalho e produção do viver, mas também por meio dos conhecimentos hegemônicos que se colocam como verdade absoluta, sendo impostos como únicos e legítimos (Arroyo, 2014).

Por meio do resgate e do interesse nos saberes medicinais de mestras do MST, obtemos uma proposta pedagógica que busca tornar-se oposição a tal destruição de saberes, culturas, valores e identidades. O que também ocorre de forma pedagógica e humanizadora quando o MST estabelece como prioridade a reforma agrária e a distribuição de terras. Assim sendo, os apoios das universidades aos Movimentos Sociais também reforçam seu potencial humanizador, gerador de conhecimentos, culturas, valores e epistemologias que são historicamente oprimidas e marginalizadas pelos reducionismos científicos. As lutas por pertencimento, terra, escolas, universidades e saúde são busca política e cidadã, por direitos também anticoloniais e de resgate histórico (Arroyo, 2014).

A realização desse diálogo entre movimento e universidades ocorre por meio das atividades em pesquisa-ação, planejadas e executadas entre pesquisadores, militantes e o coletivo de mulheres Flores do Pequi, mulheres participantes de acampamentos e assentamentos do Movimento Sem Terra no Norte de Minas, que se articulam há quase cinco anos para o desenvolvimento de atividades cooperativas de incremento da renda familiar e da saúde das famílias da agricultura familiar.

O Coletivo de Mulheres do MST Flores de Pequi foi fundado em junho de 2022 e reúne mulheres de diferentes áreas do MST na região norte de Minas Gerais. Tem como objetivo promover a mobilização comunitária entre mulheres, sendo a necessidade de autonomia financeira a principal demanda. Além disso, tornou-se espaço de compreensão de demandas e escutas para alternativas direcionadas à realidade dessas mulheres, também na tentativa de reanimá-las com espaços de luta. Diante dos interesses do Coletivo Flores de Pequi, seu público se fez principal alvo do Casa da Cura, em que as mulheres são incentivadas a construir cadeias produtivas de beneficiamento de plantas medicinais.

Este trabalho analisa o Projeto de Extensão "Casa da Cura", destacando sua interação com o MST regional norte de Minas Gerais. A metodologia inclui pesquisa participante, em que pesquisadores e integrantes do MST planejam e agem juntos, promovendo a troca de saberes para o incremento da saúde humana e ambiental nos acampamentos e assentamentos em Montes Claros, Bocaiúva e Olhos d'Água. O projeto também envolve pesquisa qualitativa, revisão bibliográfica e pesquisa etnoecológica sobre o uso de plantas medicinais pelas mestras de conhecimentos tradicionais do MST. Busca-se destacar aspectos comunais revolucionários do movimento social e desenvolver práticas coletivas que contribuam para o bem-estar ambiental e humano dos envolvidos.

Para alcançar esse objetivo, refletimos sobre o desenvolvimento do Projeto Casa da Cura, analisando e descrevendo momentos de sua construção e execução. Ademais, adotou-se a pesquisa bibliográfica

analisando categorias como: Estudos Culturais, Pedagogia do Movimento e Interculturalidade, Etnobotânica e Agroecologia para identificação de aspectos teórico-práticos no Projeto em questão. Desse modo, fundamenta-se o diálogo entre saberes e práticas em diferentes epistemologias, desde saberes populares, da educação do campo promovida pelos movimentos sociais e da produção acadêmica universitária.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O MST existe no Brasil há 40 anos, passou por diferentes fases diante de sujeitos e construções históricas e políticas de seu tempo. O campesinato e as ideias defendidas pelo movimento, como reforma agrária e agroecologia, são aspectos fundamentais para a construção de estratégias de vida, possibilitando a existência do trabalho rural em dinamicidade e sustentabilidade com os recursos naturais, sem o esgotamento das principais fontes de vida: terra e água (Silva e Thé, 2022). O modo de atuação do MST corresponde, dessa forma, a uma oposição à "crise estrutural" do capitalismo, sendo crítico ao modo de produção, consumo e propriedade, como ocorre com as commodities e a consolidação do agronegócio.

Os objetivos do projeto dialogam com uma posição política que compreende que as universidades e os conhecimentos científicos por elas produzidos historicamente reproduzem uma exclusão classista, eurocêntrica, racista e colonial dos saberes detidos por povos tradicionais. Assim, o Projeto "Casa da Cura" busca realizar transformações nos espaços acadêmicos, tornando-os multi e interdisciplinares. Isso se relaciona com a definição de Estudos Culturais na América Latina, re-fundados por Carvalho (2010), com base no Instituto de Estudos Culturais de Birmingham, no Reino Unido, em 1964. Estudos Culturais são caracterizados por não possuírem uma única teoria, disciplina, enfoque, método ou linguagem, nem apenas um lugar de origem, sendo nômades e com vínculos na autonomia intelectual e política dos grupos que os produzem (Carvalho, 2010).

O conceito de saúde para sujeitos do campo se difere da perspectiva reducionista, principalmente porque não parte da doença como algo a ser curado, ampliando-se para compreender outros aspectos considerados secundários. Nesse sentido, o direito à terra, a qualidade de vida, a justiça e os ambientes são fatores de um processo de luta individual e coletivo pela saúde, envolvendo determinantes sociais, riscos, agravos, atenção e promoção de vida sem injustiças (Caldart et al., 2012). A partir dessa definição, a posse da terra representa segurança e soberania para a qualidade de vida desses sujeitos,

por isso deve ser associada à perspectiva de saúde. Desse modo, o Casa da Cura, juntamente com o MST, defende uma visão de saúde não reducionista, relacionando aspectos políticos, ambientais e sociais para a produção e diálogos de saberes medicinais, humanos ou ambientais.

A partir das propostas e constituições de movimentos populares, observa-se uma íntima relação de saberes e epistemologias. Os movimentos sociais apresentam práticas e teorias consolidadas conforme sua construção histórica, realizando um diálogo entre trabalho e educação, fundamental para a compreensão da realidade (Arroyo, 2003). As críticas sobre a realidade realizadas por essas organizações, como direito à moradia, à terra, à soberania alimentar, à saúde, entre outros, são críticas clássicas da condição humana que, conforme Arroyo (2003), ao serem retomadas e repostas pelos movimentos sociais, manifestam virtudes pedagógicas radicais e coletivas, as quais podem nomear uma Pedagogia dos Movimentos.

Arroyo propõe, por meio dessa pedagogia, uma visão de educação que valoriza a cultura popular, os saberes locais e as experiências dos movimentos sociais. Uma pedagogia que busca integrar as demandas e as lutas dos movimentos sociais ao processo educativo, promovendo a reflexão crítica, a participação democrática e a construção coletiva do conhecimento. Ela enfatiza a importância de considerar as realidades sociais, culturais e políticas dos estudantes em seus contextos específicos, buscando uma educação mais inclusiva, emancipatória e transformadora (Arroyo, 2003).

Além de Arroyo (2003), situam a proposta de diálogo intercultural deste projeto as ideias de educação de Carlos Rodrigues Brandão (1985), Orlando Fals-Borda (1981) e Paulo Freire (1970). Autores que compartilharam uma visão de educação centrada na libertação e na transformação social. A educação popular como processo de construção coletiva do conhecimento, integrando cultura e educação, os saberes locais e experiências dos movimentos sociais (Brandão, 1985). Também, a importância da conscientização e da práxis, onde o diálogo e a problematização das realidades sociais são fundamentais para a emancipação dos indivíduos e a construção de uma sociedade mais justa (Freire, 1970). Uma educação onde a pesquisa-ação participativa é ferramenta para o empoderamento das comunidades, valorizando seus conhecimentos e promovendo a autogestão e a autonomia. Juntos, esses autores enfatizam uma educação crítica, democrática e comprometida com a transformação das estruturas sociais e a promoção da igualdade e da justiça.

Pensar a realidade campesina e as ruralidades implica nas dicotomias existentes nas políticas do espaço rural: por um lado, a elite econômica busca reconhecê-lo enquanto espaço de desenvolvimento

e produção; por outro, os movimentos sociais apresentam alternativas de leitura para além da economia, em uma visão integrada e holística, em que se produzem condições para a vida e a cultura (Macêdo, 2009). Dessa forma, a perspectiva de educação intercultural neste trabalho compreende o espaço rural como fundamental na formação dos sujeitos do campo, com pedagogias, epistemologias e metodologias integradas, as quais muito podem ensinar e ampliar modos de pensar e fazer realidade.

Em diálogo com os saberes e diferentes práticas populares, as ciências buscam associá-los a técnicas, campos e áreas de estudos, como etnobotânica e agroecologia. A etnobotânica consiste nos estudos dos usos e manejos comuns de plantas ligados aos seres humanos. Esses conhecimentos tradicionais e populares simbolizam relações atemporais, muitas vezes registrados de forma escrita pela Etnobotânica, embora sejam transmitidos de modo oral por gerações. Tais práticas e manejo com o ambiente consolidam modos de uso sustentável e sistemas únicos, inclusive sistemas de saúde popular (Dos Reis et al., 2023).

A partir da necessidade de compreensão das funções e integrações dos saberes locais, manejo, biodiversidade, recursos naturais, agrossistemas e valores socioculturais, a agroecologia se apresenta como conjunto de conhecimentos sistematizados baseados nos saberes populares e tradicionais (Dos Reis et al., 2023; Caldart et al., 2012). Assim como a interculturalidade e os estudos culturais, a agroecologia busca confrontar hegemonias econômicas e dualistas que fragmentam conhecimentos, em especial, busca associar saber cultural e prática agrícola. Ademais, para Dos Reis et al. (2023), etnobotânica e agroecologia são temáticas que buscam contextualizar, preservar e valorizar conhecimentos tradicionais sobre plantas.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

O projeto começou suas atividades em 2023, estabelecendo parcerias com o MST da região norte de Minas Gerais e o Coletivo de Mulheres Flores de Pequi. Uma vivência inicial foi realizada no Assentamento Agroextrativista Americana, em Grão Mogol/MG, visando promover diálogos interculturais entre pesquisadores, a universidade e mestres de conhecimentos tradicionais. Outro momento importante sobre troca de saberes entre comunidades e saberes populares foi o Encontro de Saberes da Medicina Popular, realizado na Unimontes, em dezembro de 2023. Esse evento reuniu representantes quilombolas, vazanteiras e pesqueiras do Médio São Francisco, povo indígena Tuxá,

além de assentados do MST. Esses encontros visaram a troca de experiências e conhecimentos entre diversos grupos, enriquecendo o diálogo entre diferentes epistemologias e práticas de cura.

Essas primeiras experiências do Casa da Cura em outra comunidade fortaleceram os objetivos do projeto nas trocas de saberes e inspiraram não apenas as participantes, mas também a equipe acadêmica ao conhecerem e visualizarem práticas possíveis e concretas sobre saúde e conhecimento popular. A partir da visita ao assentamento geraizeiro, as participantes buscaram utilizar conhecimentos dessa comunidade para problemas comuns no cotidiano, como, por exemplo, a homeopatia para combate a pragas na agricultura.

Uma das iniciativas práticas do projeto foi a criação de um horto de plantas medicinais no Pré-Assentamento Professor Mazzan, em Bocaiúva/MG. Com mais de 50 espécies de plantas medicinais, o horto tem o objetivo de produzir mudas para atender à demanda dos assentamentos, escolas e quintais do MST. A gestão e a manutenção do horto são realizadas coletivamente pelo movimento, Flores de Pequi, estudantes e professores das universidades, tornando-se um espaço de produção, conhecimento, aprendizado e socialização. Observa-se que, ao longo do desenvolvimento do projeto, as espécies do horto têm se alterado além dos ciclos naturais esperados; os assentados e militantes enriquecem a sociobiodiversidade ao plantarem novas espécies, incluindo novos conhecimentos, usos e manejos.

Além do horto medicinal coletivo, os assentados são incentivados a produzir suas próprias mudas e hortos em seus quintais. Cinco famílias receberam 10 espécies medicinais e uma ornamental (Vinca, Sabugueiro, Alecrim, Manjericão, Mastruz, Erva dos Monges, Artemísia, Coentro, Melaleuca, Confrei e Guaco) e nove famílias, incluindo algumas das que receberam as onze espécies citadas, receberam sete plantas (Guaco, Cânfora, Melissa, Gervão, Pariri e Hortelã), mas também receberam sementes, incluindo plantas nativas do cerrado. Ademais, nos momentos de encontro, as assentadas trocam mudas, produtos e sementes, o que intensifica a troca biocultural.

O aumento da biodiversidade também simboliza o aumento da diversidade cultural, linguística, epistêmica e prática, conforme seres humanos e natureza nas suas interações multifacetadas e únicas (Toledo e Barrera-Balssols, 2015). Torna-se válido ressaltar que o aumento da diversidade também simboliza uma prática sustentável, consolidando a saúde ambiental e a necessidade de cuidado com a natureza. Nesse mesmo sentido de preocupação com o ambiente, os assentamentos e áreas do MST têm um espaço de preservação ambiental nos espaços coletivos. Além disso, todos os quintais de

participantes do projeto possuem suas próprias áreas de reserva, sendo pouquíssimo manejadas, apenas em situações específicas, como, por exemplo, o uso de remédios de plantas nativas do cerrado.

Diversas oficinas foram realizadas, incluindo a identificação de plantas do cerrado, boas práticas de manejo, produção e beneficiamento de plantas medicinais. Mestres dos saberes populares aprenderam a utilizar chaves de identificação botânica e técnicas de produção de produtos medicinais e cosméticos, além de princípios de terapias complementares holísticas. Essas atividades fortalecem a autonomia dos participantes ao instigar a expansão social da terra, além da produção de plantas, mas também a promoção de produtos e remédios que podem ser comercializados, alcançando melhores condições financeiras para as famílias assentadas.

Desde agosto de 2023, o projeto tem se concentrado na identificação, caracterização e levantamento de mestres e seus saberes, com visitas in loco a quintais e áreas produtivas. Além disso, foram realizadas atividades de formação técnica e aprimoramento de práticas relacionadas ao cultivo, manejo e comercialização de plantas medicinais.

Os levantamentos socioeconômicos indicam que as mulheres envolvidas (dez) têm em média 50,7 anos, são pardas ou negras e uma branca, possuem em sua maioria renda per capita abaixo de um salário-mínimo, apenas uma é aposentada, não possuem formação na educação básica completa, apenas três das dez sujeitas possuem formação superior, são todas migrantes, duas apenas não dependem de auxílios e programas como o Bolsa Família e Pé de Meia, e suas famílias têm em média 3,1 pessoas. A média de ocupação dos assentamentos é de 9 anos, ou seja, acompanham os processos de ocupação desde que surge a iniciativa do MST. Apenas três são as principais responsáveis pela renda principal familiar.

Essas informações nos auxiliam a compreender as sujeitas do MST, suas vulnerabilidades e necessidades na luta pela terra, visto que por meio do território é possível alcançar formas de melhoria da qualidade de vida. As áreas do movimento integrantes do projeto – Professor Mazzan/Bocaiúva, João Pedro Teixeira/Olhos D'Água e João Pedro Teixeira Estrela/Olhos D'Água – ainda não são consideradas Assentamentos e demandam estruturas, garantias de acesso e permanência na terra. Ainda são registrados nessas áreas conflitos territoriais, ausência de energia elétrica, água, saneamento básico e acesso à saúde básica pelo Sistema Único de Saúde.

Tais condições forçam essas sujeitas a buscarem alternativas de moradia e subsistência, sendo que a maioria habita a maior parte do tempo lugares com melhores condições. Ademais, buscam outras formas de renda além da produção agrícola e utilizam outros endereços para ter acesso ao sistema de saúde de melhor qualidade e suporte. A necessidade de permanência na terra é evidente, além da autonomia financeira. A formação adquirida no Casa da Cura já indica melhorias no campo econômico, visto que os produtos, principalmente plantas secas in natura, já são comercializados em feiras comunitárias, eventos sociais e populares. Além disso, o Coletivo de Mulheres do MST Flores de Pequi almeja a produção de mudas e sais, tanto de banho quanto alimentares, mas também, a longo prazo, a produção de remédios e cosméticos. Essas iniciativas simbolizam a busca pela autonomia, não somente individual, mas também autonomia a partir das iniciativas do projeto Casa da Cura, em que no futuro não necessitem de suporte institucional e formativo para suas demandas.

A saúde dessas sujeitas é outro aspecto que merece atenção: foram identificados 30 tipos de medicamentos utilizados frequentemente nas famílias, além de 24 enfermidades assíduas nas casas. Esses números altos já eram previstos pelo MST na construção do projeto, indicando que as pessoas que possuem protagonismo nas lutas sociais precisam ser cuidadas e são vulneráveis em muitos aspectos. O protagonismo nas lideranças dos movimentos indica situações complexas de combate, tomadas de decisões, conflitos, ameaças, entre tantas outras opressões e desigualdades; isso também resulta em problemas mentais, dado que também é reforçado a partir do Casa da Cura. As participantes indicam ansiedade e depressão como doenças frequentes e tomam medicamentos antidepressivos e ansiolíticos. Inclusive, nota-se a necessidade de instrução diante dos remédios utilizados: muitas delas não se atentam às funções dos mesmos e apenas nos apresentam como uso contínuo.

Além dos espaços com membros da equipe Casa da Cura, ocorrem momentos em que o projeto realiza extensão e amplia suas perspectivas. O Casa da Cura também tem desenvolvido oficinas e espaços de diálogos para incluir as participantes dentro do cenário acadêmico, como, por exemplo, participação em eventos e formação sobre remédios dentro das universidades. Mas também os professores e estudantes desenvolvem ações em escolas de Educação Básica e espaços de formação para outros acadêmicos. Alguns produtos que consolidam a extensão são cartilhas de formação para as participantes, incluindo modos de produção de remédios; um minidocumentário disponível no

YouTube[1] e exposto em sessões culturais, que relata o cotidiano das mulheres e do projeto; além de uma reportagem desenvolvida pela TV UFMG que relata ações e vivências do projeto.

Embora o "Casa da Cura" não tenha as ferramentas para realizar todas as transformações necessárias no modelo universitário, ele se aproxima dos princípios defendidos por Carvalho (2010). Isso inclui a promoção da interdisciplinaridade, inclusão étnica, produção de saberes multiepistêmicos e reestruturação de teorias e pedagogias. O projeto busca, assim, inovar nas práticas educativas e sociais, valorizando a diversidade de saberes e promovendo a justiça social e ambiental. O Projeto de Extensão "Casa da Cura" exemplifica como iniciativas locais podem desafiar uma estrutura curricular eurocêntrica, integrando saberes científicos e populares. As atividades realizadas durante o projeto Casa da Cura demonstram um compromisso com a sustentabilidade, a valorização de conhecimentos tradicionais e a promoção de diálogos interculturais. A continuidade desses tipos de ações tem o potencial de gerar impactos significativos na formação de uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua relação com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e resultados alcançados pelo projeto indicam a necessidade constante da relação entre academia, movimento social e saberes populares, visto que muitas discussões dependem dos conhecimentos técnicos e científicos, além do suporte estrutural e financiador para iniciar medidas para a autonomia e emancipação crítica popular.

Torna-se necessário evidenciar que a definição de saúde na perspectiva do MST se amplia para além do senso comum e do conhecimento científico. Dessa forma, saúde não está necessariamente vinculada à anatomia humana e às doenças, mas também consiste em condições, práticas e conhecimentos que possibilitam o bem-estar social e ambiental. Os saberes envolvidos são cruciais para a manutenção dessa saúde, visto que o acesso e a permanência a direitos básicos para os seres humanos, conservação e preservação ambiental se encontram quase inalcançáveis através das estruturas sociais capitalistas vigentes. As desigualdades epistêmicas entre tipos de conhecimento reduzem as demais identidades, territórios, histórias e lutas vivenciados pela humanidade. O que

[1] Filme: UFMG e MST se unem para a criação da “Casa da Cura” – disponível em https://www.youtube.com/watch?v=XwF6-hItj9s&t=16s

urgentemente nos mobiliza para construir alternativas sociais, culturais, econômicas dialogadas em encontros interculturais durante a execução de um projeto de extensão entre universidade e povos.

As vivências nas atividades do MST na práxis do projeto "Casa da Cura" revelam conexão entre teorias e metodologias frequentemente marginalizadas. Essas iniciativas mostram que a integração de outras ontologias e epistemologias pode ser ampliada no âmbito das Ciências Naturais, Humanas, Sociais e Educação, partindo principalmente do diálogo com autores e experiências do Brasil e da América Latina. A práxis dos Movimentos Sociais se revela como estratégia para conscientização e criticidade, atuando como ferramentas menos alienadas e mais revolucionárias. As cosmovisões do MST e das mestras camponesas contribuem para a formação da cultura humana, representando lógicas complexas que são negligenciadas pelo ambiente científico. Ao trabalhar juntos, Universidades e MST buscam realizar uma agenda política sólida que visa romper com a dominação gnosiológica capitalista e suas derivações em outras desigualdades. Essa parceria fortalece a valorização de conhecimentos tradicionais e populares, promovendo a interculturalidade e a sustentabilidade. A colaboração entre diferentes epistemologias é não apenas possível, mas essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais equitativo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. "Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais." Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003.

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2014. Recurso on-line. ISBN 9788532644480.

BORDA, Orlando Fals. "Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular." Pesquisa participante, v. 7, p. 59, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CALDART, Roseli Salete (org.); PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. 788 p.

CARVALHO, José Jorge de. "Los Estudios culturales en América Latina: Interculturalidad, acciones afirmativas y encuentro de saberes." Tabula Rasa [on-line], v. 12, p. 229-251, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39617422013. Acesso em: 9 jun. 2024.

DOS REIS, Helio Santos; DA PAZ, Cristiane Domingos; DE OLIVEIRA, Juliana Gabriela Alves; SILVA, Marcos Antonio Vanderlei. "O conhecimento e uso tradicional de plantas medicinais nas perspectivas da etnobotânica e agroecologia: uma revisão teórica." Revista Observatorio de la Economia Latinoamericana, Curitiba, v. 21, n. 9, p. 12098-12122, 2023. ISSN: 1696-8352.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MACÊDO, Magda Martins. Escola Rural Geraizeira: dos geraizeiros da Tapera e sua luta por uma educação do campo no norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2009, 213 f.

SILVA, Yan Leal; THÉ, Ana Paula Glinfskoi. "As metamorfoses do MST: da proposta de modernização ao camponês agroecológico." Confluências, Niterói, v. 24, n. 3, p. 184-202, 2022. ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Capítulo 16

10.37423/260811206

DESINFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: TRAGÉDIA POLÍTICA E PROBLEMA DE COMUNICAÇÃO

Elenildes Dantas *Universidade de São Paulo*

RESUMO

O presente artigo propõe-se a analisar o modo pelo qual a mentira e a desinformação têm se configurado tanto como um problema de comunicação quanto instrumentos estratégicos da geopolítica contemporânea Tal fenômeno representa uma ameaça crescente às democracias, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, ao promover um tensionamento extremo das instituições democráticas e ao intensificar processos de polarização social, produzindo um ambiente de instabilidade que margeia o incivilismo político e social. Essa dinâmica se estrutura, sobretudo, no uso das plataformas digitais, que potencializam a disseminação de informações falsas e narrativas manipuladoras, direcionadas a segmentos específicos da população. Ao reforçar medos, preconceitos e identidades fragmentadas, essas práticas ampliam a vulnerabilidade a teorias conspiratórias e discursos de ódio, contribuindo para a corrosão do tecido democrático.

1 INTRODUÇÃO

A desinformação consolidou-se não apenas como um problema de comunicação, mas também como um dos mais graves desafios da sociedade contemporânea, sobretudo, pelos impactos políticos e sociais que provoca. Para Ciro Marcondes Filho (2019), esse fenômeno deve ser compreendido como um problema de comunicação ao mesmo tempo em que como uma tragédia política, pois fragiliza a democracia, corrói a confiança nas instituições e compromete a possibilidade de um debate público racional. Nesse sentido, a desinformação não se limita ao equívoco individual, mas atinge dimensões estruturais da vida coletiva na contemporaneidade.

Do ponto de vista comunicacional, as tecnologias de comunicação, em especial aquelas de caráter disruptivo, são responsáveis por profundas transformações na maneira como os indivíduos se relacionam e se organizam socialmente ao longo da história. A desinformação, portanto, não pode ser desvinculada do contexto tecnológico em que se insere, uma vez que cada inovação comunicacional altera as dinâmicas de mediação, circulação e apropriação da informação. As redes sociais digitais, por exemplo, ampliaram a velocidade e o alcance do fluxo informativo, mas também potencializaram a difusão de mentiras e desinformações, além de teorias conspiratórias de toda a sorte.

Entretanto, para compreender o momento histórico vivido, no Brasil e no mundo, exige o recurso a conceitos fundamentais da sociologia como "totalitarismo" e "neoliberalismo" ou nas palavras de Muniz Sodré (2021) "iliberalismo". Esses conceitos tornam-se ainda mais relevantes quando articulados às transformações recentes nos meios de comunicação, que vêm produzindo impactos significativos não apenas na esfera política, mas também nas formas de sociabilidade e de construção da vida em comum.

De acordo com Arendt (2005), o totalitarismo representa a negação da política, pois dissolve os espaços públicos e suprime a liberdade — elementos essenciais da democracia enquanto garantia do “direito a ter direitos”. No contexto atual, marcado pelo avanço do que alguns autores chamam de "totalitarismo neoliberal" ou "iliberalismo", tais reflexões revelam-se especialmente pertinentes. Segundo Ciro Marcondes Filho (2019), desde a segunda metade do século XX, a possibilidade de um retorno a formas de governo autoritárias nunca deixou de estar presente, emergindo em momentos de crise como uma alternativa oferecida aos governantes, especialmente em democracias jovens, como a brasileira.

Muniz Sodré (2021) aprofunda essa análise ao introduzir o conceito de "iliberalismo", entendido como uma vertente do neoliberalismo vinculada ao capitalismo financeiro contemporâneo e ao uso massivo de algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais. Para o autor, essa configuração, longe de representar apenas um avanço tecnológico, tem trazido consequências políticas profundas: ameaça a estabilidade democrática e favorece o fortalecimento de governos de caráter autocrático, marcados por valores retrógrados e tendências protofascistas.

Diante desse cenário, coloca-se um desafio central: como enfrentar os problemas da desinformação e as ameaças constantes à democracia sem que a sociedade recaia no caos ou na violência generalizada? Em muitos casos, a reação inicial tem sido de perplexidade e desalento tanto por parte dos estudiosos da comunicação como da sociedade em geral, já que problemas considerados superados retornam ao debate público com força renovada por meio das redes sociais, a exemplo do negacionismo científico durante a pandemia de Covid-19 ou do terraplanismo. Esse movimento gera sentimentos de cansaço coletivo e descrédito em relação às instituições, abrindo espaço para a indagação inevitável: Como sociedades democráticas, onde se falhou e como se chegou a tal situação? Como a comunicação digital vista inicialmente como a mais democrática forma de comunicação criada até aqui, pode tornar-se a maior ameaça às democracias na atualidade?

É nesse horizonte que se inscreve o presente artigo. Mais do que oferecer respostas definitivas, busca-se aqui problematizar tais questões, levantando hipóteses e apontando tensões, com o intuito de compreender os mecanismos que articulam desinformação, plataformas digitais e práticas iliberais, e como eles impactam o futuro da democracia e da própria comunicação digital.

2 DESINFORMAÇÃO E O RISCO PARA A DEMOCRACIA

A eleição de Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos, e a de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil, representaram um ponto de inflexão para a política mundial e latino-americana. Ambas evidenciaram a utilização massiva de notícias falsas e da desinformação como instrumentos de disputa de poder. No caso brasileiro, a campanha praticamente restrita às redes sociais mostrou o alcance e a força destrutiva desses mecanismos, surpreendendo analistas e estudiosos da comunicação política. A chamada sociedade da informação revelou-se também como "sociedade da desinformação", em que a circulação sistemática de fake news busca convencer pela manipulação do medo e pela conveniência de narrativas distorcidas. Assim, a internet, antes celebrada como ferramenta de sociabilidade e

compartilhamento de conhecimento, passou a operar como mecanismo de manipulação política e de fragilização democrática.

Muniz Sodré (2021) denomina esse processo como formação de uma "sociedade incivil", marcada pela ação disruptiva dos meios digitais em aliança com a lógica do capitalismo financeiro global. Essa sociedade se sustenta na destruição de regras e valores comuns, no esgotamento da noção de sociabilidade e no enfraquecimento das instituições democráticas. É um ambiente de tensão permanente, que opera na produção de crises sucessivas e gera um estado de constante instabilidade e desorientação social, visível no Brasil, durante o governo Bolsonaro e nos Estados Unidos, nos dois mandatos de Donald Trump.

No entanto, como chegou-se a esse ponto? Especialmente em democracias até então consideradas sólidas, como a dos Estados Unidos, eleger, por duas vezes, uma figura autocrática como Donald Trump? Para Boaventura de Sousa Santos (2007), uma das chaves do enigma está na consolidação do que ele chama de "Estado-Empresarial": um Estado capturado pelos interesses do mercado financeiro e de grupos restritos de poder, que se afasta de seu compromisso com a coletividade e com o bem-estar social. O resultado é o que o autor denomina "democracias politicamente organizadas, mas socialmente fascistas" — sociedades que, embora democráticas em suas estruturas formais, convivem com instituições e práticas autoritárias no seu interior. Para o autor, essa espécie de “estelionato político” gera frustração e ressentimento nos cidadãos comuns, pois o desmonte das políticas de bem-estar social amplia desigualdades, ao mesmo tempo em que as políticas neoliberais estimulam o consumo desenfreado e reforça o sentimento de abandono e descrédito em relação às instituições. E seria esse ressentimento que vem sendo explorado por lideranças autoritárias que, por meio das plataformas digitais, mobilizam esses sentimentos de medo e de perda.

Isso só é possível porque, como destaca Agamben (2009), os meios de comunicação digitais não produzem consenso, mas sim dissenso, pois funcionam como dispositivos de "dessubjetivação", enfraquecendo identidades e fragilizando laços comunitários. Assim, a “sociedade incivil” de Sodré pode ser vista como consequência direta desse processo: um Estado formalmente democrático, mas corroído por dentro, que prepara o terreno para o avanço de práticas autoritárias.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), em "Como as democracias morrem", alertam para o "paradoxo da via eleitoral ao autoritarismo": muitas vezes, são as próprias instituições democráticas que servem de instrumentos para a sua destruição. Segundo os autores, a polarização extrema é um dos principais

riscos, pois transforma adversários políticos em inimigos irreconciliáveis, fazendo das instituições armas de guerra e deixando o sistema constantemente à beira da crise.

Bernardo Sorj (2022) oferece outra chave interpretativa ao destacar a "crise de identidade coletiva e individual" que atravessa as sociedades contemporâneas. Essa crise está ligada, por exemplo, à perda de referências tradicionais como o poder patriarcal e ao desconforto diante de mudanças culturais relacionadas à sexualidade e ao papel das religiões. Ao mesmo tempo, a fragilização das identidades coletivas e das instituições que as sustentavam torna parte da população mais suscetível a teorias conspiratórias e narrativas fantasiosas — como o medo de um “Brasil comunista” ou a ideia de que grupos ocultos estariam prestes a destruir o modo de vida tradicional.

Nesse contexto, ganha centralidade a figura do "indivíduo-empreendedor", promovida pelo neoliberalismo como modelo ideal de realização pessoal e de mérito individual. Embora apresentada como promessa de autonomia, essa identidade tende a gerar frustração e ressentimento, pois depende de referenciais coletivos mínimos para se sustentar. Quando esses laços sociais se enfraquecem, o resultado é um indivíduo isolado, vulnerável e ressentido — exatamente o perfil mais propenso a aderir a discursos autoritários e a narrativas de ódio.

Esse desencanto com a democracia cria espaço para discursos populistas e autoritários, que canalizam o ressentimento social e o transformam em apoio político. A pandemia da Covid-19 mostrou de maneira trágica esse processo: em países como Estados Unidos e Brasil, governos negacionistas recusaram a ciência e falharam em proteger suas populações, o que demonstram os números elevados de mortes por Covid, nos dois países, proporcionalmente às populações.

Dessa forma, a combinação entre incivilismo digital, captura neoliberal do Estado, crise de identidades e corrosão das normas democráticas constitui a base do que se pode denominar como "a origem do mal-estar contemporâneo": um processo silencioso de autodestruição democrática, em que as próprias instituições passam a ser usadas contra a democracia que deveriam proteger.

O cenário político e comunicacional brasileiro recente tem revelado contradições profundas no campo das práticas sociais e dos discursos políticos. Entre tais contradições, destaca-se o fenômeno de indivíduos que se autoproclamam patriotas, mas que, paradoxalmente, recorrem a símbolos estrangeiros — como a bandeira dos Estados Unidos, bandeira de Israel — e chegam a comemorar sanções impostas por um governo estrangeiro contra o Brasil. Soma-se a esse quadro a atuação de

representantes eleitos, como parlamentares federais, que, financiados por recursos públicos, estabelecem residência em território estrangeiro e passam a conspirar contra as instituições nacionais, em defesa de interesses particulares, como a tentativa de preservar familiares de condenações judiciais.

Esse processo evidencia o que se pode denominar "descolamento cognitivo", caracterizado pela discrepância entre crenças e fatos, ou, em termos mais amplos, entre narrativas desinformativas — frequentemente deliberadas — e a realidade empírica. Tal descompasso se manifesta de maneira explícita na própria fala do ex-presidente Jair Bolsonaro, que, em depoimento ao Supremo Tribunal Federal, referiu-se a seus apoiadores como “malucos”, em uma tentativa de se eximir da responsabilidade de haver estimulado, ao longo de quatro anos de governo e mesmo após seu término, práticas e discursos associados a essas distorções cognitivas.

As consequências desse ambiente de desinformação, associado à ausência de regulamentação das plataformas digitais, têm se mostrado nefastas para a esfera pública e para a democracia. O poder desmedido das big techs na circulação de informações e na formação da opinião pública permanece, em grande medida, intocado, dado que mecanismos regulatórios ainda são frágeis e inconsistentes. Apenas em situações excepcionais, movidas por forte clamor popular, surgem iniciativas capazes de impor limites a essas corporações. Um exemplo recente é o projeto de lei voltado à proteção de crianças contra processos de adultização, que ganhou visibilidade a partir de uma campanha promovida pelo influenciador digital Felca, logrando inserir o tema na agenda pública e, posteriormente, no debate legislativo.

Esse caso ilustra de maneira paradigmática a ambivalência da tecnologia: ela não pode ser considerada intrinsecamente benéfica ou nociva, mas deve ser compreendida a partir dos usos sociais que dela se fazem. Quando mobilizada de forma crítica e ética, a tecnologia pode contribuir para o fortalecimento democrático e para a proteção de direitos; quando instrumentalizada para fins de manipulação, desinformação e ataque às instituições, ao contrário, torna-se um risco para a coesão social e para a própria soberania nacional.

3 O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO EM PROJETOS TOTALITÁRIOS

Essa problemática, contudo, não é inédita. A história da comunicação demonstra que, em diferentes momentos, tecnologias emergentes foram apropriadas de forma persuasiva para fins políticos. Um

exemplo paradigmático é o papel desempenhado pelo rádio na Alemanha do início do século XX. Durante o período de ascensão do nazismo, a radiodifusão foi utilizada como um poderoso instrumento de persuasão das massas, permitindo a disseminação centralizada de discursos ideológicos. O rádio, ao penetrar nos lares e alcançar milhões de cidadãos, tornou-se ferramenta crucial para a construção da hegemonia nazista e para a legitimação de suas políticas totalitárias.

Esse exemplo evidencia como inovações tecnológicas podem ser mobilizadas para moldar percepções e afetos coletivos. A experiência alemã demonstra que a desinformação e a manipulação discursiva não se limitam à circulação de notícias falsas, mas envolvem a construção sistemática de uma narrativa capaz de orientar condutas políticas. Ao explorar o poder emocional da comunicação radiofônica, o regime nazista conseguiu criar um vínculo de confiança e fidelidade entre líderes e população, dificultando a emergência de discursos críticos ou alternativos.

No cenário contemporâneo, as redes digitais desempenham função análoga àquela que o rádio exerceu no início do século XX, mas em proporções ainda mais amplas. A chamada “democratização caótica” da informação, conceito associado às reflexões de Marcondes Filho (2019), mostra que qualquer indivíduo pode se tornar emissor e propagador de conteúdos, sem que haja mediações institucionais ou jornalísticas robustas. O resultado é um espaço comunicacional vulnerável a manipulações políticas, no qual a mentira circula com maior rapidez que a verdade, em razão da lógica algorítmica que privilegia a viralização.

Essa transformação tem efeitos diretos sobre a esfera pública. Habermas (1989) já havia ressaltado a importância da comunicação racional e transparente para a consolidação da democracia. No entanto, o ambiente informacional contemporâneo, marcado pela fragmentação e pela polarização, ameaça essa possibilidade, pois o debate se sustenta em crenças subjetivas, afetos imediatos e narrativas artificiais. A desinformação, nesse sentido, compromete a construção de consensos sociais e debilita o papel do diálogo como mediador da vida pública.

Do ponto de vista político, grupos organizados utilizam-se estrategicamente das vulnerabilidades comunicacionais para criar inimigos simbólicos, fomentar a polarização e manipular opiniões. Essa prática não difere, em essência, da instrumentalização do rádio pelo nazismo, mas é potencializada pela escala global e pela instantaneidade da comunicação digital. Conforme observa Marcondes Filho (2019), a tragédia maior não está apenas na ilusão individual, mas no enfraquecimento coletivo da democracia, na medida em que o espaço público se converte em arena de manipulação discursiva.

A interrogação “como chegamos a este ponto?” acompanha o imaginário coletivo brasileiro, pelo menos desde 2016, e desdobra-se em outra, ainda mais inquietante: “quando, ou mesmo se, conseguiremos sair dele?”. Essa perplexidade revela a fragilidade de nossa cultura política: a imagem do “brasileiro cordial” e a promessa de uma suposta “democracia racial” — mitos fundacionais frequentemente reiterados — parecem ter se desfeito, ou talvez nunca tenham existido como realidade concreta.

O desencanto decorre do reconhecimento de que valores como democracia, cidadania, respeito mútuo e civilidade constituem, muitas vezes, apenas uma tênue superfície, sujeita a rupturas súbitas. Nos últimos anos, constatamos o quão vulnerável é a democracia brasileira, pois, como lembrava Hannah Arendt, ela se assenta sobre a garantia fundamental do “direito a ter direitos” — princípio hoje reiteradamente ameaçado por práticas autoritárias, ora sutis, ora explícitas, que ganharam progressiva legitimação social. O que inicialmente parecia restrito a uma minoria de radicais, algo em torno de 17% a 20% da população, revelou-se um fenômeno mais amplo e estrutural.

O escândalo da "Cambridge Analytica" e do Facebook, em 2018, expôs a materialidade dessas ameaças. O uso indevido de dados pessoais para traçar perfis psicológicos e disparar conteúdos microdirecionados, explorando medos e preconceitos, mostrou como a manipulação algorítmica pode subverter processos eleitorais. Tais práticas estiveram associadas à vitória de Donald Trump (2016), ao Brexit (2017) e à eleição de Jair Bolsonaro (2018), configurando um padrão global de uso político da desinformação, articulado às estratégias de Steve Bannon, frequentemente comparado a Joseph Goebbels em sua função propagandística. No Brasil, as denúncias de Patrícia Campos Mello (2020) sobre o uso massivo de robôs e "trolls" na difusão de notícias falsas nas eleições resultaram em ataques pessoais, expondo o ambiente de intimidação e hostilidade em que passou a atuar a imprensa.

Desde então, os ataques contra jornalistas se intensificaram. A hostilidade direcionada pelo então presidente Bolsonaro, sobretudo contra mulheres jornalistas, funcionou como autorização simbólica para a violência contra a imprensa, pilar essencial das democracias. Emissoras de TV chegaram a adotar escoltas para suas equipes em campo, diante das agressões crescentes. Nesse sentido, o ataque à imprensa deve ser compreendido como ataque direto à própria democracia, na medida em que mina a circulação pública de informações e fragiliza o espaço de deliberação coletiva.

Porém, o episódio Cambridge Analytica intensificou os debates sobre a necessidade de regulação das "big techs" — como Facebook, Google e Twitter — no que tange à gestão de conteúdo. A aquisição do

Twitter por Elon Musk, em 2022, acendeu novos alertas: ao revogar mecanismos de controle de desinformação e reativar contas banidas, incluindo a de Donald Trump, Musk reforçou o papel das plataformas como arenas de tensionamento institucional e ameaça à integridade democrática. O desafio que se coloca é se as democracias possuem a capacidade de reagir a tais ataques, como nos mostra a investigação parlamentar nos EUA sobre a participação de Trump na invasão do Capitólio (6 de janeiro de 2021) — evento que guarda paralelismo com o ataque às sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Em ambos os casos, a reação institucional é vista como elemento decisivo para conter a erosão democrática e evitar o colapso civilizatório.

As fake news, embora muitas vezes rudimentares em sua formulação, produzem efeitos devastadores porque se ancoram no desejo de acreditar e na fragilização do senso crítico. Essa perda de capacidade reflexiva aproxima-se de uma forma de delírio coletivo, em que a adesão a narrativas conspiratórias se torna não apenas plausível, mas constitutiva de uma identidade política. Como observa Sorj (2022), há ainda aqueles que, embora compartilhem tais crenças, disfarçam sua adesão por temor do ridículo, o que pode ser ainda mais perigoso, já que permanecem latentes e emergem de modo violento quando encontram ocasião.

Nesse cenário, torna-se urgente a construção de um "novo pacto civilizatório", sob pena de repetir os ciclos históricos em que a humanidade só reencontrou equilíbrio após intensos períodos de dor e destruição. O fenômeno não se limita ao Brasil: nas Filipinas, na Índia e nos Estados Unidos, a utilização de exércitos digitais de "trolls" e "bots tornou-se estratégia política central. Como observa Patrícia Campos Mello (2020), a novidade do autoritarismo contemporâneo não está na censura direta, mas na "inundação informacional": trata-se de sufocar os fatos com versões alternativas, deliberadamente fantasiosas, mas amplificadas de tal forma que adquirem aparência de verdade. É a “guerra de narrativas”, na qual o objetivo não é suprimir a informação, mas corroer a própria noção de realidade compartilhada.

Dessa forma, as consequências nefastas da desinformação e da manipulação digital não se resumem à erosão da confiança pública, mas configuram uma ameaça estrutural à democracia, abrindo espaço para a emergência de regimes incivis e autoritários que corroem o tecido social a partir de dentro.

4 COMO ENFRENTAR A DESINFORMAÇÃO

A questão central que se impõe, no contexto atual, é como enfrentar a pandemia de desinformação que atravessa as sociedades contemporâneas. Ao longo do século XX, os meios de comunicação de massa desempenharam papel fundamental na construção de uma coesão social, mediando a forma como a população interpretava a realidade. Esse processo, amplamente estudado sob a ótica do "agenda-setting" e da "teoria crítica", demonstra como a mídia não apenas informa, mas pauta e orienta o debate público, influenciando de maneira decisiva a formação da opinião pública sobre temas políticos, sociais, científicos e tecnológicos.

Entretanto, o advento do século XXI marcou uma ruptura significativa nesse modelo, impulsionada pela popularização dos meios digitais. A centralidade dos veículos convencionais na construção do imaginário coletivo passou a ser desafiada por novos processos comunicacionais, como a "autocomunicação de massa" ou "desmediação", conforme definido por Castells (2017). Nesse modelo, o papel de mediação dos meios tradicionais é relativizado, uma vez que qualquer indivíduo pode se tornar produtor e difusor de conteúdo. A autocomunicação de massa, segundo Castells, caracteriza-se pela “capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou em tempo escolhido” (2017, p. 101). Diante desse cenário, cabe problematizar se, em sociedades cada vez mais complexas, é possível prescindir da função de mediação exercida pelos meios tradicionais e quais seriam as consequências desse processo de desintermediação.

A ampliação da participação dos usuários digitais — simultaneamente consumidores e produtores de informação — tem repercutindo diretamente no campo do jornalismo. Se anteriormente o processo de gatekeeping era central, conduzido por editores que selecionavam e hierarquizavam fatos a serem noticiados, no atual contexto defende-se a noção de gatewatching (Bruns, 2005). Essa prática sugere uma curadoria colaborativa, em que o público participa da seleção e construção do conteúdo, desafiando os padrões tradicionais de produção jornalística.

Nesse cenário, a credibilidade, sustentada por critérios como objetividade, imparcialidade e rigor na apuração, continua sendo o maior ativo do jornalismo, atributo indispensável para o jornalismo, seja nos meios digitais ou tradicionais. A perda desse capital simbólico comprometeria a capacidade da imprensa de oferecer interpretações qualificadas em meio à crescente desordem informacional.

A dificuldade de compreensão da ciência e, ainda mais, da tecnologia, intensifica o problema. Vilém Flusser (1985) define a técnica como “texto científico aplicado”, destacando o processo de

naturalização da tecnologia no cotidiano, a ponto de esquecer-se como era o mundo antes de sua presença. Os dispositivos tecnológicos contemporâneos — smartphones, por exemplo — funcionam como verdadeiras “caixas-pretas”, acessíveis em seu uso, mas opacos em sua compreensão estrutural. Essa lacuna entre utilização e entendimento, já observada desde a invenção da fotografia, ampliou-se de modo significativo com a eletricidade, que estabeleceu um primeiro grande hiato entre uso social e conhecimento técnico.

Esse afastamento entre apropriação e compreensão técnica apenas se intensificou ao longo da modernidade. Quanto mais complexos se tornam os artefatos tecnológicos, ainda que com interfaces simplificadas e acessíveis, menos os sujeitos compreendem seus funcionamentos internos — e, em muitos casos, sequer demonstram interesse em compreendê-los, desde que a usabilidade se mantenha intacta. Esse processo gera um descompasso crescente entre desenvolvimento técnico-científico e capacidade social de assimilação crítica.

O surgimento de novas tecnologias, sobretudo aquelas que transformam paradigmas comunicacionais, historicamente produziu efeitos ambíguos: de um lado, avanços significativos, de outro, potenciais riscos sociais. O rádio, no início do século XX, exemplifica esse dilema: ao mesmo tempo em que democratizou o acesso à informação, também se converteu em poderoso instrumento de propaganda, contribuindo decisivamente para a ascensão dos regimes nazifascistas na Europa. De forma análoga, os meios digitais configuram-se hoje como ferramentas centrais tanto para a circulação de informações qualificadas quanto para a disseminação de desinformação, crises institucionais e movimentos de negação da ciência.

As reflexões de McLuhan (1969) oferecem subsídios para compreender esse fenômeno. O autor identificou três grandes estágios civilizatórios relacionados à comunicação: tribalização, destribalização e retribalização, sendo este último caracterizado pela "aldeia global". Inicialmente vinculada à televisão, essa noção pode ser melhor observada no contexto atual da internet e da globalização econômica, em que as barreiras geográficas, linguísticas e culturais são dissolvidas em prol de uma comunicação universal. Se, por um lado, esse processo amplia conexões, por outro, potencializa vulnerabilidades associadas à massificação e ao espetáculo midiático.

Nesse debate, a categorização de "meios quentes e frios" proposta por McLuhan (1969) também se mostra pertinente. Os meios quentes, como o rádio ou o cinema, saturam o receptor com dados em alta definição, demandando pouca participação interpretativa. Já os meios frios, como a televisão ou

a fala, exigem maior engajamento ativo dos sentidos do receptor para completar a mensagem. Os meios digitais, pela sua interatividade e possibilidade de múltiplas conexões, tenderiam a ser classificados como meios frios, ainda que em um patamar inédito de complexidade.

Diante disso, é possível sugerir que a sociedade contemporânea atravessa uma fase de transição. Do modelo da "sociedade do espetáculo", analisado por Debord (1997), migra-se para um estágio caracterizado pela "sociedade disfuncional", marcada pela sobrecarga informacional, pela desinformação e pela fragmentação do debate público. Esse quadro, no entanto, não deve ser compreendido como definitivo, mas como um processo de reconfiguração, em busca de novos equilíbrios no ecossistema comunicacional.

Diante desse quadro, a discussão sobre a regulamentação das big techs emerge como imperativa. Plataformas como Google, Meta e X (antigo Twitter) não são meros intermediários neutros, mas atuam como mediadores privilegiados do espaço público, definindo, por meio de algoritmos opacos, quais conteúdos terão maior alcance. A ausência de regulação efetiva permite que tais empresas operem com base exclusivamente em interesses econômicos, o que favorece a propagação da desinformação. Nesse sentido, o debate frequentemente colocado como oposição entre regulação e liberdade de expressão mostra-se falacioso.

A falácia desse debate decorre do fato de que todos os meios de comunicação tradicionais — rádio, televisão, jornais impressos — são regulados por legislações específicas e nem por isso são censurados. A regulação, nesses casos, visa garantir transparência, responsabilidade e pluralidade, valores fundamentais para a democracia. Assim, ao contrário do que afirmam discursos contrários à regulação das plataformas digitais, o objetivo não é restringir a liberdade de expressão, mas assegurar que ela se realize em condições justas e equilibradas, protegendo o espaço público de distorções causadas por interesses privados.

Do ponto de vista político, grupos organizados utilizam-se estrategicamente das vulnerabilidades comunicacionais para criar inimigos simbólicos, fomentar a polarização e manipular opiniões. Essa prática não difere, em essência, da instrumentalização do rádio pelo nazismo, mas é potencializada pela escala global e pela instantaneidade da comunicação digital. Conforme observa Marcondes Filho (2019), a tragédia maior não está apenas na ilusão individual, mas no enfraquecimento coletivo da democracia, na medida em que o espaço público se converte em arena de manipulação discursiva.

Dessa forma, o enfrentamento da desinformação exige uma combinação de medidas estruturais: educação midiática para formar cidadãos críticos, fortalecimento do jornalismo profissional e independente e regulamentação transparente das plataformas digitais. Apenas com tais instrumentos será possível mitigar os efeitos nocivos da tragédia política e do problema comunicacional apontados por Ciro Marcondes Filho. O exemplo histórico do rádio na ascensão do nazismo ilustra que a manipulação comunicacional não é novidade, mas o desafio contemporâneo reside na escala inédita que as big techs conferem à desinformação. Regulamentar tais empresas, longe de configurar censura, constitui passo fundamental para a preservação e revitalização da democracia.

Enfrentar a desinformação, portanto, não se limita a combater notícias falsas isoladamente, mas exige compreender os processos comunicacionais e políticos que lhe dão sustentação. É necessário investir em educação midiática, para que os cidadãos possam desenvolver competências críticas no trato com a informação, reconhecendo estratégias de manipulação e avaliando a credibilidade das fontes. Além disso, torna-se indispensável discutir mecanismos de regulação das plataformas digitais, sem abrir mão da liberdade de expressão, mas buscando responsabilizar os agentes que lucram com a desordem informacional.

Outra frente fundamental consiste no fortalecimento do jornalismo profissional e independente, que desempenha papel central na checagem, validação e contextualização dos fatos. Em uma sociedade marcada pela sobrecarga informacional, a mediação jornalística pode oferecer critérios de confiabilidade e promover debates qualificados, ainda que sob constante pressão das dinâmicas digitais. Somente a partir da articulação entre educação crítica, regulação responsável e jornalismo robusto será possível enfrentar os efeitos nocivos da desinformação.

Em síntese, a desinformação deve ser analisada, à luz de Ciro Marcondes Filho, como uma tragédia política e um problema comunicacional que transcende a contemporaneidade, ainda que hoje se manifeste de forma mais intensa devido às tecnologias digitais. O exemplo histórico do rádio e da ascensão do nazismo ilustra que a manipulação informacional não é um fenômeno novo, mas adquire novas proporções a cada inovação comunicacional. Assim, o desafio atual consiste em assegurar que as tecnologias da comunicação não sejam apropriadas para corroer a democracia, mas para fortalecê-la, ampliando sua vitalidade e legitimidade.

5 CONCLUSÃO

O percurso aqui desenvolvido buscou-se evidenciar que a ascensão da desinformação e da manipulação digital não constitui um fenômeno episódico ou periférico restrito aos estudos de comunicação, mas antes uma estratégia estruturada de reconfiguração do espaço público, operada por forças políticas que conjugam autoritarismo, neoliberalismo ou iliberalismo com uso das redes digitais.

A desinformação, longe de ser apenas um desvio comunicacional ou uma anomalia transitória, consolidou-se como "instrumento de poder político" e, ao mesmo tempo, como um "problema estrutural de comunicação". Trata-se de uma tragédia política porque atinge o núcleo da vida democrática: a confiança mínima necessária entre cidadãos e instituições, corroendo as bases do debate público e abrindo espaço para formas renovadas de autoritarismo. E é também um problema de comunicação porque expõe os limites das mediações tradicionais — jornalismo, ciência, instituições políticas — diante de ecossistemas digitais que privilegiam a velocidade, a emoção e o engajamento algorítmico em detrimento da verificação e da reflexão crítica.

Nesse duplo registro, a desinformação revela a vulnerabilidade da democracia contemporânea. A sua eficácia reside em transfigurar medos sociais, ressentimentos históricos e crises de identidade em narrativas simplificadoras e polarizadoras, convertendo cidadãos em agentes involuntários da erosão democrática. O que está em jogo, portanto, não é apenas o “conteúdo” das mensagens falsas, mas a própria "lógica comunicacional" que reconfigura a esfera pública em um campo de batalhas simbólicas permanentemente inflamadas.

Se a comunicação deveria operar como condição de possibilidade do entendimento mútuo, na sociedade da desinformação ela é capturada para produzir ruído, descrédito e fragmentação. O resultado é um processo paradoxal: quanto mais se comunica, menos se compreende; quanto mais informação circula, mais rarefeita se torna a verdade compartilhada. Eis o traço trágico da contemporaneidade: a comunicação, em vez de emancipar, pode aprisionar; em vez de consolidar a democracia, pode precipitar sua degradação.

Portanto, enfrentar a desinformação implica não apenas regulá-la juridicamente ou combatê-la tecnicamente, mas repensar os próprios fundamentos da comunicação democrática. Isso requer revalorizar práticas de escuta, diálogo e responsabilidade pública, capazes de reconstruir laços de confiança social. Somente uma resposta firme, institucional e social, poderá impedir que a história se repita como tragédia, abrindo caminho para um futuro em que a política não seja reduzida a um campo

de manipulações digitais, mas recupere sua condição de espaço de liberdade, pluralidade e ação comum.

A alternativa, caso a sociedade contemporânea falhe, é naturalizar a incivilidade e assistir, impotentes, à transformação da política em mera guerra de narrativas, onde a verdade se dilui e a democracia se converte em simulacro.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Editora Argos, 2009.

ARENDT, H. Origens do totalitarismo. Brasília, Forense Universitária, 2005.

BRUNS, A. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. Brazilian Journalism Research, vol. 7, num. 11. Brasília: SBPJor, 2011.

CAMPOS MELLO, P. A máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CASTELLS, M. O poder da comunicação. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

DEBORD, G. A Sociedade do Espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FLUSSER, Vilém. Filosofia da Caixa Preta. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARCONDES FILHO, M. Tragédias Políticas: Um problema de comunicação. Projeto Temático FAPESP. São Paulo, 2019.

McLUHAN, M. O meio são as massagens. Rio de Janeiro: Record, 1969.

McLUHAN, M. Os meios de Comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1969.

SANTOS, B. S. A gramática do Tempo. São Paulo: Cortez, 2006. Para além do pensamento abisal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Critica Ciências Sociais. Lisboa: 2007, v.78, p. 3-46.

SIEBENEICHLER, F. B. Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SILVA, T. Curadoria, Mídias Sociais e Redes Profissionais: Reflexões sobre a prática. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em https://issuu.com/grupo-ecausp.com/docs/ebook_curadoria_digital_usp. Acessado em 22/2/2024.

SODRÉ, M. A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2021.

SORJ, B. Identidades e crise das democracias [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação FHC, 2022.

Capítulo 17

10.37423/260811208

CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE RURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE LOCALIZADA EM GUARANI DAS MISSÕES/RS

Gabriela Tonin — *Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil*

Luciana Moro de Souza — *Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil*

Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla — *Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil*

Bruno Becker Paulus — *Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil*

Vitória Frank Gallert — *Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil*

RESUMO

Este estudo tem como objetivo demonstrar as contribuições da Contabilidade Rural para uma Propriedade Rural localizada em Guarani das Missões/RS. A Contabilidade Rural é uma ferramenta essencial para os Produtores Rurais, pois fornece informações detalhadas sobre os custos de produção, receitas, lucros e perdas, permitindo uma melhor tomada de decisão. Nesta pesquisa, a coleta de dados foi realizada mediante a extração de informações dos documentos fornecidos pelo Proprietário Rural. Além disso, utilizou-se referências bibliográficas, incluindo livros e sites especializados no tema. Complementando a pesquisa, foi realizada algumas visitas à Propriedade Rural, onde realizou-se observações diretas das operações e práticas rurais. Os principais resultados da pesquisa em relação aos objetivos estabelecidos foram: a identificação e registro dos bens, direitos e obrigações da propriedade, considerando que os proprietários não tinham esses dados organizados em forma analítica conforme está demonstrado nesta pesquisa e a elaboração dos Demonstrativos Contábeis, incluindo o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, que apresentaram a situação patrimonial e econômica da Propriedade Rural, a qual não possuía esses demonstrativos antes da realização desta pesquisa.

Palavras-chaves: Contabilidade Rural; Culturas Temporárias; Demonstrações Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Crepaldi (2019), descreve a Contabilidade Rural com a finalidade de registrar os fatos e a produção das informações que possam auxiliar o administrador do patrimônio a planejar e ter controle de suas ações.

Assim, a partir da Contabilidade Rural, é possível elaborar registros patrimoniais organizados, realizando controles escriturados e documentados, a fim de assegurar a segurança das informações, transformando dados em ferramentas eficazes para a gestão das Propriedades Rurais.

Nas Propriedades Rurais há uma lacuna no que diz respeito à maioria dos produtores: o conhecimento técnico necessário sobre a Contabilidade Rural, e consequentemente, as suas contribuições. Diante deste contexto, surgiu o interesse em responder o seguinte problema de pesquisa: Quais são os resultados econômicos, financeiros, patrimoniais e as contribuições da Contabilidade Rural para uma Propriedade Rural localizada no interior da cidade de Guarani das Missões/RS?

Para responder o problema de pesquisa, tornou-se necessário elaborar o seguinte objetivo geral: analisar os resultados econômicos, financeiros, patrimoniais e as contribuições da Contabilidade Rural para uma Propriedade Rural localizada no interior da cidade de Guarani das Missões/RS, e objetivos específicos: efetuar o levantamento patrimonial da Propriedade Rural, período abril de 2022 a abril de 2023; efetuar o levantamento das receitas e despesas da Propriedade Rural; e, por fim, elaborar os Demonstrativos Contábeis Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

A partir deste estudo de caso, estima-se oferecer subsídios para o proprietário da Propriedade Rural aprimorar a sua produtividade, reduzir seus custos e garantir a viabilidade de suas operações.

A estrutura deste artigo contempla a fundamentação teórica que deu suporte ao estudo, os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento, a análise dos resultados e, por fim, constam as referências utilizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade Rural

Segundo Pieniz et al (2020), durante muito tempo considerou-se que o conceito da contabilidade se referia a uma ciência que demonstrava o patrimônio e suas variações. Mas hoje, entende-se que esse conceito vai muito além disso. A contabilidade vem sendo reconhecida como a ciência da informação. O termo "informação", tem sido usado para dizer que a contabilidade não está sendo usada apenas para gerar um apanhado de números aos seus usuários, mas sim para se referir a dados e números que foram processados de maneira a torná-los relevantes e aplicáveis para um propósito específico.

Para Marion (2020), a Contabilidade Rural é descrita como a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais. Ulrich (2009) caracteriza a contabilidade como o principal instrumento de apoio nas tomadas de decisões e no controle das operações. Ela é desenvolvida dentro de um ciclo de coleta e processamento de dados que culminam com a produção e distribuição de informações, na forma de relatórios contábeis.

De forma semelhante a outras áreas da contabilidade, a Contabilidade Rural possui características específicas que a tornam singular e adaptada ao contexto das atividades rurais (Marion, 2020).

Conforme Crepaldi (2019, p. 84), especificamente, a Contabilidade Rural tem as seguintes finalidades:

- orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
- controlar transações financeiras;
- apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
- auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidade de crédito;
- permitir a comparação da performance da empresa no tempo e destas com outras empresas;
- conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
- servir de base para seguros, arrendamento e outros contratos;
- justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto a agentes financeiros e outros credores;
- gerar informações para a declaração de Imposto de Renda.

Neste contexto, a Contabilidade Rural desempenha um papel fundamental, independentemente do tamanho do Produtor Rural, uma vez que ela é usada como uma ferramenta gerencial, que por meio da informação contábil, permite o planejamento e o controle orçamentário das Propriedades Rurais,

além de desempenhar um papel fundamental ao fornecer apoio para a tomada de decisões (Borilli et al, 2005).

2.1.1 Culturas Temporárias

Na Contabilidade Rural, deve-se levar em consideração o tipo de cultivo praticado, o qual pode ser classificado como Cultura Temporária ou Cultura Permanente. Crepaldi (2019, p. 115) descreve que Culturas Temporárias ”são aquelas sujeitas ao replantio após cada colheita, como milho, trigo, feijão, arroz, cebola etc”.

Marion (2020) afirma que esses produtos serão contabilizados no Ativo Circulante, como se fossem um “estoque em andamento”, mas são denominados ativos biológicos (cultura em formação). Assim, todos os custos serão acumulados em uma subconta com título específico da cultura em formação dentro da conta “Culturas Temporárias”.

Crepaldi (2019) destaca que os custos que serão contabilizados na conta do Ativo Circulante podem ser: sementes, fertilizantes, defensivos, entre outros, os quais ficarão acumulados até o final na colheita. Após o término da colheita, o saldo da conta Culturas Temporárias será transferido para a conta de Produtos Agrícolas, onde serão somados e estarão disponíveis para venda após a colheita.

Marion (2020, p. 19), caracteriza as Culturas Permanentes como: “aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Basta a cultura durar mais de um ano e propiciar mais de uma colheita para que ela seja permanente”.

Os custos pagos ou incorridos durante o desenvolvimento dessa cultura são registrados como ativos no Balanço Patrimonial, permitindo a depreciação ao longo do seu tempo de vida útil. Quando a cultura começar a gerar frutos, os custos relacionados à sua formação serão alocados no Ativo Circulante. Posteriormente, esses custos serão transferidos para a conta de custo de produtos vendidos no resultado no momento da comercialização da colheita (Crepaldi, 2019).

Marion (2020) afirma que o período da colheita na Cultura Permanente é caracterizado como um estoque em andamento, a qual está em formação e destinada à venda. Assim, pode-se criar uma conta “colheita em andamento”, sempre sendo identificada com o tipo de produto. Essa conta é composta por todos os custos essenciais na realização da colheita. Ainda salienta que, à medida que a produção

é vendida, efetua-se a baixa proporcionalmente na conta “produtos agrícolas", e transfere-se o valor do custo para a conta “custo do produto vendido”, especificando também, o tipo de produto vendido.

As culturas, seja durante seu crescimento ou quando já estão prontas, podem ser afetadas por eventos imprevisíveis, como incêndios, geadas, enchentes, granizo, tempestades, secas e outros incidentes semelhantes. Quando um desses eventos ocorre e causa perdas, que podem ser parciais ou até mesmo totais, essas perdas devem ser imediatamente registradas como despesas no resultado do período. Isso é válido mesmo se houver um seguro para cobrir essas perdas. Essas perdas serão categorizadas como despesas operacionais (Marion, 2020).

Segundo Marion (2020, p. 62): “toda a Cultura Permanente que produzir frutos (Ativos Biológicos) será alvo de depreciação”. Crepaldi (2019, p. 147) salienta que a depreciação para as Culturas Permanentes ocorre “somente em casos de empreendimentos próprios da empresa e dos quais serão extraídos apenas os frutos”. Exemplo: café (20 anos), laranja (15 anos), uva (20 anos) e eucalipto (7 anos), etc.

Em suma, a distinção entre culturas na Contabilidade Rural é fundamental para a correta contabilização dos custos, da depreciação, e do reconhecimento das receitas. Ao compreender as diferenças e aplicar as práticas contábeis apropriadas para Culturas Permanentes e Temporárias, os Produtores Rurais podem melhorar sua eficiência, monitorar o desempenho e alcançar uma gestão mais eficaz em suas operações agrícolas.

2.1.2 Ano Agrícola

Para registrar os dados coletados pela contabilidade, é crucial que a empresa estabeleça algumas definições importantes. Uma delas, refere-se ao período em que os demonstrativos financeiros serão encerrados e os resultados da empresa serão divulgados. Esse intervalo de tempo é conhecido como "Exercício Social" (Pieniz et al, 2020).

Na visão de Leidian (2017), as Propriedades Rurais requerem uma abordagem contábil especializada devido às características únicas desse setor, que as distinguem de outras empresas. Por exemplo, na agricultura, uma das diferenças evidentes é o uso do Exercício Social para avaliar as atividades e o registro das safras cultivadas.

Segundo Crepaldi (2019) uma das perguntas mais frequentes que os contadores fazem ao iniciar a Contabilidade Rural é quanto ao término do Exercício Social. Diferente de muitas empresas que

alinham seu Exercício Social com o ano civil, essa prática não se mostra apropriada para as empresas rurais.

Marion (2020, p. 3) afirma que: “na atividade agrícola, porém, a receita concentra-se, normalmente, durante ou logo após a colheita”. Assim, Marion (2020, p. 3) descreve que: “ao término da colheita e, quase sempre, da comercialização dessa colheita, tem-se o encerramento do Ano Agrícola. Ano Agrícola é o período em que se planta, colhe e normalmente, comercializa a agrícola” (Marion, 2020).

Contudo, compreender o conceito de Ano Agrícola é de extrema importância para as empresas rurais. Esse conhecimento permitirá uma melhor programação e planejamento das atividades agrícolas, considerando os ciclos de cultivo, as estações climáticas e os períodos de colheita.

2.2 Demonstrações Contábeis Rurais

Segundo Silva (2017, p. 3), a conceituação de Demonstrações Contábeis apresentada pelo CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis não deixa dúvidas quanto à sua importância:

> As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

De acordo com Crepaldi (2019), o conjunto completo das Demonstrações Contábeis é composto por: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

Pieniz et al (2020) afirmam que, nas empresas rurais, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício são as principais ferramentas contábeis utilizadas. Embora essas empresas sigam a legislação e enquadramento tributário semelhantes às empresas comerciais ou de serviços, o que as diferencia, são as particularidades relacionadas às suas atividades específicas no setor agrícola.

Para uma Empresa Rural, Crepaldi (2019, p. 90) descreve que os conceitos que fundamentam e apresentam as Demonstrações Contábeis são:

> - apoiar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, preparadas em conformidade com as normas.
> - auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas.
> - dar suporte aos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação das normas e no tratamento de assuntos que ainda não tiverem sido objeto de normas.

Iudícibus (2017, p.14) descreve que, ao analisar os mesmos dados contábeis, diferentes interpretações podem surgir. No entanto, a tendência é que essas variações diminuam quando a análise é feita por especialistas experientes que conhecem bem tanto a empresa quanto o setor econômico em que ela atua (Silva, 2017).

Ao abordar as Demonstrações Contábeis Rurais, descreve-se na sequência sobre o Balanço Patrimonial e em seguida sobre a Demonstração do Resultado do Exercício.

2.3 Benefícios da Contabilidade Rural

A Contabilidade Rural desempenha um papel crucial ao apoiar os gestores na tomada de decisões e no controle. No entanto, no Brasil, ela ainda é pouco utilizada, muitas vezes devido à falta de compreensão de sua importância. Isso pode ser atribuído à mentalidade conservadora predominante entre a maioria dos agropecuaristas, que tendem a confiar em práticas tradicionais baseadas em experiências acumuladas ao longo dos anos, em vez de adotar abordagens contábeis mais modernas e informadas (Crepaldi, 2019).

As Propriedades Rurais devem possuir contabilidade específica, porque possuem particularidades próprias do ramo, diferenciando-as de qualquer outra atividade empresarial (Silva, 2017, p. 2).

Para Crepaldi (2019, p. 84):

> No momento em que se avalia a importância da Contabilidade Rural em gerar informações para a tomada de decisões, a empresa, para obter sucesso, deverá estar subordinada a uma administração eficiente, e isso requer conhecimento do negócio, do capital, da especialização e da modernização da agropecuária. É justamente nesses aspectos que a empresa rural apresenta carências e prejudica todo um processo de desenvolvimento e modernização do setor.

Segundo Crepaldi (2019, p. 80) a Contabilidade Rural tem em sua essência, basicamente, duas funções:

> - função administrativa: como função administrativa, a contabilidade ajude no controle do patrimônio. A saber, por exemplo, quanto temos de mercadoria em estoque, quanto temos de pagar de tributos, qual o valor que temos a pagar de salários, qual o montante que temos em caixa, no banco.

> - função econômica: a função econômica da contabilidade está atrelada à apuração do lucro ou prejuízo do exercício. Tal apuração é feita em uma demonstração específica, chamada demonstração do resultado do exercício, por meio do cotejo entre as receitas e despesas. Quando as receitas suplantam as despesas, temos lucro. Caso contrário, prejuízo.

Deste modo, a contabilidade oferece uma visão clara da situação da Empresa Rural, permitindo que o empresário identifique suas necessidades e tome decisões embasadas. Isso é particularmente crucial no agronegócio, um setor sujeito a mudanças significativas ao longo do ano. A contabilidade atua como um guia confiável, ajudando a mitigar perdas decorrentes dessas flutuações de mercado (Fonseca et al, 2015).

Considerando as inúmeras contribuições da Contabilidade Rural, Crepaldi (2019) compreende que o sucesso de qualquer empreendimento não se resume apenas a atingir altos níveis de produtividade através da aplicação de técnicas produtivas modernas e dispendiosas. É igualmente essencial possuir a capacidade de gerenciar eficazmente essa produtividade para alcançar o resultado desejado, que é a contínua maximização do lucro.

Dessa forma, uma Empresa Rural pode definir sua direção e, por meio do controle, verificar o cumprimento de sua política. A Contabilidade Rural desempenha um papel vital no fornecimento de informações para o planejamento e controle das atividades. Historicamente, seu foco tem sido o gerenciamento do patrimônio, a apuração de lucro e o controle dos ativos (Crepaldi, 2019).

A seguir apresenta-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Para analisar e descrever uma pesquisa, é fundamental classificar seus tipos e métodos, justificando cada escolha. De acordo com os critérios de Vergara (2016), a pesquisa pode ser classificada quanto aos fins e quanto aos meios. Em relação aos fins, a pesquisa é exploratória, descritiva e aplicada. Ela é exploratória porque trata de uma área, a Contabilidade Rural, onde a propriedade rural em estudo carece de conhecimento e não realiza a escrituração contábil. A pesquisa também é descritiva, pois expõe as características da propriedade por meio dos dados coletados para a elaboração de demonstrativos contábeis. Por fim, a pesquisa é aplicada, considerando que a análise dos resultados foi oriunda de dados coletados em uma propriedade rural, visando oferecer contribuições para a tomada de decisões. Quanto aos meios, a pesquisa é documental, bibliográfica e um estudo de caso.

É documental, pois utiliza notas fiscais e outros documentos fornecidos pelo proprietário. É bibliográfica, com base em materiais já publicados, como livros, artigos e legislações, para embasar a teoria. Por fim, é um estudo de caso, pois se restringe a uma única propriedade rural, em Guarani das Missões/RS, permitindo um estudo aprofundado e detalhado. A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, leitura de fontes bibliográficas e visitas de campo com observação e entrevistas. O tratamento de dados teve abordagem qualitativa e quantitativa: a análise quantitativa envolveu a escrituração contábil dos dados da propriedade, enquanto a análise qualitativa interpretou os dados pesquisados para apresentar as contribuições da Contabilidade Rural.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, apresentam-se os resultados obtidos a partir da coleta de dados através de planilhas contendo informações sobre os bens, direitos e obrigações da Propriedade Rural, assim como os registros das receitas e despesas no período de abril de 2022 a abril de 2023. Em seguida, apresenta-se as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

4.1 Levantamento Patrimonial

O Levantamento Patrimonial consiste em bens, direitos e obrigações. Os bens de acordo com Crepaldi (2019), são aqueles utilizados para atender as necessidades de consumo ou aplicação. São classificados em dois tipos: tangíveis, que têm uma forma física, como tratores e arados, e intangíveis, que são imateriais, como marcas e patentes.

Apresenta-se no quadro 1, a relação dos bens da Propriedade Rural objeto da pesquisa, com o valor residual e as respectivas depreciações.

Quadro 1: Bens da Propriedade – Depreciação e Valor Residual

Item	Ano. aquis	Valor aprox data de aquisição	Valor Residual	Meses	Anos	Deprec. mensal	Deprec. total
Casa	1990	R$300.000,00	R$18.000,00	300	25	R$940,00	R$282.000,00
Galpão garagem	1990	R$15.000,00	R$900,00	300	25	R$47,00	R$14.100,00
Galpão garagem 2	2023	R$20.000,00	R$1.200,00	300	25	R$62,67	R$18.800,00
Galpão porco/galinha	1990	R$30.000,00	R$1.800,00	300	25	R$94,00	R$28.200,00

Camionete Montana 2011	2020	R$37.000,00	R$740,00	60	5	R$604,33	R$36.260,00
Moto Honda 125	2010	R$4.500,00	R$90,00	120	10	R$36,75	R$4.410,00
Plataforma de Trator	2005	R$1.500,00	R$ 30,00	120	10	R$12,25	R$1.470,00
Trator Valmet 85 ID	2017	R$40.000,00	R800,00	120	10	R$326,67	R$39.200,00
Colheitadeira NiaHolland 8055 50%	2020	R$70.000,00	R$1.400,00	120	10	R$571,67	R$68.600,00
Motossera Stihl 170	2016	R$450,00	R$9,00	120	10	R$3,68	R$441,00
Cortador de grama	2004	R$300,00	R$6,00	120	10	R$2,45	R$294,00
Semeadeira Soja KF 8 linhas 50%	2018	R$35.000,00	R$700,00	120	10	R$285,83	R$34.300,00
Semeadeira Trigo Semeato 50%	2021	R$6.500,00	R$130,00	120	10	R$53,08	R$6.370,00
Soprador Stihl	2023	R$620,00	R$12,40	120	10	R$5,06	R$607,60
Compressor	2012	R$1.000,00	R$20,00	120	10	R$8,17	R$980,00
Pulverizador 50 % Jacto 600 l	2011	R$20.000,00	R$400,00	120	10	R$163,33	R$19.600,00
Espigadeira plat de milho KF 50%	2021	R$62.000,00	R$1.240,00	120	10	R$506,33	R$60.760,00
Tanque diesel 1000l	2023	R$600,00	R$12,00	120	10	R$4,90	R$588,00
Lava Jato Stihl	2024	R$1.000,00	R$20,00	120	10	R$8,17	R$ 980,00
Bomba diesel	2023	R$800,00	R$16,00	120	10	R$6,53	R$784,00
Poço artesiano	2023	R$40.000,00	R$800,00	480	40	R$81,67	R$39.200,00
7 hectares de terra	1990	R$500.000,00	R$500.000,00				
TOTAL		**R$ 1.186.270,00**	**R$ 258.325,40**			**R$3.824,54**	**R$ 657.944,60**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No quadro 1, apresenta-se o levantamento dos bens da Propriedade Rural, que correspondem a R$1.186.270,00, com sua respectiva depreciação no valor de R$657.994,60 e valor residual correspondente a R$258.325,40, sendo que R$500.000,00 correspondem ao valor nominal da terra. Destaca-se que, para calcular o valor residual dos itens casa, galpão garagem, galpão garagem 2, e galpão porco/galinha, foi aplicada uma taxa de valor residual de 6%. Para os demais itens, foi usada uma taxa de 2%.

Após listar os bens da Propriedade Rural, prosseguiu-se com os direitos da Propriedade. Viceconti (2017, p. 4) conceitua os direitos como: “valores a serem recebidos de terceiros por vendas a prazo ou valores de propriedade da entidade que se encontra em posse”. A pesquisa revelou que a Propriedade Rural não possui direitos, assim, não se fez necessário o levantamento desse item.

Prosseguindo com o levantamento patrimonial, demonstra-se no quadro 2 a relação das obrigações da Propriedade, que totalizaram R$263.134,50. As obrigações conforme Vicenconti (2017), são como dívidas ou compromissos de diversos tipos que a empresa assume em relação a terceiros, bem como aos bens pertencentes a terceiros que estão sob posse ou uso da entidade.

Quadro 2: Obrigações da Propriedade Rural

Item	Data	Quitação	Valor
Financiamento (Montana)	2020	2026	R$ 37.000,00
Financiamento (Espigadeira de milho 50%)	2021	2028	R$ 62.000,00
Proagro Trigo (2023)	2023	2023	R$ 64.134,50
Proagro Soja (2023)	2023	2023	R$ 100.000,00
TOTAL			**R$ 263.134,50**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Após realizar o levantamento dos bens, direitos e obrigações da Propriedade Rural, prosseguiu-se com o levantamento das receitas e despesas do período de abril de 2022 a abril de 2023.

No quadro 3, são apresentadas as receitas geradas pela Cultura Temporária Trigo.

Quadro 3: Receitas da Propriedade Rural

Receitas Cultura Temporária Trigo		
Item	**Data**	**Valor**
Trigo	2023	R$ 65.563,18
Trigo	2023	R$ 61.083,00
TOTAL		**R$ 126.646,18**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

As receitas da cultura Trigo na propriedade totalizaram R$126.646,18, onde foram colhidas 1.360 sacas. Estas receitas foram extraídas de informações mencionadas nas Notas do Bloco do Produtor Rural.

Na sequência, no quadro 4, apresenta-se as receitas da Propriedade Rural oriundas da Cultura Temporária Soja:

Quadro 4: Receitas da Propriedade Rural

Receitas Cultura Temporária Soja		
Item	**Data**	**Valor**
Soja	2023	R$ 77.634,77
Soja	2023	R$ 50.700,50
Soja	2023	R$ 27.600,45
Soja	2023	R$ 55.935,72
Soja	2023	R$ 5.210,06
TOTAL		**R$ 217.081,50**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

As receitas da cultura Soja apresentadas no quadro 4, totalizaram R$217.081,50, onde foram colhidas 1.730 sacas.

Após apresentar as receitas, prosseguiu-se a pesquisa efetuando o levantamento das despesas no período analisado.

Neste estudo, os custos disponibilizados pelo Produtor relacionados ao cultivo de Soja no período de abril de 2022 a abril de 2023, totalizando R$244.978,59. Conforme o autor Marion (2020), na Contabilidade Rural todos os custos diretos ao produto são contabilizados em uma conta chamada Cultura Temporária em Formação.

Os custos da Cultura Temporária Trigo, foram disponibilizadas pelo proprietário da propriedade; demonstra os custos que envolveram a cultura de Trigo no período de abril de 2022 a abril de 2023, totalizando R$85.670,52.

Após apresentar as receitas e despesas da propriedade foi possível apresentar os Demonstrativos Contábeis.

Quadro 5: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	SOJA	**TRIGO**	**TOTAL**
(=) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R$ 217.081,50	R$ 126.646,18	**R$ 343.727,68**
(-) CUSTOS DAS VENDAS	**R$ 244.978,59**	**R$ 85.670,52**	**R$ 330.649,11**
Custo do Produto Agrícola Soja	R$ 244.978,59	-	R$ 244.978,59

Custo do Produto Agrícola Trigo	-	R$ 85.670,52	R$ 85.670,52
(=) RESULTADO OPERACIONAL LIQUÍDO	**R$ (27.897,09)**	**R$ 40.975,66**	**R$ 13.078,57**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			**R$ 52.954,42**
Água			R$ 720,00
Energia Elétrica			R$ 3.600,00
Telefone			R$ 600,00
Internet			R$ 840,00
IPVA dos veículos			R$ 1.300,00
Despesas com Depreciação do Imobilizado			R$ 45.894,42
(-/+) DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS			**R$ (39.875,85)**
Despesas Financeiras	R$ 5.500,00	R$ 3.527,45	R$ 9.027,45
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS			-
(-) Custo da Venda de Bens do Ativo Imobilizado			-
(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IR			**R$ (48.903,30)**
(-) Provisão para IR			R$ 6.000,00
(=) LUCRO/PREJUIZO LÍQUIDO ANTES DO PROLABORE			**R$ (42.903,30)**
(-) Pró-labore			R$ 24.000,00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**R$ (33.397,09)**	**R$ (37.448,21)**	**R$ (66.903,30)**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Diante deste contexto, a DRE apresentada demonstra individualmente o resultado econômico da Propriedade, incluindo as Culturas Temporárias de Soja e Trigo.

A produção de Soja resultou em um saldo negativo de R$ (33.397,09), composto pela soma de R$ (27.897,09) e R$ 5.500,00, valor correspondente à despesa financeira do financiamento do Proagro, utilizado para custear a lavoura de Soja.

Já a produção de Trigo teve um saldo positivo de R$ 37.448,21, resultado da soma de R$ 40.975,66, descontadas as despesas financeiras no valor de R$ 3.527,45, provenientes do financiamento do Proagro utilizado para custear a lavoura de Trigo.

No entanto, é importante destacar que a produção de Soja resultou em um saldo negativo, enquanto a produção de Trigo gerou um saldo positivo, resultando em um saldo positivo de R$ 13.078,57. No entanto, ao subtrair as despesas da propriedade, tais como água, energia elétrica, internet entre outras alocadas na DRE, o saldo final se tornou negativo. Assim, o resultado econômico da propriedade foi negativo, totalizando R$ (66.903,30).

Para Crepaldi (2019), a demonstração contábil mais significativa para as Empresas Rurais é o Balanço Patrimonial. Essa é uma representação contábil que organiza de maneira clara e ordenada as contas

relacionadas aos bens, direitos e obrigações, agrupando-as de acordo com sua natureza. O quadro 5, apresenta o Balanço Patrimonial elaborado a partir dos dados levantados na pesquisa.

Quadro 5: Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		**PASSIVO**	
ATIVO CIRCULANTE	**R$ 4.820,74**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**R$ 179.158,31**
Disponibilidades	**R$ 4.820,74**	Financiamento a CP	R$ 179.158,31
Caixa	R$ 883,97		
Banco	R$ 3.936,77		
Estoque de Produto Agrícola	R$ 0,00		
Produto Agrícola soja	R$ 0,00		
Produto Agrícola trigo	R$ 0,00		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**R$ 528.325,40**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**R$ 83.976,19**
Imobilizado	**R$ 528.325,40**	Financiamento a LP	R$ 83.976,19
Terras	R$ 500.000,00		
Veículos	R$ 41.500,00		
(-) Depreciação acumulada de veículos	R$ (40.670,00)		
Máquinas e equipamentos	R$ 279.770,00		
(-) Depreciação acumulada de máquinas e equipamentos	R$ (274.174,60)	**PATRÍMONIO LIQUÍDO**	**R$ 270.011,64**
Prédio e instalações	R$ 365.000,00	Capital Social	R$ 203.108,34
(-) Depreciação acumulada de prédios e instalações	R$ (343.100,00)	Lucro/Prejuízo Acumulado	R$ (66.903,30)
TOTAL ATIVO	**R$ 533.146,14**	**TOTAL PASSIVO**	**R$ 533.146,14**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Balanço Patrimonial apresentado no quadro 5, tem como objetivo demonstrar ao proprietário da Propriedade Rural o levantamento de seus bens, direitos e obrigações.

A contribuição da Contabilidade Rural, a partir do levantamento patrimonial, ofereceu uma organização precisa dos dados patrimoniais, incluindo a quantificação dos bens, a depreciação acumulada e o valor residual de cada ativo. Segundo o objetivo da pesquisa, essa abordagem permitiu que o produtor rural tenha uma visão clara e detalhada de seus bens em termos monetários.

A contribuição proveniente do levantamento de receitas e despesas tornou-se crucial a partir do momento em que o Produtor Rural não possuía controle detalhado sobre os gastos específicos em cada cultura. Antes desse levantamento, havia uma falta de clareza que, dificultava a gestão financeira e a tomada de decisões estratégicas. Com este levantamento minucioso, o Produtor Rural passou a ter

uma visão mais precisa e detalhada das finanças, permitindo a identificação de custos, rendimentos e investimentos associados a cada cultura cultivada. Este conhecimento detalhado facilita a alocação de recursos de maneira mais eficiente, a otimização das operações agrícolas e a maximização da rentabilidade.

A contribuição da Contabilidade Rural, através da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), tornou-se evidente a partir do momento em que esta ferramenta foi utilizada para analisar de forma detalhada o desempenho financeiro da Propriedade Rural. A DRE permite que o Produtor Rural compreenda com clareza as receitas geradas e as despesas incorridas ao longo do período específico, facilitando a avaliação da lucratividade e da eficiência operacional das atividades agrícolas da propriedade.

A Contabilidade Rural, a partir da elaboração do Balanço Patrimonial, desempenha um papel crucial na gestão da Propriedade Rural ao proporcionar uma visão clara e detalhada da situação patrimonial do empreendimento. O Balanço Patrimonial oferece um retrato dos Ativos, Passivos e do Patrimônio Líquido da propriedade, permitindo que o Produtor Rural compreenda com precisão o valor dos seus bens, como terras, maquinários e estoques, em relação às suas obrigações financeiras, como os financiamentos.

5 CONSIDERAÇOES FINAIS

O objetivo deste estudo foi demonstrar as contribuições da Contabilidade Rural para um Propriedade de Guarani das Missões/RS. Inicialmente, foi efetuada a revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa, abordando conceitos sobre Contabilidade Rural, Culturas Temporárias e Permanentes, entre outros mencionados no referencial teórico.

Os principais resultados da pesquisa, quanto ao levantamento dos bens, direitos e obrigações, foram demonstrar ao proprietário da propriedade objeto da pesquisa a organização do patrimônio de forma organizada, sistemática e transparente como apresentada na pesquisa.

No que se refere ao registro das despesas e receitas, foi possível segmentá-las de acordo com as diferentes atividades da propriedade, bem como distribuir os custos em cada uma dessas atividades específicas.

Quanto à apresentação das Demonstrações Contábeis, o principal resultado apresentando foi proporcionar ao gestor da propriedade uma visão transparente e detalhada da situação patrimonial e econômica da propriedade. Dessa forma, o gestor pode compreender com precisão a real condição patrimonial de sua propriedade.

Por fim, a pesquisa destacou as inúmeras vantagens proporcionadas pela Contabilidade Rural, especialmente no auxílio à tomada de decisões por parte dos gestores da Propriedade. A Contabilidade Rural oferece uma estrutura detalhada e organizada das finanças da propriedade, permitindo uma análise precisa das receitas e despesas. Isso possibilita aos gestores identificar áreas de maior rentabilidade e aquelas que necessitam de melhorias, facilitando a alocação eficiente de recursos.

Além disso, a Contabilidade Rural promove a transparência financeira, essencial para a avaliação contínua da sustentabilidade econômica da propriedade. Com informações contábeis precisas e detalhadas, os gestores podem planejar estrategicamente, assegurando a viabilidade e crescimento sustentável da propriedade rural a longo prazo.

Como sugestão de trabalhos futuros, sugere-se que este estudo com base nas planilhas apresentadas tenha a sequência nos exercícios posteriores, visando manter o Produtor Rural atualizado com relação a situação patrimonial e econômica da propriedade, bem como, incentivando outros produtores rurais efetuar o levantamento patrimonial e econômico de suas propriedades.

REFERÊNCIAS

BORILLI, S. P; PHILIPPSEN, R. B; RIBEIRO, R. G; HOFER, E. O Uso da Contabilidade Rural Como Uma Ferramenta Gerencial: um estudo de caso com produtores rurais no município de Toledo – Paraná. Revista Ciências Empresariais da UNIPAR, v. 6, n. 1, jan./jun. 2005.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Conceitual Básico (R2). Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. 2019. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural. Grupo GEN, 2019. 427 p. E-book. ISBN 9788597021639. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021639/. Acesso em: 14 de set. 2023.

FONSECA, R. A et al. Contabilidade rural no agronegócio brasileiro. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 7, p. 1-12, 2015.

IUDÍCIBUS, S. de. Análise de Balanços. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C. Contabilidade Rural - Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda. Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024210. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024210/. Acesso em: 20 de set. 2023.

PIENIZ, L. P; CASADO, J.H.M; DIAS, R.S.O; et al. Contabilidade Setorial. Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581492816. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492816/. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, L. M. da. Benefícios da Contabilidade Rural para a Agricultura Familiar: Um Estudo Sobre Famílias na Cidade Capitão Poço-Pará. In: 2º Congresso de Contabilidade da UFU–Contabilidade, Gestão e Agronegócio. 2017.

SILVA, A. A. da. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597012897. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012897/. Acesso em: 19 out. 2023.

ULRICH, E. R. Contabilidade Rural e Perspectivas da Gestão no Agronegócio. Revista de Administração e Ciências Contábeis da IDEAU, v. 4, n. 2, p. 1–13, 2009.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração, 16ª edição: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597007480. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007480/. Acesso em: 15 nov. 2023.

VICECONTI, P. Contabilidade Básica: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547220921. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220921/. Acesso em: 17 dez. 2023.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XXXI

conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre

